

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

MAISA MAZZINI

**O CICLO TDR COMO INSTRUMENTO ANALÍTICO-
REPRESENTACIONAL PARA UM DESENVOLVIMENTO
LOCAL:
EXPERIMENTO METODOLÓGICO NA VILA DE ITAÚNAS/ES**

Vitória

2021

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

Maisa Mazzini

**O CICLO TDR COMO INSTRUMENTO ANALÍTICO-
REPRESENTACIONAL PARA UM DESENVOLVIMENTO
LOCAL:
EXPERIMENTO METODOLÓGICO NA VILA DE ITAÚNAS/ES**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Centro de Artes, Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito para obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo na área de concentração Cidade e Impactos no Território na linha de pesquisa Patrimônio, Sustentabilidade e Tecnologia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Renata Hermanny de Almeida

Vitória

2021

MAISA MAZZINI

“O CICLO TDR COMO INSTRUMENTO ANALÍTICO-REPRESENTACIONAL
PARA UM DESENVOLVIMENTO LOCAL: EXPERIMENTO METODOLÓGICO
NA VILA DE ITAÚNAS/ES”

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Espírito
Santo, como requisito final para a obtenção do grau de Mestre em
Arquitetura e Urbanismo.

Aprovada em 20 de setembro de 2021.

Comissão Examinadora

Profa. Dra. Renata Hermann de Almeida
(orientadora – PPGAU/UFES)

Profa. Dra. Liziane de Oliveira Jorge
(membro externo – DAU/UFES)



Profa. Dra. Maria Isabel Sobral Escada
(membro externo – INPE)



Prof. Dr. Marcos Aurelio Saquet
(membro externo – UNIOESTE)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por
RENATA HERMANNY DE ALMEIDA - SIAPE 1172746
Departamento de Arquitetura e Urbanismo - DAU/CAR
Em 27/09/2021 às 10:57

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/274082?tipoArquivo=O>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por
LIZIANE DE OLIVEIRA JORGE - SIAPE 1273044
Departamento de Arquitetura e Urbanismo - DAU/CAR
Em 27/09/2021 às 11:23

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:
<https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/274133?tipoArquivo=O>

AGRADECIMENTOS

Ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFES e a todos os seus colaboradores, pela assessoria e pela oportunidade concedida;

À Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo - FAPES, pelo auxílio financeiro e concessão de bolsa, pelo incentivo e pelo apoio à ciência;

À Prof.^a Dr.^a Renata Hermann de Almeida, por esses longos anos de aprendizado e de compartilhamento, servindo de grande inspiração e de incentivo na construção da minha vida profissional;

Aos membros da banca examinadora, Prof.^a Dr.^a Liziane Jorge, Prof.^a Dr.^a Maria Isabel Escada e Prof. Dr. Marcos Saquet, por sua disponibilidade, dedicação, leitura e por todas as contribuições para meu crescimento acadêmico e profissional;

À Prof.^a Dr.^a Gisele Girardi, pelo acompanhamento no processo e pelas considerações essenciais durante etapa de qualificação;

Aos profissionais do Arquivo Público do Espírito Santo, do Instituto Jones dos Santos Neves, do Instituto Capixaba de Pesquisa Assistência Técnica e Extensão Rural, do Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos e demais instituições que prestaram assistência às minhas demandas com seriedade e comprometimento à pesquisa;

Ao Patri_Lab e aos meus grandes amigos do laboratório, em especial Damiany, Kamila, Luciano, Mariana e Miguel, sem os quais essa caminhada não poderia ser tão rica e prazerosa;

À minha grande amiga Beatriz, por vivenciar essa experiência em sua completude ao meu lado - ainda que distante fisicamente-, sem nunca soltar a minha mão;

Ao Romell, meu grande incentivador, pela paciência, pela compreensão, pelo colo e pelas palavras reconfortantes nos momentos mais necessários;

Ao meu irmão Marlom, por todo o seu esforço na assistência e na estruturação da nossa família, quando estive impossibilitada de cumprir minhas funções;

Aos meus amados pais, Vânia e Cláudio, que nunca mediram esforços em me apoiarem. Sem seus cuidados, sua dedicação e seu amor incondicional para me nutrir de forças, esta conquista nunca seria possível;

Aos moradores da Vila de Itaúnas, pelos momentos de prosa e de contação de histórias, pelo carinho e pelo acolhimento;

A todos os meus amigos, familiares, ou demais pessoas que, direta ou indiretamente, contribuíram para que esta etapa fosse concluída.

“Mas o vento e a areia continuaram. Hoje esta igreja tão graciosa, com sua porta de losangos, está soterrada pelas dunas. E acabou.”

(BRAGA, Rubem; CARYBÉ, 1981, p.137)

“A história não é contexto. É determinação.”

(RIBEIRA, Djamil, em entrevista concedida para o Roda Viva, em 16 de nov. 2020)

RESUMO

As discussões epistemológicas no estado da arte acerca do desenvolvimento local têm exposto a categoria do "patrimônio territorial" como conceito e instrumento de planejamento, criado por Alberto Magnaghi e difundido pela Escola Territorialista Italiana, desde a década de 1990. A abordagem territorialista propõe o "retorno ao lugar" por meio da representação e planificação, e parte da compreensão do território, e dos sedimentos que o compõem, enquanto patrimônio. Partindo da análise e da síntese dos ciclos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (ou Ciclo TDR), é possível identificar a permanência de sedimentos materiais e cognitivos conformadores de "invariantes estruturais" -ou seja, a relação de bens estruturantes das identidades locais resistentes ao longo do tempo. Com efeito, o Ciclo TDR compreende o percurso de transformação da natureza em território, através de ações antrópicas territorializantes (Territorialização), os eventos e agentes que causam rupturas e perturbações nos arranjos socioespaciais (Desterritorialização) e as suas recriações (Reterritorialização). Apesar da extensão conceitual, nota-se no planejamento contemporâneo uma compreensão parcial e uma segmentação do patrimônio, dissociado em duas dimensões distintas - a Natureza e a Cultura -, baseadas em modelos de desenvolvimento insustentáveis legados de uma abordagem funcionalista-reducionista. Ainda, o planejamento contemporâneo tem servido de subsídio aos interesses do capital e de determinadas classes dominantes, contribuindo para o processo de produção capitalista do espaço e irrompendo ciclos subsequentes e concomitantes de "desterritorialização alargada". Neste contexto reflexivo, encontra-se a Vila de Itaúnas, sede do distrito do município de Conceição da Barra (ES). A máscara do capital aqui se apresenta na especulação imobiliária e no turismo exploratório, intensificando o processo de gentrificação da população nativa local. Na escala macro, é possível observar no entorno da vila, e por toda porção norte do estado, o domínio territorial massivo de atividades industriais agropecuárias e de monoculturas de eucalipto. Sob as temáticas "Patrimônio", "Planejamento" e "Desenvolvimento", o estudo tem como objetivo geral estabelecer premissas para o desenvolvimento local da Vila de Itaúnas, com base na retomada de seus valores territoriais-patrimoniais, na perspectiva de contribuir em ações estratégicas de planejamento. Como objetivos específicos, tem-se: a) produzir investigação histórica, subsidiada por aparato conceitual crítico, do processo de produção territorial da Vila de Itaúnas; b) estabelecer metodologia para elaboração do Ciclo TDR; c) realizar o Ciclo TDR da Vila de Itaúnas; d) delinear questionamentos quanto aos níveis de insustentabilidade da vila. Define-se percurso metodológico pautado em uma híbrida abordagem entre métodos empírico-descritivo-qualitativo, tendo como cerne a leitura histórico-relacional do território: i) formação de embasamento conceitual acerca de território, da produção do espaço/território; de patrimônio, de recursos territoriais, de territorialização, de desterritorialização, de reterritorialização e de desenvolvimento local; ii) análise, apuração e construção de método descritivo-analítico-representativo para elaboração do Ciclo TDR; iii) sistematização de materiais, documentos, informações geográficas e estatísticas, iconografias, relatórios, etc., por meio de pesquisa documental-bibliográfica; iv) aproximação e entendimento espacial de fenômenos através da elaboração de mapas, sob tratamento de dados georreferenciados disponibilizados por diversas instituições; v) levantamento de campo, mapeamento in loco, registro fotográfico, observação da área territorial, realização de entrevistas e organização de relatos e histórias de vida; vi) organização, análise e síntese dos dados e materiais coletados/elaborados para estruturação do Ciclo TDR da Vila de Itaúnas e para proposição de premissas. Resulta, deste trabalho, a identificação de oito ciclos de territorialização na história da Vila de Itaúnas, distribuídos em seis períodos históricos distintos. Defende-se uma reterritorialização centrada no autogoverno e no fortalecimento de vínculos locais. Tem-se, como produto final, uma coletânea acerca do objeto concreto e seu presente/passado, com o intuito de compreender as problemáticas que o envolvem, para assim auxiliar processos de transformações sustentáveis futuras.

Palavras-chave: planejamento, patrimônio territorial, desenvolvimento local, territorialização, desterritorialização, reterritorialização, Vila de Itaúnas (ES)

ABSTRACT

Epistemological discussions in the state of the art about local development have exposed the category of "territorial heritage" as a concept and instrument, created by Alberto Magnaghi and disseminated by the Italian Territorialist School, since the 1990s. The territorialist approach proposes the "return to the place" through representation and planning, and suggests a new understanding of the territory, and the sediments that compose it, as heritage. Starting from the analysis and synthesis of the territorialization, deterritorialization and reterritorialization cycles (or TDR Cycle), it is possible to identify the permanence of material, economic and cognitive sediments that conform "structural invariants" – in other words, the relationship of structuring assets of local identities that endure over time. The TDR cycle comprises the path of transformation of nature into territory through territorializing anthropogenic actions (Territorialization), events and agents that cause disruptions and disturbances in socio-spatial arrangements (Desterritorialization) and their recreations (Reterritorialization). Despite the conceptual extension, contemporary planning shows a partial understanding and a segmentation of heritage, dissociated into two distinct dimensions - Nature and Culture - based on unsustainable development models resulted from a functionalist-reductionist approach. In addition, contemporary planning has served as a subsidy to the interests of capital and of certain dominant classes, contributing to the process of capitalist production of space and causing subsequent and concomitant cycles of "continuous deterritorialization". In this reflexive context, there is Vila de Itaúnas, headquarter of Conceição da Barra's district (ES), in which the capital hides behind the mask of real estate speculation and of exploratory tourism, intensifying the process of gentrification of the local native population. On the macro scale, it is possible to observe around the village and throughout the far north of Espírito Santo, the territorial domination of agricultural industrial activities and eucalyptus monocultures in large areas. Thus, under the thematics "Heritage", "Planning" and "Development", this study aims to establish premises for the local development of Vila de Itaunas, based on the resumption of its territorial and heritage values, contributing to strategic planning actions. The specific objectives are: a) to produce historical research of the territorial production process of Vila de Itaúnas supported by a critical conceptual apparatus; b) to establish methodology for the elaboration of the TDR Cycle; c) to accomplish the TDR Cycle of Vila de Itaúnas; d) to outline discussions and questions regarding the levels of unsustainability in the village's territory. Pursuing these objectives, a methodological path is defined based on a hybrid approach between empirical-descriptive-qualitative methods, having as its core the historical-relational analyses of the territory: i) formation of a conceptual foundation about territory, the production of space/territory; heritage, territorial resources, territorialization, deterritorialization, reterritorialization and local development; ii) investigation, selection and construction of a descriptive-analytical-representative method for the elaboration of the TDR Cycle; iii) systematization of documents, geographic and statistical information, iconographies, reports, material, etc., through documentary-bibliographic research; iv) approximation and spatial understanding of phenomena through the elaboration of maps by manipulating available georeferenced data; v) field survey, on-site mapping, photographic record, observation of the territorial area, interviews and reports and life stories organization; vi) organization, analysis and synthesis of data and material collected/prepared towards the development of Vila de Itaúnas' TDR Cycle and proposition of premises. The result of this work is the identification of eight territorialization cycles in the history of Vila de Itaúnas, distributed in six distinct historical periods. A reterritorialization centered on self-government and the strengthening of local bonds is stated. The final product is a collection about the concrete object and its present/past, in order to understand the issues surrounding it and to assist sustainable transformation processes in the future.

Keywords: planning, territorial heritage, local development, territorialization, deterritorialization, reterritorialization, Vila de Itaúnas (ES)

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Ciclo de territorialização.....	34
Figura 2. Esquema metodológico com vistas ao desenvolvimento local autossustentável	41
Figura 3. Esquema gráfico representativo-descritivo do processo de produção territorial	44
Figura 4. Evolução da fórmula embrionária, integrando diferentes ciclos de civilização	45
Figura 5. Variação da fórmula sobre a produção territorial de Raffestin	45
Figura 6. Diagrama do processo de territorialização proposto por Magnaghi.....	47
Figura 7. Carta da síntese histórica das matrizes e das permanências insendiativas e culturais em menor escala	50
Figura 8. Carta da síntese histórica das matrizes e persistências insendiativas e culturais em maior escala	51
Figura 9. Mapa das Morfoestruturas do Espírito Santo.....	64
Figura 10. Mapa das Unidades Geomorfológicas do Espírito Santo	65
Figura 11. Localização do município de Conceição da Barra (em cinza) e da Vila de Itaúnas.	67
Figura 12. Mapa das Unidades Geomorfológicas encontradas na Vila de Itaúnas e seu entorno imediato	68
Figura 13. Bacia Hidrográfica do Rio Itaúnas (ES).....	71
Figura 14. Mapa Hipsométrico da Bacia Hidrográfica do Rio Itaúnas (ES).....	72
Figura 15. Fórmula do primeiro ciclo de civilização	76
Figura 16. Localização dos sítios arqueológicos prospectados pela arqueóloga Imhild Wüst, em 2000	78
Figura 17. Avanço da fórmula, com a inserção do segundo ciclo de territorialização	79
Figura 18. Localização das concentrações dos materiais arqueológicos gerais compilados por Wüst em sua pesquisa de campo	82
Figura 19. Avanço da fórmula, incluindo terceiro ciclo de civilização	84
Figura 20. Fórmula do quarto ciclo de territorialização	90
Figura 21. Fórmula do quinto ciclo de territorialização	95
Figura 22. Fórmula do sexto ciclo de territorialização	101
Figura 23. Atividade extrativista de madeira, apresentando em; a) expedição ao rio Itaúnas, em meados de 1920, onde é possível observar área desmatada; b) Prática de serragem de madeira na região de Itaúnas, aproximadamente 1932	103
Figura 24. Em a) e b), o cenário, antes marcado pela vegetação abundante entre a vila e o mar, já exhibe uma grande extensão de areia, em 1953. “A impressão que se tem é de estar em pleno Sahara” (SILVA, 1953, p.28)	107

Figura 25. Em: a) os moradores relatam a dificuldade de abrir os olhos com a movimentação da areia; b) Maria Jacinta (51 anos), desperta curiosidade por não possuir braços; c) Manoel Gonçalves, soldado da polícia responsável pela ordem; d) e e) a alegria das crianças é descrita na reportagem; f) os mais velhos são resignados.....	108
Figura 26. Comércio local, vazio de mercadorias e freguesia	109
Figura 27. Em a) e b): caminhada diária por entre os montes de areia para chegar à cacimba, fonte de água potável	109
Figura 28. Em a) e b): tipos arquitetônicos representados por edificações térreas, de telhado em duas águas e cujas esquadrias são voltadas diretamente para áreas públicas	110
Figura 29. Elevação esquemática das tipologias arquitetônicas encontradas em Itaúnas Velha.	110
Figura 30. Os olhares de Rubem Braga e de Carybé sobre a antiga Vila de Itaúnas, em 1953	111
Figura 31. Primeira Igreja representada pelos traços de Carybé, em 1953	112
Figura 32. Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, Conceição da Barra, datada de 1812	112
Figura 33. Imagens de Itaúnas velha, onde é possível observar em: a) integrantes do Ticumbi em frente à primeira igreja soterrada, e b) a segunda igreja, construída em topografia acidentada à esquerda, também devastada pelo avanço das dunas anos mais tarde. Segundo fontes orais consultadas, em destaque na direita, encontra-se a casa de Seu Teofinho, antigo morador conhecido por todos	113
Figura 34. Planta esquemática da antiga Vila de Itaúnas.....	113
Figura 35. A inexorável ação da areia sobre a Vila de Itaúnas, em 1966	114
Figura 36. Religiosamente, a água é apanhada na cacimba. Em segundo plano, as ruas vão sendo engolidas pela areia	114
Figura 37. Mesmo diante da ameaça de desaparecimento da antiga vila, a população tenta manter hábitos cotidianos e viver da melhor forma possível. Em: a) transporte de mandioca pelo rio Itaúnas pelas canoas; b) meninos canoeiros trabalhando na condução à vila	115
Figura 38. Em a) e b): a imagem de São Sebastião sendo celebrada e carregada por romeiros, sanfoneiros e pandeiristas	115
Figura 39. O Ticumbi não deixa de ser celebrado no dia 20 de janeiro	116
Figura 40. Antigo meandro (linha azul hachurada) do rio Itaúnas (linha azul sólida), assoreado durante processo de expansão dos campos dunares	116
Figura 41. Fórmula do sétimo ciclo de territorialização	120
Figura 42. Em: a) uma das ruas principais soterrada pela areia; e b) algumas edificações abandonadas e em ruínas	121

Figura 43. Adensamento do novo povoado aquém do rio Itaúnas. Destaque, à esquerda, para a inserção do novo elemento no frontispício: a platibanda ornamentada	122
Figura 44. Elevação esquemática das tipologias arquitetônicas encontradas no novo povoamento da Vila de Itaúnas a partir da década de 1970.....	122
Figura 45. Construção Hotel Barramar, 1983.....	124
Figura 46. Foto aérea Hotel Barramar e a foz natural do Rio Itaúnas, sd.....	125
Figura 47. Em: a) mudança na vazão da foz rio Itaúnas com a construção do hotel, em 1970 (esquerda) e 1990 (direita); b) localização da foz artificial na linha da costa, 1991, sob imagem de satélite de 2001.....	125
Figura 48. Dunas de Itaúnas.....	127
Figura 49. Em a) e b) está o Parque Estadual de Itaúnas, sd.	128
Figura 50. Primeiro quiosque da praia de Dunas de Itaúnas, em 1987. Na ocasião, o empreendimento é de posse de Zé Preto (em memória)	129
Figura 51. Imagens aéreas das dunas, ao fundo, e da nova Vila de Itaúnas entre as décadas de: a) 1980, quando as construções são ainda bem espaçadas no entorno da igreja; e b) 1990, com significativo adensamento urbano	131
Figura 52. Imagem aérea da Vila de Itaúnas em 1997. Destaque, na esquerda superior, para a mancha urbana do núcleo principal aquém do rio Itaúnas, já bastante adensada	132
Figura 53. Fórmula do oitavo ciclo de territorialização da Vila de Itaúnas	136
Figura 54. Mapa do uso e cobertura da terra da Bacia Hidrográfica do Rio Itaúnas (2007-2008)	138
Figura 55. Mapa do uso e cobertura da terra da Bacia hidrográfica do Rio Itaúnas (2012-2015)	139
Figura 56. Mapa do uso e cobertura da terra Baixo Rio Itaúnas (2012-2015)	140
Figura 57. Foto aérea do núcleo principal da Vila de Itaúnas, sd	142
Figura 58. Mapa de Zoneamento da Vila de Itaúnas estabelecido pelo PDM da Prefeitura de Conceição da Barra, em 2006	144
Figura 59. Mapa do Uso e Ocupação da Terra Urbana da Vila de Itaúnas em 2020	146
Figura 60. Descaracterização das fachadas devido ao revestimento em material cerâmico	148
Figura 61. Construções dissonantes, em relação ao entorno, em sua escala, proporção, implantação e configuração	149
Figura 62. Fechamentos com muros alteram a relação da população com a rua e a interação entre seus membros	149
Figura 63. O bairro Maria Tercília vem sendo amplamente densificado, com lotes murados e edifícios isolados, sem mobiliários urbanos e sem reservas para praças públicas, áreas de uso coletivo, escolas, postos de saúde e demais equipamentos urbanos.....	150

Figura 64. Participantes do Festival Nacional Forró de Itaúnas (FENFIT), realizado anualmente nas últimas semanas de julho. Em a) 2018; e b) 2019	152
Figura 65. Em: a) trecho em estrada de chão da ES-010 em direção à Vila de Itaúnas, em 2012; e b) seu asfaltamento, cuja execução é iniciada em 2018.....	154
Figura 66. Aglomerações na Vila de Itaúnas no feriado de 12 de outubro, em pleno contexto de pandemia, onde: a) uma fila a perder de vista de carros estacionados na estrada que leva à entrada das dunas; b) praia com quantidade significativa de frequentadores, mesmo em clima não favorável; c) restaurantes e bares funcionando normalmente; d) turistas aglomerados, atraídos pelo forró	156
Figura 67. Córrego da Velha Antônia, em: a) 1979; e b) atualmente (2020). Fotografia: a) Júlia Nave	158
Figura 68. Espaços públicos sendo utilizados como canteiro de obras na Vila de Itaúnas, que vivencia o aquecimento dos setores imobiliário e construtivo	159
Figura 69. Em: a) canoa do Ticumbi descendo o rio Itaúnas, 2017; e b) participantes aguardando a chegada da canoa na ponte sobre o rio Itaúnas. Fotografia: Douglas Bonela	161
Figura 70. Alardo de São Sebastião, sd.....	161
Figura 71. Imagens do Projeto Agroflorestando no Sapê do Norte, ao longo do caminho que liga Conceição da Barra à Vila de Itaúnas, nas suas proximidades	163
Figura 72. Igreja de São Sebastião, localizada na praça central em: a) 1998; e b) 2020 ...	164
Figura 73. Arquiteturas singelas persistentes na Vila de Itaúnas, ligadas às tradições culturais remanescentes	165
Figura 74. Mapa conceitual do Ciclo TDR (territorialização-desterritorialização-reterritorialização) da Vila de Itaúnas/ES	169
Figura 75 Diagrama dos ciclos de territorialização da Vila de Itaúnas e de projeto de um novo ciclo, visando seu desenvolvimento sustentável	172
Figura 76. Diagrama referente à atual lógica de expansão centrífuga da Vila de Itaúnas (a) e bairro adjacente (b).....	181
Figura 77. Diagrama de nova proposta de crescimento da Vila de Itaúnas (a) e bairro adjacente (b)	182
Figura 78. Diagrama de proposta de centro intermodal de transporte (c) na Vila de Itaúnas (a) e bairro adjacente (b).....	182

O CICLO TDR COMO INSTRUMENTO ANALÍTICO-REPRESENTACIONAL PARA UM DESENVOLVIMENTO LOCAL: EXPERIMENTO METODOLÓGICO NA VILA DE ITAÚNAS/ES

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	13
2. DO ESPAÇO AO TERRITÓRIO: DEFINIÇÕES PARA ENTENDER A DES-RE- TERRITORIALIZAÇÃO.....	19
2.1 TERRITÓRIO ENTRE PATRIMÔNIO, RECURSO E CAPITAL	26
2.2 ATORES E AGENTES PRODUTORES DO ESPAÇO/TERRITÓRIO.....	29
2.3 TERRITORIALIZAÇÃO E DESTERRITORIALIZAÇÃO	33
2.4 RETERRORIZAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO LOCAL.....	37
3. CICLO TDR: MÉTODOS ANALÍTICOS, DESCRITIVOS E REPRESENTACIONAIS E COLETA DE DADOS	43
3.1 ENTREVISTAS COM MORADORES DA VILA DE ITAÚNAS.....	56
3.2 O CICLO TDR DA VILA DE ITAÚNAS/ ES: APLICAÇÃO	59
3.2.1 Notas sobre os sistemas ambientais geral e da Vila de Itaúnas: contribuições às decisões locacionais de assentamento.....	63
3.2.2 Os primeiros atos territorializantes: o período pré-cerâmico.....	73
3.2.3 O período cerâmico.....	79
3.2.4 Os períodos colonial e imperial	86
3.2.5 Da modernidade à desterritorialização alargada (condição pós-moderna)	101
3.2.6 A desterritorialização alargada no século XXI	136
3.2.7 Diagramas analíticos dos ciclos de territorialização	166
4. PREMISSAS PARA A RETERRORIZAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO LOCAL DA VILA DE ITAÚNAS: DISCUSSÕES	173
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	190
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	195
ANEXOS	202
APÊNDICES.....	204

1. INTRODUÇÃO

A presente dissertação insere-se na área de concentração “Patrimônio, Sustentabilidade e Tecnologia”, e aborda o par temático Patrimônio e Planejamento proposto por Serra (2006), articulando às questões do Desenvolvimento, especificamente no que concerne a investigação de metodologias e de instrumentos representativos- analíticos para revelar, interpretar e intervir no território, reconhecido neste estudo enquanto patrimônio, endereçados ao planejamento territorial e ao desenvolvimento sustentável.

Discussões epistemológicas no estado da arte relevam novas perspectivas e modelos alternativos de desenvolvimento territorial. Termos recentes como “bem-estar social”, “de baixo para cima” e “redescoberta do território”, sugerem a transposição de abordagem prático-conceitual: do crescimento conectado às economias e demandas globais à valorização dos interesses locais. Neste sentido, a partir da década de 1990, Alberto Magnaghi e a Escola Territorialista Italiana, têm exposto a categoria do "patrimônio territorial" como conceito e instrumento de planejamento, vinculada a uma metodologia projetual. A abordagem territorialista de Magnaghi propõe o “retorno ao lugar”, por meio da representação e da planificação, e parte da compreensão do território, e dos sedimentos que o compõem, enquanto patrimônio. Nesta lógica, o território é, antes de tudo, fruto dos processos indissociáveis de coevolução e de interação de longa duração entre relações sociais e ambientais (MAGNAGHI, 2005b).

Partindo da análise e da síntese das fases de territorialização, é possível identificar a permanência de sedimentos materiais (ligados às morfologias) e cognitivos (ligados à cultura e à memória), conformadores de “invariantes estruturais” -ou seja, a relação de bens estruturantes das identidades locais e que resistem ao longo do tempo (MAGNAGHI, 2001a, 2001b, 2005a, 2005b, 2016, 2017). Portanto, investigar o processo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização (em outros termos, o Ciclo TDR) é mister para a compreensão dos invariantes estruturais e, conseqüentemente, da identidade do lugar e sua dinâmica reprodutiva (MAGNAGHI, 2005b; RAFFESTIN, 2008). O ciclo TDR, ainda, revela a produção territorial em sua completude, com base na tríade sociedade–espaço-tempo (LEFEBVRE, 1991 [1974]; RAFFESTIN, 1993; SACK, 1986; SAQUET, 2008), e o valor atribuído na síntese dialética entre a sociedade e a sua espacialidade.

Em suma, o ciclo TDR compreende o percurso de transformação da natureza em território, por meio de ações antrópicas territorializantes (territorialização), os eventos e agentes causadores de rupturas e perturbações nos arranjos socioespaciais preexistentes (desterritorialização) e as suas recriações (reterritorialização). Logo, os processos de TDR

são construídos e reconstruídos, expondo as relações dos sucessivos grupos e seus modos de dominação e apropriação do espaço (LEFEBVRE, 1991).

Neste sentido, o território constitui-se como um bem comum, uma herança coletiva, um “produto histórico entre sociedade e natureza; tem um caráter político muito forte em direção à constituição da sociedade local [...]” (SAQUET, 2015, p.116). Atinge uma conotação patrimonial de dimensões geográficas, definindo-se nas relações sinérgicas entre ambiente físico, ambiente construído e o ambiente antrópico. Há, portanto, uma extensão do conceito de patrimônio, incluindo a categoria nas ciências territoriais. Contudo, o território também é um “neo-ecossistema”, um “organismo vivo” (MAGNAGHI, 2005b, p.61) altamente complexo, em constante transformação. Ou seja, muito mais que um objeto unicamente institucionalizado, o patrimônio territorial materializa-se no processo de construção da identidade local, perpassando por atos des-re-territorializantes.

A despeito do alargamento conceitual, verifica-se no planejamento contemporâneo a compreensão parcial e segmentação do patrimônio, dissociado em duas dimensões distintas: a Natureza e a Cultura. Essa problemática dicotômica se intensifica na estruturação das ações de conservação, baseadas em modelos de desenvolvimento insustentáveis, legadas da abordagem funcionalista-reducionista, que selecionam e excluem camadas do território (ecológica, construída e antrópica) dos raios de proteção. Isto significa que uma pequena parcela territorial é tratada como objeto museificado (RUY, 2017), restringindo a capacidade de transformação cultural e de inovação, para “compensar” a degradação da (maior) porcentagem “desprotegida”. Como resultado, tem-se a transgressão do valor patrimonial a um valor de troca, conectada a uma produção capitalista do espaço (HARVEY, 2005), irrompendo ciclos subsequentes e concomitantes, tal qual como considera Magnaghi (2001a, 2001b, 2005a, 2005b, 2016, 2017), de “desterritorialização estendida ou alargada”, responsáveis por colocar em risco os modelos socioambientais, socioculturais e socioeconômicos.

Nesse contexto, há indícios que apontam para prática do planejamento contemporâneo enquanto subsídio aos interesses do capital e de determinadas classes dominantes: no caso do Brasil, o que se nota ainda é a manutenção das desigualdades sociais, a destruição das camadas ambientais e as consequências desses processos: segregação socioespacial, gentrificação, invisibilização de comunidades fragilizadas, diluição do direito à cidade e à vida, irrompimento de desastres ambientais, de enchentes e de inundações, dentre tantos outros presentes no cotidiano. Dessa maneira, reitera-se o questionamento levantado por Carlos (2014), acreditando na urgência de seu enfrentamento: é possível superar as contradições no âmbito do planejamento, visto sua condição inicial e seu exercício partirem de uma sociedade capitalista pautada na desigualdade e na degradação socioambiental? Assim sendo, onde

está a atuação da massa social, para se autogerir e impedir a perda de sua identidade? De alguma maneira, e por alguma razão, parece ser conveniente com a articulação da díade Estado - Mercado. De certo modo, é conhecida a força de atropelamento da acumulação capitalista em direção à resistência mais fraca. Por fim, onde está o Estado, atuando para resguardar os interesses da coletividade?

Assim, a compreensão do território como patrimônio se faz relevante, pois sugere o reconhecimento das identidades locais, traduzidas por meio dos sedimentos materiais e cognitivos -invariantes estruturais- e dos grupos sociais participantes de seu processo construtivo. A leitura das invariantes estruturais pode subsidiar ações estratégicas de planejamento com vistas ao desenvolvimento numa perspectiva local, na tentativa de interromper a desterritorialização estendida do ciclo de modelo de “crescimento econômico” globalizante e, conseqüentemente, da produção capitalista do espaço, que pressupõem a exploração, degradação e exaurimento dos recursos territoriais justificadas por uma “requalificação urbanística”.

Diferente do cenário internacional, em particular o italiano, onde o conceito “patrimônio territorial” começa a ser inserido na esfera legislativa na região da Toscana na Itália, no contexto brasileiro, há necessidade de enriquecimento teórico-metodológico do debate na superação da tensão “patrimônio e desenvolvimento” nessa esfera (CARSALADE, 2007). Ademais, a racionalidade técnica permeia o planejamento contemporâneo brasileiro, e tem reduzido a participação dos habitantes nas decisões políticas, limitando-os ao consenso passivo ou a não-resistência a projetos pré-estabelecidos (CARLOS, 2014).

Neste contexto reflexivo, encontra-se a Vila de Itaúnas, localizada às margens do rio Itaúnas e sede do distrito do município de Conceição da Barra, no extremo Norte do estado do Espírito Santo. O objeto empírico é adotado por ser tratar de área de grande interesse patrimonial e ambiental, pois resguarda importantes biomas, como resquícios da Mata Atlântica, restinga, alagados, mangues, dunas, dentre outros. Abrange patrimônio tombado pelo Conselho Estadual de Cultura, as Dunas de Itaúnas, e tem a presença do Parque Estadual de Itaúnas, consolidado em 1991. Revela-se, ainda, proximidade com a área em questão estabelecida há três anos¹, na ocasião de acompanhamento, enquanto aluno especial, em disciplina ministrada pela Prof.^a Dr.^a Renata Hermann de Almeida e ofertada pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Os estudos desenvolvidos nas atividades acadêmicas resultam em participação e apresentação em seminários e simpósios, além de publicação de artigos subsequentes em anais de eventos, possibilitando familiaridade com a realidade empírica e despertando anseio por investigações aprofundadas. Soma-se, ao

¹ Considerando a data de publicação deste trabalho.

critério seletivo, vínculos afetivos com a Vila de Itaúnas e admiração pessoal pelas suas peculiaridades físicas, naturais e culturais.

A formação da Vila de Itaúnas advém de um processo iniciado em era pré-cerâmica. Vestígios arqueológicos revelam ocupações de populações sambaquieiras e, posteriormente, de povoações ceramistas-agricultoras filiadas a famílias linguísticas distintas. Ademais, reminiscências socioculturais indígenas, ribeirinhas, pescadoras e quilombolas (majoritariamente concentradas na porção norte do Espírito Santo) evidenciam a sua identidade ímpar, cuja base social e econômica é originada no trabalho familiar e na relação de subsistência com o meio natural, resultante das sucessivas decorrências históricas.

A princípio, o marco histórico do avanço das dunas, que soterra seu antigo núcleo, coloca a Vila de Itaúnas na rota turística nacional nos fins dos anos de 1970 e início dos anos 1980. Posteriormente, seu bucolismo e, principalmente, o festejo em torno do forró-pé-de-serra – retirado de seu contexto histórico-cultural e inserido em uma perspectiva economicista -, sobretudo devido à implementação do Festival Nacional Forró de Itaúnas (FENFIT), tornam-se atributos atraentes de turistas, de investidores e de agentes especulativos exógenos, com crescimento exponencial ano após ano. A máscara do capital aqui se apresenta na especulação imobiliária e no turismo exploratório crescente. Paralelamente, pela predominância significativa de equipamentos urbanos voltados ao turismo, a especialização e a transformação da Vila de Itaúnas, e todo seu entorno, em um “parque temático” avança para sua consolidação.

A problemática agrava-se ainda na escala macro: é possível observar, no entorno da Vila de Itaúnas, a territorialização de monoculturas de eucalipto em grandes extensões para extração de carvão mineral e celulose e de atividades agropecuárias industriais por toda a Bacia Hidrográfica do rio Itaúnas. Conseqüentemente, nota-se degradação significativa de área florestal, afetando a fauna e flora existentes. Essa é a realidade da extensão territorial do Extremo Norte do Espírito Santo em sua completude.

Dessa maneira, este estudo tem como **objetivo geral** estabelecer premissas que parecem essenciais para o desenvolvimento local da Vila de Itaúnas, com base na retomada de seus valores territoriais-patrimoniais, na perspectiva de contribuir, no estado da arte, em ações estratégicas de planejamento visando a transformação dessa realidade. Para tanto, experimenta-se o Ciclo TDR enquanto instrumento analítico-representacional capaz de subsidiar a leitura dos elementos territoriais identitários e a reflexão crítica acerca da produção contemporânea do território. Assim, tem-se como **objetivos específicos**:

- a) Produzir investigação histórica, subsidiada por aparato conceitual crítico, do processo de produção territorial da Vila de Itaúnas, enquanto resultado da interação sociedade–espaço-tempo;
- b) Estabelecer metodologia para elaboração de Ciclo TDR;
- c) Realizar o Ciclo TDR da Vila de Itaúnas, identificando as incipientes ações antrópicas territorializantes dos sucessivos ciclos de territorialização, reconhecendo os sedimentos identitários e os principais agentes sincrônicos e diacrônicos e periodizando o processo de formação do arranjo espacial motivada pela mobilidade dos indivíduos;
- d) Delinear questionamentos quanto aos níveis de insustentabilidade no território da Vila de Itaúnas na contemporaneidade, bem como reconhecer resistências e premissas de transformação.

Para atingir tais objetivos, define-se o seguinte percurso metodológico, pautado em uma híbrida abordagem entre métodos empírico-descritivo-qualitativo, tendo como cerne a leitura histórico-relacional do território:

- i) Formação de embasamento conceitual acerca da territorialização, da desterritorialização, e da reterritorialização – esta última articulada à temática do desenvolvimento local. Faz-se necessário resgatar, anteriormente, as discussões teóricas e/ou epistemológicas de território, de patrimônio e de recursos territoriais. Estudiosos que propõem avanços conceituais numa perspectiva relacional, multiescalar e multidimensional (RAFFESTIN, 1993 [1980]; SOUZA, 1995; SAQUET, 2010, dentre outros) e/ou que se preocupam em desvendar as forças atuantes no espaço e suas consequências na produção territorial na contemporaneidade, sejam em âmbitos nacionais e internacionais (HAESBAERT, 2012; HARVEY, 2005; MAGNAGHI, 2001a, 2001b, 2005a, 2005b, 2016, 2017, etc.), são especialmente acionados e articulados. Intenta-se, a partir do conhecimento adquirido no corpus teórico, abrir caminhos para adaptações e construções de abordagens empíricas e de leituras contextualizadas dos processos territoriais. Dessa maneira, a pesquisa bibliográfica, apresentada no capítulo dois, conta com a leitura de livros, artigos, dissertações e teses nos campos da arquitetura, do planejamento urbano e regional, da geografia, das ciências sociais, da história– o que demonstra caráter multidisciplinar deste trabalho;
- ii) Análise, apuração e construção de método descritivo-analítico-representativo para elaboração do Ciclo TDR, retomando aquele elaborado por Raffestin (1993 [1980], 2008) - um dos precursores e difusores da discussão. Pelo empenho no aprofundamento dos termos, pela aplicação e pelos relevantes desdobramentos a nível internacional e nacional, Magnaghi (2001b) e Saquet (2018), respectivamente, também contribuem neste processo, a ser descrito no capítulo três;

iii) Sistematização de materiais referente ao objeto empírico por meio de pesquisa documental-bibliográfica: documentos, informações geográficas e estatísticas, recenseamentos, relatórios, relatos, iconografias (fotos, desenhos, pinturas, mapas, ortofotos), reportagens, dentre outros;

iv) Elaboração de mapas, na perspectiva de maior aproximação e de entendimento espacial de fenômenos, sob tratamento de dados georreferenciados disponibilizados pelo Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN), pelo Sistema Integrado de Bases Geospaciais do Estado do Espírito Santo (Geobases), pelo Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), pelo Instituto Capixaba de Pesquisa Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper), pelo o Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Espírito Santo (Iema) e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Neste intuito, são utilizadas tecnologias de sistemas de informações geográficas (SIG), em especial o QGIS, por se tratar de plataforma livre, de fácil acesso e gratuita;

v) Levantamento de campo onde são realizados: mapeamento do uso e da ocupação da terra urbana in loco, registro fotográfico; observação da área territorial do objeto de pesquisa com fins de identificar eventos socioeconômicos e elementos territoriais-paisagísticos, entrevistas e organização de relatos e histórias de vida, pressupondo o contato direto com pessoas que vivem e que se identificam no lugar;

vi) Organização cronológica, análise e síntese dos dados e materiais coletados/elaborados para estruturação do Ciclo TDR da Vila de Itaúnas e para proposição de premissas com vistas ao desenvolvimento local, apresentados nos capítulos três e quatro respectivamente.

Tem-se, como produto final, uma coletânea de informações e banco de dados acerca do objeto concreto e seu presente/passado, com o intuito de descrever, representar, interpretar, compreender, explicar as problemáticas que o envolvem, para assim somar nos esforços interessados em encontrar possíveis linhas de fuga e em processos de transformações futuras.

2.DO ESPAÇO AO TERRITÓRIO: DEFINIÇÕES PARA ENTENDER A DES-RE-TERRITORIALIZAÇÃO

Tratar de territorialização, de desterritorialização e de reterritorialização significa relacionar a “uma problemática territorial - e, conseqüentemente, a uma determinada concepção de território” (HAESBAERT, 2012, p.35). Implica dizer que, delimitar o conceito de território precede a definição dos termos referentes ao ciclo TDR, visto que estes estão subordinados a aquele. Aparenta ser uma tarefa fácil, mas, na realidade, há uma polissemia e uma certa interdisciplinaridade que envolvem diferentes perspectivas epistemológicas de território, dependentes da posição filosófica de cada autor e da dimensão territorial (política, econômica, cultural ou natural) enfatizada. A complexidade decorre, ainda, dos distintos significados atribuídos pelos diferentes grupos sociais e/ou sociedades, cabendo aos integrantes de pesquisa socioespacial decifrá-los.

No estado da arte, nota-se que o termo território é fluido, utilizado em diversas áreas, como, por exemplo, a Linguística, a Filosofia e a Psicologia. Tradicionalmente, por condizer à espacialidade humana, é um conceito central para a Ciência Política, a Geografia e demais Ciências Humanas e Sociais. Ademais, como alerta Haesbaert (2012), a ausência de sua definição prévia e de um posicionamento claro por muitos autores e pesquisadores pode comprometer os debates propostos. Raffestin (2008) reitera, ainda, que muitos estudiosos têm causado confusões analíticas ao utilizar a categoria de espaço como um possível sinônimo ou uma equivalência.

Este capítulo destina-se, portanto, e primeiramente, à uma revisão literária acerca das abordagens e das concepções de território em diversos autores. Propõe-se, igualmente, resgatar discussões no tocante da categoria de espaço, afim de verificar conceitualmente as relações e as dissociações presentes nesses termos. Com isso, busca-se delinear o entendimento a respeito das relações sociais e sua materialidade espacial, bem como a construção do território, para assim tratar das definições de territorialização, desterritorialização e reterritorialização e demais desdobramentos nos capítulos seguintes - abrindo caminhos para a elaboração de procedimento metodológico qualitativo-descritivo da pesquisa.

Inicia-se a construção do raciocínio pela concepção do geógrafo Raffestin (1993 [1980], 2008), na qual o espaço é uma condição antecedente (e indispensável) à produção do território. A categoria do espaço, para Raffestin (1993 [1980]), preexiste à ação humana – sua existência independe dessa. Em assim sendo, o espaço se equipara, em certo sentido, à matéria em seu dado puro, o que não implica inferir que pode deixar de sê-lo, quando realizadas as intervenções pelos atores sociais: “[...] não é de início, a consequência de uma

prática, mas é oferecida à prática e, desde então, se torna um vasto campo de possibilidades” (RAFFESTIN, 1993 [1980], p.223). O espaço é, inclusive, reconhecível em duas facetas: uma no plano da expressão, ou o “espaço real”, definido pela superfície, distância e matéria; e outra no plano do conteúdo, ou o “espaço abstrato”, onde essas propriedades são ressignificadas pelos atores sociais. Os espaços real e abstrato diferem na escala e no tempo - esses tanto quanto concretos ou inventados – embora um esteja contido no outro.

Existem congruências nos pensamentos de Raffestin e do sociólogo Lefebvre – o geógrafo o cita em diversas de suas obras. Entretanto, para Lefebvre (1991 [1974]), o espaço é sempre uma produção social e nunca deve ser tratado como uma espécie de “primeira natureza”, sobre a qual as ações sociais são exercidas. Pelo contrário, o espaço social não se extingue na materialidade. Sua produção não está somente vinculada à prática social (dimensão concreta das ações e interações sociais), mas também à sua representação (imagética) e aos espaços de representação (dimensão simbólica). Valendo-se da fenomenologia de Hegel, dos discursos de Marx e da semiótica de Nietzsche, Lefebvre (1991 [1974]) distingue o espaço em três gêneros distintos: o percebido (a materialização da percepção do espaço, individual a cada ser); o concebido (instrumentalização do espaço por meio de técnicas de representação) e o vivido (experenciado por meio das imagens e dos símbolos que o acompanham). Dessa forma, o autor supracitado estabelece relação direta entre o modo de produção vigente de cada sociedade e a produção do(s) espaço(s).

Ademais, em Lefebvre (1991 [1974]), e em autores como Harvey (1992, 2005) e Massey (2008), há, ainda, incluída na categoria do espaço, uma outra indissociável: a do tempo, dantes vistas separadamente por estudiosos precedentes. Massey (2008) propõe o espaço como uma densa sobreposição de trajetórias e de histórias, constantemente remodelada e transformada em sua dinâmica temporal. Neste sentido, multiplicidade, heterogeneidade e pluralidade são qualidades inevitáveis no espaço, que se torna, portanto, produto de inter-relações. Nesta perspectiva, Massey (2008) deixa claro, a noção de espacialidade é um posicionamento político, contrário ao pensamento hegemônico liberal e individualista e às suas subsequentes estratégias de dominação, que entendem o espaço como uma superfície desprovida de história. E, tal como Lefebvre (1991 [1974]), espaço e tempo não são conceitos universais: são compreendidos diferentemente de acordo com o contexto social específico. “Portanto, a determinação do que é espaço e do que é tempo não é politicamente neutra, mas está politicamente imbricada em uma determinada estrutura de relações de poder” (HARVEY, 1994, p.127, tradução nossa).

A combinação do espaço social, de Lefebvre (1991 [1974]), e do natural resultam na conceituação de espaço geográfico em Santos (1996). Este termo engloba o meio físico e a atividade humana, em que um condiciona e é condicionado pelo outro. É a junção da

materialidade com a imaterialidade, de natureza pautada na dialética entre os binômios fixos e fluxos, dinâmica e inércia, prático e simbólico, conteúdo e forma. Ou seja, ainda que contenha a dimensão simbólica, o espaço geográfico é, antes de tudo, concretizado e reificado, “resultado da inseparabilidade entre sistemas de objetos e sistemas de ações” (SANTOS,1996, p.81).

Antes restrita a poucos especialistas para fins técnicos, a retomada do conceito de território data a partir da década de 1970. Segundo Saquet (2010), essa “redescoberta” é ocasionada pela necessidade mundial de “explicar a dominação social, a constituição e expansão do poderio do Estado-Nação, a geopolítica, a reprodução do capital a problemática do desenvolvimento desigual [...]” (SAQUET, 2010, p.53), dentre outros. Ao refletir sobre o *mito da desterritorialização*, Haesbaert (2012), por sua vez, aborda as diferentes interpretações do conceito de território no estado da arte, cujos discursos estão vinculados ora às perspectivas materialistas-idealistas, ora ao binômio do espaço-tempo. Fundamentado em sua análise, o mesmo autor categoriza em quatro vertentes conceituais (HAESBART, 2012), sendo:

- Uma onde a dimensão política é enfatizada, ou jurídico-política, vinculada à noção de território enquanto área superficial demarcada, sobre a qual se exerce o poder institucionalizado por meio de seu domínio e seu controle, sobretudo, mas não exclusivamente, pela figura do Estado-nação;
- Uma cuja a dimensão econômica está em primeiro plano, onde o território é tido como fonte de recursos e, portanto, é incorporado ao debate da divisão espaço-territorial do trabalho, no confronto entre as classes sociais trabalhadoras e o capital;
- Uma que enaltece a dimensão cultural ou simbólico-cultural do território, sendo produto relacional da apropriação simbólica de determinado grupo social que o habita.
- Uma de teor naturalista, que condiciona o comportamento humano ao seu ambiente físico, com qualidades semelhantes às dos demais animais.

Doravante, Haesbaert (2012) questiona a unilateralidade destes discursos. Indo ao encontro do autor, de frente aos desafios contemporâneos do ordenamento territorial, acredita-se na necessidade de implementar uma leitura integrada do território, que considere, igualmente, as suas dimensões econômicas, políticas, culturais e naturais, e que celebre a sua materialidade e sua idealidade, em uma complexa interação do tempo-espaço e do movimento-estabilidade. Além disso, é indispensável compreender o pluralismo de escalas na produção do território, direcionando a análise para além do macropoder institucionalizado pelo Estado-nação ao reconhecer, equitativamente, os micropoderes produzidos e vividos na escala local. Dessa forma, nas seguintes linhas, são abordados os autores de diversas áreas, cujos estudos

propõem avanços conceituais numa perspectiva relacional, multiescalar e multidimensional, mesmo quando tendente a uma ou a outra vertente acima descrita.

Em Raffestin (1993 [1980]), o território é essencialmente uma porção do espaço geográfico definido e delimitado por relações de poder. Raffestin (1993 [1980]) esclarece tal afirmação: para que o território seja produzido, é necessária a atuação, ou um conjunto de atuações, de atores mediados por instrumentos à sua disposição, e, assim, apropriando, dominando e adaptando as condições iniciais dadas às suas demandas, às suas intenções e aos seus objetivos. Pode-se dizer que o(s) ator(res) exerce(m) sob o espaço um trabalho - combinação de energia e informação -, transformando-o em seu território. O poder se enraíza no trabalho, através da capacidade do humano de transformar e de controlar seu meio espacial e social. O poder é, portanto, um elemento atravessador de qualquer relação, seja ela inclinada à dimensão política, econômica e/ou cultural, conferindo-lhe um caráter multidimensional e multiescalar (RAFFESTIN, 1993 [1980]).

Em outras palavras, os atores, o conjunto de suas intenções, as estratégias rumo aos fins, os instrumentos de mediação e os diversos códigos desse processo, para Raffestin (1993 [1980]), são elementos constitutivos da chamada relação social, e, por conseguinte, da relação de poder. Neste curso, o território é a cena, o conteúdo, mas também é o trunfo. Em situações onde os trunfos são igualmente repartidos, tem-se somatórias não-nulas; inversamente, nas nulas, existem perdedores e ganhadores. Dessa forma, as características geológicas e os recursos naturais são aspectos importantes para compreensão da formação de um território e os interesses por trás desse processo, mas a leitura territorial nunca deve se exaurir na materialidade. Os aspectos culturais e simbólicos também são características importantes ao território, mas não o esgotam. Antes de tudo, deve ser questionado, tal como recomenda Souza (1995): “[q]uem domina ou influencia e como domina ou influencia o espaço? Quem domina ou influencia quem nesse espaço, e como?” (SOUZA, 1995, p.78-79).

Pode-se dizer, portanto, que a organização territorial depende do esforço coletivo de um grupo social em ocupar, usar, transformar, controlar e se identificar em determinada porção espacial – a qual, por vezes, assume características distintas, de acordo com as expectativas e os comportamentos nela depositados, podendo ser exclusiva a quem a define (TRINDADE JR, 1998, p.35). Do agrupamento das relações sociais (ou de poder, consequentemente) simétricas e dessimétricas, que satisfazem necessidades e demandas de uma comunidade ou sociedade, tem-se a definição do termo territorialidade (RAFFESTIN, 2008). Há, na territorialidade, a qualidade daquilo que é vivido, no contexto sócio-histórico e espaço-temporal, sendo a somatória da relação tridimensional sociedade-espaço-tempo.

Essa relação é particular aos sucessivos grupos, dependente dos níveis de dominação e apropriação do espaço. Lefebvre (2008) distingue os termos “apropriação” e “dominação”: o primeiro tem a ver com a modificação do espaço natural por um determinado grupo, segundo suas próprias demandas e necessidades, possui uma carga simbólica de apreensão do território; o segundo se expressa na produção do espaço, a partir de um viés político e econômico e possui uma carga funcional. O primeiro está associado ao valor de uso, presumindo novas classes de utilidade da matéria que permitem multiplicidade cultural enquanto “espaço-tempo vivido” (POLI, 2015); o segundo está carregado pelo valor de troca, privilegiando o caráter mercantil e capitalista, através de dominação político-econômica.

Um território não é somente apropriado ou dominado, pelo contrário, esses dois processos podem coexistir em diferentes níveis e escalas. Contudo, quando a “dominação” se sobrepõe à “apropriação” abrem-se espaços para conflitos, repressões e violências, podendo significar vitória opressiva de um e a redução extrema do outro. Do (des)equilíbrio da relação dominação/apropriação, tem-se a formação de “Territórios Funcionais”, vistos como recurso, ou “Territórios Simbólicos”, relevantes como abrigo: nomenclaturas apresentadas por Haesbaert (2004). A apreensão do território enquanto simbólico ou funcional é variável, de acordo com os sujeitos que efetivamente exercem poder e controle sobre o espaço e os subsequentes processos sociais que o compõem.

Nesses termos, o território e as territorialidades nele inseridos fazem alusão direta à ideia de limites, mesmo que não visualmente discerníveis, e, conseqüentemente, de fronteiras, pois, por mais elementares que sejam os seus agentes produtores, há sempre a necessidade de delimitação de área de atuação. “A partir de uma representação, os atores vão proceder à repartição das superfícies, à implantação de nós e à construção de redes” (RAFFESTIN, 1993 [1980], p.150). Dentre as estratégias do exercício de poder, de controle e de gestão das redes e de nós, estão a transferência espacial de bens e de seres (circulação), e a de informação (comunicação). Dessa maneira, as relações de poder se encontram não somente nos fixos territoriais, mas também nos fluxos (RAFFESTIN, 1993 [1980]).

É bem verdade que a compressão do espaço pelo tempo na pós-modernidade tem encurtado distâncias, sobretudo para a comunicação. O avanço tecnológico dos meios de transporte e dos técnicos-informacionais abre caminhos para a vivência em redes de múltiplas escalas, do global ao local, “onde nossas próprias identificações e referências espaço simbólicas são feitas não apenas no enraizamento e na (sempre relativa) estabilidade, mas na própria mobilidade (...)” (HAESBAERT, 2012, p.282). O surgimento de novos estados de natureza do próprio território, como a sintética ou cibernética, reforça esse fenômeno. Dessa forma, é possível falar em “territórios-rede” ou “territórios em rede”, ou seja, territórios articulados e conectados entre si, seja através da circulação ou seja da comunicação, ainda que

espacialmente descontínuos. Haesbaert (2004, 2012) denomina de multiterritorialidade à oportunidade de experienciar uma miríade de territórios-rede, por meio da constante passagem de um território a outro de acordo com momento e o lugar de interesse. “Existem cada vez mais, múltiplas formas de apropriação e dominação da dinâmica territorial. É possível dominar sem estar presente” (SAQUET, 2010, p.169).

O arquiteto e urbanista italiano Magnaghi (2001a, 2001b, 2005a, 2005b, 2016, 2017), por sua vez, alerta para a construção de territórios-objeto, instrumentalizados de acordo com os interesses do capital, com a produção de bens e com o consumo. Fato legitimado pelo rompimento das fronteiras geográficas e pelo fim das restrições territoriais, através dos novos conhecimentos e das novas tecnologias advindas da condição pós-moderna e da globalização (HARVEY, 1992). Os riscos desses fenômenos envolvem a hierarquização e a dependência entre territórios e o desraizamento geográfico e social, por meio da perda dos elementos identitários, da memória e da história do lugar² e da ascensão da condição de estrangeiro, imigrante, nômade ou usuário passageiro.

Em contraposição, o mesmo autor acredita ser o território fruto dos processos indissociáveis de coevolução e interação de longa duração entre relações sociais e ambientais (MAGNAGHI, 2005b). É, portanto, produto da transformação antrópica da natureza pelas sucessivas gerações civilizatórias, onde depositam sedimentos materiais (ligados à morfologia) e cognitivos (ligados aos saberes culturais) particulares de seu ciclo, contribuindo para o aumento da massa territorial. Ou seja, partindo da análise e síntese das fases de territorialização, é possível reconhecer a relação de bens estruturantes locais resistentes ao longo do tempo (ou invariâncias estruturais) – podendo ser desde bacias hidrográficas, redes ecológicas, tipologias construtivas, tessituras agrárias e urbanas, até saberes produtivos, costumes, culturas e valores relacionais entre sociedade e meio ambiente (MAGNAGHI, 2001a, 2001b, 2005a, 2005b, 2016, 2017). Degradar um território é, ao mesmo tempo, degradar a natureza e os assentamentos humanos.

Dessa maneira, a massa territorial é uma acumulação histórica de vários tipos de atos territorializantes, cujas características qualitativas e quantitativas determinam o valor, a identidade e personalidade singulares de um lugar. O território é, portanto, uma herança coletiva, um bem comum, dotado de identidade; e as relações das permanências e das

²Como frisa Souza (2013), os conceitos de território e de lugar aparentam similaridades, mas não são sinônimos. Ambos incorporam as relações e práticas sociais; no entanto, no primeiro, tem-se em evidência a dimensão do poder, enquanto no segundo, prevalece a dimensão cultural- simbólica, vinculada à concepção de espaço vivido, dotado de intersubjetividades, de trocas simbólicas, de identidade e de significado, e conectado por um “sentido de lugar”.

invariâncias conotam sua natureza única e os elementos específicos constituintes de seu patrimônio territorial.

Numa perspectiva similar, Saquet (2010) defende uma articulação concomitante do tempo, do espaço e do território, reconhecendo aspectos relacionados à economia, à política, à cultura e à natureza (ou E-P-C-N, nas palavras do autor). Assim, a partir de uma abordagem, denominada pelo autor de “territorial (i)material”, Saquet (2010) entende o território enquanto produto socioespacial da relação natureza-humano, elaborado cronologicamente pelo exercício do poder, e centrado na territorialidade ativa de cada grupo ou conjunto de grupos sociais. Parece possível concluir que, para o autor, enquanto o território detém a qualidade de longa duração, a territorialidade se caracteriza pelas ações do aqui e do agora realizadas por uma pluralidade de sujeitos. Não obstante, “[a]s territorialidades são, simultaneamente, resultado, condicionantes e caracterizadoras da territorialização e do território” (SAQUET, 2010, p.127).

Em outros termos, o território não é caracterizado somente pelas fronteiras, nós, redes, ou pela sua geografia, mas também pelo acúmulo das des-continuidades e des-igualdades (i)materiais presentes na existência das sucessivas territorialidades cotidianas. Tais territorialidades são caracterizadas, para Saquet (2008, 2010, 2011), pelas relações multidimensionais de poder, pelas intencionalidades, pela concretização da apropriação simbólica-identitária do espaço geográfico e pelas “práticas espaço-temporais-territoriais, como sínteses das relações sociedade-natureza” (SAQUET, 2011, p.10). Dessa maneira, Saquet (2010) afirma que o conceito de território é particular e defende a necessidade de construção de uma abordagem territorial (i)material singular ao Brasil. Assim, reconhecer o passado e o presente da dinâmica territorial trilham estratégias e discussões para o futuro, pautadas na valorização das múltiplas faces do real, das territorialidades ativas e das identidades locais.

Em conclusão, as observações de Saquet (2008) na diferenciação conceitual entre espaço e território são consideradas: as relações de poder, as redes de conexão e os laços identitários - qualidades inerentes ao território. Embora estabelecidas as dessemelhanças, é importante lembrar, espaço e território não podem ser dissociados, pois:

[...] enquanto o primeiro se faz necessário para demarcar a existência do segundo, este último por sua vez é a condição para que o espaço se humanize. O território é, de início, um espaço cultural de identificação ou de pertencimento e a sua apropriação só acontece em um segundo momento (MEDEIROS, 2009, p.217).

Conclui-se que, neste trabalho, o território é entendido enquanto uma porção do espaço geográfico modificada, que revela relações de poder (RAFFESTIN, 1993; SOUZA, 1995, 2013), desde seu sentido mais concreto (de dominação), até o sentido mais simbólico (de

apropriação) (LEFEBVRE, 1991, 2008). O poder se enraíza no território em seus limites e fronteiras, mas, também, na mobilidade de seus bens, de seres e de informação. Há, ainda, multiescalaridade de poder, do macro ao micro, de acordo com os atores participantes da relação. Logo, há diferentes territórios, ou territorialidades, contidas em um único território (RAFFESTIN, 2008, SAQUET, 2010). Cada uma delas revela a interação multidimensional dos aspectos socioculturais, econômicos, políticos e naturais (SAQUET, 2010) e deposita, ao longo do tempo e sucessivamente, estratos cognitivos e materiais. Por fim, o território é composto pela simbiose de sistemas naturais, antrópicos e construídos, que lhe conformam identidade e qualidade de produto histórico construído coletivamente e de, portanto, patrimônio (MAGNAGHI, 2001a, 2001b, 2005a, 2005b, 2016, 2017). Não se pode esquecer, ainda, a perspectiva idealista do território, próxima à sacralidade: pois sem ele, não há vida. Ou como explicam Bonnemaïson e Cambrèzy (1996):

Pertencemos a um território, não o possuímos, guardamo-lo, habitamo-lo, impregnamos-nos dele. Além disto, os viventes não são os únicos a ocupar o território, a presença dos mortos marca-o mais do que nunca com o signo do sagrado. Enfim, o território não diz respeito apenas à função ou ao ter, mas ao ser. Esquecer este princípio espiritual e não material é se sujeitar a não compreender a violência trágica de muitas lutas e conflitos que afetam o mundo de hoje: perder o seu território é desaparecer (BONNEMAISON; CAMBRÉZY, 1996, p. 13-14).

2.1 TERRITÓRIO ENTRE PATRIMÔNIO, RECURSO E CAPITAL

A partir do reconhecimento das heranças territoriais, Magnaghi (2001a, 2001b, 2005a, 2005b, 2016, 2017) propugna em favor do conceito de território entendido como patrimônio, ou do “patrimônio territorial”, construído historicamente pelas ações humanas na natureza, definindo-se nas relações sinérgicas entre o ambiente físico (sistema ambiental), o ambiente construído (sistema territorial paisagístico) e o ambiente social (sistema antrópico)

Ressalta-se, inicialmente, a definição de “patrimônio” ligada à propriedade; um bem passado por lei entre familiares. Em meados do século XX, o termo é requalificado, atingindo patamares como “genético”, “natural”, “histórico”, tomando-se um conceito “nômade” (CHOAY, 2001, p.11). A primeira Comissão dos Monumentos Históricos, em 1837, na França, reconhece apenas três categorias de monumento histórico, sobretudo os vestígios da Antiguidade, as edificações religiosas da Idade Média, alguns castelos e palácios residenciais. A partir da década de 1960, a lista de herança patrimonial tem aumentado significativamente devido à inclusão de novos tipos de bens, ligados a todas as formas da arte de edificar, do público ao privado, sejam elas voltados à indústria ou à arquitetura vernacular, além da anexação de conjuntos edificados, tecidos urbanos e paisagens naturais. A ampliação tipológica é possível através do alargamento do quadro cronológico para além da segunda

metade do século XX, e das áreas geográficas no interior dos quais se inscrevem estes bens (CHOAY, 1999).

Há uma extensão tipológica, geográfica e cronológica do patrimônio com a definição do “patrimônio natural”, incorporada por meio da lei de Chastel, de 1964, na França; e, posteriormente, por tratado assinado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) sobre a “Convenção do Patrimônio Mundial, Natural e Cultural”, de 1972, com a separação de sítios, classificados em Naturais ou Culturais. Em 2003, as expressões, as práticas culturais e as técnicas tradicionais são elevadas à categoria de patrimônio cultural imaterial pela “Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial”, também adotada pela UNESCO (IPHAN, 2006). A proposta da Escola Territorialista Italiana insere conotação geográfica na noção patrimonial, enquanto incluído nas ciências territoriais. “O território é agora um grande e complexo cronograma, resultado de processos históricos de construção; ou territorialização, em que a massa territorial que a compõe aumenta; e de processos de rupturas, definição de desterritorialização [...]” (POLI, 2015, np, tradução nossa).

Os sedimentos de longa duração constituintes do patrimônio territorial sugerem um valor de existência, independentemente do uso atribuído a eles. Tais sedimentos podem ser de natureza cognitiva (conhecimentos ambientais e elementos identitários) ou material, sendo eles (MAGNAGHI (2001b, p.18 e 19):

1) Cognitivos:

a) Sedimentos de conhecimento ambiental: conhecimentos hereditários que orientam e permitem localizar e construir os assentamentos humanos em relação às estruturas naturais (geomorfologia, clima, hidrografia, estrutura litológica, cobertura vegetal, disponibilidade de recursos, etc.); utilizações tradicionais adequadas dos recursos naturais e hidrogeológicos e fontes de energia locais; técnicas de cultivo agrícola, de construção e sistemas de produção em sinergia com as características ambientais; relações cooperativas entre meio urbano e rural;

b) Elementos identitários: modelos socioculturais de longa duração (permanências linguísticas, étnicas, culturais e sociais); subsistemas políticos locais, sentido de pertencimento e sistemas de comunicação e intercâmbio intercomunitário.

2) Materiais: Elementos concretos de memória reificada nas paisagens urbana e rural, a título de exemplo: tipologias e sistemas construtivos resultantes da integração com as especificidades geomorfológicas e climáticas locais; infraestruturas de produção agrícola e de transporte; redes e nós; monumentos, tessituras rurais e urbanas, etc.

Esses podem ser incluídos, por determinada sociedade, numa perspectiva de conservação ou de desenvolvimento e de riqueza, conferindo-lhes um valor de uso. Ou seja, ao contrário da museificação (RUY, 2017) ou dos fins de apelo turístico aos quais os objetos patrimoniais estão atualmente condicionados pelas políticas de salvaguarda do patrimônio, restringindo a capacidade de transformação cultural e de inovação, Magnaghi (2001a, 2005b) sugere que as invariâncias estruturais do território possam informar as regras com vistas ao seu desenvolvimento, “permitindo a reprodução de um sistema vivo, e não a conservação de um território histórico (a menos que tenha um uso arqueológico ou museológico específico)” (MAGNAGHI, 2005b, p.63, tradução nossa). Assim, não somente patrimônio, o território é, para a Escola Territorialista Italiana, um organismo vivo de alta complexidade, um “neocossistema” em constante transformação, codificado por elementos identitários construídos ao longo de sua história, conformadores de individualidade.

É importante frisar, no entanto, o valor de uso atribuído ao patrimônio territorial enquanto recurso, não deve prevalecer seu valor de existência. Como aponta Poli (2015), a valorização do patrimônio está condicionada a duas principais perspectivas divergentes: a visão “produtivista”, que visa o desenvolvimento econômico, com atividades voltadas pra vendas; e a visão que incorpora, na economia, o valor de existência do patrimônio, tratado como recurso vivo e de longo prazo (POLI, 2015, np). A autora, ademais, em conjunto com patrimônio territorial, destaca as terminologias de recursos territoriais, encontradas em Corrado (2005) e em Gumuchian e Pecquer (2007) e de capital territorial, proposta por Oecd (2001) (POLI, 2015, np).

O recurso territorial presume a inserção da matéria na realidade útil a partir de novas classes de utilidade, com vistas à satisfação de uma determinada necessidade. Pressupõe um longo processo analítico-empírico de descoberta e de patrimonialização do território (POLI, 2015). Na mesma categoria é o conceito de capital territorial, definido pelo estoque de bens, categorizados em quatro tipos básicos, segundo Bellandi e Magnaghi (2017): capital natural e de infraestrutura, capital produtivo, capital humano e capital social.

As noções de patrimônio territorial, recurso territorial e capital territorial sugerem a possibilidade de se estabelecer, no avanço econômico, um equilíbrio dinâmico entre as relações mercantis e patrimoniais, onde as ações individualistas do primeiro termo são contidas pelo segundo, por meio da participação do grupo social atuante na base econômica e na perpetuação de sua identidade. Portanto, é necessário estabelecer elos comuns para reconfirmar a existência individual da sociedade contemporânea no reconhecimento do patrimônio territorial como recurso e capital, em uma perspectiva econômica. Dessa maneira, a inserção do conceito de patrimônio territorial no planejamento, além de estender a tipologia

do objeto patrimonial para além das reconhecidas tradicionalmente, altera as estratégias de ordenamento territorial e as ações de preservação/desenvolvimento.

2.2 ATORES E AGENTES PRODUTORES DO ESPAÇO/TERRITÓRIO

Até aqui, tem-se abordado a dinâmica relacional da ação antrópica na produção do espaço e sua transformação em território. O questionamento que reside neste momento é: quem são esses atores e agentes sociais? Em um primeiro momento, Raffestin (1993 [1980]) define ser necessário distinguir, entre os atores das relações de poder, aqueles que efetivamente realizam um programa e estabelecem articulações e processos objetivos, dos que surgem de uma divisão generalizada e classificatória (como exemplo, a população de um certo país, que engloba uma pluralidade de indivíduos distintos). Aos primeiros, o autor designa o termo “sintagmáticos”, representados por sujeitos que se integram ou são integrados em uma ou em diferentes relações, formando organizações de múltiplas escalas. Aos demais, “paradigmáticos”, constituídos como unidade de cálculo, ou como trunfos, pelos atores sintagmáticos:

Do Estado ao indivíduo, passando por todas as organizações pequenas ou grandes, encontram-se atores sintagmáticos que "produzem" o território. De fato, o Estado está sempre organizando o território nacional por intermédio de novos recortes, de novas implantações e de novas ligações. O mesmo se passa com as empresas ou outras organizações, para as quais o sistema precedente constitui um conjunto de fatores favoráveis e limitantes. O mesmo acontece com um indivíduo que constrói uma casa ou, mais modestamente ainda, para aquele que arruma um apartamento. Em graus diversos, em momentos diferentes e em lugares variados, somos todos atores sintagmáticos que produzem "territórios" (RAFFESTIN, 1993, p.152).

De todo modo, os atores sintagmáticos são compostos por indivíduos historicamente variáveis, e o aparecimento ou a saída, a presença ou a ausência de uma ou mais camada social acompanha a historiografia do próprio território. Por exemplo, no Brasil, a figura do português branco colonizador surge após o fim do século XV, sendo os séculos anteriores protagonizados pelas populações indígenas. Anos mais tarde, os jesuítas, os escravos trazidos, os plantadores de cana, as prostitutas, os agricultores de café, dentre tantos outros, passam a fazer parte do perfil social brasileiro. Em contraposição, determinados grupos são exterminados, substituídos ou miscigenados neste processo. O que não pode ser negado são as contribuições de cada um deles nas transformações territoriais. Ou seja, a produção do espaço/território é “consequência da ação de agentes sociais concretos, históricos, dotados de interesses, estratégias e práticas próprias, portadores de contradições e geradores de conflitos entre eles mesmo e com outros segmentos da sociedade” (CORRÊA, 2019, p.43).

No atual contexto, autores como Harvey (2005) e Corrêa (1989, 2019) buscam decifrar os agentes produtores do espaço e seus mecanismos de dominação. Para Harvey, as recentes

transformações estão em relação com o funcionamento do sistema capitalista e seu papel nas relações sociais contemporâneas. Declaradamente adepto aos ensinamentos de Karl Marx, Harvey (2005) discursa sobre a dimensão espacial da teoria da acumulação primitiva marxista, no processo de produção capitalista. “A acumulação pela acumulação significa, inevitavelmente, a tendência a produzir sem levar em consideração os limites do mercado” (HARVEY, 2005, p.46). Como consequência, não é rara a expansão do volume e do valor dos produtos no mercado pelos capitalistas, na tentativa de maximizar seus lucros.

Destarte, o grande volume de mercadoria sem demanda de absorção resulta na denominada superprodução. Dessa forma, o crescimento econômico é um processo contínuo de contradições internas, desencadeadas em forma de crises. Para estancá-las, os capitalistas recorrem a diferentes mecanismos, na tentativa de aumentar a capacidade de consumo: desde a criação de novas divisões de trabalho e de novas demandas, até a expansão geográfica para outras regiões, em busca de reservas latentes de mão de obra, de novas classes consumidoras e de novas fontes de matéria-prima (HARVEY, 2005, p.47-48).

No intuito de potencializar a circulação do capital, “os capitalistas individuais, em virtude de suas decisões locacionais específicas, moldam a geografia da produção em configurações espaciais distintas.” (HARVEY, 2005, p.146). Não obstante, o advento das novas tecnologias e dos novos investimentos públicos em infraestrutura, reduzem o custo e o tempo de movimentação de mercadorias e facilitam a superação de barreiras espaciais e físicas. O transporte e a localização não desempenham mais papel decisivo na implantação de um determinado empreendimento.

Harvey (2005) observa, então, a denominada “acumulação por espoliação” – ou seja, uma espécie de acumulação primitiva cíclica e constante, voltada para supressão imediata (porém superficial) das contradições e, conseqüentemente, para a reprodução do sistema capitalista. Dessa maneira, e continuamente, portanto:

[...] o capitalismo se esforça para criar uma paisagem social e física da sua própria imagem, e requisito para suas próprias necessidades em um instante específico de tempo, apenas para solapar, despedaçar e inclusive destruir essa paisagem num instante posterior do tempo. As contradições internas do capitalismo se expressam mediante a formação e a reformação incessantes das paisagens geográficas. Essa é a música pela qual a geografia histórica do capitalismo deve dançar sem cessar (HARVEY, 2005, p. 150).

Neste processo, o Estado atua como agente articulador da dominação do capital no espaço, pois seu modelo vigente é tão capitalista quanto o atual sistema estruturante da sociedade. Sem a interferência do Estado, nos momentos de crise e de colapso, o capitalismo jamais pode se recompor e fechar o ciclo da acumulação por espoliação. Para isso, dispõe de poder político-decisório para agir diretamente na produção e ordenação do espaço – dimensão

indispensável para reprodução do capital. Por intermédio de leis urbanísticas de planejamento, o Estado garante a livre circulação de mercadorias: no investimento e nas melhorias em infraestruturas sociais e físicas, de um lado, e/ou na própria organização espacial interna e na expansão de novos mercados, de outro – os quais “nenhum capitalista individual acharia possível prover com lucro” (HARVEY, 2005, p.85).

Corrêa (1989, 2014), por sua vez, preocupa-se em dar nomes aos capitalistas mencionados por Harvey (2005). O autor observa, ainda, o crescente interesse do capital industrial pela terra urbana, que deixa de ser só uma base necessária para produção e circulação de bens, e passa a ser um investimento na produção imobiliária. Dessa maneira, além do Estado capitalista, Corrêa (1989, 2019) revela a marcante atuação dos seguintes agentes produtores do espaço contemporâneo: de um lado, os proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais, os proprietários fundiários e os promotores imobiliários e, de outro, os grupos sociais – em especial, aqueles excluídos.

Os proprietários dos meios de produção dependem de um papel duplo da terra: de utilidade e de estratégia, para os fins de escoamento de sua produção. Retêm grandes porções espaciais em detrimento da dimensão de suas atividades, causando escassez de oferta e, conseqüentemente, aumento dos preços. Desse modo, suas ações “modelam a cidade, produzindo seu próprio espaço e interferindo decisivamente na localização de outros usos da terra” (CORRÊA, 1989, p.15). Já os proprietários fundiários buscam por usos em suas propriedades que permitam a máxima obtenção de lucro, especialmente os usos residenciais e os voltados ao comércio. Pressionam o Estado por investimentos em infraestrutura e por instalações, a fim de valorizar seus bens ou, ainda, interferem na definição de leis de uso do solo e do zoneamento urbano de acordo com seus interesses (CORRÊA, 1989).

Os promotores imobiliários, segundo Corrêa (1989), operam desde o processo de transformação do capital-dinheiro em imóvel, de negociações, de construção, de *marketing*, até a recuperação do capital-dinheiro acrescido de lucros, por meio das vendas. Para a maximização de seus lucros, a produção de imóveis é voltada significativamente para os segmentos populacionais que dispõem de recursos financeiros. Às camadas menos favorecidas, os promotores imobiliários recorrem à ajuda do Estado, na obtenção de créditos e nas facilidades de desapropriação de terras. Ainda assim, o rebatimento espacial é considerável: as ações dos promotores imobiliários não só mantêm as condições dos bairros nobres, mas, também, podem resultar na criação de outros pela transformação da imagem – não sem antes causar a expulsão dos antigos moradores, sem recursos para competir com o aumento dos valores, reforçando cada vez mais a segregação espacial.

No outro extremo da relação, encontram-se os grupos sociais excluídos, sem renda para aluguel (muito menos compra de imóvel), restando-lhes duas condições: ou ficam sujeitos a habitações erguidas por sistemas de mutirão e autoconstrução em áreas periféricas, ou a conjuntos habitacionais produzidos pelo Estado, cujas localizações e qualidades construtivas são bastante questionáveis. No entanto, como Corrêa (1989) considera, é na primeira situação, onde há iniciativa social e organização popular, que os grupos excluídos são, efetivamente, agentes modeladores do espaço urbano, lançando mão de formas autônomas de construção.

De certo modo, é conhecida a força de atropelamento da acumulação capitalista em direção à resistência mais fraca. Lefebvre (1991) adverte para as diversas facetas do capitalismo (rural, comercial, financeiro, etc.) e como essas desempenham dominação sobre o funcionamento do mercado, do capital e das relações sociais e de produção, pela hegemonia de uma classe. Esse termo refere-se ao controle sobre todos os aspectos da vida social e sobre os meios da produção intelectual. A classe dominante procura manter sua hegemonia por todos os meios disponíveis, incluindo as instituições, o conhecimento e as ideias (LEFEBVRE, 1991). O trabalho do Estado é vender a ideia de riqueza crescente e infinda e, em conjunto com a mídia, alimentar as expectativas da população – ainda que grande parte nunca seja favorecida em vida por eventual crescimento econômico. “Os interesses de uma classe são capazes de ser transformados num interesse geral ilusório” (HARVEY, 2005, p.81). Portanto, é necessário dizer, as contradições do capitalismo não se limitam ao âmbito econômico, pois é tanto um fenômeno econômico quanto social – impondo-se sobre e subsumindo as condições de vida humana.

Ainda dentro da lógica do sistema capitalista, Ramon Gutiérrez (1990), por sua vez, ao refletir sobre os testemunhos de uma determinada identidade cultural em seu projeto para um centro histórico, reconhece os seguintes atores do espaço urbano: o residente, os usuários, os habitantes da cidade e o turista. A importância deste reconhecimento se dá pela definição de estratégias baseadas numa valorização hierárquica:

Devemos, em primeiro lugar, privilegiar os residentes da área com os quais temos uma dívida na medida em que, mesmo nas suas limitações econômicas, são eles que nos têm permitido a recuperação desta área. Nosso desafio, então, é recuperarmos, melhorando a qualidade de vida dos moradores. Ao fundo, temos aqueles que utilizam o 'centro histórico' para as suas atividades diárias e, por isso, necessitam de serviços e equipamentos de acordo com as suas necessidades. São eles que dão a este centro histórico uma dimensão de reconhecimento para além da vitalidade da sua vizinhança. Num terceiro plano, temos o resto dos habitantes da cidade, na medida em que o uso esporádico dessas áreas lhes permite identificar e definir uma imagem - por vezes abrangente e outra exclusiva - da sua cidade. Em último lugar, o turismo surge como o destino da nossa preocupação, embora a sua dinâmica económica possa ter motivado um investimento nesta escala de valores, como faremos referência mais tarde (GUTIÉRREZ, 1990, p.16).

Discorrer sobre cada um dos agentes individualmente clarifica seus interesses, suas estratégias, suas ações e seu papel no processo de produção do espaço urbano ao longo da história. Tão importante quanto identifica-los é, assim como reitera Trindade Jr (1998, p.32), não perder de vista as articulações entre um ou mais grupos para a realização de seus interesses específicos, como, a título de exemplo, as negociações entre: Estado e as grandes empresas; os proprietários fundiários e os proprietários imobiliários; os agentes sociais excluídos e o Estado, dentre tantas outras combinações.

2.3 TERRITORIALIZAÇÃO E DESTERRITORIALIZAÇÃO

A territorialização pode significar, inicialmente, o percurso de transformação da natureza em território, através de ações e de apropriações concretas e/ou abstratas de uma comunidade/sociedade. Ou seja, nos termos de Raffestin (1993 [1980], 2008), as condições iniciais dadas são adaptadas segundo as demandas, as intenções e os objetivos de determinados atores (podendo ser individuais ou coletivos) que, por meio de instrumentos mediadores à sua disposição, traçam estratégias e exercem um trabalho (energia e informação).

A territorialização se materializa, portanto, por meio de atos territorializantes, “uma forma específica de ação coletiva que acolhe, deposita, estratifica e conecta trabalho socialmente mediado e mais ou menos normatizado” (MACHADO; SAQUET, 2010, p.130). Ou seja, motivado por necessidades de fixação, de abrigo, de controle, de alimentação, de vivência, de produção, dentre outros, o humano age no espaço tornando-o uma realidade relacional, envolvente do natural e do social. Segundo Turco (1988, apud MAGNAGHI, 2001), os atos territorializantes têm a ver com o controle do espaço e percorrem três fases frente à efetivação da territorialização (Figura 1): 1) a denominação, ou o controle simbólico do espaço; 2) a reificação, ou o controle prático; 3) a estruturação, ou o controle sensível.

Figura 1. Ciclo de territorialização



Fonte: MAGNAGHI, 2001, p.8, traduzido e adaptado pela autora.

Gatti (1994, apud MACHADO; SAQUET, 2010) aprofunda e enriquece o conceito de atos territorializantes e reformula a categorização de Turco (1988) em cinco fases:

- 1) **Denominação:** a identificação e a nomeação de uma superfície espacial são os primeiros passos para a sua transformação em território;
- 2) **Delimitação:** este é o momento de demarcação dos limites e de fronteiras, com fins de controle simbólico e prático;
- 3) **Transformação material:** ocorre no processo de mudanças na paisagem através da inserção de elementos (arquiteturas, assentamentos, infraestruturas) e transformação do uso e cobertura do solo;
- 4) **Comunicação:** delimitação das redes, malhas e nós, e conexões internas e externas;
- 5) **Estruturação:** articulação dos elementos constituintes das fases precedentes em estruturas normatizadas e orientadas para uma finalidade (como, por exemplo, para a formação de aldeias, cidades, regiões, etc.).

Entretanto, Gatti (1994, apud MACHADO; SAQUET, 2010) entende que nem todo trabalho pode ser considerado uma ação territorializante: é necessário que esta promova a transformação material do espaço atrelada à uma carga simbólica, construindo mecanismos complexos de trocas, de cooperações e de comunicações. Os aspectos materiais, simbólicos e imateriais são, portanto, indissociáveis ao processo de territorialização:

[...]se a territorialização é sobretudo enraizadora, promovendo a coesão por seu caráter mais intrínseco e introvertido, é claro que ela vai estar ligada muito mais às iniciativas político-culturais de apropriação e domínio do que à dinâmica do capital, cujo caráter é intrinsecamente desterritorializador e "sem pátria" (HAESBAERT, 1995, p.178).

O processo de produção do território é ilimitado e sempre tem como ponto de partida uma forma precedente estabelecida por ações do passado, podendo significar sua continuação, sua decomposição (desterritorialização), e/ou sua recomposição (reterritorialização) (RAFFESTIN, 2008). Ainda, como resultado dos sucessivos acontecimentos, tem-se o agrupamento das relações sociais simétricas e dessimétricas dos atores com o ambiente geral - uma associação do orgânico e do social -, indicando a construção histórica de diferentes territorialidades (RAFFESTIN, 2008).

Porém, não se pode perder de vista, a transformação das atividades humanas e o surgimento de novos estados de natureza, como a sintética ou cibernética, reverberam sobre os processos de territorialização, nos quais as relações sociais devem enfrentar fenômenos diferenciados daqueles do passado, para garantir sua espacialização e o controle sobre o próprio território. Em adição, importa frisar, a territorialização é sinônimo de identificação, mas não de imobilidade, pois também pode ocorrer no controle de fluxos e redes ou na criação de referências simbólicas e de enraizamentos de curta duração, pautados pela própria mobilidade, como o que acontece com os povos nômades.

Uma das mais importantes e completas obras sobre a desterritorialização é elaborada em 2012 pelo geógrafo brasileiro Rogério Haesbaert, intitulada *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. A partir de análise e síntese dos discursos difundidos no estado da arte acerca da desterritorialização, o autor alcança reflexões substanciais, a começar pela multiplicidade de noções tal qual a própria concepção de território - ora enfatizando a dimensão política, ora a econômica e ora a cultural. Haesbaert (2012) organiza os argumentos difundidos em linhas de pensamento tendenciais:

- A desterritorialização como sinônimo de “deslocalização”, de “fim das fronteiras” ou, ainda, de “fim do Estado”, difundidos pelo movimento neoliberal objetivando a livre atuação do mercado no espaço, a destruição de barreiras ou fixações territoriais, e enfraquecimento do poder e controle dos Estados-nações;
- A desterritorialização como sinônimo de enfraquecimento do controle dos territórios-zonas em detrimento da formação de territórios-redes, através da livre circulação de pessoas e bens;
- A desterritorialização como sinônimo de “desespacialização” na pós-modernidade, sobretudo com o surgimento do ciberespaço, ou “domínio das redes” (HAESBAERT, 2012, p.271);
- A desterritorialização como a perda de laços identitários e simbólicos por parte do indivíduo com o seu território, frequentemente referindo-se ao livre deslocamento físico de grupos sociais, sobretudo mais abastados, que podem possuir, inclusive, múltiplos endereços

residenciais, de tal forma que a generalização espacial se torna tarefa cada vez mais complexa;

- A desterritorialização como a crescente homogeneização ou nivelação de culturas pela globalização na construção de “não-lugares”, desprovidos de identidade e história.

Em resposta, Haesbaert (2012) refere-se à desterritorialização, nessas linhas de pensamento, como um mito, pois:

- A crescente mobilidade humana, seja na condição de “nômade”, de viajante, de turista, e/ou de migrante, ocasionada pela compressão espaço-tempo via avanço tecnológico, estabelece oportunidades para construção de novos territórios e novas territorialidades através do movimento, “ainda que com um conteúdo imaterial muito maior (numa concepção ao mesmo tempo não idealista e não materialista de território, é, pois, de um novo tipo de território que se trata)” (HAESBAERT, 2012, p.366);

- A flexibilização locacional das empresas multinacionais se aproxima mais de uma reorganização territorial voltada aos interesses individuais, na qual intensificam-se as desigualdades socioespaciais sob conduta da “presença-ausência”;

- A desterritorialização como enfraquecimento estatal restringe o entendimento do território à ação do Estado;

- A implementação de territórios-rede não implica, necessariamente, na ausência do poder e do controle sobre as relações socioespaciais;

- A afirmação de uma “desterritorialização absoluta” é problemática pois, além de negar existência da própria categoria de espaço, desvincula-a de suas outras partes, que são, em realidade, indissociáveis: a reterritorialização e a territorialização.

Haesbaert (2012) elucubra, ainda, acerca da dimensão social da desterritorialização: quando abordada na pesquisa, é aplicada à uma realidade baseada em fundamentos eurocêntricos, referindo-se mais ao desprendimento de laços territoriais das camadas sociais abastadas e menos às pobres, que realmente sofrem a perda do controle sobre seus espaços de vida. O autor reserva, então, o termo “desterritorialização” para designar a perda de controle territorial dos grupos subalternos, os quais chama de “aglomerados de exclusão”, e propugna em favor da “multiterritorialidade” a aqueles que detêm o livre poder de decisão e a oportunidade de experimentar diferentes tipos de território simultaneamente – em um processo cíclico de reconstrução e de novas possibilidades.

Os movimentos desterritorializantes podem significar, portanto, rompimentos e desvinculações traumáticos para determinados grupos sociais, implicando, inclusive, a restrição ao acesso de recursos e de patrimônios de seu próprio território. Dessa forma, não

raramente, envolvem situações de expulsões, uso de violência e/ou existências de zonas de guerras e conflitos. Porém, a desterritorialização não pressupõe, necessariamente, a mobilidade espacial de determinado grupo social, como frequentemente é relacionada nos discursos pontuados por Haesbaert (2012). Para o mesmo autor, a precarização das condições básicas de vida ou a privação de liberdade de expressão cultural, por exemplo, bastam para que muitos sejam desterritorializados, sem que estes tenham se deslocado fisicamente. “O que importa aí é quem delimita ou controla o espaço de quem, e as consequências desse processo. Neste caso, deter o controle seria territorializar(-se). Perder o controle seria desterritorializar(-se)” (HAESBAERT, 2012, p.262).

Em contrapartida, há de se considerar os defensores da desterritorialização em seu sentido positivo, como, por exemplo, apresentam os pioneiros do termo Gilles Deleuze e Félix Guattari (1984,1995), com suas “linhas de fuga” e seu caráter transformador. A criação ou a materialização de algo pressupõe uma vontade, um desejo de romper com as condições dadas ou o com o território existente. A desterritorialização inicia-se, portanto, pelo pensamento, para então, (re)territorializar-se no novo. Nesta lógica, é preciso ponderá-la, também, como um movimento interno ao indivíduo - resultado de percursos sociais “naturais” representados, por exemplo, pela transformação gradual das necessidades e das demandas, pela evolução na relação sociedade-território geográfico e/ou pelas novas ressignificações simbólicas e culturais neste processo.

Acrescenta-se a importância de ser incorporada a dimensão ambiental da desterritorialização, considerando as relações de causa e efeito das dinâmicas do meio com os assentamentos humanos. Reconhece-se, assim, por exemplo, a desterritorialização como, de um lado, a depreciação e a precarização dos sistemas naturais pelas ações antrópicas e, de outro, o papel e a força da natureza na desconstrução e na transformação das configurações territoriais e dos modos de vida.

2. 4 RETERRITORIALIZAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO LOCAL

No caso da reterritorialização, poucos são os estudos que abordam esse termo como ponto focal da discussão. Frequentemente, é tido como elemento reativo da capacidade da desterritorialização em produzir novas territorialidades e novos territórios, ou como processo simultâneo à des-territorialização, onde “na desterritorialização, há perda do território inicialmente apropriado e construído, [...] e, na reterritorialização, ocorre a reprodução dos elementos do território anterior, pelo menos, em algumas das suas características” (SAQUET, 2018, p.483). Para o arquiteto e urbanista Alberto Magnaghi (2001a, 2001b, 2005a, 2005b, 2016, 2017), precursor da Escola Territorialista Italiana, a reterritorialização caminha lado a

lado com o desenvolvimento local/territorial e traz grande contribuição ao planejamento na definição de estratégias para valorização e preservação da natureza e da identidade local e para retomar o protagonismo dos movimentos sociais no fortalecimento dos vínculos territoriais - na contramão da lógica capitalística de produção do espaço.

Magnaghi (2001a, 2001b, 2005a, 2005b, 2016, 2017) adota a dimensão relacional sociedade-meio do processo des-re-territorialização, e conjectura sobre a interrupção de seu ciclo natural, causada pela corrida econômica desenvolvimentista, com forte expressão no período pós-fordista e exacerbada pela revolução tecnológica. As constantes disputas por áreas produtivas entre as sociedades locais, na tentativa de alcançar o mercado internacional e a globalização e evitar o risco de seu “isolamento”, vêm provocando significativo aumento da exploração econômica dos recursos territoriais. Nessa lógica, o território é tratado como uma tábula rasa, pressupondo a formação de arranjos territoriais descontextualizados, sem relações com a identidade local, uni funcionais e desiguais, gerados por uma urbanização generalizada e difusa (MAGNAGHI, 2005b, p.18-19).

Assim, para o autor supracitado, o processo de desterritorialização deixa de ser uma fase de transição frente a uma nova territorialidade, acompanhada por uma reterritorialização como no passado, para assumir a condição de “desterritorialização estendida ou alargada” (MAGNAGHI, 2005b, p.17), vivenciada na contemporaneidade e representada pela perda gradual dos sedimentos estruturantes do ciclo anterior e pela desconexão com as ações territorializantes precedentes. A manutenção deste processo caminha para o domínio cultural universal em detrimento das culturas locais (perda da memória), libertinagem técnica e tecnológica e despreendimento das restrições territoriais, intensificação da condição de nômade, imigrante, estrangeiro, rompendo vínculos etnográficos e redução da complexidade paisagem agrária-urbana em centros de industrialização. A degradação enfatiza, ainda, os desequilíbrios ecossistêmicos, consequência da carga antropogênica excessiva no meio ambiente e dissipação de recursos não-renováveis. Um colapso da relação com o território.

Segundo Magnaghi (2005b, p.47), para a reversão deste quadro, é necessário conduzir à uma reterritorialização, com vistas ao que denomina de “desenvolvimento local autossustentável”. A reterritorialização é alcançável por meio de um longo e complexo percurso, que envolve a construção de uma nova geografia, baseada na recuperação do território (dos sistemas ecológicos, do ambiente construído e das relações sociais) e na participação ativa da comunidade, gerando novos padrões de assentamento. Primordial para a consolidação desse processo é: reconhecer e respeitar as regras de transformação e as boas práticas de reprodução – informadas pelos invariantes estruturais do território, e reconstruir a consciência e a responsabilidade dos habitantes locais. O primeiro passo requer a análise dos ciclos de territorialização, levando em conta a identidade cultural e os valores subjacentes de cada

sociedade histórica. É importante, nesse momento, não limitar a compreensão da identidade territorial à uma interpretação evolutiva tão somente linear e interruptiva. O segundo requer o acesso da população local a novos conhecimentos ambientais, técnicos e administrativos, assumindo, assim, a sua governança (MAGNAGHI, 2005b, p.47).

Dessa maneira, o modelo de desenvolvimento proposto pela Escola Territorialista de Magnaghi recebe os adjetivos: a) “local”, pois propõe o aprimoramento do lugar, a partir das regras de transformações, intrínsecas em sua identidade, que precisam ser reveladas; e b) “autossustentável”, posto que afasta a ideia de hegemonia e de centralização tecnocrática do crescimento econômico, propondo, como epicentro, o envolvimento e a cooperação da comunidade local. O desenvolvimento local autossustentável de Magnaghi é um projeto territorial diferenciado de outras abordagens, pois considera a sustentabilidade em cinco dimensões indissociáveis (em contraposição, por exemplo, à abordagem ambientalista, que pondera apenas o vetor ecológico):

- a) Sustentabilidade política – a capacidade de uma comunidade em se autogovernar;
- b) Sustentabilidade social – a integração de comunidades fragilizadas nas tomadas de decisão;
- c) Sustentabilidade econômica – a capacidade de produzir crescimento econômico associado ao valor patrimonial;
- d) Sustentabilidade ambiental – a proposição de regras virtuosas que integrem os assentamentos humanos à capacidade de resiliência da natureza.
- e) Sustentabilidade territorial – “a capacidade de um padrão de assentamento de incentivar e desenvolver a reterritorialização por meio de suas regras de produção e reprodução” (MAGNAGHI, 2005b, p.52, tradução nossa).

Com fins de reterritorialização, Alberto Magnaghi (2017), indica, como exemplo, a necessidade em estabelecer equidade territorial nas relações de longo prazo entre a cidade e o campo, através do equilíbrio ecológico e antrópico coevolutivo, numa abordagem integrada dos componentes econômicos, políticos, ambientais e identitários. Assim, com base em seu instrumento urbanístico conceitual denominado “biorregião urbana”³, propõe uma relação de coexistência policêntrica e não hierárquica entre redes de espaços urbanos e

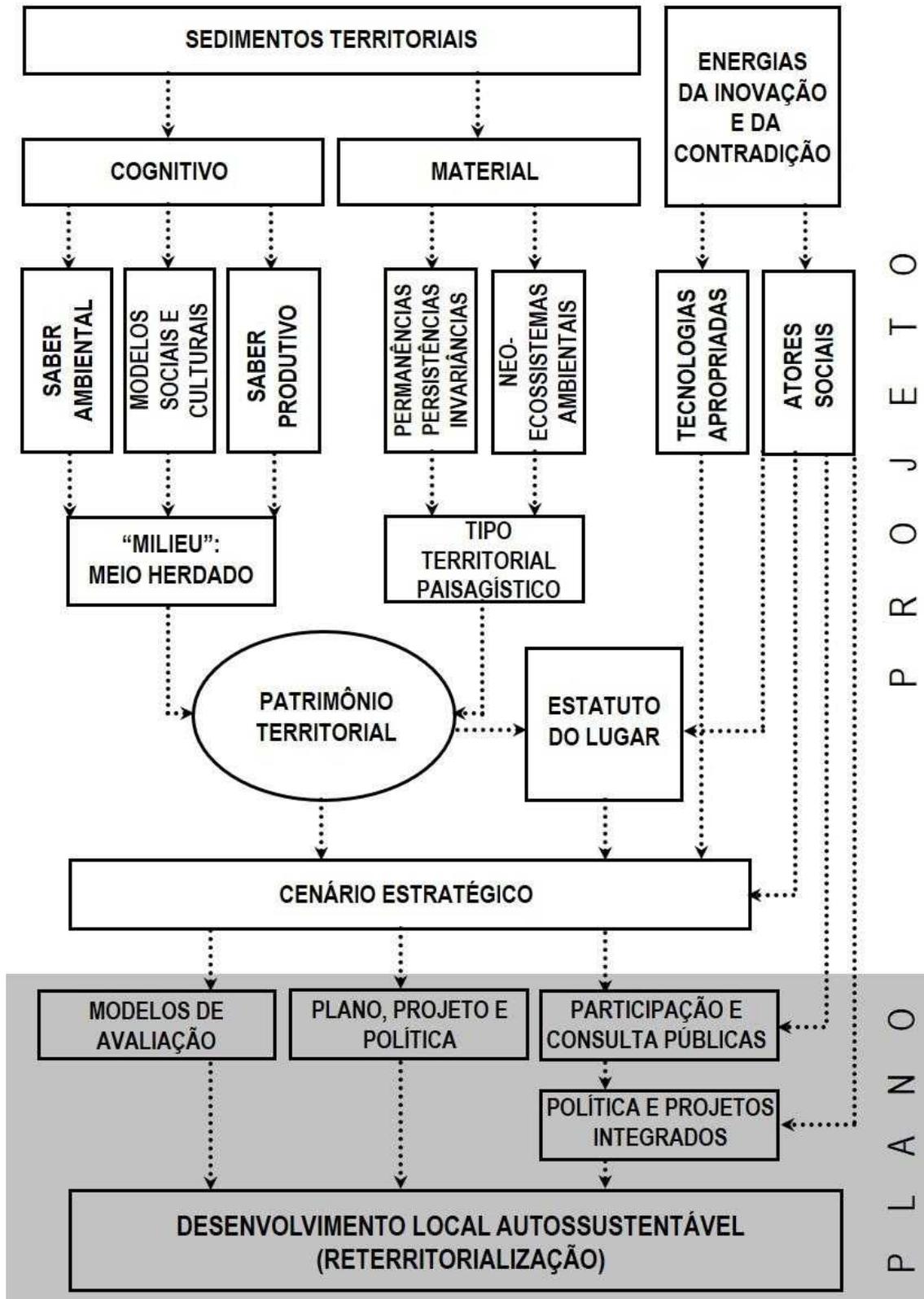
³ Na perspectiva conceitual, são encontrados estudos nacionais e internacionais que propõem os termos unitários “biorregião” e “biorregionalismo”, enquanto reflexões teórico-analíticas, frente à necessidade de redimensionamento territorial no planejamento que acrescente o manejo e a gestão ecológica (JATOBÁ; CIDADE; VARGAS, 2009; MARTINS, 2017; TÖNN; ENGLISH; TURNER, 2006; THACKARA, 2019). Os limites de uma “biorregião” não são definidos por critérios institucionais, mas, sim, pelas características geomorfológicas, permitindo compreender as relações sinérgicas entre as ações antrópicas e a natureza. Ao associar-se com o adjetivo “urbano”, introduzido pela Escola Territorialista Italiana, compromete-se em ir mais adiante, na tentativa de enfrentamento da urbanização generalizada, por meio da reconstrução dos tecidos urbanos, desde os mais densos, encontrados em áreas metropolitanas, até os mais esvaziados, partindo da decomposição e recomposição “reticular policêntrica dos mesmos lugares em sistemas de biorregiões” (MAGNAGHI, 2017, p. 88).

espaços abertos, respeitando os ecossistemas territoriais e estimulando lugares multifuncionais vivos (MAGNAGHI; FANFANI, 2010).

Em síntese, a biorregião urbana pressupõe a formação de centros urbanos e rurais pluralizados, conformadores de um conjunto de sistemas de cidades lineares inter-relacionados, cuja a governança dos setores habitacionais, produtivos, infraestruturais, paisagísticos, ambientais, identitários e de serviços, é integrada “[...] visando o fechamento tendencial de ciclos (de água, resíduos, alimentos, energia) caracterizando o equilíbrio ecossistêmico de uma bacia hidrográfica, um sistema de vales, um nó orográfico, um sistema montanhoso, um sistema costeiro e seu interior” (MAGNAGHI, 2014, p.5, tradução nossa).

O percurso metodológico proposto por Magnaghi é sistematizado em um esquema gráfico, denominado pelo autor de “processo de planejamento para o desenvolvimento local autossustentável”, apresentado a seguir (Figura 2). O esquema desdobra-se em duas seções, distinguidas entre “projeto”, na subdivisão superior, e “plano”, na inferior. Na primeira parcela, destaca o percurso de reconhecimento dos invariantes estruturais cognitivos e materiais – à esquerda; e de ações capazes de mitigar o processo de desterritorialização alargada, pressupondo a retomada de consciência do habitante local frente a sua própria gestão (energias da contradição), em conjunto com novas potencialidades tecnológicas (energias da inovação) – à direita. Doravante, o projeto é estruturado a partir da interpretação do patrimônio territorial e da criação de regras estatutárias em conjunto com a comunidade local (estatuto dos lugares), que regulamentam tanto o processo de conservação e (re)desenvolvimento, quanto o processo de transformações futuras. Os cenários estratégicos se configuram, então, como o horizonte e conteúdo da reterritorialização; categorias de “intervenções coerentes com a reversão do estado patológico e a ativação dos sistemas de assentamento autossustentáveis” (MAGNAGHI, 2001, p.34-36, tradução nossa). No campo do plano, estão a metodologia, os artifícios e a aplicação de políticas necessárias para a implementação das estratégias definidas no primeiro momento, frente à consolidação do objetivo principal, ou seja, do desenvolvimento local autossustentável.

Figura 2. Esquema metodológico com vistas ao desenvolvimento local autossustentável



Fonte: MAGNAGHI, 2005b, p.108, traduzido e adaptado pela autora

No Brasil, a temática da reterritorialização tem sido especialmente abordada, com grande interesse e participação, pelo geógrafo Marcos Aurelio Saquet, professor da Universidade Estadual do Oeste do Paraná e demais instituições. Saquet atua, inclusive, em comunidades periféricas agroecológicas e urbanas em regiões do estado do Paraná, sob a perspectiva do tripé pesquisa, ensino e extensão/cooperação. A reterritorialização para Saquet (2018) está vinculada à ideia da descoberta do território (pois presume reconhecer sua identidade singular) e do desenvolvimento territorial, alcançável pela organização/participação popular através do fortalecimento ou da ativação de consciência em duas dimensões:

a) **de classe**, tal qual a idealizada por Marx e Engels, pela mobilização, enfrentamento e resistência, sobretudo da população mais pobre e trabalhadora, pressupondo uma ação revolucionária contra a hegemonia dos agentes excludentes e acumuladores;

b) **de lugar**, baseada na revalorização dos sentimentos de pertencimento (enraizamento) e de solidariedade entre os pares, na luta pela reprodução do lugar como espaço vivido e pelo seu reordenamento com justiça social.

Para Saquet (2018), a autogestão e o “retorno ao território”, ou seja, “identificação, compreensão, representação, interpretação, valorização e potencialização das singularidades (sociais e naturais) de cada lugar-território (SAQUET, 2018, p.490) estão na base do desenvolvimento territorial e, conseqüentemente, da reterritorialização. Porém, o mesmo autor não desconsidera a atuação do Estado, pelo contrário: as atribuições sociais da entidade governamental são fundamentais para assegurar a participação popular no processo. Além disso, acredita que as transformações sociais e territoriais também acontecem a partir da necessária mudança de paradigmas dentro da própria pesquisa, do ensino e da extensão, na tentativa de romper com “castrações intelectuais” (SAQUET, 2018, p.490) e com a visão eurocentrista dominante na academia. Saquet (2018) defende a *práxis* ética e profissional, desenvolvida a partir de uma abordagem reflexiva da própria realidade histórico-geográfica e da construção de procedimentos teórico-metodológicos mais dialógicos, solidários, cooperativos e interativos, onde o conhecimento seja transmitido aos agentes comuns por meio de organizações comunitárias, para que estes possam defender seus interesses.

Em conclusão, parece possível inferir, em concordância com Souza (2013): a des-reterritorialização, em sua condição geográfica, está vinculada à instrumentalização das relações de poder e sua projeção no espaço – o que não implica associar ao uso de violência, aos abismos sociais ou às assimetrias estruturais, necessariamente. Não obstante, no contexto da atual desigualdade socioespacial, a autonomia (tomadas de decisão horizontais) vem sendo sobrepujada pela heteronomia (imposições de cima para baixo): é constante a territorialização compulsória, comandada por terceiros, de determinado grupo social (em

especial as minorias representativas) em circunstâncias cada vez mais periféricas e marginalizadas - o que significa, na realidade, sua desterritorialização. Porém, é preciso lembrar, “onde há poder, há resistência e, no entanto, ou por isso mesmo, esta jamais está em posição de exterioridade em relação ao poder” (RAFFESTIN, 1993, p.53). Neste sentido, tal qual reiteram Saquet (2018) e Haesbaert (2012), a reterritorialização pode significar atos de resistências e reações de oposição à des-territorialização forçada.

Pode-se concluir, os conceitos de desterritorialização, territorialização e reterritorialização e sua aplicação na leitura da produção histórica do território são relativos, variáveis de acordo com o referencial, a escala e a dimensão observados, a exemplo:

(...) aquilo que significa desterritorialização para uns é, na verdade, reterritorialização para outros (manifestando seu profundo sentido relacional) e o que aparece como desterritorialização em uma escala ou nível espacial pode estar surgindo como reterritorialização em outra (ressaltando seu sentido multiescalar) (HAESBAERT, 2016, p.366).

3. CICLO TDR: MÉTODOS ANALÍTICOS, DESCRITIVOS E REPRESENTACIONAIS E COLETA DE DADOS

A complexidade no processo de produção do território aponta para a necessidade de desenvolvimento de métodos descritivos-analíticos-representativos, no intuito de seu melhor entendimento, visando assegurar o próprio planejamento territorial - seja na perspectiva de seu aperfeiçoamento ou de proposições de modificações. Referências como Raffestin (1993, 2008), Magnaghi (2001b) e Saquet (2018) elaboram seus próprios modelos de representação da produção territorial, com a utilização de recursos visuais - cartográficos ou não-, tais como esquemas, tabelas e/ou mapeamentos, aqui abordados e analisados tentando obter contribuições importantes para a aplicação e o desenvolvimento do ciclo TDR no contexto do objeto concreto estabelecido neste estudo.

Raffestin (2008), em seu artigo intitulado “A produção das estruturas territoriais e sua representação”, propõe o seguinte esquema gráfico, o qual o autor denomina de “fórmula descritiva”, apresentado na Figura 3, onde: **A**) representa os agentes individuais ou coletivos que desempenham a transformação do espaço em território por meio de ações, tanto no ambiente natural quanto social; **L**) conota o tipo de trabalho ao alcance dos agentes, variável de acordo com a quantidade de informação e energia à sua disposição; **M**) diz respeito aos instrumentos mediadores, materiais ou não, aos quais os agentes tem acesso em seu meio; **P**) corresponde ao programa estabelecido pelos agentes, ou seja, os objetivos e as intenções de acordo com as suas demandas. Tais incógnitas representam os elementos destacadas pelo autor como fundamentais na produção territorial, e caracterizam a dimensão antropológica (**I**) do processo de territorialização. A combinação dessas variáveis é

condicionada ao (mas também delimita o) tipo de relação **(R)** estabelecida entre os agentes e seu ambiente geral **(S)** – somatória dos ambientes orgânicos e inorgânicos **(Sn)** e social **(So)**, e responsável pela dimensão ecológica, biológica e cultural **(II)** da territorialização. Como consequência, tem-se a produção de um território **(T)**, correlacionado à um **(Ta)**, ou seja, o conjunto de suas territorialidades. A terceira seção do esquema **(III)** corresponde à interação entre a dimensão antropológica **(I)** e a dimensão ecobiológica e cultural **(II)**, e “constitui o resultado do entrelaçamento entre território e territorialidade” (RAFFESTIN, 2008, p.28).

Figura 3. Esquema gráfico representativo-descritivo do processo de produção territorial

$$\begin{array}{ccccccc}
 \mathbf{A} \text{ (L-M-P)} & \text{-----} & \mathbf{R} & \text{-----} & \mathbf{S} \text{ (Sn/So)} & = & \mathbf{T/Ta} \\
 \mathbf{I} & & & & \mathbf{II} & & \mathbf{III}
 \end{array}$$

Fonte: RAFFESTIN, 2008, p.28

Os símbolos matemáticos fazem alusão a um grande sistema. Os atores **(A)** dependem de meios variáveis **(L, M, P)** para intervir no ambiente geral **(S)**, contribuindo para consolidação de uma relação antrópica – ecobiológica específica **(R)**. O território **(T)** é o fruto material da equação, enquanto a territorialidade **(Ta)** possui dimensão imaterial, exprimida pelo “conjunto de relações que permitem satisfazer as necessidades da comunidade ou da sociedade” (RAFFESTIN, 2008, p.28).

A imagem acima apresentada se trata de um esquema embrionário, representante do primeiro ciclo de territorialização, onde as condições se encontram em seu estado mais natural possível, sem interferências de camadas territoriais geradas por ações precedentes. É importante lembrar que o processo de produção territorial é desenvolvido no tempo, e cada variável da fórmula proposta por Raffestin (2008) faz parte de um sistema dinâmico e específico de cada ciclo de civilização, no decorrer do tempo histórico, depositando sobre o espaço geográfico sedimentos materiais e cognitivos e, assim, transformando-o. Portanto, os ciclos subsequentes partem de uma realidade já modificada no passado. Levando isso em consideração, Raffestin (2008) avança no desenvolvimento de sua fórmula inicial e elabora a seguinte, demonstrada na Figura 4.

Figura 4. Evolução da fórmula embrionária, integrando diferentes ciclos de civilização

$$A' (L-M-P)' - R' \text{ ----- } (A (L-M-P) - R \text{ ----- } S (S_n/S_o) = T/T_a) = T'/T_a'.$$

Fonte: (RAFFESTIN, 2008, p. 31)

Neste caso, o novo ator do ciclo de civilização corrente analisado (**A'**) pode reproduzir e dar continuidade às condições e às identidades territoriais herdadas (territorialização), pode decompô-las ou desconstruí-las (desterritorialização), e/ou pode recriá-las ou recompô-las (reterritorialização) – mas sempre construindo novos territórios e novas territorialidades, contribuindo para o acúmulo de estruturas territoriais a partir de novos depósitos. Portanto, a fórmula de Raffestin é ilimitada e pode ser adaptada e aplicada em diferentes escalas espaço-temporais, como apresentado na Figura 5.

Figura 5. Variação da fórmula sobre a produção territorial de Raffestin

$$A'' (L-M-P)'' - R'' \text{ ----- } (A' (L-M-P)' - R' \text{ ----- } (A (L-M-P) - R \text{ ----- } S (S_n/S_o) = T/T_a) = T'/T_a') = T''/T_a''.$$

Fonte: RAFFESTIN, 2008, p.31

Dessa forma, Raffestin (2008) deposita confiança em sua fórmula na tarefa de narrar a produção territorial a partir da relação passado e presente, ao revelar a continuidade de estruturas históricas persistentes, reproduzidas ao longo do tempo. Quanto às discontinuidades, na opinião de Raffestin (2008), representam muito mais uma evolução na relação entre a sociedade para com o seu território, e menos uma interrupção desta relação. Ademais, a leitura do território e de seus sistemas antrópico-biológicos oferece ao projeto arquitetônico-urbanístico e ao planejamento territorial a oportunidade de observar a plenitude do *input* oferecido para o exercício de sua imaginação. Assim sendo, há um elemento indispensável no processo de produção do território: a imaginação “ligada à vontade de representação que traduz o território material em paisagem” (RAFFESTIN, 2008, p.33). Apesar da historicidade da observação/contemplação da paisagem se diferenciar do território material, sua relação é indissociável, pois “as mediações utilizadas para decifrar a realidade enraízam-se no ambiente cultural, econômico e político do período considerado” (RAFFESTIN, 2008, p.35).

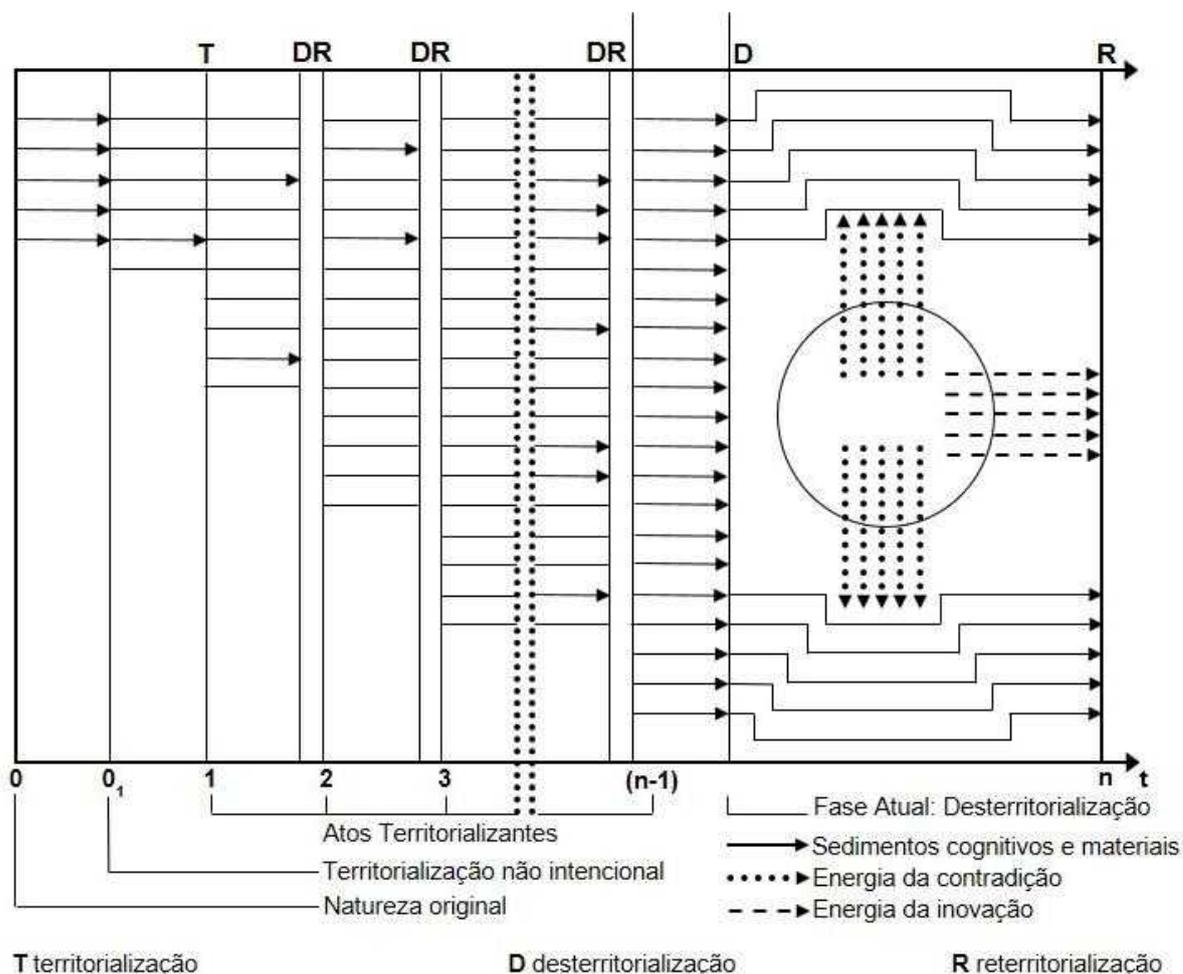
Se a dimensão do imaginário for levada em consideração, uma alteração da fórmula precedente de Raffestin (2008) é necessária: o resultado da equação passa de **T/Ta**, **T'/Ta'**, **T''/Ta''** para **Sg T/Ta – Sg' T'/Ta' – Sg'' T''/Ta''**, sendo (**Sg**) o processo de contemplação da materialidade pelo indivíduo, que “cria” um território de acordo com suas próprias abstrações.

E, mais ainda, para Sg/Li(T/Ta), onde (Li) é o instrumento de linguagem para representação do território e produção de imagens ou de paisagens. Como consequência, é possível prever que diversas paisagens podem ser “inventadas” a partir de uma mesma realidade, intensificando ainda mais a complexidade do processo de leitura da identidade territorial.

Magnaghi (2001b) segue uma linha de pensamento tal qual Raffestin, onde acredita ser necessário o desenvolvimento de um aparato visual, na perspectiva de analisar, descrever, interpretar e representar a identidade territorial por meio dos sistemas ambientais, construtivos e antrópicos historicamente duradouros de determinado território – os quais o mesmo autor denomina de “patrimônio territorial”. As congruências nas concepções destes dois autores não é mera coincidência: Magnaghi tem Raffestin como referência em muitos de seus estudos. Em seu artigo intitulado “Uma metodologia analítica pela projeção identitária do território”, de 2001, Alberto Magnaghi cita este e diversos outros autores, sobretudo reportando os métodos descritivos do processo histórico de territorialização desenvolvido por eles para, assim, elaborar seu próprio.

A Figura 6 apresenta o diagrama geral proposto por Magnaghi (2001b), o qual o autor denomina de “caminho analítico e de design para um novo ciclo de territorialização” (MAGNAGHI, 2001b, p.15). O autor prevê adaptabilidade em sua aplicação nos mais variados contextos e escalas: os elementos podem ser preenchidos pelas especificidades de cada objeto a ser estudado. Porém, é preciso considerar que as concepções de Magnaghi acerca da territorialização, da desterritorialização e da reterritorialização, no processo de transformação do território, estão vinculadas à perspectiva dos sedimentos de longa duração. As linhas verticais demarcam seções que conotam os ciclos de civilização delimitados por marcos significativos, peculiares a cada contexto territorial. Enquanto as linhas horizontais sólidas expressam os sedimentos depositados ao longo do tempo, contribuintes do crescimento da massa territorial, ora indicando sua continuidade (linhas contínuas), ora sua ruptura (interrupção de linhas).

Figura 6. Diagrama do processo de territorialização proposto por Magnaghi



Fonte: (MAGNAGHI, 2001b, p.16), adaptado e traduzido pela autora.

Da seção **(n-1)** em diante, inicia-se a segunda fração do diagrama de Magnaghi, cujo marco é definido pelo período da segunda metade do século XX. Segundo Magnaghi (2001a, 2001b, 2005, 2011, 2017), neste momento, há o domínio dos movimentos desterritorizantes caracterizados pelo abandono do território, a supressão de fronteiras e pela perda dos sedimentos patrimoniais estruturantes - devido às consequências conhecidas da globalização e da corrida economissista, bem como pela urbanização desenfreada e pela formação de metrópoles e megalópoles do chamado terceiro mundo. Como resposta, Magnaghi (2001b) acredita ser possível retomar à reterritorialização em **(n)** a partir do projeto e da implementação de desenvolvimento local sustentável, impulsionado pelas energias de contradição e de inovação, representadas pelas linhas e setas pontilhadas.

No fim do desenvolvimento do diagrama, levando em consideração o contexto a ser observado, tem-se, como resultado, a representação da paisagem e da morfologia territorial e urbana; dos sistemas relacionais e hierarquias territoriais segundo a descrição nós e redes; e da relação do sistema ambiental com os assentamentos humanos. Além disso, é possível

reconhecer a natureza dos sedimentos que constroem a identidade do lugar, podendo ser essa de caráter cognitivo (saberes de conhecimento ambiental, cultural e produtivo) e/ou material (infraestrutura da paisagem agrícola, tipos de construção, monumentos, etc.).

Além do diagrama modelo, Magnaghi recorre à representação cartográfica do ciclo TDR, com o auxílio de tecnologias geoinformacionais. Tal metodologia é aplicada pelo autor no desenvolvimento do Plano Paisagístico Territorial da Puglia – PPTR⁴, região do sul da Itália, aprovado em 2015. No contexto de mudanças de paradigma acerca do conceito de paisagens ocasionadas pela aprovação *Código dos bens culturais e da paisagem* em 2004, surgem novas demandas por instrumentos que orientem ações de preservação e intervenção, voltadas pela leitura da dimensão patrimonial da paisagem. Magnaghi, junto com uma equipe de cunho territorialista, propõe o plano estruturado no reconhecimento e interpretação dos valores identitários do território por meio de descrições analíticas- sintéticas em quatro fases: o atlas do patrimônio ambiental, territorial e paisagístico da região da Puglia; os cenários estratégicos; as fichas por âmbitos paisagísticos; e os sistemas de proteção e de regulamentações possíveis dos bens ambientais e paisagísticos.

No Plano Paisagístico Territorial da Puglia há capítulo referente ao *Atlas do patrimônio ambiental, territorial e paisagístico*, subdividido em dois itens: *Descrição analítica* e *Descrição da síntese estrutural* (tradução nossa). Este último apresenta a região da Puglia por meio de cartas temáticas contendo: a hidrogeomorfologia; a estrutura ecossistêmica; a uso do solo e seus valores agro-florestal-pastoral, na escala regional; as estruturas de longa duração dos processos de territorialização; as morfotipologias territoriais, rurais e urbanas, as transformações dos elementos construtivos-infraestruturais e agroflorestais; a Carta dos Bens Culturais; as estruturas perceptivas e de visibilidade; e a paisagem costeira. Nas seguintes linhas, concentra-se nas cartas descritivas-analíticas e sintéticas das estruturas de longa duração e relativa periodização da ocupação territorial, dada a sua importância para os objetivos e a metodologia deste trabalho.

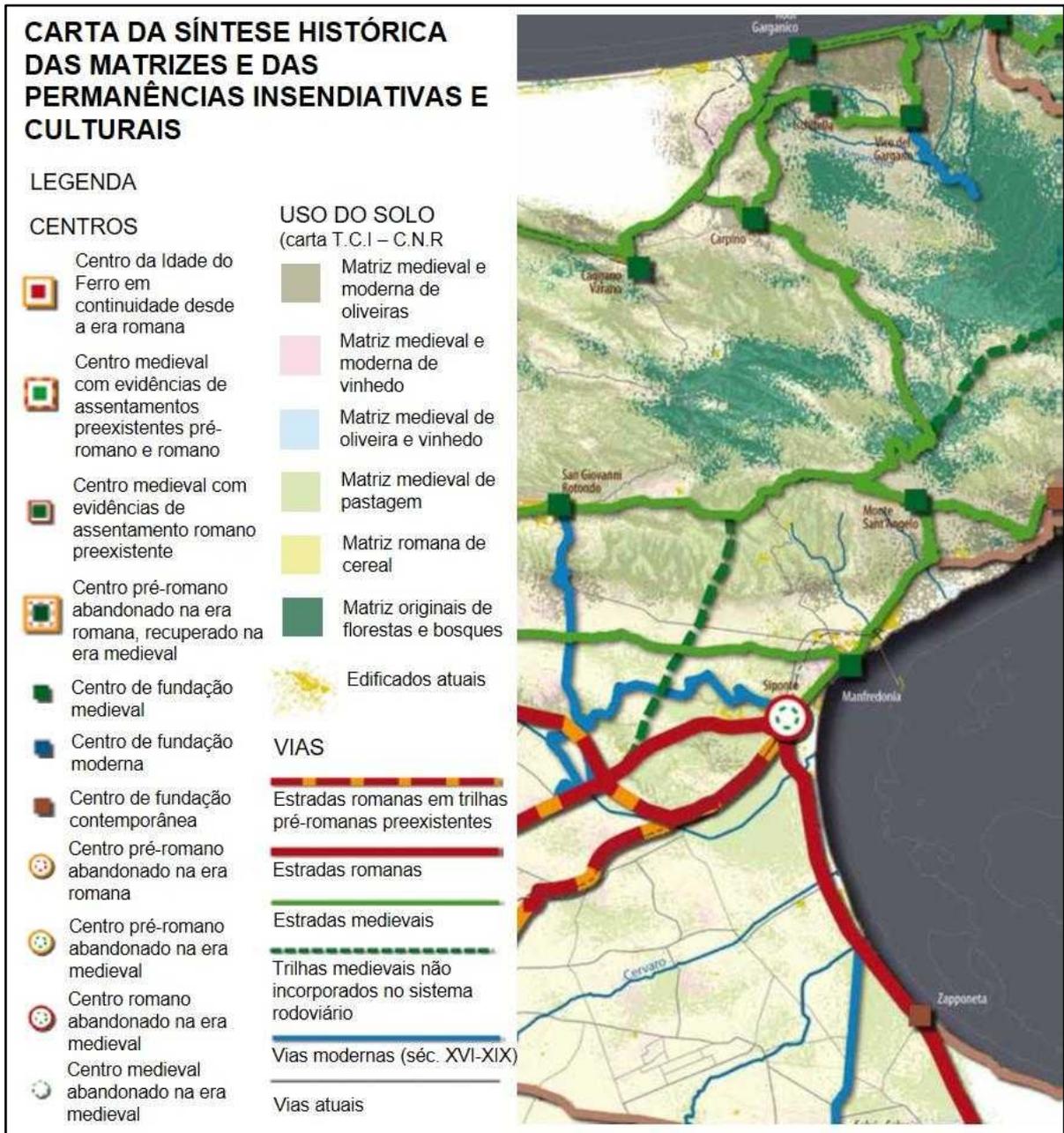
A cartografia dos elementos de longa duração enquadra as fases de territorialização, no âmbito regional, a partir de uma leitura diacrônica dos ciclos civilizatórios e suas contribuições na construção do território, desde o paleolítico até a contemporaneidade. Para cada período histórico identificado na Itália (paleolítico, idade do ferro, romano, medieval, etc.), estão representados, de forma trans-escalar: as então estruturas hidrogeomorfológicas; os tipos de assentamentos humanos e seus sistemas hierárquicos; os monumentos; a cobertura da terra e o uso do solo; outrora redes de comunicação e relações com lugares externos; as vias principais e secundárias; os fluxos, conexões e nós; as fronteiras e os limites. As cartas

⁴ O Plano Paisagístico Territorial da Puglia (ou Apúlia, em português) e demais materiais referentes estão disponíveis para consulta pelo endereço virtual <<http://paesaggio.regione.puglia.it/>>.

contam com auxílio de recursos textuais que narram os fatos históricos. Com isso, as representações intentam evidenciar não só os elementos de continuidade de caráter material e imaterial, como também as suas transformações (como as mudanças das relações sociais e/ou as flutuações das fronteiras) no transcurso do tempo.

Apresenta-se, ao fim, mapas sínteses em menor (Figura 7) e maior (Figura 8) escala com a sobreposição das informações periodizadas colhidas, onde é possível observar os elementos que: 1) são contínuos; 2) orientam e/ou são ressignificados/substituídos por outros; 3) são abandonados, evidenciando, assim, as estruturas permanentes, persistentes e as rupturas e as regras tendenciais de transformação do território.

Figura 7. Carta da síntese histórica das matrizes e das permanências insediativas e culturais em menor escala



Fonte: encontrado no Plano Paisagístico e Territorial da Puglia, 2015, no item 3.2, página 23, adaptado e traduzido pela autora

Figura 8. Carta da síntese histórica das matrizes e persistências insediativas e culturais em maior escala



Fonte: encontrado no Plano Paisagístico e Territorial da Puglia, 2015, no item 3.2, página 23, adaptado e traduzido pela autora

Inspirado em Marx e Engels, Dematteis, Raffestin, Magnaghi e em outros autores, Saquet (2018) desenvolve uma síntese dos processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização, em sua concepção, apresentados em formato de tabela (Tabela 1). Na ocasião, este estudo é elaborado a partir de atuação em campo do próprio autor e sua equipe, com grupos sociais e em localidades específicas: nas comunidades agricultoras de Jacutinga e comunidades periféricas do bairro de São Francisco, ambos na cidade de Francisco Beltrão, no estado do Paraná. Ainda assim, as informações contidas na tabela podem mediar pesquisas preocupadas com o debate de desenvolvimento local vinculado à participação/cooperação popular. Alguns conceitos são importantes para o seu entendimento: *retorno ao território*, *consciência de classe e de lugar*, abordados no capítulo anterior, e *ancoragem*. Este último refere-se a uma abordagem projetual de desenvolvimento territorial, centrada em vínculos locais a partir de sistemas de redes curtas de produção e comercialização, pressupondo a diminuição de gastos com transporte, as relações diretas entre localidades, a valorização dos conhecimentos artesanais locais, dentre outros.

Tabela 1. Síntese para compreender o processo TDR como premissa para o desenvolvimento territorial

	TERRITORIALIZAÇÃO	DESTERRITORIALIZAÇÃO	RETERRORIZAÇÃO
	PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS E LIMITES	PRINCIPAIS FATORES E IMPACTOS GERADOS	PRINCIPAIS POSSIBILIDADES E RETORNO AO TERRITÓRIO
Natureza inorgânica	<ul style="list-style-type: none"> - Águas, solos, coberturas vegetais, geomorfologias, climas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Transformações concentradoras, degradantes e poluidoras; - Áreas preservadas, etc. 	<ul style="list-style-type: none"> - Precisam ser identificadas, debatidas e definidas em cada território ou rede de territórios, a partir das suas singularidades para os cultivos, criações e transformações artesanais e industriais, considerando os princípios da sustentabilidade ambiental.
Sujeitos, relações e classes	<ul style="list-style-type: none"> - Classes e grupos sociais, objetivos, metas, ritmos e necessidades; - Comandos locais e regionais, disputas e conflitos. - Relações de confiança e reciprocidade. - Organizações e mobilizações. - Iniciativas econômicas. - Costumes e identidades. - Saber-fazer e artesanidade. - Produtores ecológicos de alimentos. - Outras iniciativas ecológicas como na geração de energia. 	<ul style="list-style-type: none"> - Edificações (sobretudo com significado patrimonial), acordos, pactos, coligações, associações políticas, recreativas e culturais; - Cultivos agroquímicos; - Inovações tecnológicas utilizadas, financiamentos, subordinações, etc.; - Distintas inserções no mercado; - Ritmos acelerados de vida e grandes investimentos urbanos e rurais, comerciais, industriais e financeiros. 	<ul style="list-style-type: none"> - Precisam ser identificadas, debatidas e definidas em cada território ou rede de territórios econômicas, políticas, culturais e ambientais, de acordo com as especificidades das famílias, dos grupos e das classes, valorizando-se os ritmos lentos e solidários, os saberes populares, as identidades, as proximidades, as redes curtas e as <i>âncoras</i>; - Criação e/ou qualificação da <i>consciência de classe e de lugar</i>.
Mediadores (i)materiais	<ul style="list-style-type: none"> - Estado: federal, estadual e municipal; - Empresas privadas e públicas; - Técnicas e tecnologias; - Conhecimento, saber popular e ciência; - Assistência técnica; - Associações; - ONGs; - Sindicatos; - Força de trabalho; - Movimentos sociais; 	<ul style="list-style-type: none"> - Edificações, projetos em vigor e previstos, níveis de contaminação da água, do solo e do subsolo (quando for o caso), formas de deposição dos desejos líquidos e sólidos, distribuição das terras e outros bens comuns, espaços públicos, qualidade da atuação e conquistas já conseguidas; - Grandes empresas privadas e públicas; - Mecanismos de gestão e políticas públicas, etc. 	<ul style="list-style-type: none"> - Precisam ser identificadas, debatidas e definidas em cada território ou rede de territórios: econômicas, políticas, culturais e ambientais, valorizando-se a democracia, a participação social, a autonomia decisória, a reciprocidade, a autogestão, e a auto-organização; - O Estado precisa cumprir seus papéis constitucionais e sociais.
Práticas espaciais e temporais (i)materiais	<ul style="list-style-type: none"> - Distintas apropriações temporárias e mais efetivas; - Propriedades, domínios, 	<ul style="list-style-type: none"> - Concentração da terra e demais meios de produção; 	<ul style="list-style-type: none"> - Precisam ser identificadas, debatidas e definidas em cada território ou rede de territórios: econômicas, políticas, culturais e ambientais, tendo em vista o

	<p>parcelamentos, delimitações, demarcações e especulações imobiliárias;</p> <p>- Diferentes ritmos de vida, etc.;</p> <p>- Organizações populares, associativas, cooperativas e solidárias de luta e resistência ao capital e ao Estado burguês;</p>	<p>- Transformações concentradoras, degradantes e poluidoras;</p> <p>- Expropriação dos trabalhadores e proprietários;</p> <p>- Ritmos acelerados de produção e vida;</p> <p>- Especulação imobiliária e financeira;</p>	<p>desenvolvimento desejado, valorizando-se os ritmos lentos e solidários, juntamente com a preservação e conservação da natureza (humana e não humana);</p> <p>- <i>Práxis</i> de transformação e justiça social.</p>
Identidades culturais	<p>- Frágeis e fortes vínculos com o lugar e com o território: <i>ancoragem</i>;</p> <p>- Pertencimento, afetividade e reconhecimento;</p> <p>- Mobilização, resistência e luta política;</p> <p>- Patrimônio histórico (edificações, saber-fazer, identidades, línguas, ritos, costumes etc.);</p> <p>- <i>Cultura camponesa</i> com incorporação das mudanças: coexistência de cooperação, solidariedade e mercado, no campo e na cidade.</p>	<p>- Mudanças/rupturas e dissoluções;</p> <p>- Vínculos frágeis com o lugar de produção e vida cotidiana;</p> <p>- Avanços do consumo padronizado;</p> <p>- Avanços já conseguidos política e culturalmente, por exemplo, com produtos típicos, educação ambiental, bairros sustentáveis, etc.;</p>	<p>- Resistência e luta;</p> <p>- Fortes vínculos territoriais: <i>ancoragem</i>;</p> <p>- Reprodução da <i>cultura camponesa</i> com incorporação de outros comportamentos e valores: coexistência de cooperação, solidariedade e mercado em redes curtas;</p> <p>- <i>Renovação da identidade</i> vinculada à <i>consciência de classe e de lugar</i>.</p>
Redes locais, não locais e nós (em distintas escalas)	<p>- Continuidades espaciais (rurais-rurais; urbano-rurais; urbanas-urbanas);</p> <p>- Redes heterocentradas nacionais e internacionais;</p> <p>- Redes autocentradas tendencialmente locais e/ou regionais;</p> <p>- Comercialização solidária: mercado local e/ou regional;</p> <p>- Sinergias e reciprocidade: cooperação, solidariedade, associações para produzir, comercializar, festejar, enfim, para viver, etc.</p>	<p>- Transposição de limites com descontinuidades/rupturas;</p> <p>- Difusão e fluidez em longas e padronizadas redes de comercialização;</p> <p>- Redes heterocentradas tendencialmente nacionais e internacionais;</p> <p>- Iniciativas locais e/ou regionais na articulação público-privada, etc.;</p> <p>- Redes especulativas: mercantis, imobiliárias, industriais e financeiras.</p>	<p>- Novas continuidades espaciais a partir das diferenças e identidades;</p> <p>- Redes autocentradas tendencialmente locais e/ou regionais;</p> <p>- Sinergias, <i>ancoragem</i> territorial e reciprocidade: cooperação, solidariedade, associações e sindicatos com identidades políticas e/ou econômicas e/ou culturais e/ou ambientais, etc.</p>

Fonte: SAQUET, 2018, p. 494, adaptado pela autora

Os métodos representacionais apresentados podem contribuir significativamente para o desenvolvimento e apresentação do ciclo TDR da Vila de Itaúnas, objeto concreto deste estudo. Porém, é importante considerar alguns obstáculos. Tanto a fórmula de Raffestin (2018) quanto o diagrama e os levantamentos cartográficos de Magnaghi (2001b,2015) requerem uma gama de informações e dados georreferenciados (no caso das cartografias) que fogem da realidade do pesquisador brasileiro. Há uma grande deficiência de bibliografia referente às populações nômades e pré-indígenas na América Latina, sobretudo no Brasil, bem como sobre as heranças indígenas já dizimadas. Há também dificuldade de consenso nos documentos acerca dos povos africanos escravizados uma vez que muitos adquirem novas identidades ou têm seu passado apagado, quando desembarcados em território brasileiro. Existe, ainda, a necessidade de interpretação imparcial às histórias narradas pelo ponto de vista dos portugueses que aqui chegam, qualificando os cursos históricos e definindo os marcos significativos segundo seus próprios interesses. Não menos importante, é imprescindível trazer à tona a dificuldade de acesso a determinados dados levantados pelas instituições brasileiras responsáveis, tornando difícil não fazer a comparação com órgãos de outras nacionalidades, tais como as italianas, que disponibilizam todo seu acervo documental para população por vias digitais.

Não obstante, acredita-se na importância do desenvolvimento do ciclo T-D-R, e associada representação, para entender e valorizar as identidades territoriais na definição de estratégias com vistas ao desenvolvimento local, indo ao encontro de uma sociedade mais justa e ambientalmente resiliente. Portanto, é necessário o enfrentamento dessa problemática tentando considerar, tanto quanto possível, as diferentes escalas e dimensões dos conceitos de des-re-territorialização, os atores e agentes de cada fase de civilização e seus atos territorializantes, os níveis de apropriação e de dominação do espaço, os sedimentos materiais e cognitivos de longa duração, os nós e as redes, as relações de poder, as homogeneidades e as heterogeneidades, dentre outros elementos importantes para o estudo.

Tendo como base os métodos de Raffestin, de Magnaghi e de Saquet, acima apresentados, a construção dos modelos analítico-descritivos, com intuito de descrição, de interpretação e de representação do ciclo T-D-R da Vila de Itaúnas, perpassa por um percurso metodológico pautado em:

a) Pesquisa bibliográfica e documental: busca de documentos, dados, relatórios e iconografias (fotos, desenhos, pinturas, mapas, dentre outros) do processo histórico da produção da Vila de Itaúnas e de todo o Espírito Santo. Para isso, é realizada uma investigação nos acervos de instituições e de organizações-não-governamentais a nível nacional, estadual e local, tais como a Biblioteca Nacional, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), o Instituto do

Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN), o Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES), o Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), o Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Espírito Santo (Iema), o Instituto Histórico Geográfico do Espírito Santo (IHGES) e a Sociedade Amigos por Itaúnas (Sapi). E, também, em grupos virtuais de compartilhamento de imagens (como o Memória Capixaba e o Espírito Santo Br Memória); além de levantamento de teses e dissertações defendidas nos Programas de Pós-Graduação (PPGs), especialmente da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e da Universidade de São Paulo (USP). É importante adiantar: há uma escassez de fontes documentais e dados oficiais da Vila de Itaúnas, em especial referentes aos primeiros ciclos de territorialização. Neste sentido, para o trabalho, as iconografias têm papel importante, pois possibilitam análises perceptivas quanto às transformações territoriais ao longo do tempo, significativas e necessárias à abordagem holística de descrição gramatical, sintática, esquemática e cartográfica do ciclo TDR aqui proposta.

b) Levantamento de ortofotos e dados georreferenciados: compilação de informações necessárias para representação geoinformacional, em especial disponibilizadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN), pelo Sistema Integrado de Bases Geoespaciais do Estado do Espírito Santo (Geobases), pelo Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), pelo Instituto Capixaba de Pesquisa Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper), pelo o Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Espírito Santo (Iema), e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE);

c) Levantamento de campo: observação da área territorial do objeto de pesquisa com fins de identificar eventos e fenômenos socioeconômicos e culturais correntes, elementos territorial-paisagísticos, através de registro fotográfico, de mapeamento do uso e da ocupação da terra urbana *in loco* e de relatórios de campo. É necessário destacar, entretanto, que esta etapa é prejudicada devido ao contexto de pandemia ocasionado pelo vírus Sars-CoV-2, causador da Covid-19. Os protocolos de mitigação de contágio e de propagação da doença, que incluem a diminuição de circulação de pessoas em áreas públicas e paralização de atividades e eventos, alteram dinâmicas e fenômenos urbanos ocorridos em tempos normalizados e, portanto, alguns resultados esperados. A título de exemplo, não foi possível acompanhar o Festival Nacional Forró em Itaúnas e seus efeitos na vila em sua completude, tampouco a Festa de São Sebastião e de São Benedito. Em adição, o período de imersão inicialmente estipulado em um mês (percorridos em estações distintas no ano), é reduzido para quatro dias para evitar exposições prolongadas, o que pode ter afetado a coleta de informações importantes. De qualquer forma, faz-se o esforço para elaboração do levantamento de campo em meio aos obstáculos apresentados, acreditando na significativa contribuição da vivência e da experiência empírica na construção deste trabalho;

d) Entrevista com moradores da Vila de Itaúnas: coleta de relatos e de histórias orais com a finalidade de investigar diferentes pontos de vista e expectativas sobre o passado, o presente e o futuro da vila. Por se tratar de método vinculado à uma pesquisa qualitativa e não probabilística, o processo de definição da dimensão amostral não conta com cálculos estatísticos específicos. Tampouco busca-se um número exorbitante de entrevistados, mas sim um conjunto representativo capaz de subsidiar análises e interpretações acerca da relação indivíduo-lugar e da construção territorial da Vila de Itaúnas. Os participantes são selecionados pela acessibilidade e, sobretudo, pela experiência da pesquisadora em campo de pesquisa, pautada no conhecimento advindo do corpus teórico. Contudo, similarmente à etapa de levantamento empírico, as repercussões da Covid-19 dificultam a aproximação e a interação pesquisador/morador. De qualquer forma, somam-se oito entrevistados, cujas informações obtidas amparam a teorização almejada.

3.1 ENTREVISTAS COM MORADORES DA VILA DE ITAÚNAS

É um dos objetivos deste trabalho entender as diferentes fases de territorialização do objeto de estudo, responsáveis pela conformação de sua condição atual. Se um território é produto das, e condição básica para, as relações entre meio físico e antrópico, é mister, no desenvolvimento de uma narrativa, o reconhecimento das transformações em diferentes âmbitos: ambientais, construídos e sociais. Para os ambientais e os construídos, as informações são coletadas objetivamente por meio de fontes secundárias. Já as sociais, fontes secundárias são necessárias, porém, sozinhas, não parecem ser suficientes para clarificar os valores, as opiniões e o ponto -de- vista dos sujeitos que efetivamente vivem e sentem os impactos das mudanças. Portanto, lança-se mão de entrevistas enquanto equipamento operacional para obtenção de dados subjetivos, trazendo a perspectiva do modo de interpretar e de compreender a realidade através da experiência do próprio indivíduo. É preciso deixar claro: há a intenção de dar espaço e voz aos interlocutores sociais locais, porém, não se pode perder de vista o papel assumido pelo pesquisador enquanto mediador entre a coleta, a seleção e o registro dos dados, que devem visar os objetivos finais e específicos estabelecidos neste trabalho (o qual o pesquisador é o autor).

O público-alvo desta entrevista refere-se a todos aqueles moradores, de diferentes faixas etárias, níveis de ensino e/ou diferentes ofícios, que estabelecem laços e tradições culturais, compartilham o sentimento de pertencimento com o lugar e se preocupam, de certa forma, com os desdobramentos futuros da Vila de Itaúnas, sejam eles nativos e naturais na região, descendentes ou forasteiros - nome dado aos residentes não-nascidos e vindos de outras localidades. Recruta-se, portanto, uma multiplicidade de perfis a fim de compilar informações advindas de experiências distintas, reconhecendo discrepâncias e recorrências em suas falas.

Dessa maneira, ficam de fora atores e indivíduos cujos interesses são individuais e exógenos e usuários efêmeros, como turistas ou passageiros temporários.

O contexto de pandemia, iniciada em março do ano de 2020 e causada pelo vírus SARS-CoV-2 (conhecido como Covid-19) dificulta o processo de levantamento de campo e, principalmente, o acesso dos pesquisadores aos potenciais entrevistados, devido aos protocolos de distanciamento social, como medida preventiva de contágio e de propagação da doença. Muitos moradores optam por se isolarem e restringirem o contato e o convívio social. Outros, por sua vez, não se sentem à vontade com recursos digitais e remotos de comunicação. Diante dessa conjuntura, estratégias visando o alcance ao público-alvo são traçadas. A princípio, faz-se uma busca por pontes e por elos comuns: possíveis mediadores familiarizados com a Vila de Itaúnas e com seus moradores que pudessem intermediar e facilitar a comunicação introdutória. Estabelecido o primeiro contato, as entrevistas acontecem presencialmente, nas residências dos entrevistados ou qualquer lugar público de sua preferência (em uma praça, na rua, na calçada), seguindo protocolos de segurança – como uso obrigatório de máscaras, respeito de distância mínima, preferência a locais arejados, uso de álcool e demais produtos de higiene para as mãos, etc. Somente uma entrevista é realizada por meio de vídeo conferência. Na finalização do procedimento, o próprio entrevistado indica e ajuda a nomear o seguinte, e assim sucessivamente.

Dessa maneira, oito são os entrevistados. Quanto às faixas etárias tem-se: anciãos e antigos moradores da vila soterrada, adultos nascidos no novo núcleo, forasteiros e jovens-adultos recém-formados naturalizados na Vila de Itaúnas. Quanto à escolaridade: alguns possuem o ensino fundamental (1) e/ou médio completo (2), outros possuem formação em instituição de ensino superior (4); pós-graduados são em menor número (1). Quanto aos ofícios: instrumentistas (1), trabalhadores do setor de hospedagem ou donos de pousada (5), comerciantes e donos de quiosque (3), advogados cuja função é exercida em outras localidades (1), membros de ONGs atuantes na região (3), artistas plásticos (1), biólogos (1), profissionais da comunicação social (2), pescadores e trabalhadores do mar (1)⁵.

Inicialmente, os entrevistados são verbalmente informados sobre os procedimentos e sobre Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Na manifestação de interesse em contribuir na pesquisa, podendo deixar de participar em qualquer momento sem que haja penalidades ou prejuízos, recebem uma via do documento, de igual teor, assinada pela pesquisadora principal e rubricada em todas as páginas.

Opta-se por entrevista semiestruturada, pois possibilita maior elasticidade tanto na duração quanto na interação entre entrevistador- entrevistado, favorecendo respostas espontâneas.

⁵ Alguns exercem mais de uma profissão.

Faz-se combinação entre perguntas fechadas e abertas. À luz do corpo teórico apresentado no segundo capítulo deste trabalho, questionamentos-chave são pré-estabelecidos. Em especial, busca-se entender o grau de consciência de classe e de lugar, pressupondo: a) o nível de percepção, tanto do seu posicionamento nas estruturas de poder, quanto das forças e agentes dominantes no processo de transformação de seu território; b) a pujança participativa, individual e coletiva, no debate, nos movimentos e na gestão territorial; c) o reconhecimento e a valorização dos elementos identitários de seu lugar-território. Assim, lançando mão de uma linguagem acessível, dialógica e não indutiva, são elaboradas as seguintes perguntas para procedimento metodológico. É importante salientar que, durante a prática, algumas sofrem alterações quanto à sua estrutura e quanto à formação de palavras, na tentativa de se fazer entender pelo pesquisado quando necessário. Igualmente, frisa-se que os conteúdos das entrevistas não são utilizados em sua totalidade, sendo selecionados aqueles que dão suporte às argumentações levantadas neste trabalho.

1) Fechadas: identificação do usuário – preenchimento de dados

1.1 Nome;

1.2 Idade;

1.3 Local de nascimento;

1.4 Grau de escolaridade;

1.5 Atividade que exerce e local de trabalho;

2) Abertas

2.1 Há quanto tempo está/em que ano você chegou na vila?

2.2 O que te trouxe pra cá (ou sua família?)?

2.3 Você conseguiria comparar como era a vila antigamente e como é agora? Se sim, quais transformações (ou não) que ocorreram:

a) na arquitetura da cidade?

b) nos tipos de comércio e serviço?

c) no perfil do morador?

d) nas tradições culturais e econômicas?

e) no número de turista?

f) no tamanho da vila?

g) na fauna e na flora?

2.4 Como você vê a questão do turismo? Você acha que a Vila ainda não atingiu todo seu potencial turístico, ou você pensa que desenvolver ainda mais o turismo pode trazer mais malefícios que benefícios?

2.5 E o asfaltamento? Qual a sua opinião?

2.6 Você acha que a população de Itaúnas é unida (no sentido de se organizar e participar ativamente por objetivos em comum)? Se sim, pode me dar um exemplo? Se não, qual o motivo da desunião na sua opinião? Você acha que é importante a mobilização comunitária nas tomadas de decisão?

2.7 Se a vila continuar se desenvolvendo da forma como está, como você a vê daqui a 10, 20 anos?

2.8 Como você gostaria que fosse? O que você acha:

- a) que falta?
- b) que pode melhorar?
- c) que pode ser transformado/potencializado?
- d) que deve ser preservado?

3.2O CICLO TDR DA VILA DE ITAÚNAS/ ES: APLICAÇÃO

A estruturação do ciclo TDR da Vila de Itaúnas recorre à uma divisão histórica preliminar, organizada em períodos, traçando paralelismos com os cenários regional/nacional/internacional, a fim de conferir legibilidade e legitimidade cronológica. Evidentemente, esta é uma tarefa que requer a atuação de uma equipe altamente multidisciplinar, sobretudo dos campos da história, da arqueologia, da sociologia, da grande área das ciências exatas e da terra, dentre tantos outros. Portanto, este estudo serve-se da leitura de diferentes obras, desenvolvidas por estudiosos das áreas acima referidas, na tentativa de definir as fases de âmbitos temporais, distintas em seus modelos de povoamento. Neste sentido, são identificadas sete periodizações gerais, as quais inspiram os títulos dos subcapítulos seguintes: 1) a pré-história, correspondente à natureza original e aos sistemas ambientais; 2) o período pré-cerâmico; 3) o período cerâmico; 4) o período colonial; 5) o período imperial; 6) a modernidade; e 7) a pós-modernidade/contemporaneidade.

O subcapítulo 1, correspondente à pré-história, intenta clarificar, em breves notas, as condicionantes dos sistemas ambientais que norteiam decisões locais para o estabelecimento de assentamentos humanos e para o desenvolvimento de atividades e práticas adequáveis. Faz-se uma análise do panorama geral do Espírito Santo, a fim de

identificar as tendências de ocupação no estado, relacionando à Vila de Itaúnas. Nota-se, em antemão, que as características geográficas, a presença abundante de rios, de mangues e a proximidade ao mar propiciam condições favoráveis à busca por alimentos e formações de aldeias, ainda que temporárias. Neste propósito, recorre-se a estudos no âmbito da geografia e da oceanografia, além daqueles elaborados pelo Instituto Jones dos Santos Neves, sobre a geomorfologia do estado, e pelo Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IEMA).

Estudos arqueológicos contribuem para a definição do segundo e terceiro período. Perota (1974, 1979, 1992) empenha-se significativamente na construção de um quadro geral da evolução de todo o Espírito Santo. O autor supracitado, com base em suas teses, estima que parte do litoral espírito-santense tenha sido habitado por populações pré-coloniais desde 4.000 A.c. Evidências arqueológicas informam a presença de diversas tradições culturais no Espírito Santo (PEROTA, 1979). Essas tradições diferem-se de acordo com a sua cronologia, sua distribuição geográfica, os dados morfológicos de seus sítios, as tipologias e as fases do material arqueológico, sendo enquadradas em um dos dois períodos da história capixaba categorizados pelo próprio Perota (1974, 1979): o pré-cerâmico e o cerâmico. Costa (2013) contribui na clarificação dessa categorização proposta pelo arqueólogo veterano a partir da estruturação de tabelas (Tabela 2 e Tabela 3).

Tabela 2: Tradições e fases arqueológicas do Espírito Santo segundo Perota (1974)

Tradição arqueológica	Tipo	Outras denominações	Fase Arqueológica
Macaé	Pré-cerâmico	“sambaqui”	Não estabelecida
Itaipu	Pré-cerâmico	“acampamentos”; sítios líticos	Potiri
Tupiguarani	Cerâmico	-	Cricaré, Tucum e Itabapoana
Aratu	Cerâmico	-	Itaúnas, Jacaraípe, Guarabu
Una	Cerâmico	-	Tanguí
Neo-brasileira	Cerâmico	-	Moenda

Fonte: COSTA, 2013, p. 113, adaptado pela autora

Tabela 3. Datações e localizações das tradições, segundo levantamento do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA) e estudos de Perota (1974, 1975)

Tradição	Fase	Localização	Data A.P (antes do presente [1950])	Data A.D
Itaipu	Potiri	Vitória	1435 ±80	515
Tupiguarani	Cricaré	Piúma	1055±80	895
Tupiguarani	Cricaré	Vitória	560±170	1390
Tupiguarani	Tucum	Cariacica	555±40	1345
Una	Tangui	Castelo	1140±80	810
Aratu	Jacaraípe	Serra	605±70	1350
Aratu	Jacaraípe	Serra	600±45	1350
Aratu	Itaúnas	Conceição da Barra	220±75	1730

Fonte: COSTA, 2013, p.114, adaptado pela autora

O período colonial compreende os anos de 1530 a 1822, cujo marco inicial é a chegada da primeira expedição portuguesa ao Brasil e cujo o término se dá pela proclamação da independência brasileira, estabelecendo o período imperial. Nestes dois momentos, há uma grande escassez de fontes documentais, de dados estatísticos oficiais e de iconografias da Vila de Itaúnas. Portanto, a investigação apoia-se na análise de fenômenos ocorridos na macro escala, na tentativa de identificar, comparativamente, possíveis relações de causa e de efeito na Vila de Itaúnas. Historiadores como Nara Saletto e José Teixeira de Oliveira são frequentemente acionados para esclarecer os acontecimentos históricos, do arco cronológico em questão, no Espírito Santo e nos municípios de São Mateus e de Conceição da Barra, este sendo subordinado a aquele por longos anos.

A modernidade funda-se no “[...] implacável mundo da ruptura com toda e qualquer condição histórica precedente, como é caracterizada por um interminável processo de rupturas e fragmentações internas inerentes” (HARVEY, 1992, p.22). Relaciona-se às perspectivas iluministas, em oposição às estruturas sociais e de produção da época, assim, atribuindo novas ordens e novas categorias produtivas na sociedade (HARVEY, 1992). No âmbito internacional, para Harvey (1992), o período de modernidade tem seu início em 1850, ano em que ocorre expansão do comércio e de investimentos internacionais – princípios de uma corrida neoimperialista, que acaba por culminar na Primeira Guerra Mundial. Para Magnaghi (2005b), as “cidades historicamente modernas” (MAGNAGHI, 2005b, p.9), perpassam por um

período caracterizado pelo Fordismo e pela produção em massa, baseadas em um modelo de desenvolvimento econômico irrestrito. Vivencia-se uma alienação principiante da relação sociedade-natureza, onde o território passa a ser organizado de maneira a suprir às funções econômicas.

Traduzindo o ciclo de transformações no contexto nacional, pode-se dizer que os processos frente à abolição da escravatura e a proclamação da república, em 1889, têm relações intrínsecas com discursos liberais e com princípios de modernidade. Novos símbolos de identidade nacional são construídos, ainda que a república brasileira tenha percorrido por caminhos autoritaristas inicialmente. Pouco a pouco, o Brasil industrializa-se em direção aos moldes fordistas, seguido pelo Espírito Santo, onde indústrias extrativas minerais e vegetais passam a figurar os quadros de produção já na década de 1940 (OLIVEIRA, 2008) – também instaladas nas proximidades da Vila de Itaúnas.

Na pós-modernidade, condição identificada por Harvey (1992) e Magnaghi (2001a, 2005b) cujo início se dá na segunda metade do século XX, a abstração das características territoriais alcança seu ápice. Através de novas tecnologias, incluindo as cibernéticas, há uma compressão do tempo-espaço, atingindo a organização espacial, as políticas econômicas, as relações de poder e a vida sociocultural como um todo (HARVEY, 1992). O modelo fordista de produção é gradualmente substituído pela acumulação flexível, pelo desprendimento geográfico e pela simplificação do mundo – em um constante processo de descontextualização (HARVEY, 1991; MAGNAGHI, 2001a, 2005b). No caso da Vila de Itaúnas, pode-se dizer que este contexto tem seu marco na consolidação do domínio das atividades industriais – a ser melhor discutida nos subcapítulos a seguir.

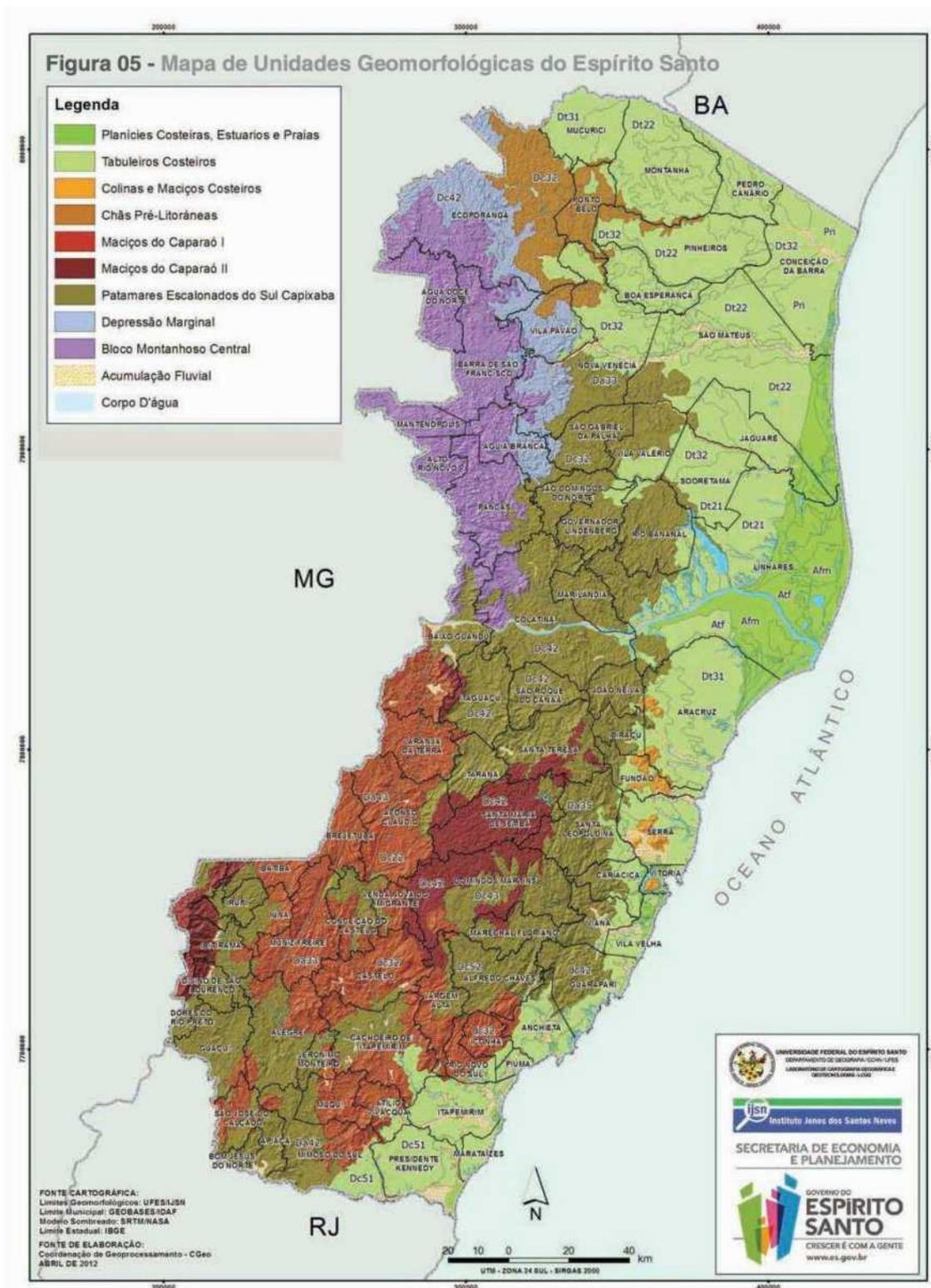
Definida a estruturação, é realizada leitura e descrição, com o auxílio de métodos representativos, do território da Vila de Itaúnas e seu processo de formação, enquanto resultado da interação e da relação antrópica e ecobiológica. Dentro de cada período são identificados atos territorializantes, que tecem sucessivos ciclos de territorialização e subsequentes processos de desterritorialização e reterritorialização, onde são depositadas estruturas culturais, sociais e de assentamento – reconhecendo seus mecanismos e seus efeitos nas morfologias territoriais. Este não é um processo linear e interruptivo: cada civilização se alimenta das camadas sedimentadas pelo ciclo anterior – algumas são rompidas, outras ressignificadas e transformadas, outras continuadas -, e assim sucessivamente.

3.2.1 Notas sobre os sistemas ambientais geral e da Vila de Itaúnas: contribuições às decisões locacionais de assentamento

O Espírito Santo é um dos estados que compõem a região sudeste do Brasil e faz fronteira com o Rio de Janeiro (ao sul), a Bahia (ao norte), Minas Gerais (ao oeste) e o Oceânico Atlântico (ao leste). Seu clima está inserido no setor Tropical Atlântico brasileiro, sob influência da massa tropical atlântica quente e úmida, com temperaturas médias anuais de 23°C e chuvas intensas, especialmente no verão, cujo volume de precipitação é superior a 1.400 mm por ano. Quanto ao regime dos ventos, os provenientes dos quadrantes nordeste e leste-nordeste ocorrem na maior parte do ano e com maior intensidade, seguidos pelos de sudeste, relacionados às frentes frias periódicas.

Três grupos morfoestruturais principais retratam sua geomorfologia: os Depósitos Sedimentares, encontrados sobretudo nas regiões costeiras e norte do estado e correspondentes à 34% da superfície territorial; as Faixas de Dobramentos Remobilizados, as quais ocupam 51% da porção centro-sul, com pequena presença em uma área ao norte; e os Maciços Plutônicos, restritos a uma faixa à noroeste, equivalente à 12% do território (Figura 9). Também compõem o quadro geomorfológico as Acumulações Fluviais e os Corpos d'água. Tais morfoestruturas estão associadas a tipos de modelados, regiões e unidades geomorfológicas distintas (Figura 10). Essa classificação é definida em estudo e em mapeamento realizado pelo IJSN, em 2012, com base em dados coletados na década de 1970 pelo Projeto RadamBrasil.

Figura 10. Mapa das Unidades Geomorfológicas do Espírito Santo



Fonte: UFES e CGeo-IJSN - Disponível em www.ijsn.es.gov.br

Fonte: IJSN, 2021, p.17. Disponível em http://www.ijsn.es.gov.br/ConteudoDigital/20120718_ij01271_notatecnica28.pdf. Acesso em: 10 de maio de 2021

As morfoestruturas classificadas enquanto Maciços Plutônicos destacam-se em decorrência de massas intrusivas, sobretudo ácidas, de períodos geológicos distintos, “[...] correspondentes a suítes intrudidas em rochas proterozóicas de litoestruturas variáveis” (IJSN, 2012, p.8). Estão associadas a: regiões de Planaltos Soerguidos, cujas unidades de relevo possuem superfícies elevadas e, portanto, são denominadas de Bloco Montanhoso Central; e a regiões de Compartimentos Deprimidos, caracterizados por relevos de Depressão Marginal, ou seja, formações de configurações irregulares, marcadas por áreas aplanadas com ocorrências de concavidades. Dessa forma o processo de evolução geomorfológica dos Maciços Plutônicos está diretamente relacionado à “dissecação fluvial remontante, possibilitando a sua penetração entre as encostas íngremes das elevações circundantes” (IJSN, 2012, p.10).

As Faixas de Dobramentos Remobilizados são morfoestruturas de maior domínio da superfície territorial e são caracterizadas especialmente por regiões de formação planáltica com marcas de falhas e de baixa pluviosidade – conferindo-lhes aspecto montanhoso e dissecado. Essas regiões são denominadas de Planaltos da Mantiqueira Setentrional e abrangem unidades de relevo das mais variadas altitudes, entre eles: elevações em torno de 600 m a 200 metros de altitude encontradas nos Maciços do Caparaó I e II; patamares formados por dissecação de níveis escalonados, intitulados Patamares Escalonados do Sul Capixaba; e topografias deprimidas de valores altimétricos reduzidos em relação às demais, chamadas de Colinas e Maciços Costeiros – transparecendo as fraturas e as dobras. As Faixas de Dobramentos Remobilizados também são representados, em menor força, por regiões de Piemontes Orientais, de feições irregulares e altamente dissecadas, ressaltadas por elevações pontuais e “rampeadas em direção a costa” (IJSN, 2012, p.10), cuja unidade de relevo é chamada de Chãs Pré-Litorâneas. Portanto, os deslocamentos de fragmentos rochosos e as falhas geológicas evidenciam os movimentos da crosta característicos do processo de formação das Faixas de Dobramentos Remobilizados.

As morfoestruturas dos Depósitos Sedimentares “caracterizam-se pela ocorrência de sedimentos arenosos e argiloarenosos com níveis de cascalho, basicamente do grupo da Formação Barreiras e dos ambientes costeiros, depositados durante o período Cenozoico” (IJSN, 2012, p.08). Abrangem os Tabuleiros Costeiros, os quais se distribuem por todo o litoral capixaba até a encosta das elevações cristalinas. Esses configuram-se enquanto colinas com topos tabulares alongados, por vezes apresentados na forma de falésias e terraços de abrasão marinha, com altitudes entre 30 e 200m. Também estão incluídos nos Depósitos Sedimentares, as Planícies Costeiras, os Estuários e as Praias, cuja morfologia é caracterizada por grandes extensões de superfícies aplanadas de altitudes até 20m a nível do mar. Eventualmente, estão associados a delta de rios, e são limitados em direção ao

continente por maciços, colinas e tabuleiros, cujas feições planas situam-se mais próximas à linha da costa.

As Acumulações Fluviais e Corpos D'água estão associados 'às áreas úmidas nas proximidades de cursos de água. No caso do primeiro termo, caracterizam-se por relevos planos resultantes de acumulação fluvial. Desta forma, estão sujeitos a "inundações periódicas, correspondentes às várzeas atuais [...]" e ocorrem "nos vales com preenchimento aluvial" (IJSN, 2012, p.11).

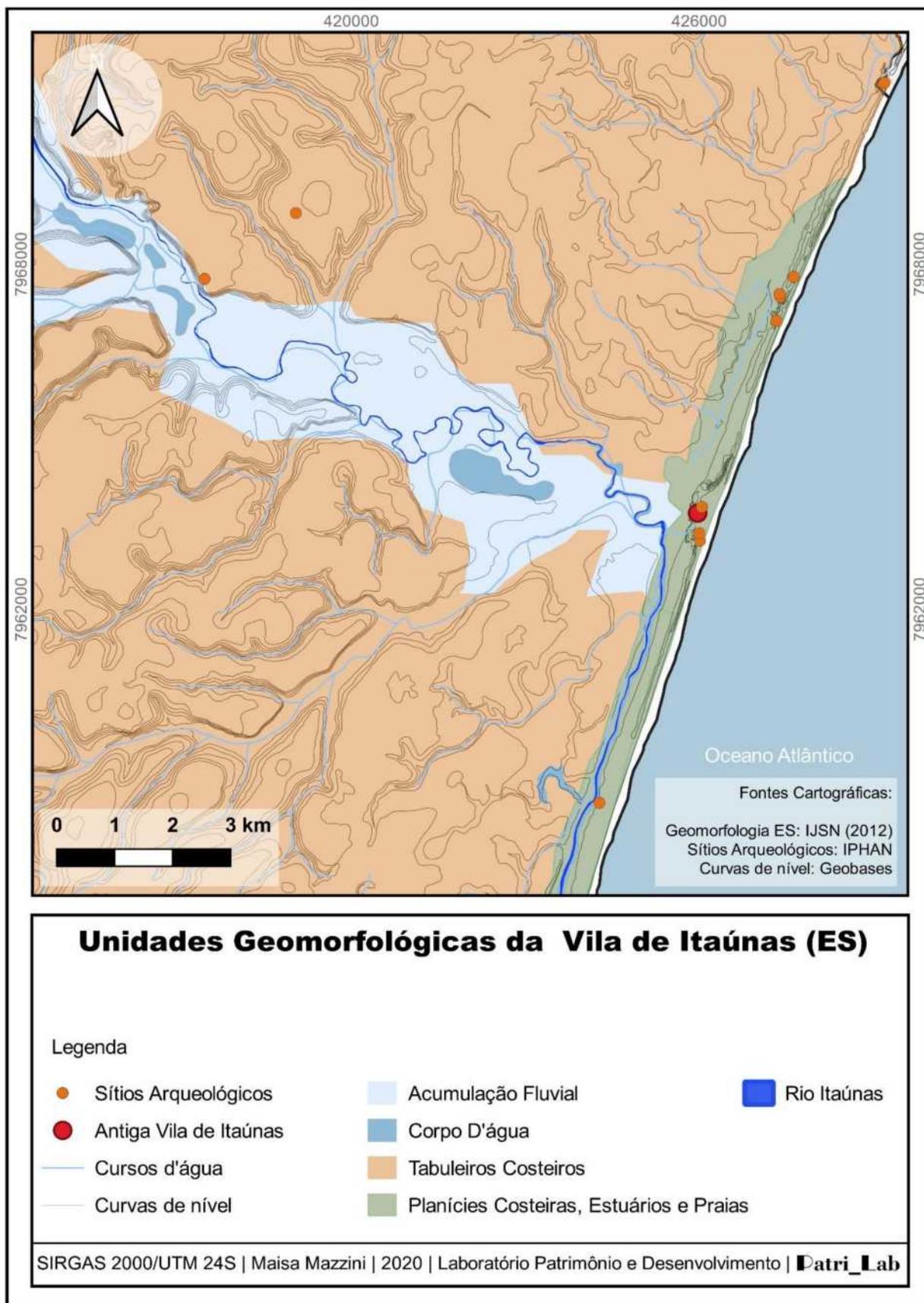
A grosso modo, pode-se dizer que o Espírito Santo exhibe três unidades geomorfológicas principais, de leste à oeste, em direção ao continente: uma faixa de planície flúvio-marinha de origem quaternária encontrada na costa litorânea; tabuleiros terciários da Formação Barreiras; e a região serrana constituída por elevações cristalinas pré-cambrianas, com altitudes superiores a 1.000 metros e com presença de picos (ALBINO; COELHO; GIRARDI; NASCIMENTO, 2018). Dessa forma, as feições geomorfológicas encontradas no Espírito Santo favorecem a ocupação humana especialmente da região costeira, as quais condicionam o estabelecimento de determinados usos da terra e certas atividades antrópicas. Neste contexto, encontra-se a Vila de Itaúnas, localizada em área de contato entre acumulação fluvial, depósitos da Formação Barreiras e planícies costeiras a, aproximadamente, 270 km de Vitória, capital do Espírito Santo, em direção ao norte, sede do distrito pertencente ao município de Conceição da Barra (Figura 11). Em todo seu entorno, é possível identificar uma série de sítios arqueológicos de diferentes épocas, demonstrando as favoráveis características naturais para a fixação humana (Figura 12).

Figura 11. Localização do município de Conceição da Barra (em cinza) e da Vila de Itaúnas.



Fonte: elaborado sobre mapeamento do IBGE, 2019 Mapa das Unidades Geomorfológicas encontradas na Vila de Itaúnas e seu entorno imediato

Figura 12. Mapa das Unidades Geomorfológicas encontradas na Vila de Itaúnas e seu entorno imediato



Fonte: desenvolvido pela autora, 2020

Além dos processos geológicos, condições externas - como clima, precipitação pluvial, direções de vento e ações fluviais e marinhas-, condicionam a morfodinâmica e, conseqüentemente, a fisiografia da costa, resultando numa grande diversidade de tipologias de praias por todo o Espírito Santo (ALBINO; COELHO; GIRARDI; NASCIMENTO, 2018). Albino et al (2018) destaca que a Vila de Itaúnas está compreendida no Setor 1, dentre as outras cinco classificações tipológicas estabelecidas. O Setor 1 engloba a porção do litoral capixaba entre a cidade de Conceição da Barra e a divisa com o estado da Bahia, e é caracterizado pela formação de planícies costeiras estreitas vinculadas a desembocaduras fluviais. A atuação do fluxo dos rios na evolução geológica resulta em extensas praias associadas a dunas frontais, as quais possuem, em sua composição, areias litoclásticas grossas e médias (ALBINO; COELHO; GIRARDI; NASCIMENTO, 2018).

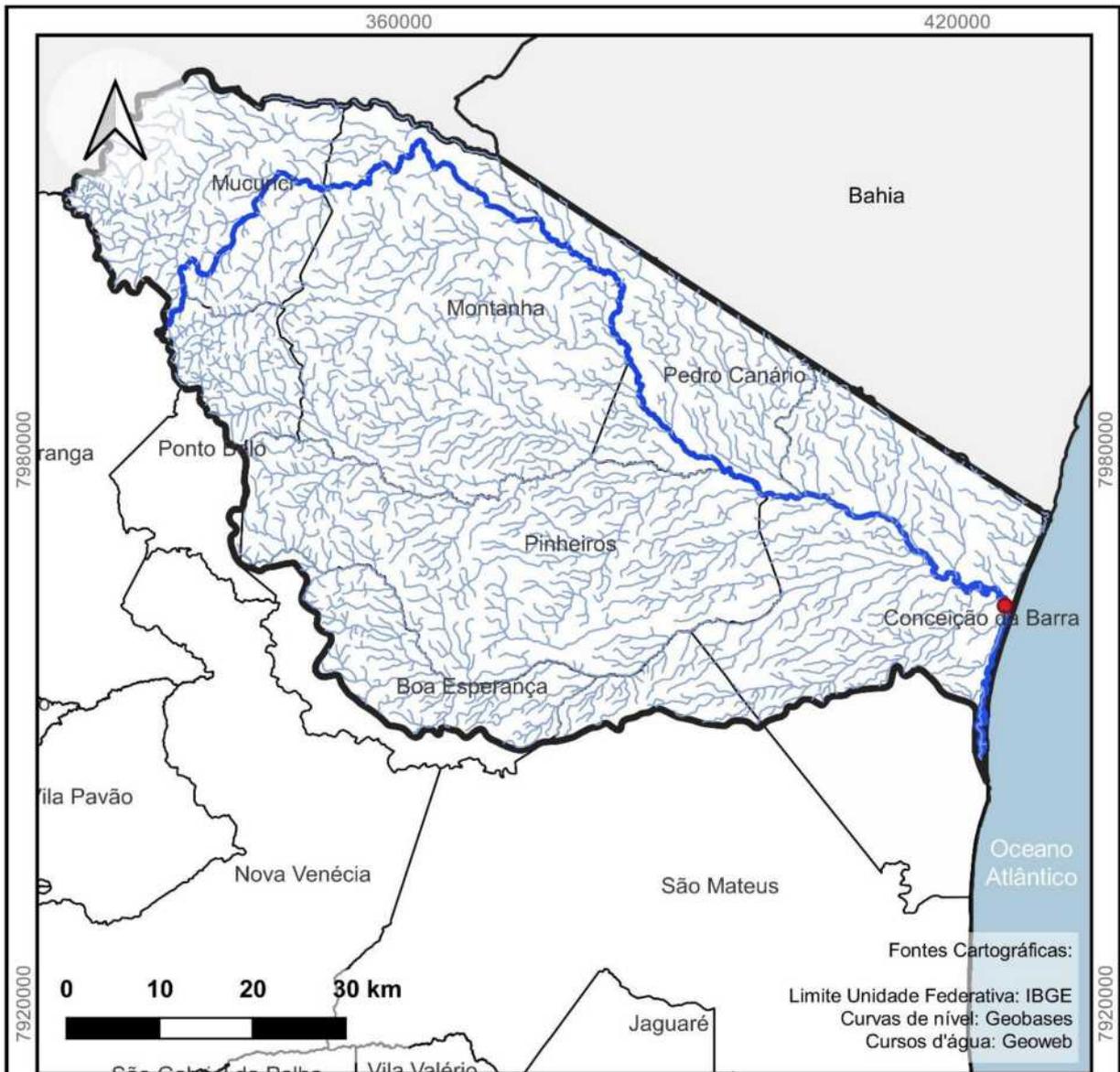
Quanto à flora característica da região da Vila de Itaúnas, por ser uma área de influência marinha e fluvial, com regimes de inundação e com forte presença de cordões arenosos, observa-se a associação com vegetações do tipo Formações Pioneiras, ou seja, restingas, mangues e herbáceo-graminóides. Além disso, é circundada por Floresta Ombrófila Densa, representada sobretudo por Mata Atlântica e Mata de Tabuleiro, composta por árvores de largas folhas, ou perenifólias: vegetação adaptável a regiões úmidas, cujos períodos de seca são mais curtos, em variadas altitudes (GARBIN ET AL, 2017).

A diversidade de microhabitats e de espécies vegetais existentes na região proporcionam uma variedade de recursos alimentares, propícias para associação de fauna igualmente exuberante. Segundo o Plano de Manejo do Parque Estadual de Itaúnas, desenvolvido pelo IEMA em 2004, a lista de espécies encontradas é significativa: dentre elas anfíbios, aves, peixes, mamíferos, marsupiais e répteis, alguns em adiantado estado de extinção no cenário brasileiro e no global. Além disso, é um importante santuário de desovas de tartarugas marinhas. Destarte, pode-se dizer que todo o sistema ambiental da Vila de Itaúnas, incluindo sua geologia, fauna e flora, está intrinsecamente ligada à região costeira, ao rio Itaúnas e à sua bacia hidrográfica.

O rio Itaúnas é o principal curso d'água afluente na Vila de Itaúnas e dá nome à Bacia Hidrográfica que abastece a porção do extremo norte capixaba. A área de drenagem da Bacia Hidrográfica do Rio Itaúnas, de aproximadamente 4.428 km², está majoritariamente localizada no Espírito Santo, abrangendo oito municípios do estado: Mucurici, Montanha, Pedro Canário, Pinheiros, Ponto Belo, Conceição da Barra, São Mateus e Boa Esperança. Subdivide-se em seis Unidades de Planejamento: Alto Rio Itaúnas, Médio Rio Itaúnas, Rio do Sul, Baixo Rio Itaúnas, Rio Itauninhas e Foz do Rio Itaúnas, sendo neste último onde se encontra a Vila de Itaúnas (Figura 13).

As bacias hidrográficas representam a superfície de escoamento de águas fluviais pelo seu rio principal e seus afluentes, estes podendo receber ainda contribuição de corpos d'água menores, alimentados direta ou indiretamente por nascentes. Por conseguinte, são conformadas por um “conjunto de superfícies vertentes e de uma rede de drenagem formada por cursos d'água que confluem até resultar em um leito único no seu exutório” (SILVA et al, 2012, p.10). Assim, existem divisões estabelecidas por diversas sub-bacias, ou áreas de drenagem, de cada contribuinte. De modo geral, os limites das bacias hidrográficas são definidos pelas condicionantes geomorfológicas, compreendidos em duas espacialidades interdependentes: áreas de terra firme, caracterizadas por relevo acidentado e consideradas como partidores de água; e áreas aplanadas, que desenvolvem a gestão dos alagamentos, regulando as jusantes e enchentes do rio central (Figura 13 e Figura 14). As regiões inundáveis exercem papel fundamental no controle da qualidade do recurso hídrico, funcionando como verdadeiros filtros biológicos (SCHIAVETTI; CAMARGO, 2002).

Figura 13. Bacia Hidrográfica do Rio Itaúnas (ES)



Bacia Hidrográfica do Rio Itaúnas (ES)

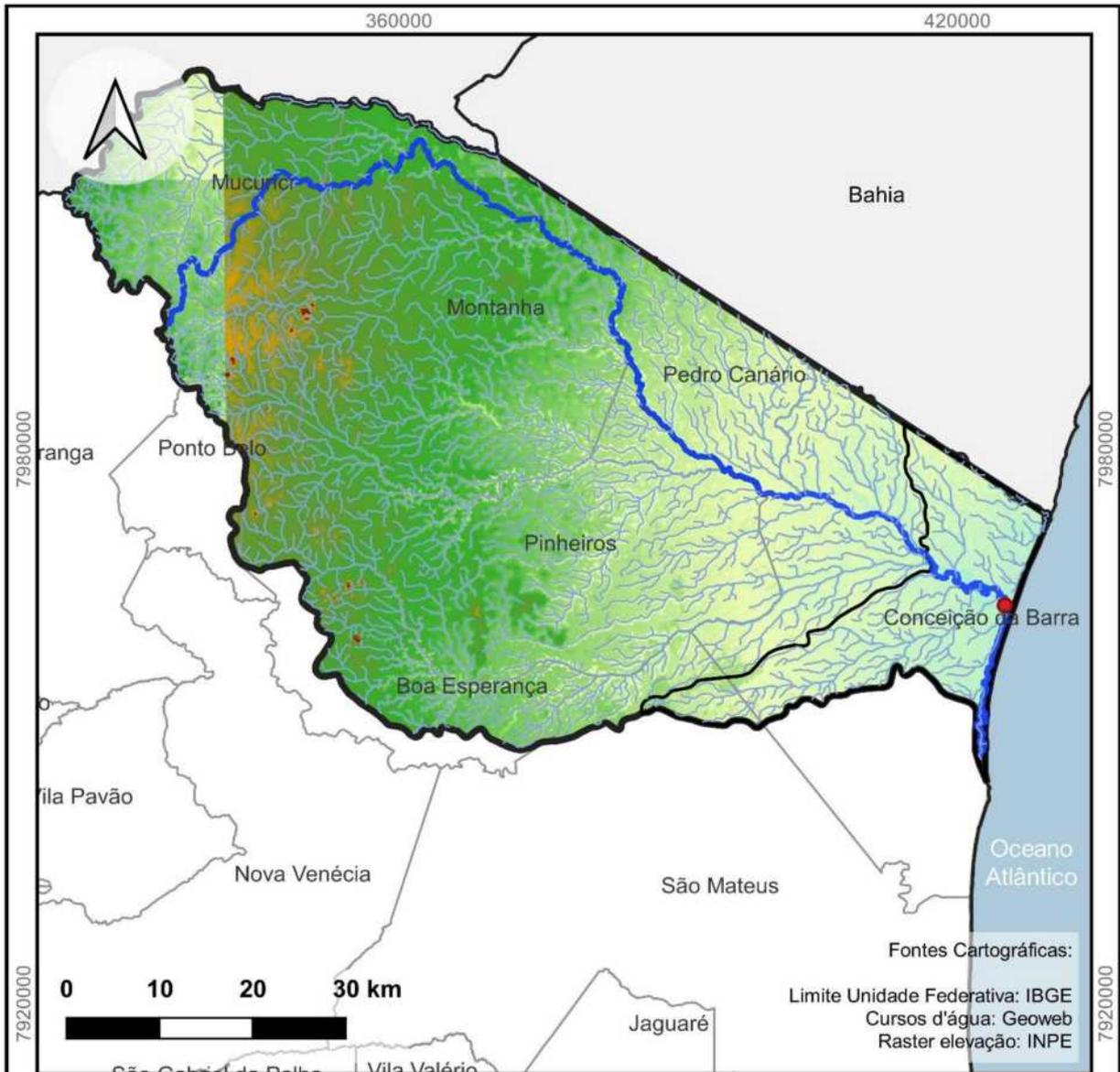
Legenda

- Vila de Itaúnas
- Bacia Hidrográfica do rio Itaúnas
- Rio Itaúnas
- Cursos d'água
- Unidade de Planejamento Foz do rio Itaúnas
- Limites municipais

SIRGAS 2000/UTM 24S | Maisa Mazzini | 2020 | Laboratório Patrimônio e Desenvolvimento | Patri_Lab

Fonte: desenvolvido pela autora, 2020

Figura 14. Mapa Hipsométrico da Bacia Hidrográfica do Rio Itaúnas (ES)



Hipsometria da Bacia Hidrográfica do Rio Itaúnas (ES)

Legenda

● Vila de Itaúnas	(m)	
— Cursos d'água	0	280
□ Limites municipais	70	350
□ Unidade de Planejamento Foz do rio Itaúnas	140	420
□ Bacia Hidrográfica do rio Itaúnas	210	
		■ Rio Itaúnas

SIRGAS 2000/UTM 24S | Maisa Mazzini | 2020 | Laboratório Patrimônio e Desenvolvimento | Patri_Lab

Fonte: elaborado pela autora, 2020

Nesse sentido, há de se considerar a participação ativa e a mútua relação dos sistemas ambientais e do desenvolvimento das civilizações humanas, servindo como lócus de ocupação e de manifestações culturais, proporcionando a exploração de recursos e orientando para determinadas categorias de uso do solo. No caso da Vila de Itaúnas, as condições naturais abundantes são favoráveis e vão facilitar o surgimento dos primeiros atos territorializantes por figuras anteriores aos povos indígenas: os sambaqueiros.

3.2.2 Os primeiros atos territorializantes: o período pré-cerâmico

Ao longo de toda costa brasileira, o depósito e empilhamento de materiais faunísticos e calcários por ações antrópicas determinam a criação de sítios concheiros, conhecidos como sambaquis, ou fase Macaé, e sugerem ocupações territoriais precedentes aos grupos ceramistas e agricultores. Podem ser encontrados desde em regiões litorâneas, em praias de mar aberto, em proximidades de mangues e de lagoas, até em ilhas isoladas e/ou em dunas. O mais antigo até hoje identificado encontra-se na Ilha de Cardoso, no litoral sul paulista, e possui cerca de 8 mil anos. Na literatura da arqueologia, questionamentos quanto à origem, à formação e, principalmente, à função desses sítios arqueológicos continuam sendo levantados e discutidos. Uma das correntes defendidas por diversos autores admite a formação acidental das estruturas monticulares, causada pela acumulação de restos de conchas e de mariscos, base alimentar dos grupos pré-ceramistas. Frequentemente, essa hipótese é vinculada à uma imagem primitiva, simplificada e nômade dos sambaqueiros, cuja busca é reduzida ao alimento. Por outro lado, outros estudiosos, como Gaspar et al (2013), procuram desmistificar essa reputação por meio de análises estratigráficas mais profundas e de estudos quanto à totalidade dos arranjos espaciais.

Gaspar et al (2013), com base em levantamentos realizados através da articulação de técnicas diversas, a qual denominam de “arqueologia estratégica”, defendem uma maior complexidade de organização social e a construção intencional de sambaquis. Vestígios coletados pelos autores em sítios arqueológicos no Rio de Janeiro, São Paulo e Santa Catarina, expõem a recorrência de ossadas humanas, de fogueiras, de sepultamentos e de esqueletos, sugerindo que esses montículos não são resultados das forças do acaso, mas sim são monumentos a serem avistados a grandes distâncias e possuem funções funerárias bem definidas. Índícios comprovam a realização de cerimônias fúnebres, onde há a preparação de superfícies para a acomodação e cobrimento do cadáver junto com oferendas, tais como frutos, animais, sementes, vegetais, além de artefatos elaborados por meio de conchas, de rochas e de lascas. Por fim, o ritual completa-se com a atividade de queima, sendo possível imaginar a capacidade de mobilização e a participação social envolvida no processo. “A repetição do programa funerário, ao longo de centenas de anos, resultou no

incremento do sambaqui, que em alguns casos, chegou a atingir mais de 25m de altura” (GASPAR ET AL, 2013, p.521).

Autores como Perota (1979), reconhecem ainda a formação de uma tradição pré-cerâmica mais recente, constituindo-se como uma vertente de sambaquis, conhecida como a tradição Itaipu. De conformação genética semelhante, difere-se, principalmente, nos aspectos culturais, indicado pela redução significativa de vestígios de conchas e pela presença de espessas camadas húmicas. Provavelmente, alterações ambientais e adaptações climáticas tenham provocado esgotamento do banco de moluscos aquáticos, iguaria fundamental precedente, e conduziram a uma diversificação alimentar e econômica (GASPAR, 1996). A caça de pequenos animais, a pesca, a coleta de sementes e de frutos e princípios de atividades agrícolas passam a ser mais relevantes no modo de vida desses grupos filiados a tradição Itaipu. Na literatura, é dividida em três fases distintas: fase Itaipu A e B, encontrada no Rio de Janeiro, e fase Potiri, exclusiva ao Espírito Santo, “caracterizada pela presença de indústria lítica polida e de lascas expedientes, associadas à depósito de terra preta onde predominam os ossos de peixes” (VILLAGRAN ET AL, 2018, p.574).

Ainda assim, não se pode generalizar o funcionamento e a funcionalidade tanto dos sambaquis da fase Macaé quanto da tradição Itaipu. É necessário que o perfil de cada um desses sítios arqueológicos seja estudado considerando suas particularidades. Alguns podem se constituir como espaços compartilhados para fins alimentares, habitacionais ou cerimoniais, tratando-se de grupos sedentários, enquanto outros são caracterizados apenas por estruturas alimentares e cerimoniais, e assim por diante. A localização e o tipo de substrato no qual estão assentados, por exemplo, são um dos fatores que podem influenciar em uma ou outra diferenciação (GASPAR, 1996).

Certo é que a relação de dependência dos ambientes aquáticos construída ao longo dos anos possibilita aos sambaqueiros adquirir conhecimento acerca do mar e a desenvolver habilidades, como construção de arsenais de pontas ósseas variadas, moldados a partir de ossos e de restos de peixes (espinhos, esporões) e voltados para pesca, corte e captura de moluscos, além de dominar técnicas de mergulho e utilizar tipos de embarcação (GASPAR, 2004). Ainda, Gaspar et al (2013) reconhece que “o cuidado com o corpo era um aspecto central para o sambaqueiros e que, provavelmente, o ritual funerário estruturava o modo de vida dos pescadores-coletores” (GASPAR et al, 2013, p.521). Por fim, os sambaquis são importantes indicadores das variações marítimas ao longo da pré-história e seus estudos contribuem para entendimentos e reconstituições dos aspectos não só sociais, mas também ambientais.

No litoral espírito-santense, expedições realizadas pela PRONAPA no final da década de 1960 e início na década de 1970, sob coordenação do arqueólogo Celso Perota, identificam a presença de sambaquis, em maior quantidade nas regiões do rio Piraquê Açu, do rio Piraquê Mirim, do rio Mariricu, dos Reis Magos e na Baía de Vitória. A datação é imprecisa, porém, por associação aos sambaquis do litoral fluminense, os quais apresentam similaridades nos aspectos históricos e culturais, a própria PRONAPA estima que esses sítios arqueológicos surgem há mais de 4.000 anos atrás em terras capixabas. Em média, possuem em torno de 3 metros de altura e de 30 a 40 metros de extensão. Perota (1992) também constata ocupações sambaqueiras no sítio arqueológico denominado Dunas de Itaúnas, localizado nas delimitações do objeto concreto deste estudo (onde hoje se encontra a antiga vila soterrada). Com base em levantamentos topográficos, cortes estratigráficos e coletas de materiais de superfície, o autor aproxima-se de um quadro cronológico para o sítio e revela a evolução histórica, tanto da paisagem, quanto das sucessivas ocupações humanas e questões subsequentes.

Segundo Perota et al (1992), os primeiros indícios de ocupação humana no sítio arqueológico “Dunas de Itaúnas”, estabelecida a 2 metros acima do nível do rio Itaúnas e a 4 metros acima do nível do mar, sugerem a datação de 350 a.C. O material malacológico abundante, encontrado pelo autor nas primeiras camadas, e a presença de vestígios alimentares, como restos de crustáceos e ossos de peixes, apontam para a existência de mangues e lagunas nas proximidades do sítio, resultantes de um processo iniciado há 4.000 atrás com a “formação dos cordões arenosos que vai possibilitar o início do preenchimento da área da foz do rio Itaúnas, decorrente de um período regressivo do nível do mar” (PEROTA ET AL, 1992, p.324). A partir de então, o volume desses cordões é alargado e passa a delinear a costa em sua extensão, à medida que ocorrem novas oscilações marinhas regressivas e transgressivas. Este processo também contribui para barrar e alterar o curso do rio Itaúnas, favorecendo, então, à formação de mangues, páleo-lagunas e áreas alagadiças “entre os depósitos dunares e terraços pleistocênicos” (PEROTA ET AL, 1992, p.324).

A geomorfologia, a fauna e a flora propiciam a instalação desses grupos pré-cerâmicos sambaqueiros e contribuem para qualificá-los enquanto caçadores, coletores e pescadores (PEROTA ET AL, 1992). Não fica claro o posicionamento do autor quanto à filiação desse primeiro ciclo de ocupação, não sendo possível atribuir neste momento à fase Macaé ou à tradição Itaipu. De fato, artefatos líticos, cortantes e perfuradores, produzidos tanto em quartzos, em rochas ígneas e lateritas, quanto em fragmentos lascados de ossos, de bivalves e de gastrópodes, são encontrados nas escavações de Perota et al (1992), porém, o autor não os distingue de acordo com a datação, ou com o nível de camada prospectada. Por outro lado, transparece em suas conclusões, que o aparecimento frequente de seixos de quartzos

não naturais da região, levados ocasionalmente ao sítio, indica uma sucessão de ocupações sazonais e de formação de acampamentos temporários, em busca de exploração dos recursos naturais para subsistência (PEROTA, 1992). Esses grupos são, portanto, organizados em bandos, cujos membros possuem algum tipo de identificação, e são caracterizados por mobilidade espaço-temporal.

Ao recorrer à fórmula de Raffestin (2008), tem-se a seguinte, apresentada na Figura 15, onde: **A1)** grupo pré-cerâmico 1; **L1)** caça, pesca, coleta e empilhamento de material faunístico; **M1)** seixos e materiais conchíferos; **P1)** demanda por alimentação, extração de recursos e realização de rituais fúnebres; **R1)** relação sazonal de subsistência e simbólica (mortuária); **S1)** ambiente geral; **Sn1)** mangues, lagunas, dunas, rio, mata nativa; **So1)** acampamentos temporários e construção de sambaquis; **T1)** território simbólico pautado na mobilidade, delimitado pelo sítio arqueológico denominado Dunas de Itaúnas; **Ta1)** territorialidade sambaqui:

**Figura 15. Fórmula do primeiro ciclo de civilização
Primeiro Ciclo de Territorialização**

$$\mathbf{A1 (L1-M1-P1) \text{-----} R1 \text{-----} S1 (Sn1/So1) = T1/Ta1}$$

Legenda

- | | |
|---|---|
| A) Atores | R) Relação sociedade e natureza |
| L) Tipo de trabalho | S) Ambiente geral |
| M) Mediadores (materiais e instrumentos) | Sn) Ambiente inorgânico e orgânico |
| P) Programa | So) Ambiente social |
| T) Território | Ta) Territorialidade |

Fonte: elaborado pela autora em 2020, com base em Raffestin (2008)

Posteriormente, entre 50 a.C e 150 d.C, Perota et al (1992) discorrem sobre possíveis aprimoramentos técnicos na produção de artefatos líticos, sugerindo evolução desses grupos pré-cerâmicos. Neste momento, o autor é conclusivo ao filiá-los à tradição Itaipu, fase Potiri. Transformações ambientais são os principais fatores que levam a desterritorialização e a evolução destes grupos, causadas sobretudo pelo desaparecimento de áreas lagunares, com novas mudanças do curso do rio Itaúnas, e pela formação de restinga, resultante do barramento do fluxo fluvial devido aos cordões arenosos (PEROTA ET AL, 1992). A nova realidade geográfica exige aos grupos adaptações no seu próprio estilo de vida: deixam de depender da coleta intencional de moluscos para viver, sobretudo, da caça e da pesca.

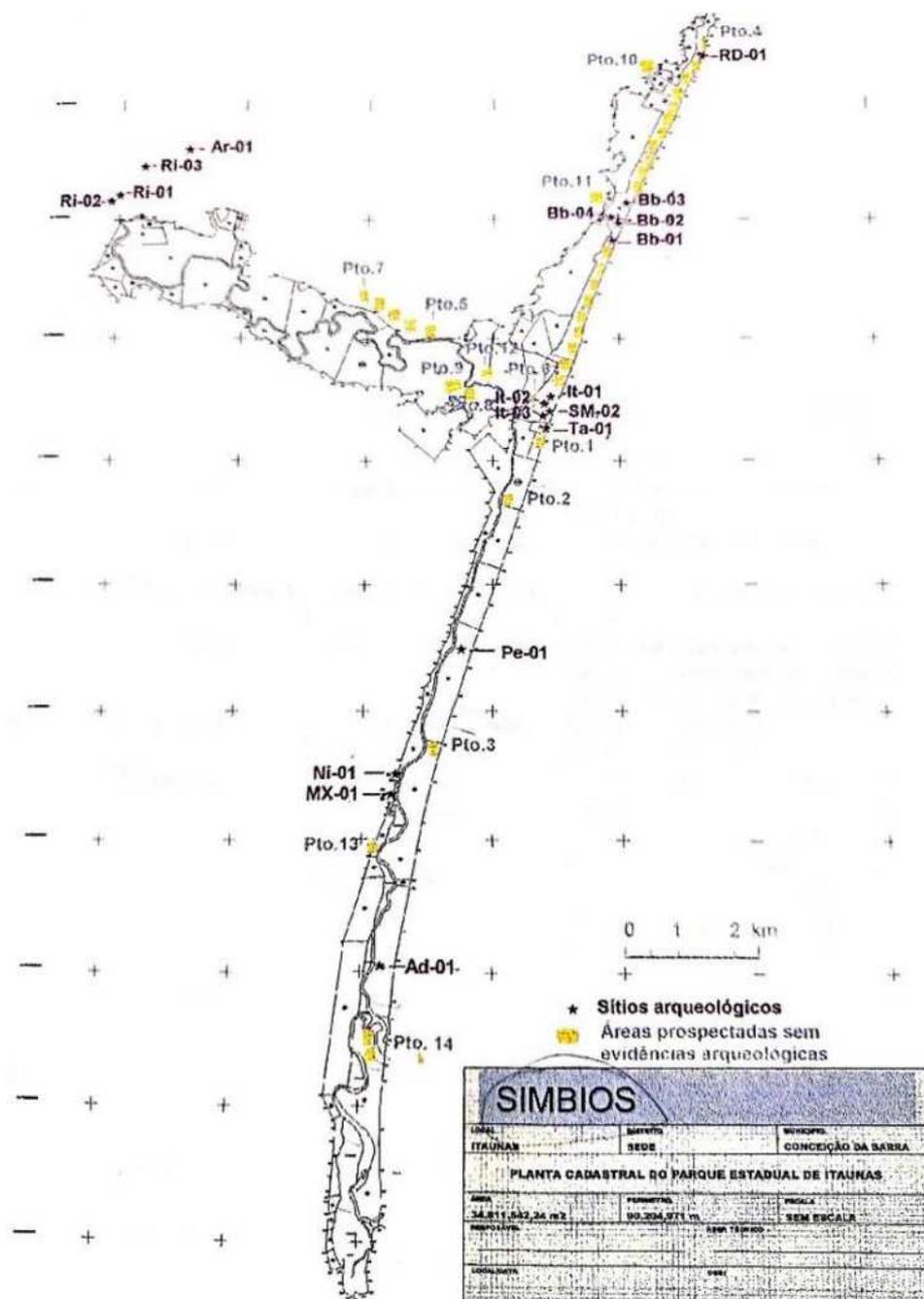
Mesmo mantendo sua exploração sazonal e a relação de subsistência com a natureza, surgem demandas por inovações técnicas e utilização de matérias-primas variadas:

A maior parte dos artefatos líticos foi feita a partir do quartzo, tendo como técnica principal o lascamento bipolar, seguido dos lascamentos por percussão direta e o lascamento por pressão. [...] O tipo de matéria-prima determinou e limitou as formas de obtenção dos artefatos. Grande parte deles corresponde a seixos com lascamento por percussão, produzindo raspadores e facas. Nos seixos de dimensão maiores [...], foram produzidas lascas pela técnica de lascamento bipolar e foram utilizadas como raspadores e facas, além de poucos perfuradores. [...] Em basalto, foram feitos as lâminas de machados que estão polidas. A hematita está presente em pequenos grãos (1cm) e sugere a sua utilização como pigmento. A laterita, único tipo de matéria-prima encontrado próximo do sítio, ocorre em grande quantidade de forma e de granulação variada (PEROTA, 1992, p.321-322).

A redução significativa da incidência de material malacológico nas camadas húmicas no sítio arqueológico Dunas de Itaúnas, demonstra rupturas ocorridas na fase Potiri em relação ao primeiro ciclo, não somente nas bases alimentares e econômicas, como também nos modelos de assentamento de sepulturas e nas cerimônias fúnebres. “O resultado dessa mudança de costume é uma matriz sedimentar de cor preta, rica em matéria orgânica, que se destaca no topo de alguns sambaquis e que contrasta com a matriz de concha” (GASPAR, 2004, p.66). Como apresentam os estudos de Perota em 1971, os sepultamentos não mais se pautam na construção de estruturas monticulares conchíferas, mas sim são realizados organicamente, sem intencionalidades de orientação, podendo ainda estar um sobre os outros.

Ainda, em 2000, a arqueóloga Irmhild Wüst expande o campo de pesquisa ao realizar um estudo em um conjunto de sítios arqueológicos localizados ao longo da área do atual Parque Estadual de Itaúnas (Figura 16), no qual estão incluídos os sítios “Dunas de Itaúnas” (de código SM-02) - previamente estudado por Perota et al (1992), Tamandaré 01 (Ta-01) e Itaúnas (It) 01, 02 e 03 - nas delimitações da antiga vila soterrada. Wüst (2000) identifica a presença de artefatos líticos lascados, filiados a tradição Itaipu, também no sítio TA-01.

Figura 16. Localização dos sítios arqueológicos prospectados pela arqueóloga Irmhild Wüst, em 2000



Fonte: WÜST, 2000, p.6

Considerando este um segundo ciclo de territorialização, pode-se retomar à fórmula elaborada acima e propor um avanço, como o demonstrado pela Figura 17, sendo: **A2)** segundo grupo pré-cerâmico; **L2)** técnicas em lascamento bipolar, por pressão e por percussão direta; **M2)** artefatos líticos, basalto, hematita, laterita e outros quartzos; **P2)** alimentação e exploração de recursos; **R2)**, relação de subsistência sazonal e de apropriação; **T2)** território simbólico

pautado na mobilidade, delimitado pelos sítios arqueológicos das Dunas de Itaúnas e do Tamandaré; **Ta2**) territorialidade sambaqui, tradição Itaipu.

Figura 17. Avanço da fórmula, com a inserção do segundo ciclo de territorialização

Segundo Ciclo de Territorialização

$$A2 (L2-M2-P2) - R2 - (A1 (L1-M1-P1) - R1 - S1 (Sn1/So1)) = T1/Ta1 = T2/Ta2$$

Legenda

A) Atores

L) Tipo de trabalho

M) Mediadores (materiais e instrumentos)

P) Programa

T) Território

R) Relação sociedade e natureza

S) Ambiente geral

Sn) Ambiente inorgânico e orgânico

So) Ambiente social

Ta) Territorialidade

Fonte: elaborado pela autora em 2020, com base em Raffestin (2008)

3.2.3 O período cerâmico

Não se sabe ao certo quando e como os sambaquieiros deixam de integrar a paisagem histórica litorânea. Não há estudos suficientes para comprovar o abandono de sítios, o genocídio ou a miscigenação desses povos. Certo é: quando os portugueses atracam na costa brasileira, em 1500, encontram um cenário bastante diferente, dominado sobretudo por aldeias filiados à tradição Tupiguarani. Evidências arqueológicas demonstram que, em algum momento da história, já na era cristã, há o contato das comunidades sambaquieiras com outros povos ceramistas, em especial os tupis, estabelecendo relações de troca – o que pode ser o marco de sua desestruturação. Tal hipótese é sustentada pela presença de cacos de cerâmica nas últimas camadas prospectadas em sambaquis pelo Brasil, “sem que tenha havido mudanças significativas em outros aspectos da vida social” (GASPAR, 2004, p. 67). O próprio termo sambaqui sugere essa coabitação por ser de etimologia tupi, em que *tamba* significa concha e *ki* amontoado.

O aparecimento dos grupos tupis no litoral brasileiro tem a ver com um processo de expansão territorial, cujo ponto de partida é a Amazônia, datado em aproximadamente 1000 d.C (WÜST, 2000). Inferiores tecnologicamente, há razões para acreditar que os sambaquieiros tenham sido absorvidos, ou até mesmo eliminados. De forma que, os sambaquis passam a ser gradativamente incorporados nas ocupações sucessivas, de horticultores e de ceramistas, e posteriormente de colonizadores portugueses. Inúmeras intervenções, degradações e

sobreposições são testemunhadas na contemporaneidade por arqueólogos em seus levantamentos de campo. Até mesmo na atualidade, com os processos de “desenvolvimento” economicistas e com a especulação imobiliária nos litorais e nas áreas praianas, os sítios arqueológicos de sambaquis são alvos de depredação e correm o risco de erradicação irreversível.

Não obstante, a PRONAPA, logo em seus primeiros anos de funcionamento, estabelece a passagem do período pré-cerâmico para o cerâmico na historiografia brasileira a partir do marco temporal de 450 d.C. A datação é delimitada tendo em vista o início das rotas migratórias, direcionadas pelas redes fluviais, de diversos grupos ceramistas em zonas centrais e em litorais brasileiros, ocupando áreas agricultáveis em proximidades de leitos de rios e antigos territórios de povoações do período pré-cerâmico (COSTA, 2013). É possível considerar a existência de zonas de conflito e de pressões culturais neste processo. Algumas rotas de dispersão são direcionadas ao Espírito Santo, como é o caso, por exemplo, das tradições Una, Tupiguarani e Aratu. Esta última alcança a área onde hoje se encontra a antiga Vila de Itaúnas soterrada, antes mesmo das tradições tupi.

“A tradição Aratu recua na Bahia e em Goiás ao século IX da nossa era e corresponde a grupos agricultores não Tupiguarani que ocupavam aldeias anulares de dimensões consideráveis” (WÜST, 2000, p.21). Segundo Seda et al (2011), seus aldeamentos configuram-se enquanto sítios de habitação e sítios cemitérios a céu aberto, sendo possível associar a um resgate das tradições pré-cerâmicas, em que as cerimônias fúnebres exercem papel central nas manifestações culturais. Algumas fases da tradição Aratu na Bahia ainda possuem áreas de proporções significativas destinadas ao sepultamento, conhecidas como campo de urnas, onde se agrupam até 25 urnas funerárias (SOARES, 2013). Suas habitações em formatos de cabanas, se alinham em torno de uma grande praça central e podem ser encontrados em áreas de restinga, de margens de rios, de praia, de mangue, como também no cerrado e na mata atlântica, preferencialmente em topografias planas. Ainda assim, a tradição Aratu é frequentemente confundida com os falantes do tupi-guarani.

Além dos modelos de assentamento e dos troncos linguísticos pertencentes à essa tradição, difere-se no tratamento e na manipulação dada às suas cerâmicas, nos quais incluem o emprego de mineral grafita no traço e na superfície e a aplicação de decorações simples, plásticas e de cor avermelhada (queima oxidante) (COSTA, 2013). As confecções de vasilhames e de urnas funerárias também são bastantes singulares. Vasilhas cônicas, tigelas rasas e recipientes geminados são objetos frequentemente encontrados na tradição Aratu. O formato periforme ou globular das urnas funerárias, de 75 a 60 centímetro de diâmetro, sugere o enterramento de corpos dispostos em posição fetal, acompanhados de oferendas como artefatos de pedra, fusos cerâmicos, dentre outros (ETCHEVARNE, 2012). Cachimbos

tubulares também fazem parte dos objetos artesanais dessa tradição. Em adição é importante lembrar, como ressalta Etchevarne (2012), que os materiais utilizados para confecção de instrumentos de corte e de preparo de alimentos limitam-se às pedras lascadas e polidas, aos quartzos e aos restos ósseos, não sendo manuseados ainda metais.

A tradição Aratu no Espírito Santo, estabelecida por uma dispersão tardia possivelmente iniciada na Bahia, está dividida em três fases arqueológicas, diferenciadas segundo localização e aspectos decorativos das cerâmicas: fase Jacaraípe, na região de Carapina no município da Serra, fase Guarabu, nas regiões do Rio São Mateus e Vale do Cricaré ao norte do estado, e fase Itaúnas, em maior distribuição espacial, encontrada nos vales dos rios Reis Magos, Piraquê-açu, São Mateus, Itaúnas e Mucuri. Assemelham-se por dimensões reduzidas de aldeias, se comparados às encontradas nos demais estados brasileiros. Mais importante para esse estudo, a fase Itaúnas caracteriza-se por uma grande diversidade de técnicas de cerâmica, podendo ser corrugada, unglada, roletada, escovada ou entalhada (SEDA ET AL, 2011). Pode-se dizer, portanto, que esses grupos ligados à tradição Aratu sofrem um processo de desterritorialização ao deixar seu sítio de origem, em direção ao Espírito Santo, se territorializam em determinadas áreas em terras capixabas e reterritorializam as bagagens culturais e as lógicas de ocupação, ainda que tenham sido adaptadas e/ou ressignificadas na nova realidade.

No que tange o objeto concreto deste estudo, Perota (1992) observa a ocupação por grupos distintos do período pré-cerâmico, cujas bases alimentar e econômica são pautadas não somente na caça e na pesca, mas também na horticultura. Essa ocupação se dá em meados do século XIII dessa era, após um intervalo entre 150 d.C e 1250 d.C, em que novas transformações na geografia física do território das Dunas de Itaúnas ocorrem. Cálculos do próprio autor sugerem que as dunas tenham atingido a altura de 10 metros em relação ao nível do mar neste período. Fragmentos de cerâmica, de cacos com sulcos e de cachimbos tubulares permitem concluir que estes povos são filiados à tradição Aratu, Fase Itaúnas, e desenvolvem técnicas de cultivo de fumo e de tubérculos (PEROTA ET AL, 1992). Os mesmos materiais, além de artefatos líticos lascados e semi-polidos, são também encontrados por Wüst (2000) nos sítios de códigos It-02 e It-03 (Figura 18), sobretudo nas concentrações de números C-12 e C-13.

(2000) supõe o cultivo de milho e de batata, colheita de outros vegetais nativos abundantes na região, além da complementação da dieta alimentar através da caça (aves e de mamíferos de médio e pequeno porte) e da pesca. Os artefatos líticos da fase Itaúnas, encontrados em especial nos sítios It-01 e It-03, demonstram continuidade tecnológica e cultural entre o período pré-cerâmico e cerâmico, por serem produzidos pelos mesmos materiais (quartzos hialinos) e pelo uso de mesma técnica, sobretudo de lascamento bipolar (WÜST, 2000).

Para Wüst (2000), tratam-se de grupos ceramistas e agricultores pertencentes ao tronco linguístico Macro-Jê. Quanto à família, não há informações suficientes para sua clarificação. O mapa étno-histórico desenvolvido pelo antropólogo Curt Nimuendaju entre 1943 e 1944⁶, por sua vez, indica a presença de povos maxakalí (mashakalí ou maxacalí, em outras grafias) no litoral norte do Espírito Santo, quase divisa com a Bahia. Os maxakalí são conhecidos pelos seus adereços, que consistem em palitos finos ou juncos nos lábios inferiores perfurados e/ou nos lóbulos das orelhas. Se estavam presentes na cronologia determinada por Perota et al (1992), não é possível saber. Métraux e Nimuendaju (1943) em um breve relato, observam que os maxakalí enterram seus mortos em posições agachadas – indicador compatível à tradição Aratu. Anos mais tarde, Nimuendaju (1958) escreve que a história dessa população se desenrola “na área compreendida entre o [rio] Jequitinhonha ao norte, o [rio] São Mateus ao sul, o Atlântico a leste e o meridiano de 41° 30’a oeste” (NIMUENDAJU, 1958, p. 54). Por outro lado, no mesmo texto, diz não serem familiarizados com o cultivo de fumo. Não obstante, Maria Hilda Baqueiro Paraíso (1992,1994), antropóloga e professora da Universidade Federal da Bahia, faz um importante trabalho sobre os povos maxakalí e classifica-os como seminômades, ou seja, estabelecem domínios territoriais, porém experienciam desmembramentos e deslocamentos constantes:

Por razões de insatisfações, tensões, pressões, crises e conflitos, a tendência, aliás como de todos os grupos predominantemente caçadores e coletores, é ao fracionamento e ao afastamento entre bandos, que passariam a constituir novas unidades sociais autônomas e auto-suficientes (PARAISO, 1994, p.182).

Mendes (2010) faz observações importantes sobre os aspectos da organização social dos maxakalí, ao estudar os remanescentes na região do rio Jequitinhonha e do rio Mucuri. São caracterizados por comunidades patriarcais, cujas atividades domésticas e celebrações religiosas são separadas de acordo com o gênero. Os rituais sagrados são praticados em grupos, orientados por um mestre de cerimônias e um chefe de religião, em meio a mata, onde cantam, fincam mastros e constroem cabanas. E, segundo fontes citadas por Mendes (2011), tratam-se de costumes altivos ainda conservados por longos anos.

⁶ O referido mapa foi reconstruído pelo IBGE em 1987, e hoje encontra-se disponibilizado virtualmente através do link <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv14278_mapa.pdf>.

Os acampamentos temporários e as ocupações sazonais da era pré-cerâmica dão espaço aos sítios habitação na tradição Aratu, Fase Itaúnas. Se for comprovado a existência dos maxakalí neste terceiro ciclo de territorialização nos sítios arqueológicos avaliados que compreendem a antiga vila de Itaúnas, hoje soterrada, deve-se levar em consideração as tipologias arquitetônicas e as técnicas construtivas dessa etnia. Neste caso, as residências tradicionais unifamiliares dos maxakalí são construídas em planta ortogonal, estruturada de ramos e galhos finos fincados no solo e amarrados na parte superior, de tal maneira que a cobertura adquire uma forma encurvada. A vedação, em muitos casos, é feita de barro e, por fim, toda estrutura é coberta com palha ou folhas de coqueiro, palmeira ou patioba. Essas características são observadas por Métraux e Nimuendaju (1943), por Nimuendaju sozinho (1958) e por Paraíso (1992,1994).

Assim sendo, dá-se seguimento à fórmula (Figura 19), incluindo o terceiro ciclo de ocupação dos grupos filiados à tradição Aratu, onde: **A3)** primeiro grupo ceramista-agricultor; **L3)** técnicas em lascamento bipolar, por pressão e por percussão direta, técnicas de manuseio e queima de cerâmica, técnicas construtivas em amarrações; atividades agrícolas e cultivos de alimentos; **M3)** madeira, folhas de árvores, palha, barro, argila, cerâmica, grafita, artefatos líticos, basalto, hematita, laterita e outros quartzos; **P3)** habitação, defesa, alimentação, exploração de recursos e manifestações culturais; **R3)** relação de subsistência e de apropriação simbólica; **T3)** território simbólico, com expansão do limite territorial, mais afastada da costa marítima; **Ta3)** territorialidade indígena, filiada à tradição Aratu.

Figura 19. Avanço da fórmula, incluindo terceiro ciclo de civilização

Terceiro Ciclo de Territorialização

$$\mathbf{A3 (L3-M3-P3) - R3 - (A2 (L2-M2-P2) - R2 - (A1 (L1-M1-P1) - R1 - S1 (Sn1/So1))} \\ = \mathbf{T1/Ta1 = T1/Ta2) = T3/Ta3}$$

Legenda

A) Atores

L) Tipo de trabalho

M) Mediadores (materiais e instrumentos)

P) Programa

T) Território

R) Relação sociedade e natureza

S) Ambiente geral

Sn) Ambiente inorgânico e orgânico

So) Ambiente social

Ta) Territorialidade

Fonte: elaborado pela autora com base em Raffestin (2008)

Quando o segundo grupo ceramista, ligado ao tronco linguístico tupi, se instala ao longo do baixo rio Itaúnas, por volta de 1450 d.C. e 1600 d.C. (PEROTA ET AL, 1992), encontra a área onde hoje está vila soterrada já (re)territorializada. Prospecções nos sítios Artulino 1, Riacho

Doce 1, e Rigone 3 (Ar-01, Rd-01, Ri-03, vide Figura 16 na página 74), cujos materiais arqueológicos são tradicionalmente filiados ao Tupiguarani como constata Wüst (2000), indicam presença de restos de cerâmica da tradição Aratu, assim como em Dunas de Itaúnas, Tamandaré e Itaúnas (1,2 e 3) há fragmentos de peças pintadas e cacos decorados intrusivos. Tal análise demonstra um constate contato entre esses dois povos, estabelecendo relações de troca, redes de comunicação ou até impregnações culturais em ambos os lados.

O material cerâmico da tradição Tupiguarani encontrados por Wüst (2000) difere-se dos demais pela contemporaneidade (em relação à tradição Aratu), além do tipo de matéria utilizado, dos aspectos decorativos e das técnicas de manuseio. Nos temperos das cerâmicas, há presença de partículas minerais e cacos moídos. Possuem maior diversidade de pigmentos, podendo ser cinza, alaranjado ou marrom. Wüst (2000) detecta, a partir dos fragmentos, que grande parte dos recipientes são confeccionados pela técnica de acordelagem, além da queima oxidante. De forma geral, o volume e a morfologia dos vasilhames (assadores, grandes bacias) sugerem cultivo e estocagem em massa de mandioca, inclusive na produção de farinha e de beiju (WÜST, 2000). Os elementos decorativos também são diversos (corrugado, unglado, entalhado) e recebem pintura na superfície. Quanto aos materiais líticos, se ressaltam os tembetás, ou seja, adornos labiais em formato da letra T.

Tampouco a família linguística filiada à tradição Tupiguarani é especificada. Este é um trabalho ainda mais árduo, visto o grande volume de migrantes tupis que chegam no Espírito Santo, além das similaridades culturais e grande mobilidade espacial dessas populações por todo o território. O mesmo mapa de Nimuendaju dos anos 1943 e 1944, indica domínio dos tupiniquins (ou tupinaki) por todo o litoral espírito-santense, salvo alguns trechos no Sul onde existem temiminós. Por outro lado, o mapa desenvolvido por Bentivoglio (2017) mostra que os temiminós também estavam presentes no norte do estado, numa região bastante aproximada à área de estudo. A única observação de Wüst (2000) quanto a essa questão decorre sobre as discrepâncias entre o material arqueológico encontrado e os tradicionais dos povos Guaranis, desconsiderando a possibilidade de qualquer associação étnica.

Em linhas gerais, além do cultivo de mandioca e outros tubérculos e vegetais (batata-doce, abóbora, etc.) os tupi-guarani também recorrem a caça e a pesca, com utilização de tipos de embarcação (canoas de tronco, casca de árvores etc.) e armas confeccionadas de madeira e pontas de pedra polida (BROCHADO, 1980). Os Tupiniquim, por exemplo, amplamente estudados por Barcellos (2009) – sobretudo os remanescentes do município de Aracruz-, organizam-se internamente em complexas relações sociais, as quais estão pautadas em divisões de tarefas de acordo com o gênero, núcleo familiar e intrafamiliar e faixa etária. Os longos anos de simbiose com o meio natural, possibilitam que adquirissem conhecimentos

profundos da floresta quanto aos frutos, raízes, ciclos marítimos e calendários lunares, capazes de potencializar a agricultura, o corte de madeira, o pescado, o artesanato, dentre outras atividades que exercem (BARCELLOS, 2009).

Diferentes dos maxacalí, suas casas, conhecidas como ocas, feitas de vigamento de madeira e cobertas com palha, abrigam uma linhagem inteira e, portanto, tem dimensões consideráveis. A implantação se dá em torno de um terreiro, também chamado de ocará, propício às manifestações culturais e à sociabilidade de seus moradores (WEIMER, 2012,). Saletto (2011), sem mencionar explicitamente a que família se dirige, diz: “os índios que habitavam o litoral eram guerreiros e canibais. Cada tribo tinha alguma outra como inimiga, à qual fazia habitualmente a guerra, e precisava de prisioneiros para os rituais antropofágicos, que constituíam um elemento fundamental de sua ordem social” (SALETTTO, 2011, p.118).

No atual cenário, onde verifica-se testemunhos dos povos tupis pelo litoral norte do Espírito Santo, em contraposição ao quase total desaparecimento das instalações associadas à tradição Aratu, parece ser possível assumir que a balança pendeu mais para um lado que o outro ao longo dos anos. De qualquer forma, no que tange às evidências coletadas nos sítios arqueológicos das Dunas de Itaúnas, por Perota et al (1992), do Tamandaré 01 e de Itaúnas 01, 02 e 03, por Wüst (2000), não é possível afirmar o destino da comunidade Aratu. O contato frequente pode ter sido oportuno tanto para coabitações, para criações de laços de parentesco extragrupal, quanto para disputas. É interessante analisar que o nome “Itaúnas” que persiste até hoje deriva da justaposição de dois termos do dicionário tupi-guarani: *itá*, que significa “pedra” ou “metal”, e *una*, adjetivo para “preta”. Assim, a palavra *itaúna* se refere a rochas de pigmentação negra, como o basalto, o diabásio, o diorito etc. O que pode ser um indicador do declínio do domínio territorial da Tradição Aratu, coincidindo com a chegada dos grupos do tronco linguístico Tupi na região.

3.2.4 Os períodos colonial e imperial

35 anos após o desembarque da caravela de Cabral aonde hoje é a cidade de Porto Seguro, na Bahia, Vasco Fernandes Coutinho deixa Portugal e aporta em sua capitania por direito, “de cinquenta léguas de terra sobre a costa do Brasil” (OLIVEIRA, 2008, p.23), cedida por meio de carta de doação assinada pelo próprio rei português D. João III. Posteriormente, essa capitania receberia o nome de Espírito Santo, em homenagem à terceira pessoa da Santíssima Trindade. Sua tripulação, contudo, não esperava ser recebida de forma tão hostilizada pelos moradores pré-existentes: os indígenas. Informações distam quanto à distribuição espacial dos povos que habitam o Espírito Santo antes da colonização. De forma geral, nota-se o grande destaque da literatura etno-histórica espírito-santense ao domínio

territorial dos goitacá e dos tupiniquins (ou tupinakis), localizados ao sul do estado e ao litoral respectivamente (SALETTTO, 2011). Porém, não se deve perder de vista a presença de populações distintas como os puris, os temiminós, os guaranis, os pataxós, os maxacalis, os botocudos, dentre outros - esses últimos bastante numerosos na região centro-norte. Todavia, quando se trata da identificação étnica, afirmações devem ser feitas com cautela, visto que as tramas históricas dos diferentes grupos se encontram emaranhadas, dada a significativa e constante mobilidade espacial (MONTEIRO, 2001).

Os primeiros confrontos com os indígenas culminam, nos invasores, a necessidade de mecanismos de defesa e de estratégias de ocupação. Prontamente, constroem casas, capelas, instalam serviços da coroa, cultivam a terra (em especial a cana de açúcar) e saem em busca de gemas e de metais nobres - como a prata e os minérios para extração de ferro (OLIVEIRA, 2008). Segundo Oliveira (2008), as primeiras expedições ao final dos anos 1535 despertam o interesse na expansão da fé e no povoamento (branco) da terra. Em uma dessas, em meados de 1537, por meio de navios rumo ao Norte, os desbravadores teriam alcançado uma região praiana, hoje sede do município de Conceição da Barra, localizada na foz do rio Cricaré, denominação feita pelos índios habitantes dali⁷ (Kiri-Kerê significaria dominhoco). A consolidação de um porto e de um primeiro assentamento a qual denominariam de Barra teria ocorrido em 1554. A implantação seria estratégica para passagem e ancoragem dos navios vindos da Bahia em direção ao sul (IJSN, 2000).

Em muitos aspectos, a territorialização dos portugueses e reterritorialização de seus costumes na nova realidade significa a desterritorialização dos povos indígenas por todo território brasileiro, como já é sabido. A começar pelo extermínio das populações pré-existentes devido aos incessantes atritos bélicos entre os brancos, além dos surtos de epidemias trazidas da Europa, para os quais não tinham defesas imunológicas (SALETTTO, 2011). A desmoralização, o estupro de mulheres e as privações de suas condições humanas também são efeitos decorrentes desse processo. Muitos, que não foram prisioneiros de guerra ou morreram no combate, fogem em debandada, para regiões interioranas ou para estados vizinhos. Outros, procuram resistir arduamente, aliando-se às comunidades rivais na luta contra o inimigo em comum (OLIVEIRA, 2008). Por um bom tempo, as resistências indígenas dificultam as invasões iniciadas pelos portugueses no Espírito Santo. No entanto, Salettto (2011) relembra: entre os aliados dos portugueses estão alguns membros ameríndios, cuja participação na luta contra seus iguais e contra outros invasores europeus é de suma importância (não tornando-os menos desterritorializados por isso).

⁷ Fontes consultadas divergem quanto à etnia dos povos indígenas precedentes. Nardoto (2012) menciona a ocupação de tupis-guaranis, enquanto a página virtual da Prefeitura de Conceição da Barra informa serem guaianás, pertencentes ao tronco linguístico Macro-Jê (Disponível em: < <https://conceicaodabarra.es.gov.br/quem-somos>>. Acesso em 21 de dez. 2020).

No início de 1551⁸, partem da Bahia em direção ao Espírito Santo os jesuítas.⁹. Nos primeiros anos, procuram levar a doutrina de forma pacífica, com estratégias de aproximação nos quais incluem elementos da cultura indígena (SALETTTO, 2011). Pregam na tentativa de convencê-los e de convertê-los ao cristianismo, educando-os, inclusive, a disseminar os ensinamentos cristãos a outras comunidades. Pouco a pouco, os indígenas batizam-se, catequizam-se e incorporam romarias, mas são muitos os obstáculos que dificultam a cristianização efetiva e em massa. A começar pelo nomadismo e pela constante mudança de local dos aldeamentos, os quais interrompem o trabalho sendo realizado. Outros grandes problemas são a resistência e a hostilidade dos indígenas frente aos colonos, e vice e versa (SALETTTO, 2011).

As tensões entre indígenas e portugueses agravam-se. Tão frequentes são os levantes indígenas e ataques aos assentamentos europeus que por pouco não houve a derrocada da tripulação de Vasco Fernandes Coutinho em terras capixabas. Aos fins de 1557, o governador da capitania solicita socorro ao seu superior, Mem de Sá, o qual prontamente atende seu pedido. Chefiado por Fernão, seu filho, o reforço vindo da Bahia, com cerca de 200 homens, entra à montante do rio Cricaré, para a surpresa dos indígenas aimorés habitantes da região. Os portugueses atacam suas fortificações, assassinando e aprisionando grande parte deles (SALETTTO, 2011). Não obstante, os indígenas conseguem recobrir os ânimos e resistem às investidas de Fernão de Sá, que morre em campo de batalha. Seus navios não tem outra alternativa senão a retirada. Tal episódio fica conhecido na história como a Batalha do Cricaré, fato que, sem dúvidas, fixa a cidade de São Mateus, na qual Conceição da Barra é subordinada por longos anos, na história do Brasil “como o local em que os portugueses sofreram a sua primeira derrota” (NARDOTO; OLIVEIRA, 1999, p.30).

No cenário Brasileiro, em 1558, a fim de sanar as problemáticas, o então superior jesuítico Manuel da Nóbrega sugere métodos de convencimentos mais radicais e impositivos para a catequização e o adestramento dos nativos, incluindo o aldeamento forçado junto aos jesuítas. Como explica Saletto (2011):

Se os índios não renunciavam a suas práticas “demoníacas”, era preciso forçá-los a abandoná-las. Proibir o canibalismo, a poligamia, os feiticeiros e os rituais pagãos, a nudez etc. Acabar com o nomadismo, fixando-os em aldeias e doando-lhes terras. E, finalmente, colocar os jesuítas nas aldeias para doutriná-los e dirigi-los, transformando-os em cristãos (SALETTTO, 2011, p.123).

Sob o emblema da “proteção”, os aldeamentos jesuíticos representam, aos indígenas que se sujeitassem à cristianização, a subordinação e a prestação de serviços voltados aos

⁸ A título de conhecimento, um ano mais cedo, transfere-se a sede da capitania para a vila de Vitória, hoje atual capital do estado, renomeando a precedente de Vila Velha.

interesses da colônia. “O aldeamento significava a rápida destruição da organização social e da cultura indígena e a conseqüente perda de sua identidade” (SALETTTO, 2011, p.125). O protocolo é seguido: tão logo a catequização é efetivada, as interferências ocorrem na própria espacialidade das aldeias indígenas, com a fincada do cruzeiro na área central, as construções de capelas e a incorporação de programas vinculadas à igreja (WEIMER, 2012). Aos que resistissem, restariam a guerra aos colonos e, caso derrotados, a escravização “justificada”.

Neste processo, grande atuação tem Padre José de Anchieta por todo o estado. Há relatos que o referido padre teria visitado, em 21 de setembro, o núcleo populacional à foz do rio Cricaré, este sendo renomeado de São Mateus, em homenagem ao santo do dia, e aquele de Barra de São Mateus. As datações são divergentes diante deste possível fato histórico. Fonte consultada sugere ter ocorrido em 1566 (NARDOTO, 2012). Na plataforma digital da Prefeitura de Conceição da Barra, consta a informação de 1596. Não são encontrados indícios de que Padre José de Anchieta tenha dirigido à área da antiga Vila de Itaúnas. Contudo, o estudioso e divulgador da cultura popular capixaba, Hermógenes Lima Fonseca, registra em seus versos:

Uns falam que Anchieta
Viajando aqui passou
E lá na beira da praia
Um poço ele cavou
'Água doce daqui saia'
Assim ele falou
[...]
Esse fato foi assistido
Por poucos que ali estavam
De muitos ficou sabido
Por gerações que passaram
Mas foi pouco difundido
Pois era segredo, guardaram.
(FONSECA, 1980, p.1)

Não obstante, Perota et al (1992) confirma, nas porções estratigráficas analisadas, a presença de jesuítas por volta de 1600 d.C. “A cerâmica mantém algumas características indígenas e misturam-se elementos das tradições Aratu e Tupiguarani com cerâmica de origem europeia. Provavelmente a atuação jesuítica no local pode ter colaborado com essa simbiose.” (PEROTA ET AL, 1992, p.325).

As análises de Perota et al (1992) dão pistas para elaboração da fórmula referente ao quarto ciclo de ocupação (Figura 20), onde: **A4** portugueses, jesuítas e indígenas das tradições Aratu e Tupiguarani; **L4** manipulação de metais, técnicas em lascamento bipolar, por pressão e por percussão direta, técnicas de manuseio e queima de cerâmica, técnicas construtivas de amarração; atividades agrícolas e cultivos de alimentos; **M4** prata, ferro, madeira, folhas de

árvores, palha, barro, argila, cerâmica, grafita, artefatos líticos, basalto, hematita, laterita e outros quartzos; **P4**) catequização, celebração de missas, habitação, proteção, alimentação; manifestações culturais; **R4**) relação de subsistência, de dominação e de apropriação simbólica; **T4**) território entre simbólico e funcional, com expansão do limite territorial, mais afastado da costa marítima; **Ta4**) territorialidade jesuítica, com elementos de resistências indígenas.

Figura 20. Fórmula do quarto ciclo de territorialização

Quarto Ciclo de Territorialização

$$\mathbf{A4 (L4-M4-P4) - R4 - (A3 (L3-M3-P3) - R3 - (A2 (L2-M2-P2) - R2 - (A1 (L1-M1-P1) - R1 - S1 (Sn1/So1) = T1/Ta1 = T1/Ta2 = T3/Ta3) = T4/Ta4}$$

Legenda

A) Atores

L) Tipo de trabalho

M) Mediadores (materiais e instrumentos)

P) Programa

T) Território

R) Relação sociedade e natureza

S) Ambiente geral

Sn) Ambiente inorgânico e orgânico

So) Ambiente social

Ta) Territorialidade

Fonte: elaborado pela autora com base em Raffestin (2008)

Com a morte de Mem de Sá, em 1572, a administração das capitanias brasileiras fica delegada a dois Governos Gerais: o do Norte, cuja sede é Salvador, tem como limite a capitania de Ilhéus, e o do Sul, cuja capital é o Rio de Janeiro, compreende as donatarias de Porto Seguro e abaixo. Embora a do Espírito Santo estivesse condicionada ao governo do Sul, por vezes providências administrativas estão subordinadas ao do Norte (NARDOTO; OLIVEIRA, 1999). Em paralelo, a província espírito-santense demonstra sinais de prosperidade, após anos permanecendo em segundo plano no cenário brasileiro. A gestão de Vasco Fernandes Coutinho filho, sucessor de seu pai após sua morte, distingue-se da anterior por uma maior estabilidade e melhor fixação territorial dos portugueses, com aumento da construção de engenhos de açúcar e o fortalecimento da catequização (OLIVEIRA, 2008).

Com terras férteis em abundância e grande potencial para agricultura, aos poucos, a produção de farinha de mandioca ganha destaque no Norte do Espírito Santo, sobretudo na região próxima ao rio São Mateus. Sua produção já é o suficiente para abastecer as demais províncias ao ponto de receber notoriedade no início do século XVII (NARDOTO, OLIVEIRA, 1999). Neste sentido, os portos estabelecidos nas povoações da Barra de São Mateus e do Rio São Mateus têm papel fundamental para consolidação de redes de comunicação, de

escoamento e distribuição de mercadorias. Ademais, embarcações vindas de Porto Seguro e demais localidades trazem consigo comerciantes e suas práticas de escambo. Não demora para que sejam transportados e comercializados também os primeiros negros cativos, que chegam ao Espírito Santo por volta de 1621, direcionados aos trabalhos na lavoura (NARDOTO, OLIVEIRA, 1999). Acompanham-lhes, além de sua força e mão de obra (escravizada), seus conhecimentos e práticas agroecológicas e bagagens identitárias, impulsionando o desenvolvimento, geração de riqueza e crescimento populacional da região.

A literatura tem buscado corrigir os longos anos de invisibilidade a qual está condicionada a contribuição negra na historiografia da sociedade brasileira. Cleber Maciel (2016) faz uma importante investigação acerca da origem e da trajetória histórica desses povos africanos transportados ao Espírito Santo, desembarcados sobretudo nos portos de Vitória, São Mateus e de Cachoeiro de Itapemirim. Porém, o autor deixa claro que os registros e as documentações não possibilitam afirmações precisas. Isto dito, Maciel (2016) revela, dentre as possíveis etnias, os Sudaneses, os Angolanos e os grupos etnolinguísticos filiados aos Bantos (compostos por quatro nações: Minas, Ardas, Angolas e Criolos), também chamados de Congos, Criolos ou Crioulos em São Mateus e em Vitória. (MACIEL, 2016). Em contrapartida, as rotas de comércio e de deslocamento de escravos também acontece por terra. Vindos do Rio de Janeiro, de Salvador e de Minas, nações negras como Minas, Minas-Nejôs, Benguelas, da região da Costa do Marfim, da Costa do Ouro, ou de Moçambique, podem compor os grupos que chegam no Espírito Santo, antes mesmo da data de importação direta estipulada.

A territorialização dos escravos negros no Brasil, de maneira geral, é conturbada e sofrida. Ou seja, a desterritorialização não acontece apenas no momento em que são erradicados, forçosamente, de seu lugar de origem. Maciel (2016) descreve alguns aspectos da escravidão: além de serem submetidos ao trabalho em diversas atividades produtivas sob condições sub-humanas, os negros são entendidos como objetos de posse e frequentemente sofrem castigos, torturas e prisões. Também encontram obstáculos em constituir famílias, pois por vezes são vendidos e separados de seus parentes. A convivência com portugueses, com indígenas e com negros advindos de outras localidades também modifica seus costumes e tradições. Proibidos de cultuar seus Orixás pela Igreja Católica, muitos deslocam sua devoção para santos do catolicismo (MACIEL, 2016):

Considerando a relação entre a cultura dos colonizadores e dominadores e as sobrevivências culturais dos escravos, pode-se dizer que, na sociedade colonial, eram aceitos os costumes tradicionais africanos que podiam se adaptar à exploração escravista. Incluía-se aí aqueles que reinterpretados, recebiam novo significado (MACIEL, 2016, p.147).

Com isso, de um lado, ocorrem sincretismos entre as manifestações culturais negras e,

principalmente, as atividades católicas realizadas pelos colonizadores; de outro, sutilmente, os escravos conseguem preservar ao menos uma parcela de sua história, seus costumes e suas tradições. Neste contexto, “estão os cultos e as procissões de São Benedito, compostos quase apenas de negros e com os componentes religiosos africanizados, como anjinhos negros e rainhas africanas” (MACIEL, 2016, p.148). Não obstante, muitos optam por manter intactos suas práticas religiosas e seus conhecimentos tradicionais. Em adição, tais como os índios, fugas, revoltas e ações de resistência contra o sistema escravista fazem parte de seu cotidiano. Com o tempo, as manifestações tornam-se cada vez mais organizadas e estruturadas, através de lutas coletivas - armadas ou não, e formações de quilombos.

Em adição, a lei assinada por D. José I em 1759, sob influência de Marquês de Pombal, tem grande papel nas mudanças nas estruturas e configurações sociais. Esta estipula a expulsão dos jesuítas e centralização da ordem no Estado. Terras administradas pela Companhia de Jesus são confiscadas e apropriadas por colonos e militares. Sem delongas, a reforma, que fica conhecida como Pombalina, busca por políticas de integração dos índios na consolidação da civilização lusa, com o fim à escravidão indígena, a participação de sua mão-de-obra livre nos cultivos e nas demais atividades econômicas, além de incentivos a formação de laços matrimoniais com brancos e subseqüentes miscigenações.

Segundo Nardoto e Oliveira (1999), notícias quanto à existência de ouro nas regiões do rio São Mateus, de Minas Gerais ao Espírito Santo, correm por todo o país. Torna-se conhecimento que o rio é o meio de se chegar às jazidas, atraindo aventureiros para o local. Quer seja por sua prosperidade, pela sua posição estratégica enquanto barreira de entrada de intrusos, quer seja pelas dificuldades administrativas dos sucessivos governadores da capitania, em 1764 a povoação do Rio São Mateus é elevada à categoria de vila pelo Ouvidor de Porto Seguro, incumbência atribuída a ele por Marquês de Pombal. Dessa forma, fica a nova Vila de São Mateus, hoje município de São Mateus, sob a jurisdição da Capitania de Porto Seguro por 59 anos (NARDOTO; OLIVEIRA, 1999). Neste período, as atividades produtivas e comerciais intensificam-se: novas fazendas de cana de açúcar e mandioca são implantadas no local, além do aumento de contingente de escravos (RUSSO, 2011).

Quanto à povoação da Barra de São Mateus, atual município de Conceição da Barra, as informações tornam-se bastante nebulosas. Russo (2011) esclarece que seu desenvolvimento é mais tardio, apesar das condições geográficas favoráveis. Os laços econômicos entre esses dois núcleos permanecem estreitados por longos anos, devido a via natural de escoamento estabelecida pelo rio São Mateus, por onde a produção da farinha de mandioca e demais produtos agrícolas são exportados. Formam uma “espécie de complexo regional agrícola e portuário de natureza semelhante” (RUSSO, 2011, p.13). Estes talvez tenham sido os fatores que a mantém subordinada político-economicamente à Vila de São

Mateus por um grande período, recebendo o título de vila somente em 1833, quase sete décadas mais tarde, momento no qual é denominada de Vila da Barra de São Mateus.

Ainda mais insólitos são os registros históricos referente à trajetória da Vila de Itaúnas durante os séculos XVIII e XIX. As conclusões de Perota et al (1992) e de Wüst (2000), a luz de seus achados arqueológicos, e os relatos de viagem do príncipe Maximiliano de Wied-Neuwied, escritos em 1815 a 1817, trilham análises e formulações de hipóteses. Segundo Perota et al (1992), entre 1750 a 1800 d.C., consolida-se no sítio a formação de uma população de neo-brasileiros, a partir da miscigenação entre índios, brancos e negros. Fragmentos encontrados por Wüst (2000) de cerâmicas denominadas cabocla reforçam a circunstância de simbiose. Estas são feitas com a utilização de uma variedade de argilas, de diversos tipos de temperos e de impurezas, pigmentadas em preto, marrom médio ou escuro. A técnica de manipulação se difere da Fase Itaúnas, demonstrando um rompimento de tradição. Essas características demonstram que sua produção artesanal teria ocorrido regionalmente, em diferentes centros de confecção, com grande comercialização e circulação (WÜST, 2000).

Por outro lado, há as cerâmicas de origem europeia, geralmente feitas de argila plástica - também conhecidas como faianças- identificadas em fragmentos de xícaras, pratos, pires, bules e urinóis. Seus tipos decorativos remetem a datações específicas, de acordo com o intervalo em que sua produção é efetiva, sendo de grande auxílio para construções cronológicas. Dentre os artefatos do período histórico coletados por Wüst (2000), encontram-se os tipos mais antigos representados por dois padrões decorativos: *blue-edged inciso* e *pearlware*. Tratam-se de estilos que remetem o final do século XVIII e início de XIX, quando chegam ao Brasil junto com a corte portuguesa. Segundo Wüst (2000), o tipo "*blue-edged inciso*" tem como principal característica detalhes de borda em baixo relevo, arrematados por uma faixa azul – encontrados especialmente na parte interna de pratos. Já o tipo *pearlware*, possui uma coloração azul suave por sua superfície e nas juntas. Além das faianças, são também escavados por Wüst (2000) frascos e garrafas de vidros, sendo um deles identificado como armazenador de vinho proveniente da Real Companhia Vinícola do Porto, com impressão à coroa portuguesa, como consta a arqueóloga.

Enquanto isso, em sua viagem, Maximiliano de Wied-Neuwied diz conhecer uma fazenda de nome Itaúnas, nas proximidades da foz do Rio Itaúnas e do manguezal da Guaxindiba:

Aproximadamente a meia légua de São Mateus, o pequeno rio Guaxindiba desemboca no mar. Costuma-se embarcar nele e subir 3 léguas até **a fazenda das Itaúnas, que pertence ao ouvidor da comarca de Porto Seguro, o Sr. Marcelino da Cunha**. As margens do pequeno rio, então caudaloso, são vestidas de vegetação densa; perto do mar ela é formada principalmente pelos mangues, cuja casca se usa para curtir couros. A água é barrenta, como a da maioria dos pequenos córregos da mata, no Brasil, e o peixe é abundante; quando passávamos, alguns pescadores tinham justamente pescado uma canoa cheia. Saltamos numa roça deserta e parecendo abandonada, onde esplêndidos ananases (*Bromelia*) medravam selvagens, grandes, sumarentos e cheirosos. Abacaxis bons de comer não se

encontram no Brasil em estado selvagem, mas são fartamente cultivados em sítios, vingando tão vigorosamente como plantas silvestres. Utiliza-se também este fruto para a fabricação de aguardente; para o mesmo fim é empregado ainda o fruto do cajueiro. [...] Aproximando-nos da fazenda ouvimos, distantes, os tambores dos negros. Os escravos negros procuram conservar os costumes do seu país tanto quanto lhes seja possível; assim, por exemplo encontram-se entre eles todos os instrumentos de música referidos pelos viajantes da África, desempenhando o tambor papel predominante (...). Na fazenda de Itaúnas, encontramos um jovem Puri que fora criado pelo ouvidor, já falava português, e diziam ser muito dócil (...). Itaúnas é uma fazenda de criação, com um curral ou cercado para o gado, e uma **miserável choupana para negros e índios que tomam conta dos animais**. O proprietário reunira, aí, algumas famílias de índios, para com o tempo formarem uma colônia; destinava-se a princípio, a proteger a costa contra os tapuias e Itaúnas, é por isso, considerado um quartel [...] (WIED-NEUWIED, 1989, p.172-173, grifo nosso).

Fica subentendido, pelo depoimento de Maximiliano de Wied-Neuwied que, em 1817, a área da antiga Vila de Itaúnas está inserida nas delimitações de uma propriedade particular homônima no entorno rural. De certo, a posse indiscriminada de terras precedentemente indígenas por intrusos é uma prática comum no Brasil Colônia (e posteriormente), por vezes testemunhadas por Niumendajú (1958) em seus levantamentos de campo. Considerando os resquícios de materiais construtivos escavados por Wüst (2000), como telhas, madeira, argila e palha, os quais sugerem uma arquitetura modesta de taipa de mão (diferente das residências dos senhores de engenho e dos fazendeiros, em geral feitas de pedra e de tijolos), pode-se atribuir a localização da “miserável choupana”, destinada aos descendentes de negros e de índios à área da vila soterrada. Ainda estampados nos escritos de Maximiliano de Wied-Neuwied, em 1817, estão atividades e tradições persistentes, como a pesca, as técnicas de cultivo, que fazem alusão à prática de corte e queima conhecida como coivara – saber acumulado ao longo dos anos (MUNARI, 2009) -, além das práticas culturais que remetem o Jongo, herança afrodescendente.

Com isso, tem-se a fórmula do quinto ciclo de territorialização, apresentado na Figura 21, onde: **A5)** neo-brasileiros; **L5)** manipulação de metais e de vidros, técnicas de manuseio e queima de cerâmica; técnicas construtivas de taipa de mão; atividades agropecuárias e cultivos de alimentos; **M5)** vidro, prata, ferro, madeira, folhas de árvores, palha, barro, argila, cerâmica, grafita; quartzos; **P5)** habitação, proteção, alimentação; manifestações culturais, produção agropecuária de viés econômico; **R5)** relação de subsistência, de dominação e de apropriação simbólica; **T5)** território inserido na fazenda Itaúnas, entre simbólico e funcional; **Ta5)** territorialidade neo-brasileira, com elementos da cultura indígena, negra e branca.

Figura 21. Fórmula do quinto ciclo de territorialização

Quinto Ciclo de Territorialização

$$\mathbf{A5 (L5-M5-P5) - R5 - (A4 (L4-M4-P4) - R4 - (A3 (L3-M3-P3) - R3 - (A2 (L2-M2-P2) - R2 (A1 (L1-M1-P1) - R1 - S1 (Sn1/So1) = T1/Ta1 = T1/Ta2 = T3/Ta3 = T4/Ta4) = T5/Ta5}$$

Legenda

A) Atores

L) Tipo de trabalho

M) Mediadores (materiais e instrumentos)

P) Programa

T) Território

R) Relação sociedade e natureza

S) Ambiente geral

Sn) Ambiente inorgânico e orgânico

So) Ambiente social

Ta) Territorialidade

Fonte: elaborado pela autora, com base em Raffestin (2008)

Em 1848, o então presidente da província do Espírito Santo Luiz Pedreira do Coutto Ferraz escreve em seu relatório de governo¹⁰ a respeito da Barra de São Mateus “e da nascente povoação das Itaúnas, onde vi riquíssimas terras, em que já se cultiva muito café” (ESPÍRITO SANTO, 1848, p.44). No contexto regional, tal matéria-prima passa a ter destaque, pouco a pouco, na economia capixaba em meados do século XIX, mais tarde abrindo precedentes para a chegada de imigrantes europeus, enquanto mão-de-obra nos cafezais, em todo o território do Espírito Santo. Entretanto, antes mesmo do início das imigrações dos europeus, a povoação de Itaúnas é elevada à vila pelo Decreto-lei nº 398 (1861-nº04), denominando-se Vila, ou Paróquia, de São Sebastião das Itaúnas, sujeita economicamente à Vila Barra de São Mateus.

Apesar do crescente potencial à produção cafeeira, a farinha de mandioca continua sendo o grande destaque na economia da Barra de São Mateus, firmando-se como a segunda maior produtora do Estado, como consta na Tabela 4 abaixo, referente ao ano de 1852. O comércio dos insumos das lavouras capixabas acontece especialmente com o Rio de Janeiro, por onde as exportações e as importações de produtos estrangeiros tramitam.

¹⁰ O documento é disponibilizado pelo Arquivo Público do Espírito Santo.

Tabela 4. Gêneros de lavoura produzidos e exportados em 1852

Municípios que os produzem	Produção anual em arrobas	
	Café	Farinha
Vitória	26.160	20.580
Barra de São Mateus	24.050	81.900
Cidade de São Mateus	7.900	91.620

Fonte: OLIVEIRA, 2008, p. 374, adaptado pela autora

O cenário brasileiro já demonstra sinais de declínio da escravidão negra. A Lei do Ventre Livre, assinada em 1871, obteve resultados no conjunto populacional do país com o decréscimo do contingente de escravos. Em adição, a miscigenação entre negros, índios e brancos, bem como as alforrias e as fugas, elevam o número de população mestiça livre (FRANCESCHETTO, 2014). De formas que, de acordo com o Recenseamento Geral do Brasil (Tabela 5), datado de 1872, a população de Itaúnas é composta, em sua maioria, por pessoas livres (691 no total), sobretudo brancos, seguidos por pardos. Enquanto escravos somam 91 indivíduos, constituídos em grande parte por pretos. Verifica-se ainda, na Tabela 5, o elevado percentual de analfabetismo entre os moradores da vila, sendo o perfil dos letrados majoritariamente de homens brancos.

Tabela 5. Quadro geral da população da Paróquia de S. Sebastião das Itaúnas

Condições	Sexos	Almas	Raças				Instrução	
			Branco	Pardos	Pretos	Caboclos	Sabem ler e escrever	Analfabetos
Livres	Homens	368	261	86	10	6	127	236
	Mulheres	323	205	99	12	11	42	286
	Soma	691	467	185	22	17	169	522
Escravos	Homens	48	-	15	33	-	-	48
	Mulheres	43	-	13	30	-	-	43
	Soma	91	-	28	63	-	-	91
Soma total		782	467	213	85	17	169	613

Fonte: DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA DO IMPÉRIO, 1872, p. 43-45, adaptado pela autora

Nesse meio tempo, por volta da década de 60 do século XIX, desembarcam imigrantes oriundos de diversos países em solo espírito-santense. Austríacos, holandeses, luxemburgueses, pomeranos e alemães, são algumas nacionalidades que a colônia recebe. Um pequeno número deste contingente regressa na Vila de Itaúnas. Dessa forma, compunham a estrutura social da vila alguns estrangeiros, advindos especialmente de Portugal – e alguns poucos Suíços, como consta no Recenseamento Geral do Brasil de 1872 (Tabela 6).

Tabela 6 População da Paróquia de S. Sebastião das Itaúnas considerada em relação à nacionalidade estrangeira

População considerada em relação à nacionalidade estrangeira				
Sexo	Africanos		Portugueses	Suíços
	Escravos	Livres		
Homens	11	3	20	3
Mulheres	19	-	-	-

Fonte: DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA DO IMPÉRIO, 1872, p. 43-45, adaptado pela autora

Há grande incidência, nos levantamentos arqueológicos de Wüst (2000), de artefatos provenientes da segunda metade do século XIX, os quais contribuem para análises importantes acerca deste período histórico na Vila de Itaúnas. Restos de porcelanas cujos tipos decorativos são bastante populares na Europa, fazem parte da coleção. O tipo *willow pattern*, por exemplo, tem sua produção até o ano de 1880, e caracteriza-se pelo método de impressão de imagem sob pressão. É reconhecível por retratar a icônica cena amorosa entre dois pombos chineses. Em adição, o tipo azul borrão, é produzido em dois intervalos diferentes, entre 1835 a 1850 e 1880 a 1890. Sua técnica de confecção consiste na aplicação de compostos químicos durante a queima, cuja reação cria aspectos borrados no contorno, evocando uma auréola. Este tipo chama atenção por de alto valor aquisitivo, sendo um indicador da presença de camadas sociais mais abastadas neste ciclo de territorialização (WÜST, 2000). Possivelmente, grande parte destas porcelanas são trazidas por imigrantes europeus no decorrer de suas viagens ou são importadas por indivíduos de posse. De acordo com o Recenseamento Geral do Brasil de 1872, a maioria dos estrangeiros são comerciantes, seguidos por lavradores – profissão dominada majoritariamente por nativos (Tabela 7).

Tabela 7 População da Paróquia de S. Sebastião das Itaúnas considerada em relação às profissões

População considerada em relação às profissões.										
Nacionalidade	Condição	Sexo	Religioso	Professores	Comerciantes	Costureiras	Operários	Lavradores	Serviço doméstico	Sem profissão
Brasileiros	Livres	Homens	1	-	9	-	17	255	-	55
		Mulheres	-	-	-	112	-	90	89	37
Estrangeiros	Livres	Homens	-	1	12	-	4	9	-	-
		Mulheres	-	-	-	-	--	--	-	-
Escravos		Homens	-	-	-	-	3	37	-	7
		Mulheres	-	-	-	8	-	20	9	6

Fonte: DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA DO IMPÉRIO, 1872, p. 43-45, adaptado pela autora

Além das faianças finas europeias, encontram-se também restos de garrafas de grés, lascas de vidros variados, como frascos de fins medicinais e copos, e alguns objetos fabricados industrialmente, a exemplo de botões de quatro orifícios em cor preto e branco. Destacam-se os resquícios de metais, oriundos de cartuchos de cobre, munições e armas de fogo, além de fivelas de cintos de couro (WÜST, 2000).

Segundo Franceschetto (2014), o êxodo de imigrantes italianos tem seu início 1874. De modo geral, o processo imigratório no Espírito Santo, até a década de 1930, esteve voltado à ocupação e povoamento dos terrenos devolutos em áreas de baixa densidade demográfica [...]” (FRANCESCHETTO, 2014, p. 67). Dentre os interessados em atrair mão-de-obra europeia em substituição à escrava, estão os fazendeiros localizados nos vales do rio São Mateus. A história oral coletada durante entrevista com um dos anciãos nativos¹¹ da antiga Vila de Itaúnas, hoje com 80 anos, contribui para levantar hipóteses quanto a chegada de imigrantes italianos no local:

¹¹ O nome do entrevistado é omitido para fins de preservação de sua identidade. Entrevista concedida presencialmente em 17 de outubro de 2020.

Pesquisadora: O senhor sabe como seus pais chegaram aqui na vila ou eles são nascidos aqui também?

Entrevistado 1: Não, nós somos nascidos aqui também, mas só que meus avós são italianos, né? Eles foram embora assim da Itália...pela parte do meu pai, né? Então, veio meu avô José, veio vovô Luiz, veio titio Adrione, veio titia Celestrina, mas esses aí ficaram aqui no Brasil e foram embora, né? Mas o velho italiano José, que é o meu avô, *ficaram*, né? Aí *viraram* fazendeiro, gente de muito dinheiro, tá? E meus pais, meus tios, minha família, são de origem italiana, mas são nascidos aqui mesmo (homem, nativo, 80 anos, instrumentista, em entrevista realizada em 17 de out. de 2020).

Até aqui, pode-se imaginar que a região vive um período de certa prosperidade, já sendo possível observar a existência de diversas propriedades privadas ao longo do rio Itaúnas, como aquela pertencente ao emblemático Barão de Timbuí - homem nascido na Barra de São Mateus em 1834, associado à elite escravocrata. (ESPÍRITO SANTO, 2005). O significativo desempenho de suas lavouras insere Olindo Gomes dos Santos Paiva, seu verdadeiro nome, à nobreza capixaba do café, junto aos demais barões - de Itapemirim, de Aimorés e de Guandu (OLIVEIRA, 2008). O mesmo morador ancião entrevistado relembra histórias, em entrevista, acerca do barão supracitado:

Pesquisadora: Você lembra das histórias que você ouvia?

Entrevistado 1: Eu conversei muito com a turma da escravidão [...]. E, ela me contava muitas coisas. Do Barão de Timbuí... ainda tem a ruína dele lá. Então, ela me falava assim, que ele era um homem muito mal. Pegava os escravos, batia...Um dia ele mandou 4 escravos pra trazer aquele sino da Itaúnas velha [forma como os moradores chamam a antiga vila soterrada]. Pra igreja de São Brás - não era São Sebastião. Aquele sino era muito importante. Foi o Barão de Timbuí que deu. Aí carregaram *com* São Brás, sumiram com São Brás, e esqueceram o sino aí. [...] E veio um escravo chamado Rafael, da África, trabalhar aí. Aí, chegou falando do Barão de Timbuí. E lá tinha uma brincadeira... Baile de Congo de São Benedito, que ele [Barão de Timbuí] autorizada a fazer. Saiu, roubou São Benedito e trouxe pra comunidade. Aí, festejavam Itaúnas, faziam a festa lá na roça... é uma brincadeira muito gostosa. Aqui pra nós, nós temos *ela* como uma devoção, até uma religião. A gente tem muito respeito por ela. [...] Quando chegou aí, um *rachadozinho*, o padre disse que ia levar o sino pra consertar. E nós esperando o conserto do sino. Era um sino que pesava mais de 100 kg. E depois de 60 dias, ele chegou com um sino desse *tamanhozinho* assim [gesto com a mão].

Ouvinte: Eu tinha uns 13 anos de idade, agora eu estou com 50.

Entrevistado 1: Isso aí passou de mão beijada, o sino da escravidão foi embora. Agora, esse sino da escravidão, ele era pra bater a hora de você almoçar, de você tomar café, a hora de você tomar banho e a hora de você ir deitar, e a hora de levantar. Tudo pelo sino. Aí, esse sino podia fazer um acompanhamento até hoje, mas o sino foi embora (homem, nativo, 80 anos, instrumentista, em entrevista realizada em 17 de out. de 2020).

O entrevistado menciona a tradição do Baile dos Congos para São Benedito, ou o Ticumbi do Bongado, hoje um importante testemunho histórico dessa trajetória junto com o Alardo de São Sebastião e os grupos de Jongos e Reis de Boi, heranças culturais afrodescendentes passadas de pais para filhos e persistentes até hoje na Vila de Itaúnas. Por meio de dança e canto em uma combinação de religiosidade, folclore e cultura, a origem africana é narrada entre os versos do Ticumbi. Os acontecimentos locais também são cantados (ou contados), sendo um grande meio de informação à comunidade. Porém, é São Benedito o epicentro

desta história. Dos ensaios à apresentação, tudo é organizado por uma estrutura hierárquica entre seus membros, onde há reis, embaixadores e secretários, além dos demais participantes. Em trajes típicos, o grupo relata a rivalidade entre os reis de Congo e de Banto, os quais disputam a incumbência de realizar a festa destinada a São Benedito. Não havendo conciliação, guerras são travadas, saindo vitorioso o rei do Congo. Ao rei de Banto e seus secretários, restam-lhes o batismo. A cerimônia é finalizada com a festa ao rei vencedor (ALVARENGA, 2011).

Nas vésperas de São Sebastião, o mastro é retirado para receber nova pintura e, só então no dia da congada, ser carregado e fincado no mesmo local. Com a imagem do santo em mãos, a procissão segue por dois caminhos simultaneamente: por terra, entre as ruas da vila, e pelo rio, em canoas enfeitadas com fitas e outros adereços, cujo ponto de partida localiza-se em uma das propriedades do entorno. Ao se encontrarem, são calorosamente recepcionados e juntos, envoltos pelo batuque do congo, retornam a imagem à igreja. Não obstante, não há fontes documentais oficiais que clarifiquem o processo da inserção de São Sebastião enquanto padroeiro da vila. Dentre os moradores, propaga-se o boato de que, há anos atrás, um padre teria feito a alteração por preferir santos brancos, em detrimento de São Benedito, cuja pele é negra.

Dando continuidade à fórmula do sexto ciclo de territorialização, apresenta-se na Figura 22, onde: **A6)** novos imigrantes, sobretudo italianos e portugueses, e neo-brasileiros; **L6)** técnicas de terra queimada para plantio de café, manipulação de metais e de vidros, técnicas de manuseio e queima de cerâmica; técnicas construtivas de taipa de mão; atividades agropecuárias e cultivos de alimentos; **M6)** pólvora, munições, porcelana, vidro, prata, ferro, madeira, folhas de árvores, palha, barro, argila, cerâmica, grafita; quartzos; **P6)** habitação, proteção, alimentação; manifestações culturais, produção agropecuária de viés econômico; **R6)** relação de subsistência, de dominação e de apropriação simbólica; **T6)** território entre simbólico e funciona, denominado Vila de São Sebastião das Itaúnas; **Ta6)** territorialidade de pescadores e de produtores familiares neo-brasileiros, com nova inserção de elementos da cultura europeia.

Figura 22. Fórmula do sexto ciclo de territorialização

Sexto Ciclo de Territorialização

$$\mathbf{A6 (L6-M6-P6) - R6 - (A5 (L5-M5-P5) - R5 - (A4 (L4-M4-P4) - R4 - (A3 (L3-M3-P3) - R3 - (A2 (L2-M2-P2) - R2 (A1 (L1-M1-P1) - R1 - S1 (Sn1/So1) = T1/Ta1 = T1/Ta2 = T3/Ta3 = T4/Ta4 = T5/Ta5) = T6/Ta6}$$

Legenda

A) Atores

L) Tipo de trabalho

M) Mediadores (materiais e instrumentos)

P) Programa

T) Território

R) Relação sociedade e natureza

S) Ambiente geral

Sn) Ambiente inorgânico e orgânico

So) Ambiente social

Ta) Territorialidade

Fonte: elaborado pela autora, com base em Raffestin (2008).

3.2.5 Da modernidade à desterritorialização alargada (condição pós-moderna)

No tempo em que se abolia a escravidão no Brasil e se proclama a república, em 1888 e 1889 respectivamente, o Espírito Santo já está constituído por quatro cidades (Vitória, Serra, São Mateus e Anchieta) e por dez vilas, incluindo a Barra de São Mateus, cuja paróquia de São Sebastião de Itaúnas é subordinada. Barra de São Mateus torna-se município em 1891, pelo Decreto nº 28 assinado em 19 de setembro, recebendo o nome de Conceição da Barra - uma justaposição em homenagem à padroeira e ao primeiro nome herdado dos portugueses -, com aproximadamente 2.303,242 km² de área superficial¹².

Grande parte da receita espírito-santense depende da produção cafeeira, correspondendo a quase sua totalidade em 1903 (aproximadamente 95%) (OLIVEIRA, 2008). Segundo o historiador José Teixeira de Oliveira (2008), em 1918 há uma redução dessa porcentagem e o quadro de exportações do Espírito Santo passa a incorporar outros produtos com maior intensidade, como o feijão, a farinha, o milho, o arroz, o açúcar, além de tecidos e de couros. Areias monazíticas, um tipo de areia composta por materiais pesados, também fazem parte dos produtos exportados, sendo Barra de São Mateus, Guarapari e Benevente as principais fontes dessa matéria-prima (Tabela 8):

¹² Informação disponibilizada pela Prefeitura de Conceição da Barra, em <<https://conceicaodabarra.es.gov.br/quem-somos>>. Acesso em 13 de jan. de 2021.

Tabela 8. Quadro de exportações do Espírito Santo em 1918

Exportação de 1918	
Produtos	VALOR
Café	24.765:971\$000
Madeira	1.940:799\$000
Feijão	911:370\$000
Farinha	694:959\$000
Milho	550:591\$000
Tecidos	361:813\$000
Monazíticas	312:233\$000
Couro	147:012\$000
Arroz	96:348\$000
Açúcar	57:975\$000

Fonte: OLIVEIRA, 2008, p.444, adaptado pela autora

Progressivamente, as riquezas das matas nativas no Norte do Espírito Santo despertam as concessões para corte de madeira (Figura 23). Em 1925, é criada a CIMBARRA – Cia Industrial de Madeira Conceição da Barra, atuante até a década de 1970 e hoje extinta. Duque (2012), em sua dissertação de mestrado, coleta relatos importantes acerca da prática da extração dessa matéria-prima na época. Em sua entrevista com morador da Vila de Itaúnas que chega a trabalhar na companhia, são noticiados os processos e as logísticas de distribuição e de transporte da atividade. Em grupos de 10 a 30 homens, extraía-se grande parte do material em regiões próximas, como Montanha, Limoeiro e Vinhático (razão pela qual este povoado é originado), sendo, em seguida, transportada em lombos de bois e distribuída por caminhões – quando se tratava de madeira nobre-, ou por balsas pelo curso do rio Itaúnas. Este segundo método pode levar até 27 dias, de acordo com período de seca, para chegar em Itaúnas Velha, indo em direção, posteriormente, à Conceição da Barra (DUQUE, 2012). “No auge de suas atividades, na década de 50 [do século XX], [a CIMBARRA] carregava de 10 a 15 navios por quinzena, com 300 a 400m³ de madeira cada um” (PONTES, 2007, p.110). Os saberes acumulados pela prática da extração madeireira são repassados de pais para filhos, como explica, em entrevista concedida, um atual morador ¹³, de 58 anos, nascido ainda na antiga Vila, neto de fazendeiro e filho de pescadores, hoje dono de pousada e quiosque localizado na praia:

Entrevistado 2: Pra extrair a madeira, eu extraio madeira só na lua, eu aprendi. Pra não dar bicho, broca. Não aplico remédio. Qualquer madeira, qualquer espécie de

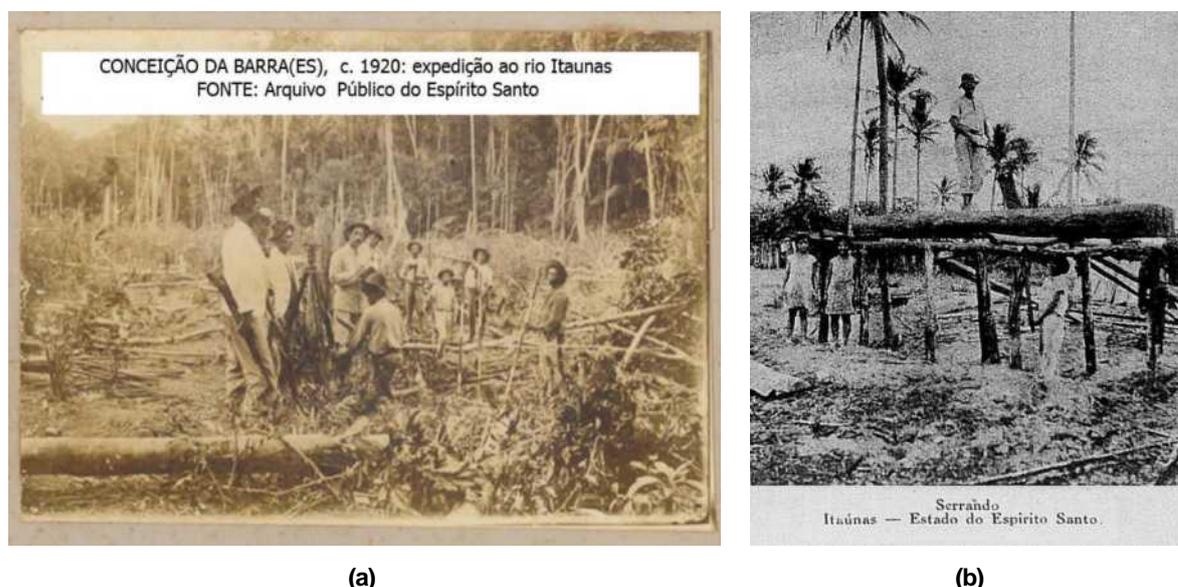
¹³ O nome do entrevistado é omitido, para fins de preservação de sua identidade. Entrevista concedida presencialmente em 16 de outubro de 2020.

madeira, mas de preferência, assim... é óbvio que extrair uma madeira que não se extrai mais é proibido por lei...Paraju, essas *madeira densa*, de lei, não. Mas essas madeiras *frágil*, de tecido frágil, tipo pindaíba, jaqueira... é madeira frágil. Ela tem um tecido. A fibra, onde ela absorve o alimento pela fotossíntese... ela abre o tecido pro alimento passar. Então, tem período do ano que ela tá totalmente fechada, então ela virou madeira de lei. E na lua também é a mesma coisa, a lua cheia, pra você extrair a madeira tem que ser depois de 2 dias, 3 dias, quando ela já tá minguante.

Pesquisadora: E como você aprendeu isso?

Entrevistado 2: Com os mais velhos... com o meu pai, meu avô (homem, nativo, comerciante, 58 anos, em entrevista realizada em 16 de out. de 2020).

Figura 23. Atividade extrativista de madeira, apresentando em; a) expedição ao rio Itaúnas, em meados de 1920, onde é possível observar área desmatada; b) Prática de serragem de madeira na região de Itaúnas, aproximadamente 1932



Fonte: a) Arquivo Público do Espírito Santo, arquivo digitalizado; b) acervo de José Luiz Fernando, compartilhado virtualmente pelo Grupo Espírito Santo (BR) Memória

Apesar da crescente extração madeireira, a agricultura e a pecuária mantêm-se como importantes práticas socioeconômicas na antiga Vila de Itaúnas. Além da mandioca, a abóbora, o feijão, o café, o arroz, a criação de galinha e de porco, são as bases da economia e da alimentação da população no local. Dessa forma, grande parte dos habitantes conta com propriedades de terra nos arredores de Itaúnas. Uma fração da produção é destinada à comercialização dentro da própria vila, nos mercados locais, ou aos demais municípios, sendo escoada pelo rio Itaúnas para Conceição da Barra, ou por terra, em direção à Vitória (FERREIRA, 2002). Os relatos coletados abaixo figuram as inter-relações estabelecidas entre a antiga Vila de Itaúnas e seu entorno rural, bem como as redes comerciais e de comunicação construídas por meio de corredores de infraestruturas (estrada e rio) entre eles e os centros urbanos:

Entrevistado 1: Aqui era só roça. Aqui em Itaúnas se via bastante porco, criação de galinha... gado até que era pouco, porque o foco daqui era porco, farinha e café. Feijão

e abóbora. Isso aí era o foco. Saia dois, três caminhões por mês de abóbora daqui. Aqui em Itaúnas transportava uma média de 2.000 sacos de farinha por mês. Aqui no nosso município tinha 121 farinhas, você sabia disso? (homem, nativo, 80 anos, instrumentista, em entrevista realizada em 17 de out. de 2020).

[...]

Entrevistado 2: Eu conheci isso aqui [local onde está a vila soterrada]. Uma rua principal com casas, *ambas* de um lado e do outro, com comércio também. Ela tinha uma rua principal e mais duas assim dando em direção aqui (...). Então, eu nasci aqui [na antiga vila], mas morava na realidade na fazenda com meus avós. Porque aqui a lógica, mesmo na antiga vila, todo mundo sobreviveu de uma área rural. Eram poucos que conviviam na vila mesmo e era pescador, mas era também um pescador só pra sua subsistência, não economicamente. Porque até então, ele dividia com o vizinho, cedia peixe - porque pegava muito peixe, 20kg -, aí fazia uma divisória com o *cumpade* dele. Ritmo de índio mesmo, pega e todo mundo come. Acabou? Vamos lá caçar de novo.

Pesquisadora: Onde era a fazenda?

Entrevistado 2: Era voltando aqui, mais uns 10km [em direção ao Riacho Doce]. Tinha uns 200 alqueires de área. Dá muito metro. É grande. E tinha duas dessa, o meu avô.

Pesquisadora: E eles plantavam o que?

Entrevistado 2: Cultivavam pasto, criação de gado e muita mandioca. Porque a economia da época, da vila antiga, era farinha de mandioca. Então eles transportavam pra Vitória, não sei que tanto de farinha eles comiam lá. (...) O cara levava uns 15 dias pra chegar de Vitória até aqui. A estrada era de terra, né? (...) Tinha também uma produção enorme de porco e boi. Meu avô fazia uma vez na semana, vinha aqui na vila. Captava os *peixe*, mas era pro seu próprio consumo. Salgava, né, porque não tinha geladeira, não tinha energia. Não perdia muito tempo aqui [na antiga vila] porque ele era mais da fazenda. Dentro da fazenda tinha uma área de café, de pimenta, de colorau. Tinha banha de porco, tinha muito porco. Meu avô tinha uns 200 *porco* pra abate. Aí vendia pra abate. Os açougueiros de Conceição da Barra já *era* tudo conhecido. Aí, o que ele tinha pra conservação? Sal (homem, nativo, comerciante, 58 anos, em entrevista realizada em 17 de out. de 2020).

A população humana maneja os recursos do ambiente natural por onde suprem grande parte das demandas por subsistência, obtendo o alimento, a matéria, a cura, o abrigo em seu território: água, peixes, carnes, frutos, madeira, cipó, raízes e ervas medicinais” (MARTINS; MOLINA, 2008, p.5). A mata fechada e a água, tanto do mar quanto do rio, provêm grande parte do sustento da população da antiga Vila de Itaúnas. Enquanto a caça e a pesca artesanal são realizadas pelos homens, a coleta de frutas e de mexilhões são tarefas destinadas às mulheres e às crianças. Em adição, a limpeza de roupas e de louças e a cocção de alimentos compõem a lista de atividades cotidianas exercidas por mão de obra feminina, possibilitadas por uma cacimba, a qual abastecia a antiga vila de água doce proveniente do lençol freático (FERREIRA, 2002):

Entrevistado 1: Lá na beira da praia tinha um valão pequeno que os escravos fizeram uma cisterna. Já pedi pro pessoal colocar isso na internet, mas o pessoal é relaxado. Aquilo é um patrimônio, tá lá dentro do mato. Eu morro amanhã, ninguém sabe mais daquela cisterna. [...] Então eles *panhavam*, junto com os índios, pra pegar água pra vila... e a gente carregava água de lá. Então aquilo ali, aquela água, não veio de mar não (homem, nativo, 80 anos, instrumentista, em entrevista realizada em 17 de out. de 2020).

A organização e a mobilização social são baseadas no sentimento cooperativo existente na população de Itaúnas, mediante o compartilhamento, a ajuda mútua e o voluntariado, em sistema de mutirão. Ferreira (2002), em sua dissertação de mestrado, fundamentada pelas entrevistas com moradores na época, destaca a iniciativa coletiva na construção de moradias pela técnica do estuque, saber persistente, cujo material é extraído da natureza. A técnica consiste no entrelaçamento de troncos e galhos, enlaçados por cipó e fixados no solo. Em seguida, a trama é vedada por argamassa feita de barro, de água e de fibras vegetais, como capim ou palha. Por fim, tabuinhas de madeira – provenientes das práticas tradicionais de extração madeireira-, ou palhas trançadas são utilizadas como cobertura. Contudo, não sobrevivem somente de trabalho. A antiga vila e as propriedades de seu entorno são também lugares de encontro e de festejo. Além das festas religiosas, o forró-pé-de-serra sempre esteve presente no cotidiano dos moradores:

Pesquisadora: Como que o forró chegou em Itaúnas?

Entrevistado 1: O forró... eu já me criei no forró. Desde a vila antiga tinha forró...ó [estala com os dedos] ... há muitos anos.

Pesquisadora: O pessoal da vila que tocava forró?

Entrevistado 1: Tocava.

Pesquisadora: Vinha gente de fora?

Entrevistado 1: Não! Era só daqui. Então, tinha muita sanfona, aquela sanfoninha pequeninha, né? O forró daqui era só pandeiro, tamborim e violão, não tinha mais nada não. Forró aqui era assim, sabe como? Festa de janeiro, Santo Antônio, São João, São Pedro, Nossa Senhora de Santana, e quando o pessoal fazia um 'se ajunta' nessas roças, era forró pra tudo quanto era canto. Mas, só que o forró da roça, pra gente, era muito importante. Tinha um fogueirão grande! Assava batata, assava no espeto, comia milho assado! E ficava dançando até o final, comendo carne também, carne de porco (homem, nativo, 80 anos, instrumentista, em entrevista realizada em 17 de out. de 2020).

Nos fins da década de 1940, inicia-se o processo, em cuja a paisagem da antiga Vila de Itaúna seria completamente transformada. Gradativamente, areias trazidas pelo vento nordeste, predominante da região, avançam sobre o núcleo habitacional, soterrando-o por completo 30 anos depois. Por entre os moradores, as explicações acerca da causa do fenômeno são as mais diversas possíveis. Dentre elas, a crença de que seria castigo de São Brás, por ter sido trocado por São Sebastião. Outra, de que o padre responsável pela alteração do santo padroeiro teria rogado uma praga sobre a vila, devido a uma zombaria pregada pelos antigos habitantes. A história mais contada é da retirada da mata linear costeira, frequentemente utilizada como sanitário, devido ao mal cheiro exalado por excrementos humanos. Embora não haja consenso, a degradação da cobertura vegetal litorânea, responsável pela estabilidade ecossistêmica e pela contenção/fixação das dunas, é um fator constante. Sejam quais os motivos, observa-se que sua ocorrência coincide com a intensificação da exploração de madeira-de-lei no extremo Norte do Espírito Santo. A título de exemplo, em 1944, é

fundada a siderúrgica Acesita S/A¹⁴, atuante no estado por meio da Acesita Energética S/A especializada em extração de carvão vegetal responsável pelo seu abastecimento.

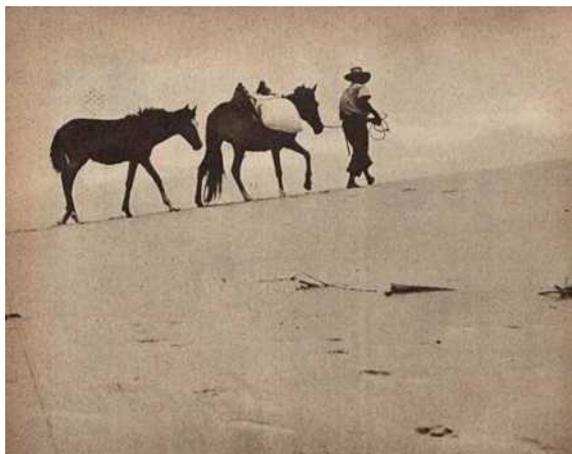
Os versos de Hermógenes Lima da Fonseca (1980) retratam os momentos de agonia e a triste situação a qual a população de Itaúnas se encontrava com o avanço das dunas sob suas casas, ruas e construções:

O povo quando acordava
De areia estava coberto
Areia fina entrava
Por todo canto aberto
Nenhuma coisa tapava
Nem mesmo se sendo esperto
[...]
O pavor era geral
Os quintais eram invadidos
Os paus da cerca caíam
Cachorros davam latidos
Os porcos logo grunhiam
Meu Deus, tamos perdidos!
(FONSECA, 1980, p.11)

Os misticismos em torno da expansão dos campos dunares despertam a curiosidade e atraem jornalistas de todo o Brasil para Itaúnas Velha. Em 1953, Arlindo Silva, acompanhado pelo fotojornalista Richard Sasso, escreve uma reportagem sobre o fenômeno e sobre a vila para a Revista A Cigarra, de São Paulo, hoje extinta. De Vitória a São Mateus, os jornalistas percorrem por entre rodovias, por estradas de chão em meio a mata fechada e por rios. Além do rio Itaúnas, o atravessamento pelo rio Doce também é feito por meio de balsas. Silva (SILVA; SASSO, 1953) alerta aos próximos visitantes que, se vindo do Norte pela fronteira com a Bahia, estes devem seguir em lombos de burros por não haver estrada de rodagem. A descrição contribui ao leitor visualizar o longo tempo necessário para chegar a antiga Vila de Itaúnas, fato que corrobora ao seu isolamento por longos anos. Ao atracar na vila, o cenário os encanta. Aos olhos de Sasso, é possível observar, a partir da Figura 24, as proporções atingidas pelas dunas em tão curto período de tempo. Na reportagem, lê-se que a montanha de areia teria atingido 20 (vinte) metros de altura em seis anos, deixando cerca de 250 moradores desamparados contra a força da natureza (SILVA; SASSO, 1953).

¹⁴ Em 2007, a Acesita S/A passa a se chamar ArcelorMittal Inox Brasil, e posteriormente, em 2011, Aperam, cuja unidade brasileira é denominada Aperam South America.

Figura 24. Em a) e b), o cenário, antes marcado pela vegetação abundante entre a vila e o mar, já exibe uma grande extensão de areia, em 1953. “A impressão que se tem é de estar em pleno Sahara” (SILVA, 1953, p.28)



(a)

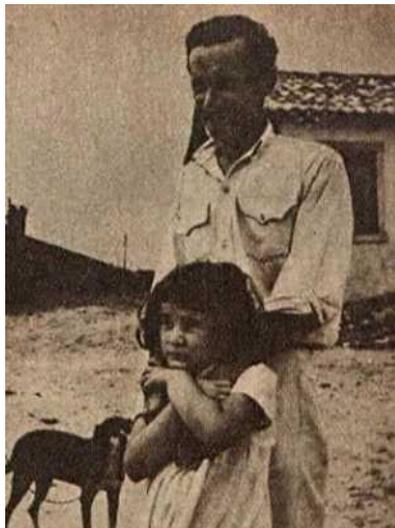


(b)

Fonte: SILVA; SASSO, 1953, p. 27-28. Disponibilizado pela Biblioteca Nacional, por meio da Hemeroteca Digital

Silva e Sasso retratam as dificuldades enfrentadas pelos moradores em 1953, advindas da consolidação desta nova paisagem. A população (Figura 25), descrita como triste, pobre e sertaneja por Silva (SILVA; SASSO, 1953), relata aos jornalistas o sofrimento em abrir, não só as janelas de suas casas, como também os seus olhos, devido à grande movimentação da areia provocada pelo vento. O abastecimento de produtos e o comércio local também são afetados com a nova realidade: vendas vazias de mercadorias e de fregueses são testemunhadas pelos jornalistas (Figura 26). A lavagem de roupas e a coleta de água potável junto à cacimba são labores árduos que, agora, requerem o atravessamento dos montes dunares diariamente (Figura 27).

Figura 25. Em: a) os moradores relatam a dificuldade de abrir os olhos com a movimentação da areia; b) Maria Jacinta (51 anos), desperta curiosidade por não possuir braços; c) Manoel Gonçalves, soldado da polícia responsável pela ordem; d) e e) a alegria das crianças é descrita na reportagem; f) os mais velhos são resignados



(a)



(b)



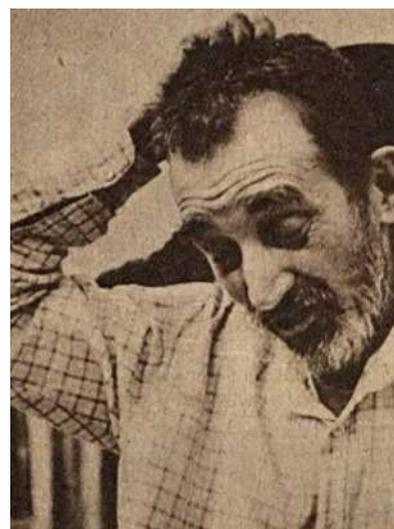
(c)



(d)



(e)



(f)

Fonte: SILVA; SASSO, 1953, p.27-31. Disponibilizado pela Biblioteca Nacional, por meio da Hemeroteca Digital

Figura 26. Comércio local, vazio de mercadorias e freguesia



Fonte: SILVA; SASSO, 1953, p.28. Disponibilizado pela Biblioteca Nacional, por meio da Hemeroteca Digital

Figura 27. Em a) e b): caminhada diária por entre os montes de areia para chegar à cacimba, fonte de água potável



a)



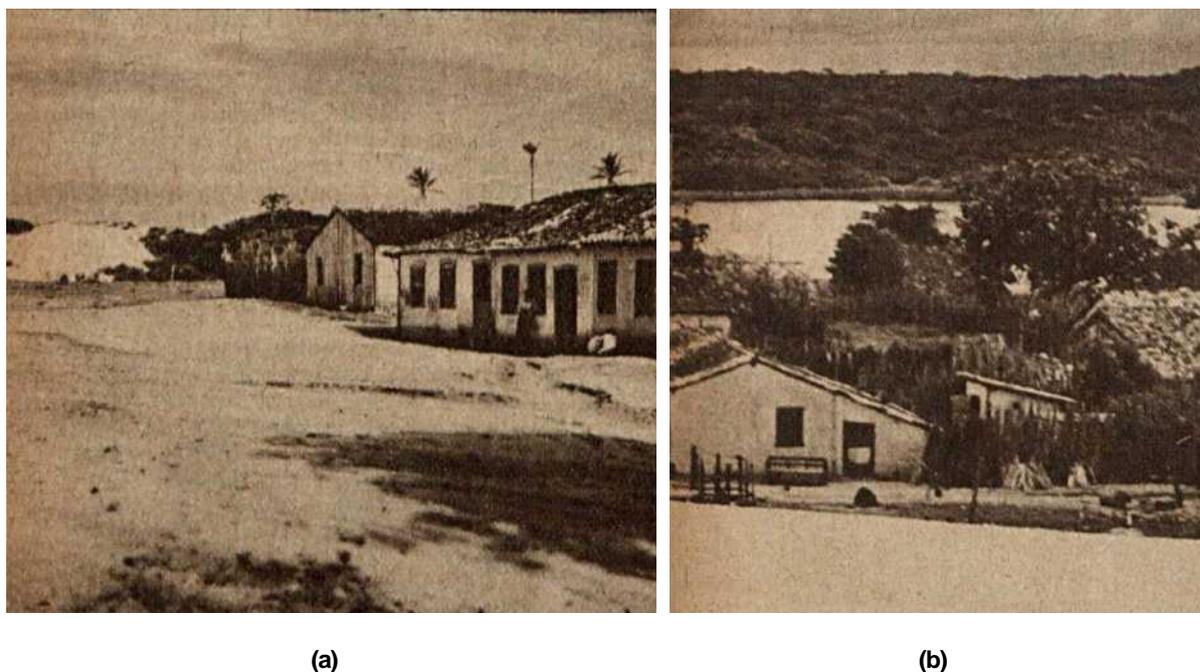
b)

Fonte: SILVA; SASSO, 1953, p. 29. Disponibilizado pela Biblioteca Nacional, por meio da Hemeroteca Digital

A fotografia de Sasso (Figura 28) permite análises quanto aos aspectos ligados à tipologia arquitetônica, como a predominância de edificações térreas, por vezes justapostas, implantadas na totalidade do lote – ou, em menor quantidade, com canteiros provenientes de afastamentos - caracterizadas por volumes retangulares de escala reduzida. O material empregado pela técnica construtiva de taipa de mão conduz à densidade das edificações. Contudo, há certo equilíbrio na relação de cheios e de vazios devido à disposição rítmicas das esquadrias – geralmente janela, janela e porta ou janela, porta e janela -, voltadas diretamente

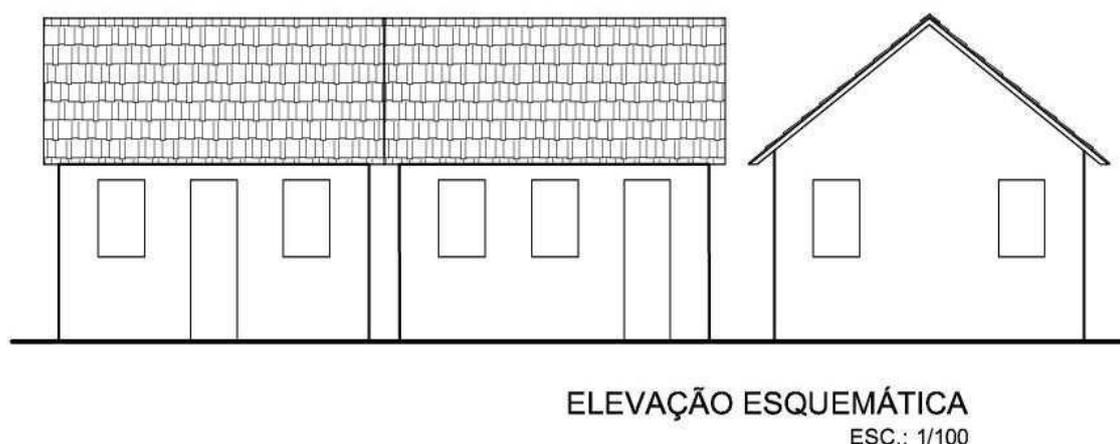
sobre áreas públicas, permitindo interação e socialização entre seus moradores e os transeuntes. Em muitos casos, as portas de entrada estão posicionadas na fachada lateral. Percebe-se, igualmente, os telhados dispostos em duas águas de beiral singelo, cuja textura das telhas em tabuinhas assinalam a rugosidade da edificação (Figura 29).

Figura 28. Em a) e b): tipos arquitetônicos representados por edificações térreas, de telhado em duas águas e cujas esquadrias são voltadas diretamente para áreas públicas



Fonte: SILVA; SASSO, 1953, p. 27. Disponibilizado pela Biblioteca Nacional, por meio da Hemeroteca Digital

Figura 29. Elevação esquemática das tipologias arquitetônicas encontradas em Itaúnas Velha.

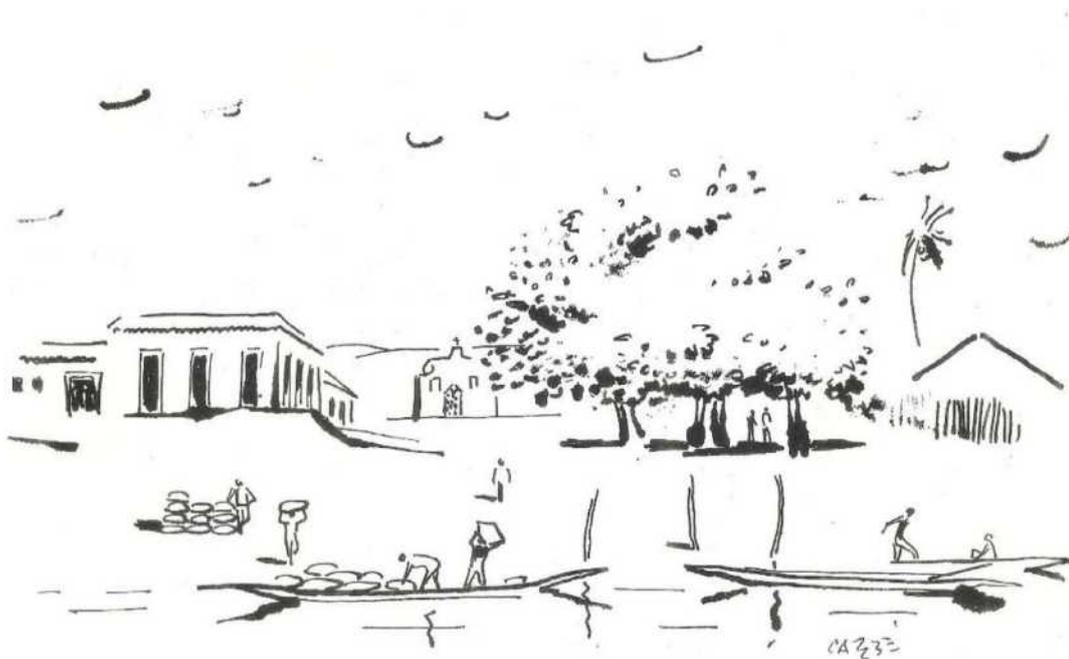


Fonte: desenvolvido pela autora, fev. 2021

Com o passar do tempo, o fenômeno de expansão das dunas de Itaúnas chega a atingir toda a antiga igreja matriz e seu mastro. No mesmo ano de 1953, em expedição pelo Espírito Santo a bordo de um jipe, Rubem Braga e Carybé, respectivamente escritor brasileiro e artista

plástico argentino radicado no Brasil, visitam o litoral capixaba do Sul ao Norte, sendo Itaúnas Velha sua última parada. Posteriormente, toda documentação desta viagem, em forma de textos e de ilustrações dos próprios autores, é reunida em um livro lançado quase 30 anos mais tarde, em 1981. As imagens acerca da antiga vila retratam a paisagem encontrada na época. É possível observar, aos olhos de Carybé, o significativo papel do rio Itaúnas nas dinâmicas socioeconômicas, não somente como fonte de subsistência, mas também como via natural de circulação, por onde embarcações transportam mercadorias e pessoas, estabelecendo-se como um importante porto local (Figura 30). Em segundo plano, a Igreja ainda firmada, apesar do avanço das dunas.

Figura 30. Os olhares de Rubem Braga e de Carybé sobre a antiga Vila de Itaúnas, em 1953



Fonte: BRAGA; CARYBÉ, 1981, p.136

Os losangos esculpidos na porta desta “igrejinha tão graciosa” (BRAGA; CARYBÉ, 1981, p.137), despertam a atenção dos viajantes. Estampado nos traços de Carybé, está seu frontispício, marcado por um frontão e uma sineira, ambos de proporções harmoniosas, arrematados por volutas arredondadas, destacando a simetria da edificação. Seu volume, no entanto, é retangular, sem transeptos e sem cúpula e, deste traçado, se forma uma única nave em seu interior (Figura 31). Nota-se o cuidado e a preocupação da população com a construção da Igreja, ainda que singela, demonstrando seu valor e seu simbolismo. Sua datação é desconhecida, porém, abstraindo-se de pormenores e da escala, apresenta certa similaridade à Igreja de Nossa Senhora da Conceição, matriz de Conceição da Barra, datada de 1812. Sobressaem na Figura 31, ainda, o mastro, a presença de porcos na paisagem

devido a próspera suinocultura já mencionada, e, na linha do horizonte, uma figura feminina equilibrando, sobre a cabeça, uma pilha de roupas ou um recipiente para coleta de água potável na cacimba.

Figura 31. Primeira Igreja representada pelos traços de Carybé, em 1953



Fonte: BRAGA; CAYBÉ, 1981, p.137

Figura 32. Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, Conceição da Barra, datada de 1812

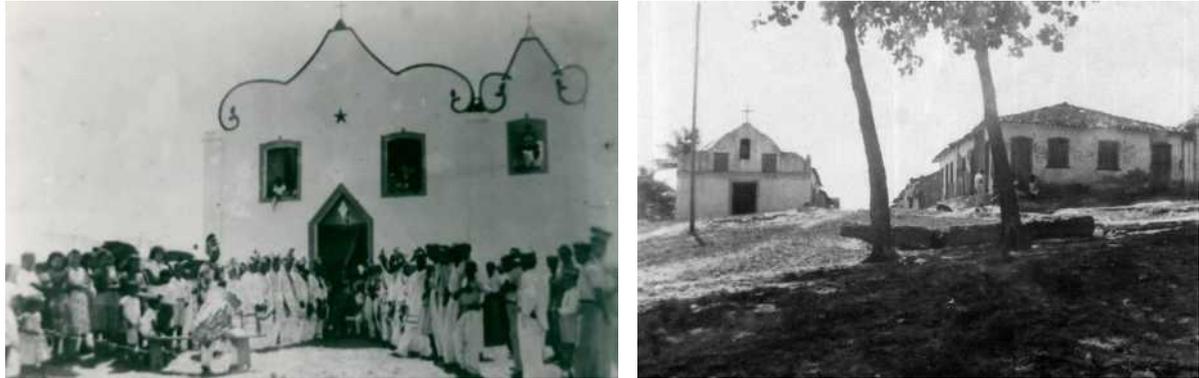


Fonte: Diocese de São Mateus, disponível em: <http://diocesedesaomateus.org.br/paroquias/paroquia-nossa-senhora-da-conceicao/>. Acesso em 24 de março de 2021

Desamparados e sem respostas quanto ao término do avanço da areia, a população transfere alguns de seus equipamentos urbanos para áreas da vila cuja topografia é mais acidentada, na tentativa de conter um novo soterramento. Assim, um segundo cemitério e uma segunda igreja (Figura 33) são construídos, esta em uma versão de frontão simplificado, embora respeitando o sentido vertical de desenvolvimento, cuja as áreas laterais são menores que o centro onde fica a cruz. De maneira que, a conformação urbana da Itaúnas Velha se aproxima à planta apresentada na Figura 34 abaixo. “A primeira Vila de Itaúnas tinha duas ruas principais, umas trezentas casas, cinco lojas de tecido, duas padarias, posto dos Correios

(estafeta) e uma escola primária que recebia a visita do inspetor escolar” (COELHO, 1976, p.18).

Figura 33. Imagens de Itaúnas velha, onde é possível observar em: a) integrantes do Ticumbi em frente à primeira igreja soterrada, e b) a segunda igreja, construída em topografia acidentada à esquerda, também devastada pelo avanço das dunas anos mais tarde. Segundo fontes orais consultadas, em destaque na direita, encontra-se a casa de Seu Teofinho, antigo morador conhecido por todos



(a)

(b)

Fonte: a) acervo de Fábio Pirajá e b) acervo de Fabrício Bravim, ambas compartilhadas virtualmente no Grupo Memória Capixaba, sem data

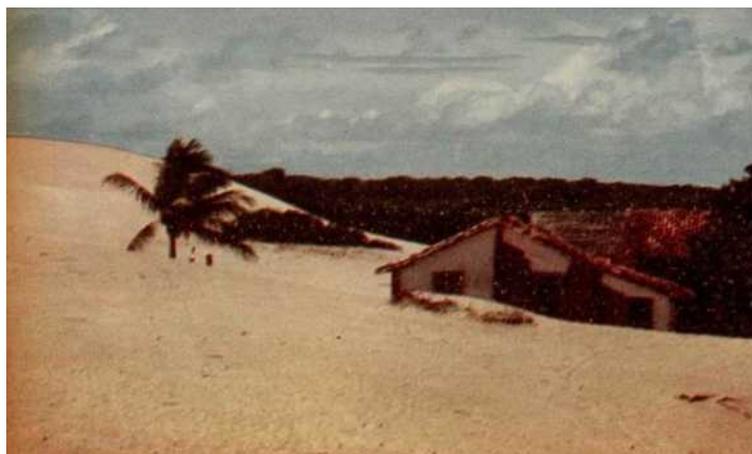
Figura 34. Planta esquemática da antiga Vila de Itaúnas



Fonte: elaborada pela autora em 2021, com base na maquete física desenvolvida e exibida pelo IEMA, na sede do Parque Estadual de Itaúnas, em Itaúnas

Porém, a migração das dunas não cessa. Itaúnas Velha está fadada ao sepultamento: é apenas uma questão de tempo (Figura 35). Algumas famílias se veem obrigadas a saírem dali. Outras, quer seja por falta de recursos, quer seja por amor ao local de origem, optam por permanecerem na espera de um milagre. Em meados da década de 1960, a Prefeitura de Conceição da Barra desapropria uma fazenda aquém do rio Itaúnas e cede à população para reconstruir e recomeçar. A transferência para a nova vila não ocorre de forma imediata, pelo contrário, o processo leva mais de uma década para ser finalizado. Ao passo que, em 1966, apenas quatro casas são construídas na área destinada ao novo núcleo (RICHARD; ALFREDO, 1966). Paralelamente, jornalistas por todo o Brasil continuam sendo atraídos para a vila, deslumbrados pelo mistério das dunas e assim, conseqüentemente, a divulgação da antiga vila percorre todo o cenário nacional. As imagens abaixo demonstram, claramente, a resistência da população em deixar o local e as suas tradições, mesmo diante da ameaça de seu total desaparecimento (Figuras 36, 37, 38 e 39).

Figura 35. A inexorável ação da areia sobre a Vila de Itaúnas, em 1966



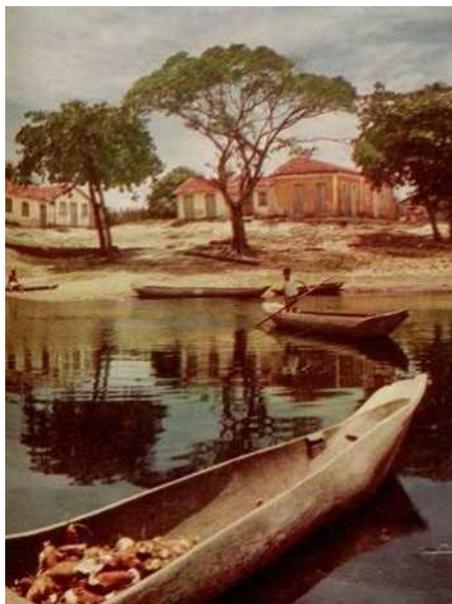
Fonte: RICHARD; ALFREDO, 1966, p. 77. Disponibilizado pela Biblioteca Nacional, por meio da Hemeroteca Digital

Figura 36. Religiosamente, a água é apanhada na cacimba. Em segundo plano, as ruas vão sendo engolidas pela areia



Fonte: RICHARD; ALFREDO, 1966, p. 77. Disponibilizado pela Biblioteca Nacional, por meio da Hemeroteca Digital

Figura 37. Mesmo diante da ameaça de desaparecimento da antiga vila, a população tenta manter hábitos cotidianos e viver da melhor forma possível. Em: a) transporte de mandioca pelo rio Itaúnas pelas canoas; b) meninos canoeiros trabalhando na condução à vila



(a)



(b)

Fonte: RICHARD; ALFREDO, 1966, p. 78-79. Disponibilizado pela Biblioteca Nacional, por meio da Hemeroteca Digital

Figura 38. Em a) e b): a imagem de São Sebastião sendo celebrada e carregada porromeiros, sanfoneiros e pandeiristas



(a)



(b)

Fonte: RICHARD; ALFREDO, 1966, p. 80-81. Disponibilizado pela Biblioteca Nacional, por meio da Hemeroteca Digital

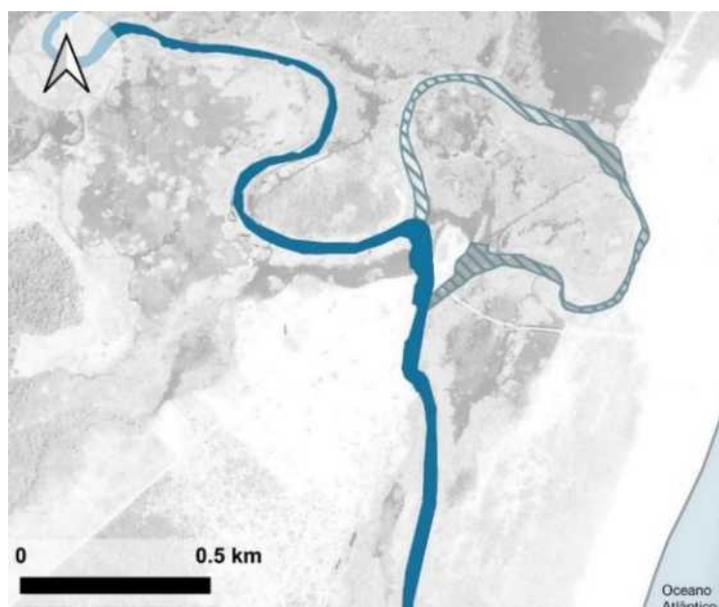
Figura 39. O Ticumbi não deixa de ser celebrado no dia 20 de janeiro



Fonte: RICHARD; ALFREDO, 1966, p. 81. Disponibilizado pela Biblioteca Nacional, por meio da Hemeroteca Digital

O avanço das dunas interferiu também no curso do Rio Itaúnas. Vale lembrar que a perda de meandros (curvas) é um processo natural em rios. Porém, neste caso, a interferência humana, por meio de possível desmatamento da vegetação nativa e de abertura de canais, pode ter intensificado o processo do assoreamento do meandro, que passa junto à antiga Vila formando um lago em formato de ferradura (Figura 40). Não bastasse o processo de desterritorialização provocado pelo vento e pela areia, outros fatores trazem consequências trágicas à Itaúnas Velha. O acúmulo de água do rio Itaúnas, estagnada pelas dunas, contribuiu para a proliferação de malária na pequena vila, sendo fatal em muitos casos (RICHARD; ALFREDO, 1966).

Figura 40. Antigo meandro (linha azul hachurada) do rio Itaúnas (linha azul sólida), assoreado durante processo de expansão dos campos dunares



Fonte :desenvolvido pela autora, 2020, com base em ortofoto levantada em 1970 e disponibilizada pelo Incaper

Além disso, o aumento da demanda por madeira-de-lei a nível nacional, para suprir os setores agropecuário, cerâmico, residencial, moveleiro e siderúrgico, atinge seu auge no início da década de 1960, tornando-se uma das principais e das mais rentáveis atividades do Espírito Santo (HACON, 2011). É preciso fazer uma breve retrospectiva. No âmbito estadual, novas diretrizes econômicas começam a serem implementadas sob o governo de Jones dos Santos Neves em 1951, cuja política prioriza à criação de infraestrutura voltada à industrialização do estado, em consonância com a cartilha do Plano Nacional de Desenvolvimento. Contudo, o café mantém-se como o maior suporte da economia capixaba, ainda que a queda de preço já se manifesta no mercado internacional. Assim, os efeitos das ações governamentais em prol do desenvolvimento industrial só seriam reconhecidos anos mais tarde (GONÇALVES, 2010). Neste contratempo, inicia-se a produção de celulose por meio da atividade florestal, com o objetivo de atender pequenas empresas siderúrgicas.

Já nos fins da década de 1960, assola no estado uma grave crise econômica. De um lado, o esgotamento de reserva natural, dado o desmatamento provocado pela extração de celulose e de carvão vegetal e mineral, pela atividade pecuária e pelo cultivo desenfreado de café. De outro, a desvalorização da exportação cafeeira, resultando na política de erradicação dos cafezais. A industrialização seria a principal alternativa para a superação do subdesenvolvimento. Segundo Loureiro (2006), estudos realizados pela Economia e Engenharia Industrial (Ecotec) apontam ao crescente mercado internacional de celulose e à viabilidade da utilização do eucalipto, em substituição da madeira-de-lei, para suprir a demanda. Em posse de área concedidas pelo governo estadual, é criada em 1967 a Aracruz Florestal S/A, iniciando os plantios de eucalipto, e, posteriormente em 1972, a Aracruz Celulose S/A¹⁵, expandindo sua atividade industrial (LOUREIRO, 2006). Seu controle acionário é exercido pelo BNDE, pela Cia. Souza Cruz Indústria e Comércio, pela FIBASE, pelo Grupo Billerud, pelo Grupo Safra, Grupo Lorentzen, dentre outros, somando 391 acionistas (FERREIRA, 2002).

A silvicultura é impulsionada com o Programa Nacional de Papel e Celulose elaborado pelo então presidente da república Geisel, em 1974. Dessa forma, nota-se um pacto econômico entre empresas públicas e privadas nacionais e internacionais, interessadas pela expansão da produção, e o Estado, através da concessão de área e da promoção de programas e de normas fiscais de incentivo ao setor (LOUREIRO, 2006). Entretanto, o plantio de eucalipto não contribui para cessar a perda de mata nativa, pelo contrário, observa-se o seu avanço sob áreas florestais. Neste processo, inúmeros são os conflitos quanto ao direito e à posse da terra, resultando, sobretudo, na expropriação de comunidades tradicionais, como

¹⁵ Em 2009, a empresa se funde com o Grupo Votorantim Celulose e Papel, tornando-se Fíbria. Posteriormente, no ano de 2018, a Fíbria é comprada pela Suzano Papel e Celulose, maior produtora de celulose de eucalipto do mundo.

indígenas, quilombolas, camponesas e extrativistas. Não diferente, a Aracruz Celulose S/A nasce no município de Aracruz em contexto de entraves jurídicos entre os tupiniquins e guaranis locais, os quais acusam a empresa de ter ocupado 11 mil hectares de território tradicionalmente indígena:

Já instalados e determinados a ampliar a área de plantio de eucalipto, os empresários, com o Governo Estadual e as agências de desenvolvimento, procederam, com todos os meios para atingir seus objetivos, desde à especulação do preço da terra, à expropriação do território, onde viviam não somente as populações indígenas, como também posseiros, pequenos agricultores, remanescentes de quilombos (LOUREIRO, 2006, p. 12).

Episódios semelhantes ocorrem no extremo Norte do Espírito Santo. Em processo de expansão, a Aracruz Celulose S/A amplia suas operações de plantio para Conceição da Barra, ainda na mesma década de sua fundação. O impacto da instalação da silvicultura altera o quadro das atividades econômicas do município (Tabela 9):

Tabela 9. Atividades Econômicas em área/ha no Município de Conceição da Barra, entre 1960 a 1985, com base em dados obtidos no Censo Agropecuário do IBGE

Atividades Econômicas - Município de Conceição da Barra (área/ha)				
Ano	1960	1975	1980	1985
Agricultura	-	18.703	19.532	22.652
Pecuária	36.727	90.483	51.706	5.092
Agropecuária	106.831	2.865	2.139	4.220
Avicultura	125	-	-	161
Silvicultura	-	15.070	45.316	22.855
Extração Vegetal	5.274	1.552	2.841	1.452

Fonte: FERREIRA, 2002, p.97, adaptado pela autora

Por conseguinte, o uso da terra e a cobertura vegetal são igualmente impactados. Há significativa perda de áreas florestais, transformadas em prol de atividades econômicas, sobretudo em grandes monoculturas de eucalipto, como indicado na Tabela 10 abaixo. Em outras palavras, o território de uso comum, em cujo o alimento, os medicamentos, e todos os outros recursos de subsistência são extraídos, dá lugar ao uso monopolizado pelo capital industrial.

Tabela 10. Mudanças do Uso da terra entre 1960 e 1996, com base no Censo Agropecuário do IBGE

Uso da terra – Município de Conceição da Barra (área/há)						
	1960	1970	1975	1980	1985	1996
Lavoura Permanente	8.241	2.419	1.027	1.237	1.108	2.231
Lavoura Temporária	9.113	6.289	7.328	6.714	10.200	12.559
Pastagem Natural	15.037	13.395	75.447	20.961	5.056	7.078
Pastagem Plantada	22.784	69.361	5.385	30.416	6.898	5.441
Matas Naturais	86.039	45.398	13.064	19.975	11.011	14.485
Matas Plantadas	2.660	2.112	11.510	30.910	14.609	33.685

Fonte: FERREIRA, 2002, p.78, adaptado pela autora

Alguns antigos moradores de Itaúnas são contratados pela Aracruz Celulose para a derrubada de árvores com vistas à expansão das reflorestadoras, tarefa realizada por meio de queimadas, de machado, de motosserra e de “correntões” puxados em tratores de esteira (FERREIRA, 2002). Destarte, embora a momentânea oferta de empregos¹⁶, a agroindústria contrapôs ao modo de vida e às tradições locais, estabelecendo novas tramas socioeconômicas, como o surgimento do trabalhador assalariado e do boia-fria. Em entrevista, residentes rememoram com pesar o processo e se queixam quanto ao apoderamento, pelo capital industrial, dos recursos naturais e de propriedades rurais no entorno, abalando as relações de troca e de articulação territorial pré-estabelecida entre o meio rural e o urbano:

Entrevistado 1: Então, o que que aconteceu? Esses dias eu *tava* olhando uma reportagem que 1970 pra cá, *cabou* a nossa tradição. *Cabou* com tudo. Mas, isso aí não foi o agricultor não, foi *os homens maior*, acabou com tudo que nós *tinha*.

Pesquisadora: Por que você acha que acabou?

Entrevistado 1: Sabe por que que acabou? Nós só *conhecia* roça, criar porco, criar galinha, plantar café, plantar abóbora, fazer farinha. Era o que nós *conhecia*, né? Mas aí, a Aracruz chegou, acabou com tudo, derrubou tudo, tomou tudo. Uma conhecida minha, o pai dela tinha uma fazenda. Veio a Aracruz e tomou. E foi assim desse jeito, foi acabando com tudo, e largou todo mundo na rua. Quando a Aracruz chegou aqui, em 1970 a 80, ela tinha 15.000 funcionários, de Itaúnas, Conceição da Barra, Pedro Canário e São Mateus.... Eu não sei se foi o nosso governo... Eu não sei se foi arrendado...Como é que foi?

Ouvinte: É tudo política, né? Enquanto um com poder estiver interessado, não importa os outros...

Entrevistado 1: E é nós que sofre, né?... Aqui passa uma jangada e ela puxa 80 *caminhão* de eucalipto da Aracruz Celulose...

Pesquisadora: Pelo rio Itaúnas?

Entrevistado 1: Passa pela praia aí. Mas, eu não sei se foi em Nova Viçosa, ou em Caravelas...não sei da onde eles desmataram. Mas, passa pelo mar. Eles usaram tudo nosso. A Europa usou tudo nosso. E nós, que somos brasileiros, nós tamos sem noção

¹⁶ Posteriormente, devido ao avanço tecnológico, a empresa substituiu a mão-de-obra local por máquinas de corte automatizadas.

do que nós *tamos* vivendo (homem, nativo, 80 anos, instrumentista, em entrevista realizada em 17 de out. de 2020).

Tendo em vista as implicações sociais, ambientais, culturais e econômicas advindas da territorialização, e subsequente concentração dos recursos socioambientais pelo capital comercial e industrial em Itaúnas, estabelece-se o sétimo ciclo de territorialização e a seguinte fórmula (Figura 41), sendo: **A7**) indústrias, sobretudo carvoarias, madeiras e siderurgias; **L7**) métodos de “correntão” e “terra arrasada”, na queimada e derrubada de áreas florestais; **M7**) serrotes, machados e tratores de esteira; **P7**) comércio e exportação a nível nacional e internacional; **R7**) fortalecimento da relação de dominação, embora a apropriação consista enquanto resistência por parte das comunidades tradicionais; **T7**) território entre simbólico e funcional, com fortes tendências a este, em área aquém ao rio Itaúnas; **Ta7**) territorialidade tradicional fragilizada, efeito dos constantes processos de desterritorialização; **MTa7**) multiterritorialidade dos proprietários fundiários e dos meio de produção.

Figura 41. Fórmula do sétimo ciclo de territorialização

Sétimo Ciclo de Territorialização

$$\mathbf{A7 (L7-M7-P7) - R7- (A6 (L6-M6-P6) - R6- (A5 (L5-M5-P5) - R5- (A4 (L4-M4-P4) - R4 - (A3 (L3-M3-P3) - R3 - (A2 (L2-M2-P2) - R2 (A1 (L1-M1-P1) - R1- S1(Sn1/So1) = T1/Ta1=T1/Ta2 =T3/Ta3 = T4/Ta4) = T5/Ta5) = T6/Ta6) = T7/Ta7/MTa7}$$

Legenda

A) Atores

L) Tipo de trabalho

M) Mediadores (materiais e instrumentos)

P) Programa

T) Território

R) Relação sociedade e natureza

S) Ambiente geral

Sn) Ambiente inorgânico e orgânico

So) Ambiente social

Ta) Territorialidade

Fonte: desenvolvido pela autora, 2020, com base em RAFFESTIN, 2008

Em meio a um cenário de total destruição de Itaúnas Velha, se encerra a década de 1970. A fotografia de David Cohen, obtidas em 1978 para revista O Cruzeiro, revelam os escombros e as duras perdas da população local (Figura 42). “Apenas 30 [...] casas permanecem de pé, embora muitas delas estejam em adiantado estado de ruína” (COHEN, 1978, p.81). Em contrapartida, acelera-se o adensamento da área cedida pela prefeitura de Conceição da Barra. Em 1976, cerca de 60 casas consolidam o novo povoado ao sul do rio Itaúnas (COELHO, 1976), cujo epicentro do traçado urbano é uma nova Igreja em homenagem à São Sebastião. Quanto aos aspectos construtivos, a Figura 43 permite notar a reprodução das

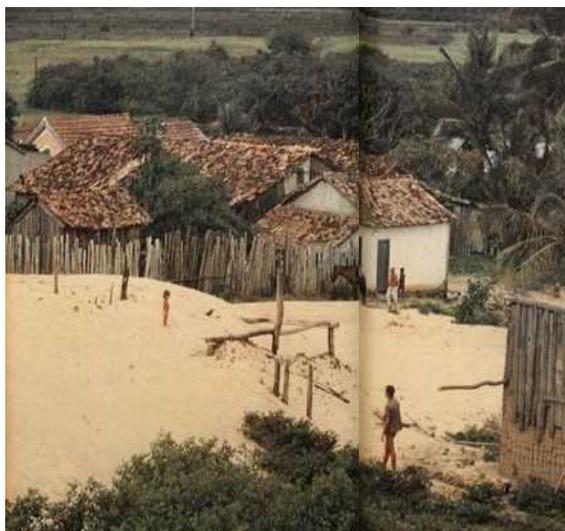
tipologias arquitetônicas e inserção de um novo elemento no frontispício: a platibanda ornamentada. Neste momento, casas de alvenaria passam a ser construídas, ainda que a técnica de estuque seja predominante. Informações orais obtidas sugerem a reutilização de materiais remanescentes de Itaúnas Velha, como as telhas de tabuinhas e pisos de tacos de madeira. A ruptura ocorre, sobretudo, na implantação das edificações, sendo os afastamentos laterais mais prolongados e as casas mais esparsas em relação às outras (Figura 44). Em entrevista, a moradora¹⁷, 48 anos, nascida na vila nova, atuante na pesca, no teatro e atualmente dona de pousada, a descreve:

Entrevistada 3: Eu nasci em 1973 aqui na vila nova. Eram casas baixas feitas de barro, casa chamada de estuque, mas logo no comecinho. [...] Também não tinha cama na casa, era tudo esteira que forrava no chão. Era igual índio mesmo. Não tinha luz elétrica, não tinha água encanada. Todas as necessidades, como roupa, banho, essas coisas, era tudo feito no rio Itaúnas. Nessa época, meu pai já pescava muito, aí os peixes eram todos limpados no rio. Tudo era feito no rio.

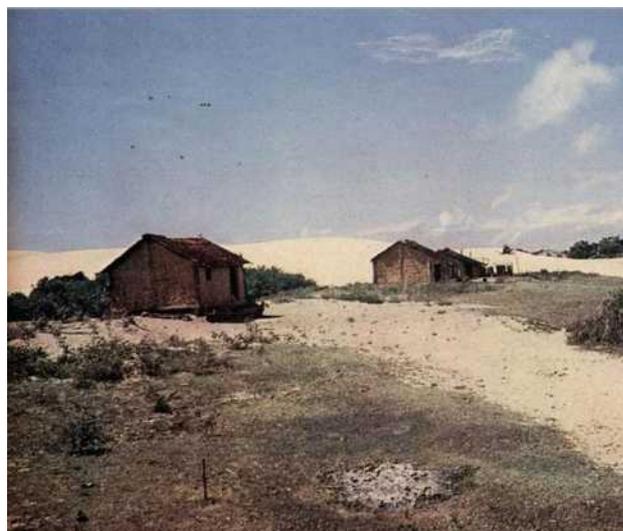
[...]

Entrevistada 3: Na época não tinha cartório. Era a Casa da Mulher, que a mulher atendia, o cartório era lá. Ela tinha um livro que registrava os meninos de Itaúnas aqui. Porque, por exemplo, muita gente aqui nasceu de parteira, eu mesmo nasci de parteira. Não cheguei no hospital na [Conceição da] Barra pra nascer. Os meus irmãos mais baixos que eu também. Só minha última irmã que nasceu de hospital na Barra (mulher, nativa, 48 anos, comerciante, em entrevista realizada em 15 de out. de 2020).

Figura 42. Em: a) uma das ruas principais soterrada pela areia; e b) algumas edificações abandonadas e em ruínas



(a)



(b)

Fonte: COHEN, 1978, p.80-82

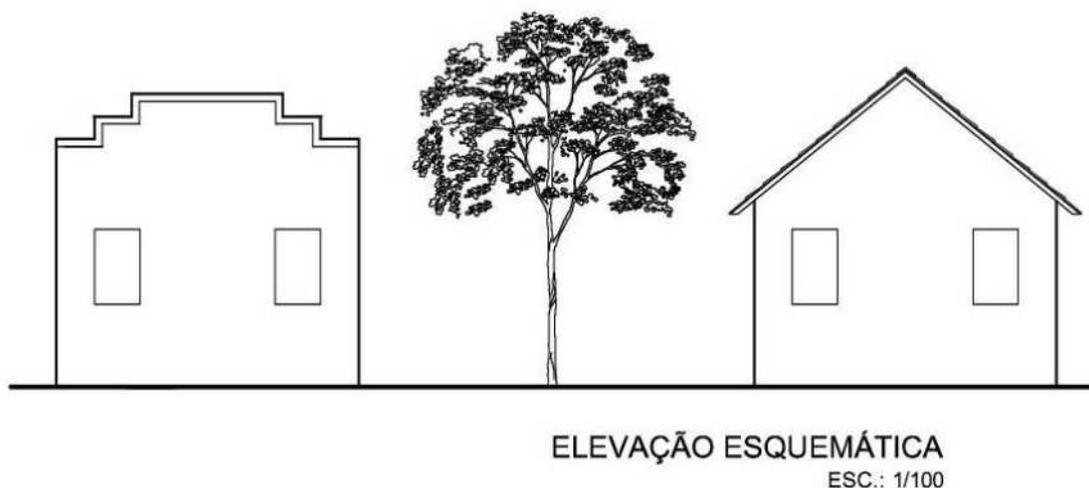
¹⁷ O nome da entrevistada é omitido para fins de preservação de sua identidade. Entrevista concedida presencialmente em 15 de outubro de 2020.

Figura 43. Adensamento do novo povoado aquém do rio Itaúnas. Destaque, à esquerda, para a inserção do novo elemento no frontispício: a platibanda ornamentada



Fonte: COELHO, 1976, p.18

Figura 44. Elevação esquemática das tipologias arquitetônicas encontradas no novo povoamento da Vila de Itaúnas a partir da década de 1970



Fonte: desenvolvido pela autora, 2020

Até o fim da década de 1970, imperam em Itaúnas membros de famílias tradicionais remanescentes, como os Paixão Maia, os Nogueiras, os Bonelá, os Falcão, os Camillo, os Barcelos e os Batista, ou os “nativos”, como são reconhecidos. Os únicos moradores a permanecerem em Itaúnas Velha são seu Tamandaré e sua família, cujos destroços de sua residência ainda são presenciados na atualidade em uma área mais afastada e mais protegida do avanço da areia pela vegetação. Em adição, uma série de melhorias passam a ser implementadas na Vila de Itaúnas durante as décadas de 1970-1980. Ingressam maiores

investimentos em redes de distribuição de água e em infraestrutura viária entre a vila e o município de Conceição da Barra, facilitando o transporte de produtos e de pessoas (Tabela 11):

Entrevistada 3: Depois, eles fizeram uma caixa d'água, aí as pessoas iam fazer as coisas na caixa d'água, iam lavar roupa na caixa d'água, ia todo mundo pra lá.

Pesquisadora: Onde ficava essa caixa d'água?

Entrevistada 3: Sabe onde é ali a CESAN? Era ali mesmo. Aí tinha uma parada assim, tipo um balcão, com várias torneiras, que ali as pessoas lavavam roupa, lavavam as coisas, batiam papo e ficavam por ali. [...] Quando começou a ter ônibus pra cá, o pão vinha lá de Conceição da Barra, chegava lá em casa também, aí nós pegava o pão e saía com o pão e a garrafinha de café e ia levando o pão no carrinho de mão pelas casas das pessoas. Aí vinha, todo dia de manhã, chegava os pães. Mas só vinha a quantidade certa (mulher, nativa, 48 anos, comerciante, em entrevista realizada em 15 de out. de 2020).

Tabela 11. Serviço de transporte coletivo existente em Itaúnas, em 1977

Transporte	Nome da empresa	Origem	Destino	Frequência na semana	Marca, tipo e capacidade do veículo
Intraurbano	Viação Flecha Branca	Conceição da Barra	Itaúnas	2	Ônibus com 36 lugares

Fonte: FJSN, 1977, adaptado pela autora

As divulgações a nível nacional quanto ao fenômeno da expansão dos campos dunares surtem efeito, provocando a chegada de visitantes, ambientalistas e pesquisadores na região. Muitos se apaixonam pelo abundante cenário e pela natureza exuberante, e optam por estabelecer-se na nova vila em casas construídas em alvenaria. O primeiro “forasteiro”¹⁸, como são chamados pelos nativos, artista plástico vindo do sul do país, narra, em entrevista, sua fixação no ano de 1979:

Entrevistado 4: Eu tinha um sonho de morar no paraíso e montar um ateliê [...] E eu tinha na minha cabeça Porto Seguro [...]. E, lá de Curitiba, de onde nasceu minha filha, viemos procurando [...]. Quando eu passei pela [BR] 101, eu vi uma plaquinha “Dunas de Itaúnas” [...]. E aí, eu vim pra cá. Quando eu cheguei aqui, fiquei impressionado. A primeira coisa que eu falei foi: “Adão e Eva não passaram por aqui” [...]. Aqui era um pântano, um alagado monumental, muito extenso, que ia até a BR 101, até Pedro Canário. E jacaré, um monte de jacaré. Todo o tipo de animal. Muitas lontras, cobra...Quando eu cheguei, tinham umas trinta casinhas de pau a pique. E era um paraíso extremo. Aqui no meu quintal, tinha revoada de garças, de ficar branco o céu. Capivara, uma vez eu peguei uma família de nove capivaras. Cobra todo dia, preguiçosa, que eles chamam da família da jararaca. Enfim, eu fiz meu ateliê aqui [...]. E foi a primeira casa feita de alvenaria, assim, de gente de fora, e o povo vinha visitar a casa aqui aos domingos (homem, forasteiro, artista plástico e dono de pousada, em entrevista realizada em 15 de out. de 2020).

Em 1981, ocorre a implantação de energia elétrica e, no mesmo ano, um aterro com fins à construção de uma ponte sobre o rio Itaúnas – a qual desaba pouco tempo depois. Junto às

¹⁸ O nome do entrevistado é omitido para fins de preservação de sua identidade. Entrevista concedida presencialmente em 16 de outubro de 2020.

benfeitorias, Itaúnas vem se estabelecendo como um local promissor ao turismo, atraindo o interesse de investidores. Por volta de 1983, é construído um hotel três estrelas denominado Barramar¹⁹ na foz natural do rio Itaúnas, ou na praia da Guaxindiba como é conhecida (Figura 45 e Figura 46). Para tanto, uma grande porção superficial é aterrada sob área de mangue. Como resultado, por vezes as variações fluviais ameaçam invadir o empreendimento. A fim de solucionar o problema, o grupo do município de Linhares, responsável pela construção, opta por escavar um canal entre o rio e o mar, localizado a 5km em direção ao norte, criando uma foz artificial (Figura 47). Consequentemente, dobra-se a vazão do rio Itaúnas, cujos impactos ambientais são desastrosos. Os próprios moradores relatam:

Entrevistado 4: Este canal, acabou se transformando numa barra artificial, que se transformou numa barra monumental, que consequentemente, teve um impacto ambiental tão terrível que secou o pântano. Aqui tinha uma fartura de peixes, de caça. E acabou que secou o pântano. Tanto é que hoje a barra original do rio, que se chama Guaxindiba, não existe mais. Abriu uma saída para o rio Itaúnas tão imensa, artificial, obra da mão do homem, um crime sem precedentes. Isso é muito relevante falar (homem, forasteiro, artista plástico e dono de pousada, em entrevista realizada em 15 de out. de 2020).

Figura 45. Construção Hotel Barramar, 1983



Fonte: Acervo de Fábio Pirajá, compartilhado virtualmente por meio do Grupo Memória Capixaba

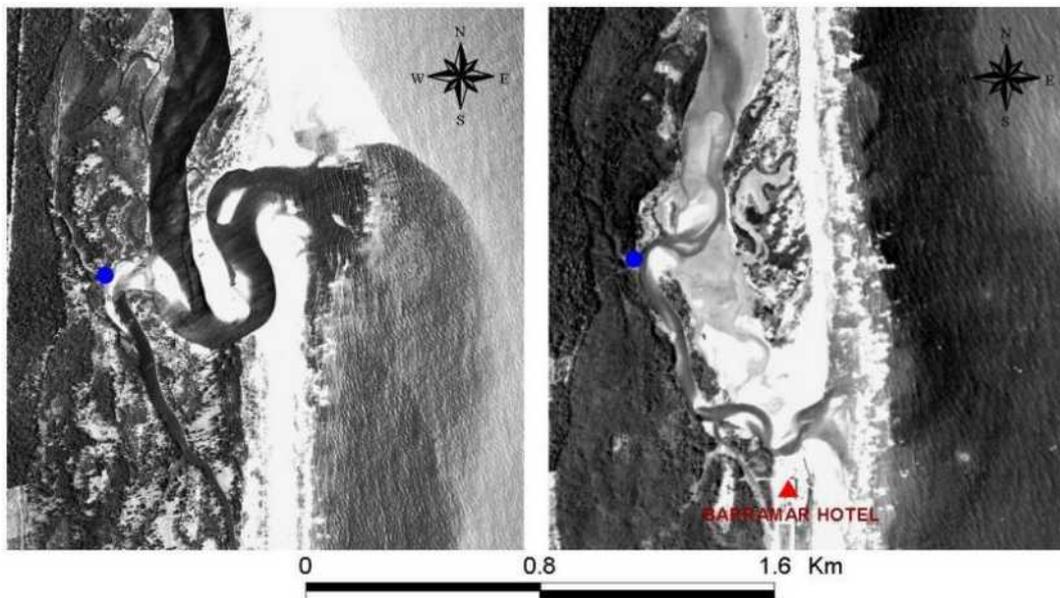
¹⁹ Atualmente, o hotel está desativado e em ruínas.

Figura 46. Foto aérea Hotel Barramar e a foz natural do Rio Itaúnas, sd



Fonte: Acervo de Fábio Pirajá, compartilhado virtualmente por meio do Grupo Memória Capixaba

Figura 47. Em: a) mudança na vazão da foz rio Itaúnas com a construção do hotel, em 1970 (esquerda) e 1990 (direita); b) localização da foz artificial na linha da costa, 1991, sob imagem de satélite de 2001



(a)



(b)

Fonte: IEMA, 2004

Em sequência, o mesmo grupo de empresários já havia em mãos um projeto para criação de um complexo hoteleiro na região das dunas por onde é o acesso dos pescadores. Dessa forma, as discussões acerca da proteção do território são acaloradas na década de 1980 e 1990. Prevendo as ameaças as quais a vila e a paisagem natural estavam sendo submetidas, frente ao descaso do poder público e da ação predatória humana, órgãos como o ACAPEMA, com apoio das camadas populares, de pesquisadores e de ambientalistas, reivindicam o processo de tombamento da região pelo Conselho de Estadual de Cultura (Secult/ES). Assim, cedendo às pressões populares em 1986, são reconhecidos, através da Resolução nº 08, os valores paisagísticos, históricos e arqueológicos da região, mediante o tombamento a nível

estadual das Dunas de Itaúnas (Figura 48) como bem natural, no dia de 10 de setembro, pelo Conselho Estadual de Cultura (COSTA, 2016). O núcleo da atual vila é entendido enquanto área adjacente, delimitada pelo raio de proteção de extensão total de, aproximadamente, 325,50 ha através de Planta Cadastral.

Figura 48. Dunas de Itaúnas



Fonte: Acervo pessoal, 2020

Recorre-se também à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEAMA) para definição de uma Unidade de Conservação de Proteção Integral, com o intuito de impedir o avanço da destruição do meio ambiente (IEMA, 2004). Assim, em 08 de novembro de 1991, através dos Decretos nºs 4.966-E e 4.967-E, é declarada criação do Parque Estadual de Itaúnas (Figura 49), mediante desapropriação de uma área de 3.150 ha, desde a foz do rio Itaúnas até a fronteira com o Estado da Bahia. Por um lado, a formulação do Parque trouxe significativos avanços quanto a questão da preservação ambiental. Em seus primeiros anos de gestão, as ações são imediatamente voltadas para uma maior fiscalização e manutenção dos biomas e dos ecossistemas. Por outro, surge uma série de impactos e de conflitos nas estruturas socioeconômicas e culturais. As leis de proteção restringem o usufruto dos recursos naturais e rompem a reprodução de demais práticas de sobrevivência por parte da população tradicional:

A criação do PEI simbolizou a sobreposição de mais um território, desta vez na figura do Estado, em nome de um bem difuso – o meio ambiente – para uma sociedade compreendida como homogênea, inviabilizando o uso comum de um dos poucos espaços naturais restantes (HACON, 2011, p.97).

Figura 49. Em a) e b) está o Parque Estadual de Itaúnas, sd.



(a)

(b)

Fonte: a) Agência Nacional das Águas e Saneamento Básico. Disponível em: <https://www.gov.br/ana/>. Acesso em: 21 de set. 2021; b) Governo do Espírito Santo. Disponível em: <https://www.es.gov.br/Noticia/parque-estadual-de-itaunas-esta-com-vagas-abertas-para-voluntariado>. Acesso em: 21 de set.2021

Apesar dos inúmeros benefícios advindos com a implementação do Parque Estadual de Itaúnas, entende-se que há um processo de desterritorialização neste momento, uma vez que as tomadas de decisão ficam concentradas ao poder público e, portanto, a população tradicional é privada do livre controle de seu território do qual estão habituados. Divergentes são as opiniões entre os moradores quanto à criação da unidade de conservação. Entretanto, o questionamento atravessador entre os relatos não é o parque em si, mas a forma como é implementado e as iniciativas desempenhadas pelos sucessivos gestores:

Entrevistado 1: Esse parque aí, foi muito mal empregado esse parque aí. Você sabe que é um órgão muito grande, mas ele não é comunitário. Ele não chama você, no caso eu. Tem que chamar a comunidade! Sabe o que eles fizeram de bom? Fez eu tirar o meu barco da minha pesca, meu barco de alumínio, de motor. Prendeu o barco de muita gente. O rio entrou em área de preservação, o rio que eu fui criado e criei minha família. E é por aí (homem, nativo, 80 anos, instrumentista, em entrevista realizada em 17 de out. de 2020).

[...]

Entrevistado 2: O Parque é a “galinha dos ovos de ouro”. Porque se preserva. O que se preserva, você tem esperança de ter lá na frente. O Parque Estadual é fundamental, agora o que deixou a desejar foi o gestor. A gerência. O parque é isso aqui, não faz mal a ninguém, só faz bem. *Pras* pessoas, visitantes, local, pra todos. É fundamental separar as coisas (homem, nativo, comerciante, 58 anos, em entrevista realizada em 17 de out. de 2020).

[...]

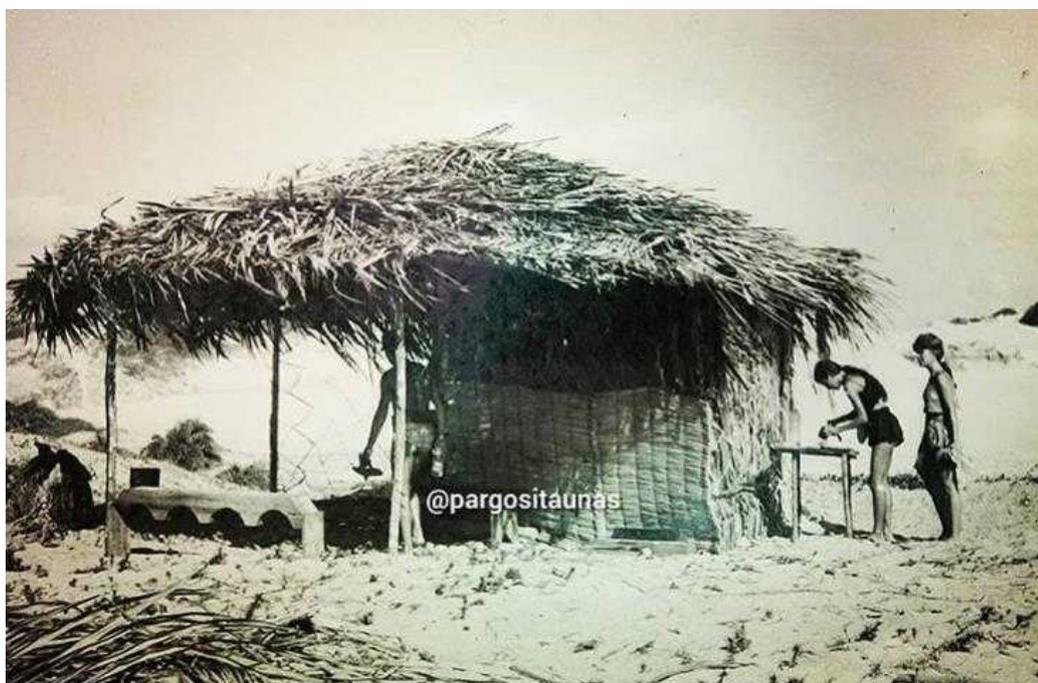
Entrevistado 5²⁰: Um grupo de pessoas se uniram, se mobilizaram e geraram uma proposta e conseguiram criar essa Unidade de Conservação meio que às pressas, para que conseguissem embargar aquela obra [do complexo hoteleiro nas dunas]. E conseguiram. Mas, trouxe consequências, porque não teve tempo hábil de comunicação com a comunidade. Porque, a princípio, proibiu-se o uso do rio, o uso da restinga. E é uma comunidade tradicional extrativista. Então, gerou um certo

²⁰ O entrevistado é morador “forasteiro” da Vila de Itaúnas, desde 1995. É publicitário, comerciante e aluga casa para temporada. Seu nome é omitido para fins de preservação de sua identidade. Entrevista concedida presencialmente em 17 de outubro de 2020.

impacto. Mas, eu gosto de frisar que as primeiras gestões do Parque fizeram um trabalho fantástico na comunidade, e conseguiram trazer a comunidade pra próximo. A sede do Parque era um ambiente de socialização, de oficinas, de integração entre a comunidade e unidade de conservação. Então, foi um período muito produtivo e muito saudoso, inclusive. E hoje, eu lamento dizer, mas é a realidade: de algumas gestões pra cá, a gente só viu a unidade se distanciando da comunidade, e isso gerou novamente essa falta de diálogo, e gerou novamente uma série de embates, de atrito e de contrariedades entre a comunidade e a unidade [...]. Então, hoje, se você conversar com a comunidade, você vai ter muito mais colocações de pontos negativos do que pontos positivos (homem, forasteiro, comerciante, formado em comunicação visual, em entrevista realizada em 17 de out. de 2020).

A gestão do Parque Estadual de Itaúnas, em conjunto com a SEAMA, empenham-se, igualmente, em regularizar as atividades comerciais dos quiosques (Figura 50) localizados nas dunas de Itaúnas Velha próximos ao mar - agora em área de preservação ambiental-, através de concessão de licença de funcionamento junto à Prefeitura. Os seis quiosques, construídos no final da década de 1980, são, em sua maioria, de propriedade de moradores nativos da Vila, e seguem em exercício até os dias atuais. Sua arquitetura, no entanto, dista da encontrada na atualidade. Destaca-se, ainda na Figura 50, o volume de proporções singelas, vedado por uma trama de palha, como esteiras, e coberto pelo mesmo material.

Figura 50. Primeiro quiosque da praia de Dunas de Itaúnas, em 1987. Na ocasião, o empreendimento é de posse de Zé Preto (em memória)



Fotografia: Éolo Mourão. Fonte: Acervo da Pousada Pargos, compartilhado virtualmente. Disponível em: https://www.instagram.com/p/B_pnCqMD87r/. Acesso em 24 set. 2020

Neste mesmo período, nota-se o alastramento urbano do novo núcleo devido ao crescimento de seu contingente populacional somado ao número exponencial de pesquisadores, de

ambientalistas e de visitantes, ou forasteiros, atraídos para a vila (Figura 51). É cada vez mais frequente a fixação de forasteiros, encantados pela região. Muitos optam por investir em atividades e em serviços voltados ao turismo, como construção de pousadas, campings, restaurantes, dentre outros. As casas espaçadas, localizadas nas proximidades da Igreja de São Sebastião e sua praça, cedem ao adensamento em direção às áreas periféricas, alargando a mancha urbana (Figura 52). Residências de alvenaria, de dois pavimentos e de telhas de amianto começam a se manifestarem na década de 1990). Inversamente, é possível observar, na Tabela 12, a redução demográfica nas áreas rurais do distrito de Itaúnas, cuja a expansão da agroindústria tem grande contribuição – ainda que possa não ser o único fator estressor.

Tabela 12. Evolução da população do distrito de Itaúnas entre 1970 a 1996

População do distrito de Itaúnas (1970-1996)				
Ano	Urbana	Rural	Total	%Urbana/total
1970	299	3.587	3.886	7,69
1980	403	2.391	2.794	14,42
1991	580	1.732	2.312	25,09
1996	774	1.973	2.727	28,18

Fonte: IPES, 2001, p.10, adaptado pela autora

Figura 51. Imagens aéreas das dunas, ao fundo, e da nova Vila de Itaúnas entre as décadas de: a) 1980, quando as construções são ainda bem espaçadas no entorno da igreja; e b) 1990, com significativo adensamento urbano



(a)



(b)

Fotografia: Vitor Nogueira

Figura 52. Imagem aérea da Vila de Itaúnas em 1997. Destaque, na esquerda superior, para a mancha urbana do núcleo principal aquém do rio Itaúnas, já bastante adensada



Fonte: Mapeamento e Planejamento Ltda. MAPLAN, 1997. Compartilhado virtualmente pelo grupo Memória Capixaba

O depoimento da moradora “forasteira” da Vila de Itaúnas²¹, fixada desde 1988 e hoje participante de ONG, permite elucubrar a respeito da evolução das tipologias arquitetônicas e dos métodos construtivos ocorridos neste intervalo espaço-temporal:

Entrevistada 6: Não tinha nada quando eu vim morar aqui. Só tinha a igreja. Eu vim em [19]88. Onde é o restaurante do Cizinho era a minha casa. Era uma casa que veio lá da Itaúnas Velha. O telhado era vindo de lá e o piso. Tá vendo [aponta uma casa antiga]? Elas eram assim: duas águas, duas janelinhas e a portinha pelo lado. Sem muro, às vezes não tinha nem cercadinho. Entrava pela sala, naquelas portinhas, depois um quarto, outro quarto, um banheiro, a cozinha e acabou. Quando tem mais família, eles começavam a construir no quintal. Porque todo mundo tinha quintal. Agora que ocupou tudo com pousada. Então, eles tinham os filhos e ia juntando no quintal, um puxadinho, ou outra casinha [...]. Aqui já era alvenaria. Aqui porque eles chegaram, foram recebendo os lotes, e foram construindo já. Tinha umas casinhas de madeira também. Então, se você reparar, tudo tá modificado, né? Essa pracinha não

²¹ O nome da entrevistada é omitido com fins de preservação de sua identidade. Entrevista concedida presencialmente em 17 de outubro de 2020.

existia. E isso tudo começou a acontecer na década de [19]90, que chegaram essas pessoas todas [...]. As casas mais chiques, tinham as platibandas. Então, aqui nessa rua tinham várias platibandas. Tinha no modelo mais quadrado, no modelo mais redondo. [...]. Elas tinham banheiro dentro. Não dentro totalmente. A casa fica aqui, mas tem a varanda lá atrás. Aí, o banheiro era dentro da varanda. Aí, não tinha que sair no quintal. Você só saía pela cozinha na varanda. E tinha chuveiro quente (mulher, forasteira, formada em comunicação visual, colaboradora de ONG, em entrevista realizada em 17 de out. de 2020).

Embora as transformações ocorridas nas dinâmicas socioeconômicas e na morfologia urbana, os moradores relatam com grande saudosismo o modelo de turismo vigente até fins de 1990. No geral, descrevem, por meio de entrevista, o perfil de turista que regressa na Vila de Itaúnas neste período: grupos familiares, compostos por crianças, adolescentes e adultos, aproveitando as férias escolares do meio do ano para refúgio na vila. Estes estariam muito mais interessados na natureza exuberante e em atividades ecológicas. Em contrapartida, aparenta ser um consenso comum: o declínio do ecoturismo, como costumam denominar, está diretamente relacionado ao momento em que a Vila de Itaúnas passa a ser inserida ao Circuito Nacional de Forró e, posteriormente, à criação do emblemático Festival Nacional Forró de Itaúnas (Fenfit), em 2001, realizado no mês de julho. Parte dos moradores alegam que, a partir destes marcos, há um aumento vertiginoso do fluxo turístico e uma mudança no público alvo: jovens universitários atraídos pela festividade em torno do forró-pé-de-serra:

Entrevistado 2: O turismo já teve várias etapas. No passado, a gente tinha um turismo com potencial econômico muito alto. Era o “Praia do Rosa”, sabe?

Pesquisadora: Quando isso?

Entrevistado 2: Entre [19]85 a [19]98. Ficou uns 15 anos aí, bombando. Esse turismo não vem mais pra Itaúnas. Aqui já popularizou. Aumentou o fluxo, e aumentando o fluxo, cai a qualidade. Já é mais massa [...]. Não descia ninguém com cooler. Agora é entupido [...]. O turismo aumentou, mas caiu na qualidade [...]. Apareceu o primeiro evento em Itaúnas com Elba Ramalho, Zé Ramalho, em plena praça, mandou todo mundo embora, esse turismo de julho, que era 30 dias de julho você tinha turismo em Itaúnas. Agora é uma semana só com o festival, porque se não tivesse o festival também já vai ficar meia boca. Não tô falando mal do forró, mas ele sempre teve. Mas, ele era um amuleto, era só pra local. Um passatempo. Aí, virou carro chefe. Aqui o carro chefe é a ecologia, é a natureza. Aí passaram por cima disso aí, *ficou* fazendo altos shows [...] (homem, nativo, 58 anos, comerciante, em entrevista realizada em 17 de out. de 2020).

[...]

Entrevistado 5: Quando falo a respeito [do turismo], eu gosto sempre de citar um momento que nós vivenciamos aqui, que foi mais exato em 1997, quando Itaúnas virou o Circuito Nacional do Forró-pé-de-Serra. Eu, particularmente, acredito que isso foi extremamente prejudicial pra gente. A gente já estava com uma linha direcionada ao ecoturismo, aproveitando o potencial imenso que esse lugar oferece, né? E quando o forró veio, quando Itaúnas foi designada como “Capital Nacional do Forró”, isso mudou o foco e as características do nosso turista. O forró, eu costumo dizer que eu não sou contra o forró, muito pelo contrário, forró é cultura da vila antiga que trouxe pra cá e que vai sempre existir. Mas, as proporções que ele tomou é o que eu discordo. Inclusive quando o festival de forró foi criado no mês de julho, julho já era uma temporada de quando a gente tinha o melhor turismo de Itaúnas. Eram 15 dias das férias escolares que a gente tinha turismo familiar. Ninguém nunca foi contra o festival de forró, mas eu me posicionei contra a data que ele acontece desde o início. E agora, mais recentemente, o que eu tenho visto é um crescimento descontrolado (homem, forasteiro, comerciante, formado em comunicação visual, em entrevista realizada em 17 de out. de 2020).

Parece ser possível inferir: a população considera o ecoturismo dos anos 1980 a 1990 mais compatível com a integridade dos recursos naturais, sociais e econômicos da Vila de Itaúnas. De fato, a intensificação do turismo, sobretudo de população jovem em busca do forró, traz consequências na paisagem físico-construída, na organização socioespacial da Vila e nos modos de vida tradicionais. A começar pelo boom econômico e pela mudança abrupta de sua base em um curto período de tempo, voltada quase que exclusivamente ao turismo, em detrimento da diversificação a qual a vila está habituada - antes pautada na pesca e na agropecuária (Tabela 13). “O resultado desse processo foi a especialização da vila, transformando o turismo em, praticamente, a única atividade econômica existente” (IPES, 2001, p.5). Aos nativos, resta a adaptação forçosa à nova realidade, montando seus próprios comércios e serviços - o que requer o desenvolvimento de conhecimentos acerca de aspectos relacionados a investimentos, à administração de negócios e a financiamentos:

Tabela 13. Evolução populacional e do uso da terra na Vila de Itaúnas entre 1986 e 2001

	Unidades em 1986	Unidades em 2001
Hotel	0	1
Pousadas	5	50
Residências sazonais	87	102
Residências locais alugadas	-	72
Camping	-	2
População residente da Vila	403	1.033
População total na alta temporada	-	4.118

Fonte: IPES, 2001, p.11, adaptado pela autora

Entrevistada 3: Minha mãe tem nove filhos. Todos moram aqui. Todo mundo trabalha no seu próprio comércio. Porque como aqui você não tem empresa pra trabalhar, as pessoas tiveram que aprender a trabalhar por conta própria. Aqui a gente tem que aprender a sobreviver. Pra renda financeira, você tem que pegar um tipo de comércio. E, daí, vem o turismo. Porque como só tem o posto de saúde e a escola, não atende pra dar emprego pra todo mundo. Então a gente tem que saber viver aqui, porque não é fácil pra viver aqui, parece que é fácil, mas o custo de vida é muito caro. Dificulta uma vida sossegada financeiramente. Mas, a gente tem que se adaptar (mulher, nativa, 48 anos, comerciante, em entrevista realizada em 15 de out. de 2020).

Dessa maneira, é significativo o número de moradores que esvaziam suas casas para aluguéis em altas temporadas. Ademais, a decisão de fixação dos forasteiros na vila se desprende do deslumbramento inicial e da busca pela qualidade de vida e se direciona às oportunidades de negócio e ao possível retorno financeiro. Muitos optam, inclusive, por

investir, mas não residir no local. De acordo com o relatório apresentado no *Fundamentos para elaboração do Plano de Ordenamento Urbano da Vila de Itaúnas* (IPES, 2001), grande parte dos proprietários de pousadas não são naturais da região. São residentes sobretudo de Belo Horizonte e de São Paulo, e abrem seus estabelecimentos somente em épocas de temporada. Não obstante, a realização de investimentos no solo urbano gera uma valorização excessiva de seu preço, contribuindo para que muitos moradores nativos vendam seus lotes a empreendedores. Assim, muitos são forçados a se agruparem em uma residência. Outros, se estabelecem fora dos limites da vila. Por meio de invasões e ocupações irregulares, uma parcela dos antigos moradores desloca-se para área contígua ao atual núcleo, expandindo o perímetro urbano para às margens da Rodovia ES-010. A moradora participa da ocupação, hoje reconhecida como o bairro Maria Tercília, e relata por meio de entrevista:

Entrevistada 3: O que motivou a população a entrar na área foi porque a vila *tava* muito sufocada. As pessoas *tavam* morando muito dentro de quintal, das famílias, entendeu? Como a vila não tinha pra onde crescer, foi casando não tinha onde morar, foi fazendo casa no quintal dos pais, e aquilo foi ficando muito difícil *pras* famílias. Aí a população, a gente juntou, e resolvemos invadir uma área que *tava* lá abandonada [...]. Não era área da Prefeitura, era área particular. Aí, o filho do prefeito na época, junto com o pai dele, *interview* e ajudou a gente a conseguir a área. Conseguiram a parte do pagamento dessa área e a outra parte a gente que comprou. Porque, como era de área particular, não ia ter como a Prefeitura ceder pra gente [...]. A gente foi, fizemos uns acampamentos. Passava a noite dormindo lá, ficava revezando. E foi uma maravilha que desocupou a vila, porque *tava* difícil mesmo, não tinha mais pra onde crescer, e a população crescendo e os jovens crescendo e família sendo montada. Então, foi a nossa solução, invadir essa área. Eram dois proprietários, e eles toparam vender, compramos em conjunto, todo mundo em conjunto. Cada um foi construindo sua casa, basicamente era só nativo que tinha na invasão (mulher, nativa, 48 anos, comerciante, em entrevista realizada em 15 de out. de 2020).

A consolidação da ocupação dos forasteiros e a intensificação do turismo na região estabelecem relações de apropriação territorial distintas àquelas iniciadas pelos nativos, bem como alteram e atribuem novos significados à paisagem física e construída. Além disso, provoca a desterritorialização de uma parcela significativa de nativos. Assim, reconhece-se que marcam o início do oitavo ciclo de territorialização da Vila de Itaúnas, apresentado na Figura 53 abaixo, sendo: **A8)** “forasteiros”: visitantes, pesquisadores e/ou ambientalistas advindos de outros municípios ou estados, que optam por residir na vila; turistas, sobretudo jovens atraídos pelo forró pé-de-serra; empresários do setor hoteleiro; **L8)** técnicas construtivas em alvenaria; **M8)** cimento, argamassa, blocos e telhas de cerâmica, amianto; **P8)** habitação e atividades relacionadas ao turismo; **R8)** fortalecimento da relação de dominação por meio da mercantilização do território, embora haja o apego emocional e simbólico por parte dos nativos e forasteiros, especialmente aqueles fixados anteriormente à criação do Fenfit; **T8)** território entre simbólico e funcional, com tendências ao último, expandido para área contígua; **Ta8)** sobreposição de territorialidades -dos nativos e dos

forasteiros; **MTa8**) multiterritorialidade dos turistas, dos empresários, dos promotores imobiliários, dos proprietários fundiários e dos meios de produção.

Figura 53. Fórmula do oitavo ciclo de territorialização da Vila de Itaúnas

Oitavo Ciclo de Territorialização

A8 (L8-M8-P8) - R8- (A7 (L7-M7-P7) - R7- (A6 (L6-M6-P6) - R6- (A5 (L5-M5-P5) - R5- (A4 (L4-M4-P4) - R4- (A3 (L3-M3-P3)- R3 - (A2 (L2-M2-P2)- R2 (A1 (L1-M1-P1)- R1- S1(Sn1/So1) = T1/Ta1 = T1/Ta2 = T3/Ta3 = T4/Ta4) = T5/Ta5) = T6/Ta6) = T7/Ta7) = T8/Ta8/MTa8

Legenda

A) Atores

L) Tipo de trabalho

M) Mediadores (materiais e instrumentos)

P) Programa

T) Território

R) Relação sociedade e natureza

S) Ambiente geral

Sn) Ambiente inorgânico e orgânico

So) Ambiente social

Ta) Territorialidade

Fonte: desenvolvido pela autora, com base em RAFFESTIN, 2008

3.2.6 A desterritorialização alargada no século XXI

Vigente no século XXI, o oitavo ciclo de territorialização, caracterizado por continuada dominação das indústrias florestais e agropecuárias e do turismo, revela desordem na construção de novas estruturas rurais e urbanas, seguindo as leis economicistas de desenvolvimento: desenraizadas, sem fronteiras ou limites de crescimento. Em outras palavras, os atores e agentes produtores do território ativos estão vinculados a interesses externos, enquanto as camadas sociais que se identificam com o lugar ficam em segundo plano, resultando em espaços cada vez mais homogêneos e provocando a perda gradual das qualidades territoriais primordiais e da diversidade produtiva da terra.

No âmbito regional, há incessante descontinuidade provocada pela influência das atividades agropecuárias voltadas ao setor industrial no uso da terra e na cobertura vegetal. Essa é uma realidade de todo o território contido nos limites da Bacia Hidrográfica do rio Itaúnas. Comparadas as Figuras 54 e 55, verifica-se que tais atividades, sobretudo pasto e monoculturas de eucalipto avançam em um curto período de tempo e dominam a maior parcela territorial em meio aos constantes desmatamentos e queimada - práticas utilizadas em áreas destinadas à formação de pastagens e cultivos, corroborando para a perda da complexidade e da biodiversidade animal e vegetal (ver Tabela 14). A silvicultura é fortemente predominante, ainda, na Unidade de Planejamento da Foz do rio Itaúnas (Figura 56) e

condicionam o Parque Estadual de Itaúnas (PEI) a um espaço comprimido e isolado. Claramente, há descumprimento do Código Florestal (Lei nº 4.771, de 15.09.65), o qual define, em linhas gerais, as áreas localizadas nas nascentes, nos topos de morros e ao longo do curso dos rios enquanto de interesse de preservação permanente.

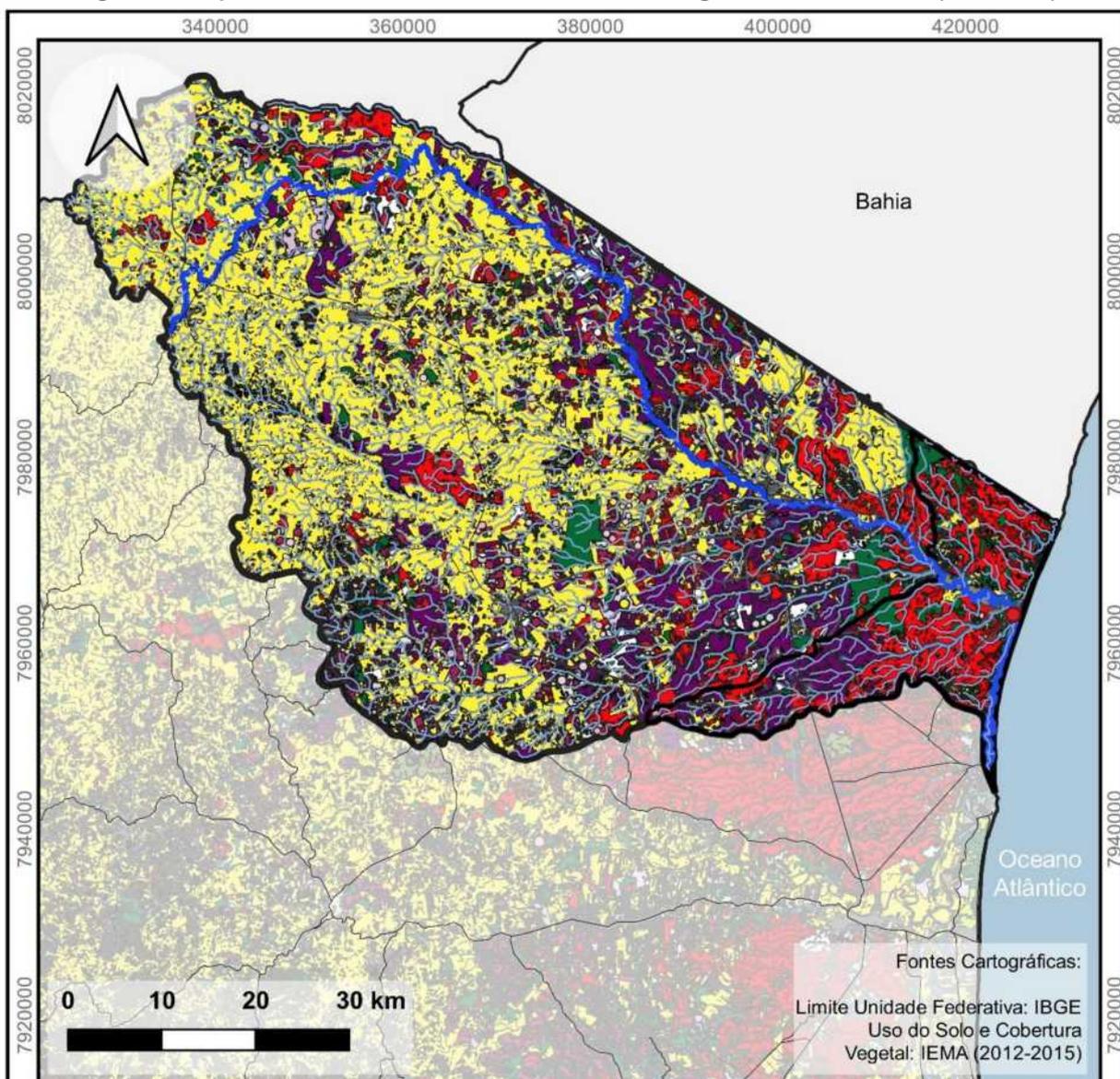
Tabela 14. Área (ha) dos estabelecimentos agropecuários em Conceição da Barra, por tipologia e utilização das terras, 2017

Lavouras permanentes	5.565
Lavouras temporárias	10.887
Pastagens	12.582
Matas ou florestas naturais destinadas à preservação permanente ou reserva legal	15.757
Matas ou florestas naturais	121
Florestas plantadas	41.996

Fonte: IBGE – CENSO AGROPECUÁRIO

A antropização nos cursos do rio, desde as proximidades de suas nascentes até sua foz, tem afetado a integridade dos mananciais superficiais e subterrâneos e as camadas do subsolo. Isso ocorre especialmente devido à alteração de matas ciliares e zonas ripárias, responsáveis pela proteção dos recursos hídricos e pela permeabilização do solo. Como consequência, tem-se, de um lado, o aumento de enchentes, pois há a diminuição da infiltração da água pelo solo e, portanto, aumento vertiginoso de seu escoamento superficial maior que a capacidade de vazão dos cursos d'água principais. Por outro, há a intensificação dos processos de desertificação a partir do empobrecimento e diminuição da umidade dos solos.

Figura 55. Mapa do uso e cobertura da terra da Bacia hidrográfica do Rio Itaúnas (2012-2015)



Uso e Cobertura da Terra da Bacia Hidrográfica do Rio Itaúnas (2012-2015)

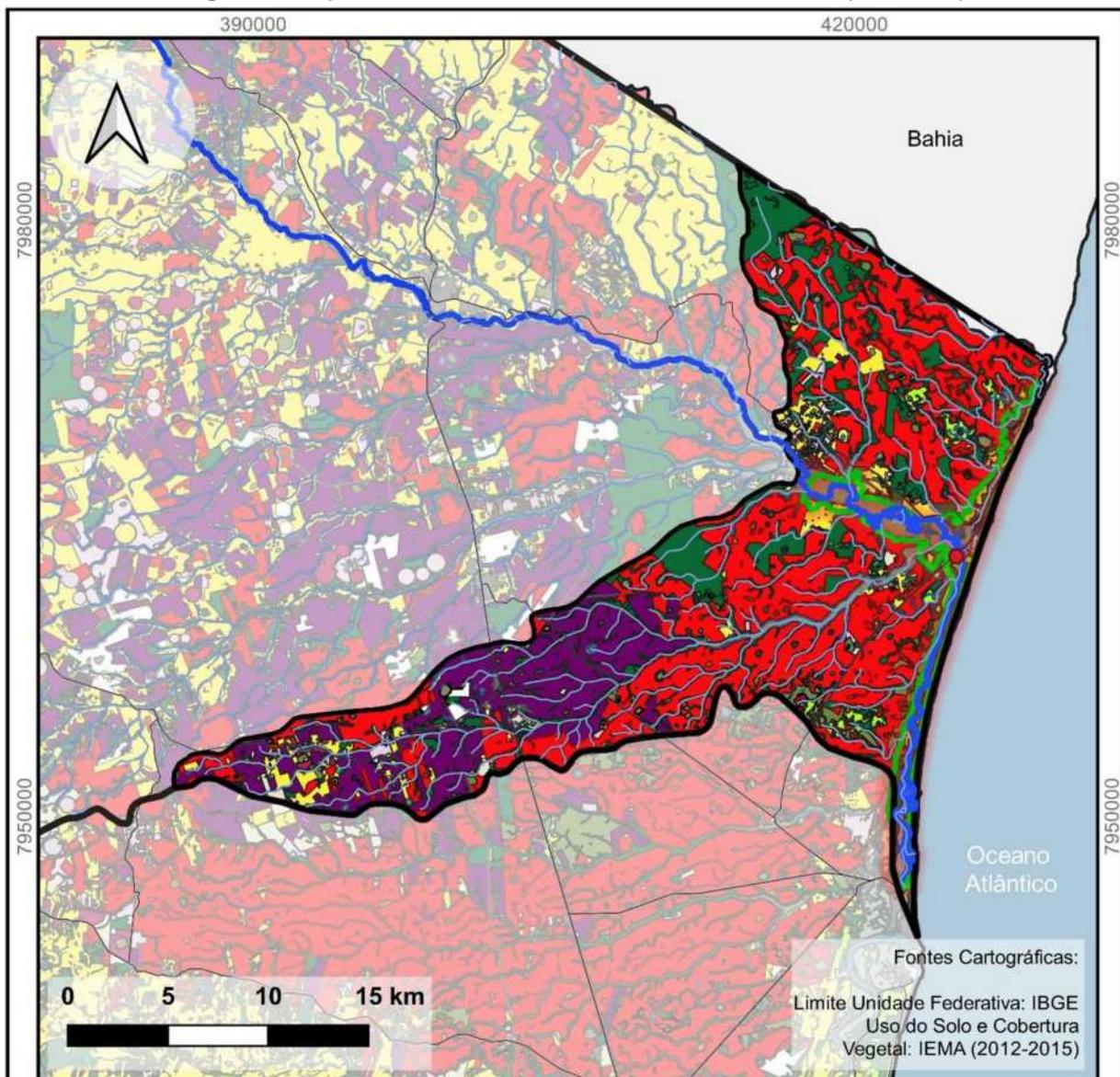
Legenda

- | | | | |
|-------------------------|-----------------------|-------------------|-------------------|
| — Cursos d'água | ■ Afloramento rochoso | ■ Outros cultivos | ■ Restinga |
| — Rodovias | ■ Área edificada | ■ Mineração | ■ Pastagem |
| ■ Rio Itaúnas | ■ Brejo | ■ Macega | ■ Outros |
| □ UP Foz do Rio Itaúnas | ■ Campo rupestre | ■ Mangue | ■ Silvicultura |
| □ Bacia do Rio Itaúnas | ■ Cultivo de café | ■ Massa d'água | ■ Solo Exposto |
| | ■ Cultivo de cana | ■ Mata nativa | ● Vila de Itaúnas |

SIRGAS 2000/UTM 24S | Maisa Mazzini | 2020 | Laboratório Patrimônio e Desenvolvimento | Patri_Lab

Fonte: desenvolvido pela autora, 2020

Figura 56. Mapa do uso e cobertura da terra Baixo Rio Itaúnas (2012-2015)



Uso e Cobertura da Terra UP Foz do Rio Itaúnas (2012-2015)

Legenda							
	Cursos d'água		Afloramento rochoso		Outros cultivos		Restinga
	Rodovias		Área edificada		Mineração		Pastagem
	PEI		Brejo		Macega		Outros
	Rio Itaúnas		Campo rupestre		Mangue		Silvicultura
	UP Foz do Rio Itaúnas		Cultivo de café		Massa d'água		Solo Exposto
			Cultivo de cana		Mata nativa		Vila de Itaúnas

SIRGAS 2000/UTM 24S | Maisa Mazzini | 2020 | Laboratório Patrimônio e Desenvolvimento | Patri_Lab

Fonte: desenvolvido pela autora, 2020

Quando em desequilíbrio e sem sua barreira de proteção, o ecossistema fica mais suscetível às ações antrópicas, situação intensificada em períodos de seca. Em muitos casos, é possível verificar um aumento vertiginoso na recorrência de incêndios. O Banco de Dados de Queimada, disponibilizado pelo Inpe, subsidia alguns parâmetros: no ano de 2008, em Conceição da Barra, são detectados via satélite: 23 (vinte e três) focos de calor. Em 2014, este número é elevado para 34 (trinta e quatro). Neste cenário, a Vila de Itaúnas é atingida por fogo de grandes proporções, que se alastra rapidamente, percorrendo cerca de 10km. Os moradores e os próprios turistas tomam iniciativas para conter o avanço do incêndio, enquanto a brigada não atinge o local (SÉCULO DIÁRIO, 2014). Ainda mais agravante é o ano de 2021, que em meados de setembro já atinge, surpreendentemente, 98 (noventa e oito) focos de queimada.

Em adição, o aumento do uso de substâncias tóxicas na agricultura e no ambiente em geral, como metais e pesticidas, nos diversos setores agropecuários, retornam a água contaminada aos rios em volumes consideráveis (TUCCI, 2005), impactando todo o bioma e a população que se encontra à jusante. Estas são problemáticas de grandes proporções, pois há conflitos relacionados à concentração do consumo da água e à posse e direito de uso da terra, e suas conseqüentes ameaças à qualidade ambiental e ao uso e ocupação da terra.

Essas são conseqüências de uma abordagem territorial funcionalista-reducionista, que seleciona e exclui camadas do território (ecológica, construída e antrópica) dos raios de proteção. Isto significa: uma pequena parcela territorial é tratada como objeto museificado (RUY, 2017) para “compensar” a degradação da (maior) porcentagem “desprotegida”. Não obstante, em alguns trechos, é possível observar áreas de pastagem que já invadem os limites daquela protegida pelo Decreto Estadual nº4.967. O cenário de total degradação da porção vegetal, sobretudo da Bacia do rio Itaúnas como um todo, é retratado em entrevista com uma bióloga, especialista em Manejo em Áreas Protegidas e Gestão Territorial Sustentável, colaboradora de ONG e moradora da Vila de Itaúnas desde 1991, entre idas e vindas²²:

Entrevistada 7: O Alto e Médio [segmentos da bacia do rio Itaúnas] são completamente degradados. O Baixo é a porção mais íntegra, entre aspas, falando em cobertura florestal, porque tem reserva florestal, unidades de conservação, como o Parque Estadual de Itaúnas, Reserva Biológica do Córrego Grande, Floresta Nacional do Rio Preto... tudo isso nessa porção chamada Baixo Rio Itaúnas. Esse conjunto de Unidades de Conservação são os principais remanescentes florestais dessa bacia. E hoje está estimada em 9% de cobertura vegetal original. Então, nós temos 90% de transformação do uso do solo na Bacia do rio Itaúnas, sendo 60% de pastagem, e as pastagens, originalmente, são espaços sem nenhuma sombra. Nenhuma árvore, nenhuma matriz de semente. Não tem área de reserva legal, de preservação permanente, tudo isso num processo lento de ordenamento. Omissão clara, nesses últimos 30 anos, dos poderes públicos no cumprimento da lei (mulher, forasteira, bióloga, colaboradora de ONG, em entrevista realizada em 14 de outubro de 2020).

²² O nome da entrevistada é omitido para fins de preservação de sua identidade. Entrevista concedida presencialmente em 14 de outubro de 2020.

No âmbito local, as ocupações arquitetadas pelos moradores, em propriedade privada contígua à vila no início dos anos 2000, nas margens da ES-010, despertam discussões acerca de sua expansão urbana a fim de atender o crescente contingente populacional (Figura 57). Dessa forma, o bairro Maria Tercília é consolidado. Também entram em pauta questões relacionadas ao avanço do fluxo turístico e subseqüentes conflitos gerados, os quais, somados, contextualizam a necessidade de formulação de diretrizes para ordenamento urbanístico da vila e para regulamentação das atividades voltadas ao turismo.

Figura 57. Foto aérea do núcleo principal da Vila de Itaúnas, sd



Fonte: Acervo pousada A Nave. Disponível em: <https://www.anave.tur.br/vila/index.html>. Acesso em: 20 set. 2021

Neste contexto, o então Instituto de Apoio à Pesquisa e ao Desenvolvimento Jones dos Santos Neves (IPES), em convênio com a Petrobrás, desenvolve o *Plano de Ordenamento Urbano da Vila de Itaúnas* em 2001, cujo processo de elaboração conta com recenseamento demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia Estatística e da gestão do Parque Estadual de Itaúnas, bem como com a participação ativa da população local, por meio de assembleias, reuniões e consultas comunitárias. Estudos quanto às características urbanas e tipológicas da vila, realizados pelo IPES, também auxiliam as diretrizes estabelecidas pelo plano.

O Plano de Ordenamento propõe área de expansão em um talhão de eucalipto localizado a 1km da vila, cuja posse é (na ocasião) da Aracruz Celulose – o que demandaria atuação da Prefeitura em sua desapropriação e a transferência de seu domínio aos beneficiários. Além disso, estão definidos o zoneamento da vila e da área de expansão em segmentos de atividades, o parcelamento do solo urbano em lotes pequenos de 300 a 360m², a taxa de ocupação e os afastamentos frontal e lateral. Os elementos componentes de fachada também estão especificados: sugere-se o uso de materiais condizentes com as características locais,

como a madeira, em detrimento de esquadrias de alumínio, por exemplo. Em adição, a quantidade máxima de dois pavimentos é estabelecida para as edificações.

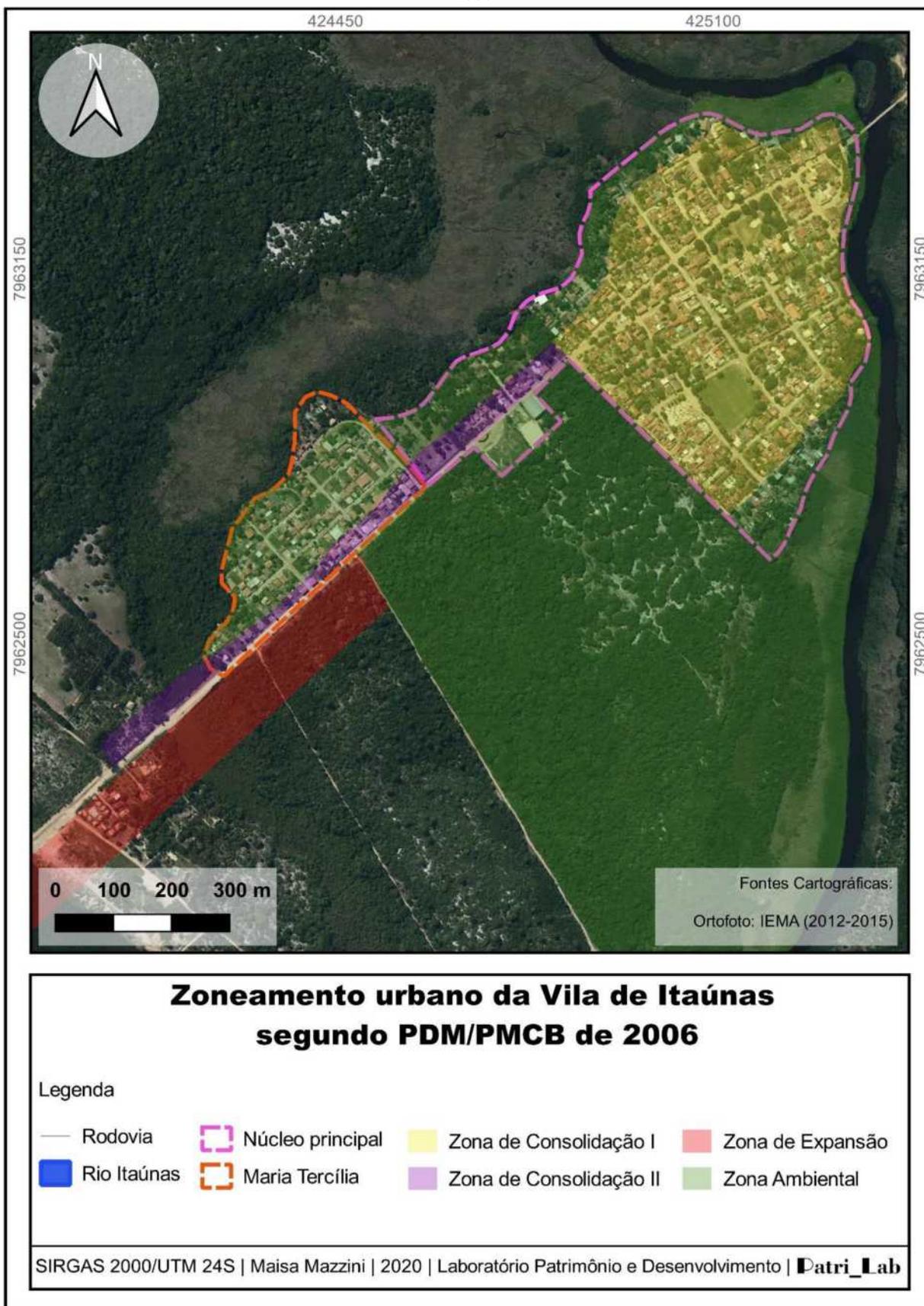
Neste ínterim, especulações quanto à possibilidade de asfaltamento do trecho da rodovia ES-010, em direção à Vila de Itaúnas, e à formulação do Plano Diretor Municipal de Conceição da Barra já circulam:

Entrevistado 5: [...] coincidiu que Paulo Hartung [o então governador], mais ou menos em 2004, numa reunião com a comunidade cheia no Bar do Forró, próximo do centro, garantiu à comunidade que o asfalto sairia na primeira gestão dele - em 2004 e 2008-, mas que a única condicionante pra ele iniciar as obras seria a elaboração do Plano Diretor do Município. Na época, o prefeito era Chico Donato. Chico correu atrás. E, se eles tivessem aproveitado o Plano de Ordenamento e feito um anexo no Plano Diretor, seria melhor. Mas não. Eles fizeram um plano [diretor municipal], uma coisa muito mais restrita, então nós perdemos esse plano [de ordenamento]. Muitos empresários hoje, que vieram depois, nem sabem da criação desse plano [de ordenamento] (homem, forasteiro, comerciante, formado em comunicação visual, em entrevista realizada em 17 de out. de 2020).

O Plano Diretor Municipal (PDM) da Prefeitura Municipal de Conceição da Barra, é redigido em 2006, e trata a compreensão do território através da delimitação em Macrozonas (Urbana, Rural e Ambiental), e em Zonas. Assim, insere a Vila de Itaúnas na Zona Urbana 3 da Macrozona Urbana, que compreende a área de todo o município destinada para fins urbanos. A Zona Urbana de Itaúnas (descrita na Seção III), é subdividida em cinco outras: Zona Urbana de Consolidação I; Zona Urbana de Consolidação II; Zona de Interesse Ambiental e Zona de Expansão Urbana (Figura 58 e Anexo I). Para cada categoria de área estão definidos os índices urbanísticos de parcelamento do solo, cuja área mínima é de 300m², e o coeficiente de aproveitamento de 0,2, salvo para a Zona de Interesse Ambiental, na qual ficam proibidas construções.

A Figura 58 apresenta o Mapa de Zoneamento Urbano definido pelo PDM de Conceição da Barra sobre ortofoto relativa ao levantamento aerofotogramétrico realizado pelo IEMA, em 2012-2015. Em destaque, está o significativo adensamento do núcleo às margens do rio Itaúnas e do bairro Maria Tercília, originado na ocupação ocorrida no início do século XXI. Nota-se que as diretrizes urbanísticas estabelecidas no PDM não conseguem estruturar e conter o avanço da malha urbana sobre área definida enquanto Zona de Interesse Ambiental, à medida em que o fluxo, a exploração mercantil do turismo e a taxa de crescimento populacional aumentam. Dessa maneira, é questionável a aplicação de medidas regularizadoras ou sancionadoras por parte do Poder Executivo Municipal, as quais deveriam promover o cumprimento do instrumento legal.

Figura 58. Mapa de Zoneamento da Vila de Itaúnas estabelecido pelo PDM da Prefeitura de Conceição da Barra, em 2006



Fonte: PCB, 2006, adaptado pela autora, 2020

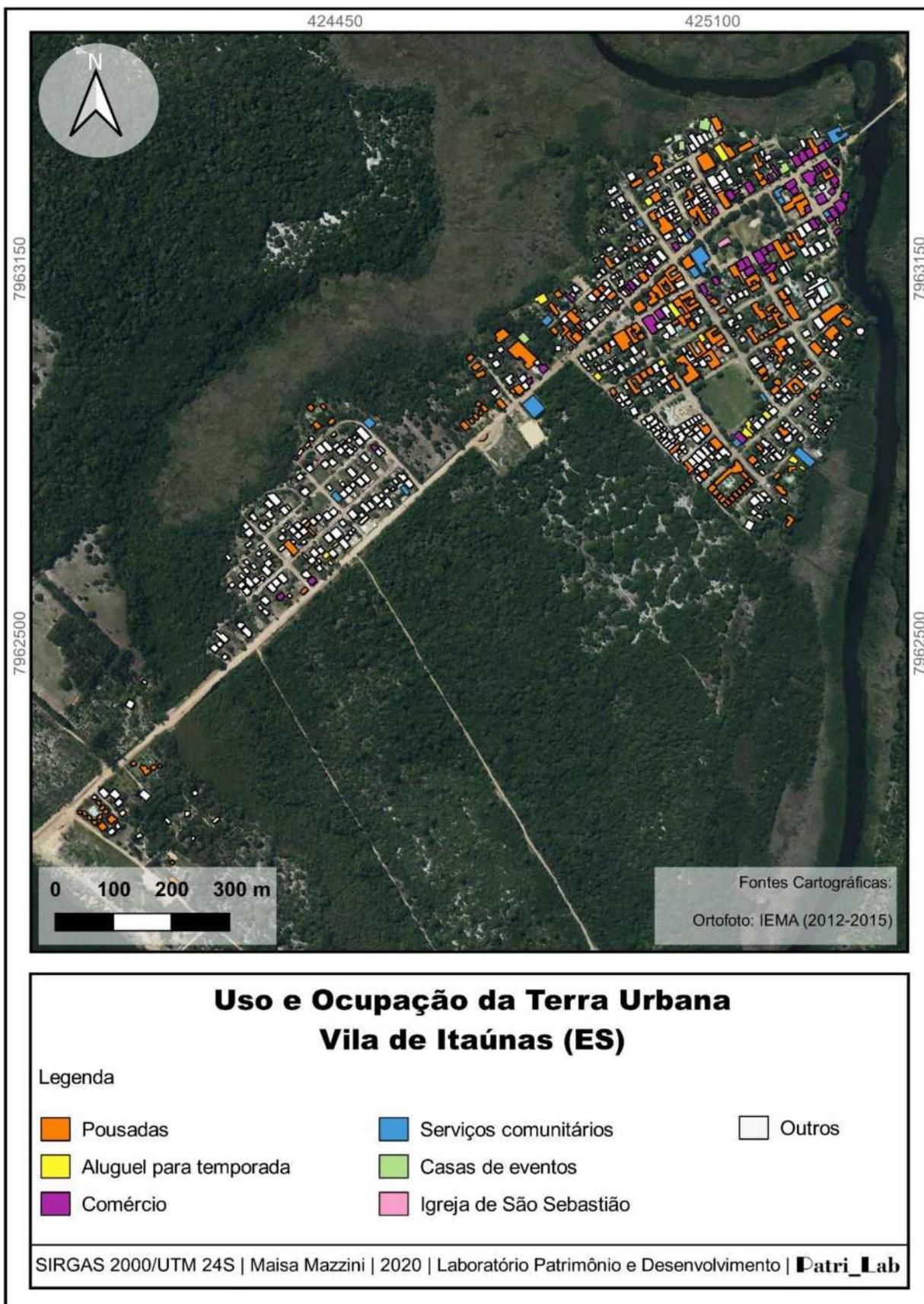
Por um lado, a legislação municipal, através do PDM, preocupa-se em estabelecer os usos permitidos às categorias de área, assim apresentado na Tabela 15 a seguir. Por outro, ao ser analisado o mapa apresentado na Figura 59, é notável a expressiva omissão do poder público, cujas atribuições incluem controlar os percentuais de uso e ocupação do solo urbano e garantir a oferta de serviços públicos essenciais, promovendo o cumprimento da função social da cidade. De maneira oposta, o Mapa de Uso e Ocupação do Solo Urbano da Vila de Itaúnas (Figura 59) ilustra o apoderamento do território pela iniciativa privada, indicada por meio da exorbitante quantidade de pousadas instaladas na Zona de Consolidação 1, mas que já invadem as Zonas de Consolidação 2, a Zona de Expansão e, até mesmo, a Zona Ambiental.

Tabela 15. Síntese de usos permitidos em Itaúnas por categorias de área

Categoria de área	Usos					
	Residencial Unifamiliar	Residencial Multifamiliar	Comércio/ Serviços (local, de bairro)	Institucional (local, de bairro)	Industrial (pequeno porte)	Industrial (médio, grande porte e grande potencial poluente)
Consolidação I	Permitido	Permitido horizontal	Permitido	Permitido	Permitido	Proibido
Consolidação II	Permitido	Permitido horizontal	Permitido	Permitido	Permitido	Proibido
Expansão Urbana	A ser definido em projeto específico	A ser definido em projeto específico	A ser definido em projeto específico	A ser definido em projeto específico	A ser definido em projeto específico	A ser definido em projeto específico
Interesse Ambiental	Proibido	Proibido	Proibido	Proibido	Proibido	Proibido

Fonte: PCB, 2006, p.39, adaptado pela autora

Figura 59. Mapa do Uso e Ocupação da Terra Urbana da Vila de Itaúnas em 2020



Fonte: desenvolvido pela autora, 2020

A quantidade de pousadas influencia diretamente no número de veículos circulantes na vila. Frequentemente, os moradores disputam o direito de usufruto dos espaços livres, como ruas e calçadas, com os automóveis dos hóspedes, os quais por vezes estão estacionados em vias públicas devido à carência de locais de parada apropriados. Ou seja, os sistemas recreativos e de lazer ao ar livre são escassos e ficam confinados à praça da Igreja de São Sebastião, à praça localizada no início do núcleo principal, configurando-se como espaço residual de duas vias, e a praia.

Em adição, grande parte das recomendações quanto aos aspectos construtivos propostas pelo Plano de Ordenamento Urbano não é integrada ao PDM de Conceição da Barra, e sua falta, bem como a ausência de mecanismos de fiscalização pela prefeitura e demais instituições como estratégias de preservação da identidade local, tem impactos negativos na paisagem físico-construída da Vila de Itaúnas. Sem orientações e sem o devido controle, as construções vão sendo erguidas desordenadamente, por critérios subjetivos e fragmentários – em um processo de descaracterização da vila, que pode atingir sua totalidade a longo, ou médio, prazo.

São cada vez mais frequentes intervenções que resultam na perda, na alteração e/ou na obstrução dos caracteres urbanos e das tipologias arquitetônicas, quanto às suas condições estéticas, funcionais e formais. A começar pela proliferação de revestimentos em placas cerâmicas nas fachadas frontais – uma prática que tem se tornado uma constante por toda a vila (Figura 60). O fechamento resultante da elevação de muros também altera a relação e a interação da população com a rua e entre ela mesma, pois cria espaços de segregação e de isolamento interno, além de prejudicar a diversificação de atividades em áreas públicas, tornando-as menos convidativas. Outrossim, nota-se tendência à verticalização e à ocupação total de lote: edificações com mais de dois pavimentos, sem afastamentos frontais e/ou laterais, ameaçam a proporção e a escala urbana pré-estabelecidas, que conferem o caráter bucólico e aprazível do local (Figuras 61 e 62). Essas e outras descaracterizações corroboram para o desaparecimento de referências históricas e desprendem a arquitetura dos modos de vida persistentes e das camadas sociais tradicionais, contribuindo para o questionamento de seu significado simbólico e cultural.

Figura 60. Descaracterização das fachadas devido ao revestimento em material cerâmico



(a)



(b)



c)

Fonte: acervo pessoal, 2020

Figura 61. Construções dissonantes, em relação ao entorno, em sua escala, proporção, implantação e configuração



a)

b)



c)



d)

Fonte: acervo pessoal, 2020

Figura 62. Fechamentos com muros alteram a relação da população com a rua e a interação entre seus membros



a)



b)

Fonte: acervo pessoal, 2020

Segundo recenseamento demográfico por distrito desenvolvido pelo IBGE em 2010, atualizado em 2019, estima-se que exista, na Vila de Itaúnas, um total de 541 unidades domiciliares particulares. Contudo, apenas 255 domicílios são ocupados permanentemente pela população não flutuante da vila, calculados em 852 pessoas. Destas, 74% tem renda de até três salários mínimos, sendo 60% até dois salários mínimos. As outras 286 unidades são classificadas enquanto particulares de usos ocasionais ou estão vagas. Tais dados demonstram claramente assimetrias salariais e disparidades socioespaciais, onde a maior parte dos proprietários de imóveis, geralmente investidores imobiliários, sequer vivem na Vila de Itaúnas (IBGE, 2010).

A especulação imobiliária avança sob o bairro Maria Tercília: é possível notar o progressivo crescimento e preocupante adensamento do bairro, sem reservas para construção de praças públicas, áreas livres e de uso coletivo, escolas, postos de saúde e/ou outros equipamentos comunitários necessários ao atendimento e bem-estar dos seus moradores. Tampouco prevê-se a instalação de mobiliário urbano, tais como bancos, lixeiras, mesas, estruturas de ginástica e de sombreamento, etc. Ao contrário: o que se observa é a reprodução em massa de lotes murados e de edifícios isolados, os quais contribuem para a desertificação dos espaços públicos e sua negação, pois não estimulam o percurso, a permanência e as trocas sociais (Figura 63). Dessa maneira, os danos causados por um planejamento urbano hermético repercutem no meio urbano não só quanto aos seus aspectos físicos, mas como também à sua habitabilidade.

Figura 63. O bairro Maria Tercília vem sendo amplamente densificado, com lotes murados e edifícios isolados, sem mobiliários urbanos e sem reservas para praças públicas, áreas de uso coletivo, escolas, postos de saúde e demais equipamentos urbanos



(a)



(b)



(c)



(d)



(e)



(f)

Fonte: acervo pessoal, 2020

É possível afirmar que, em contexto de negligência do poder público, entidade responsável por resguardar os interesses da coletividade, as tomadas de decisões ficam concentradas aos atores especulativos, os quais orientam o ordenamento urbano seguindo seus interesses individuais sem responsabilidade socioambiental. “A terra e o solo urbano passam a ter um novo significado – são em si fonte de valorização – orientando políticas públicas que afetam diretamente o uso do espaço, e, portanto, sua reprodução” (CARLOS, 2014, p.30). Neste cenário, as perspectivas quanto aos desdobramentos futuros da Vila de Itaúnas são bastante preocupantes. A dilatação do turismo, o asfaltamento do trecho da ES-010 em direção à Vila de Itaúnas, o rompimento da Barragem de Mariana ocorrido em 2015 e o surgimento de novas ocupações irregulares por áreas de monoculturas de eucalipto no entorno são os sucessivos eventos ocorridos entre as décadas de 10 e 20 do século XXI, que pressionam o crescimento da Vila de Itaúnas. Sem o devido ordenamento, ameaçam seu desenvolvimento sustentável, contribuindo para reafirmar a manutenção das desigualdades sociais, a segregação socioespacial, a gentrificação, a invisibilidade das camadas fragilizadas, a diluição do direito

à cidade e à vida, a destruição dos sistemas ambientais e o irrompimento de desastres socioambientais, dentre tantas outras consequências.

O turismo na Vila de Itaúnas aumenta exponencialmente. O FENFIT (Figura 64) é, atualmente, o principal evento turístico e cativa novos adeptos ano após ano. Questionários realizados pela Secretaria de Turismo do Estado do Espírito Santo, em 2014, apontam para o perfil predominante dos visitantes: jovens adultos, de faixa etária média de 28 anos de idade, com o ensino superior, cuja renda familiar é compreendida entre 3 a 10 salários mínimos. Grande parte é proveniente dos demais municípios do Espírito Santo, porém paulistas, mineiros, cariocas e baianos também são frequentadores da Vila de Itaúnas na época do festival. 1% dos respondentes são residentes de países estrangeiros (ESPÍRITO SANTO, 2014).

De acordo com reportagem do jornal A Gazeta, escrita em 2018, a primeira edição do evento, em 2001, o bar sede do festival recebe pouco mais de 200 visitantes. Em 2018, esse número ultrapassa as 1,8 mil pessoas em um único dia. Na noite de fechamento do evento, na qual é anunciada e premiada a banda revelação de forró vencedora, além de contar com as programações mais aguardadas pelo público, o bar atinge sua lotação máxima de 2,7 mil participantes (A GAZETA, 2018).

Figura 64. Participantes do Festival Nacional Forró de Itaúnas (FENFIT), realizado anualmente nas últimas semanas de julho. Em a) 2018; e b) 2019



(a)



(b)

Fonte: Fenfit Oficial, compartilhado virtualmente nas páginas do facebook e instagram, respectivamente. Disponível em: a) <https://www.facebook.com/fenfit.itaunas> e b) <https://www.instagram.com/p/Bw7SvmBhHKF/>. Acesso em 22 de abril de 2021

O turismo traz, não só a supervalorização do preço do solo urbano, mas também dos serviços. Uma rápida busca pelos sítios virtuais de procura e de reserva por acomodações (booking.com, hotéis.com, decolar.com, dentre outros) permite observar os valores diárias oferecidas pelas pousadas, que variam de 100 a 800 reais, com média de 240 reais em

épocas de baixa temporada. Além disso, especialmente nos períodos de alta temporada, surgem demandas flutuantes super estimadas por infraestrutura hidrossanitária, as quais, por vezes, ultrapassam a capacidade da coleta de lixo, do abastecimento de água tratada e do tratamento de esgoto sanitário oferecidos na região. Como exemplo, o sistema de esgotamento sanitário na Vila de Itaúnas só é oficialmente inaugurado em 2011, 10 anos após a primeira edição do FENFIT (CESAN, 2011). Os impactos provenientes da sobrecarga nos sistemas de saneamento básico podem ser de âmbito: 1) econômico, pois inibe a visita de turistas; 2) ambiental, devido à consequente contaminação dos recursos hídricos, do solo e das praias; 3) social, pois a própria população local corre o risco de supressão temporária desses e outros serviços básicos.

Não há como negar, por outro ponto de vista: o FENFIT movimenta a economia e fixa a Vila de Itaúnas no cenário turístico Brasileiro, pois é atualmente o principal atrativo de turistas e visitantes. Além disso, O FENFIT promove a revelação de novos nomes na indústria musical, estimulando a produção, a inovação e a renovação no forró pé-de-serra. Entretanto, questiona-se seu valor simbólico na identidade local, uma vez que o evento se distancia dos moradores. A começar pela organização e as tomadas de decisão, concentradas na mão de um grupo seletivo. A participação como público no evento é ainda mais difícil, pois muitos não possuem poder aquisitivo para compra do ingresso. Assim, a sensação é de alienação: a população local não se vê culturalmente representada. Essa é uma indagação levantada pela jovem adulta, nascida na Vila de Itaúnas e recém formada em direito, em entrevista:²³

Entrevistada 8: Eu acho que [o FENFIT] é bom. Acho que ele traz, sim, um papel importante, mas as pessoas que estão na vila não reconhecem o festival como de Itaúnas. Porque vem muitas pessoas de fora, e as pessoas que são de lá às vezes não frequentam o forró, porque o ingresso é muito caro. É um outro tipo de relacionamento. Então, as pessoas [locais] não se sentem representadas pelo festival. Pensando apenas pelo lado econômico, ele traz benefícios sim, até hoje. Mas não acho que deveria ser o foco. O festival tá ali pra somar (mulher, criada na vila nova, jovem adulta, advogada, em entrevista realizada em 17 de dezembro de 2020).

Ainda, há riscos de um segundo soterramento da Vila de Itaúnas, ocasionado pela sobrecarga de turistas na região. O pisoteio dos visitantes, atraídos pela paisagem das dunas, tem agravado o deslizamento de areia em direção ao rio e ao núcleo localizado às suas margens, em volume maior que a capacidade de contenção da mata ciliar. É importante lembrar ademais: abaixo do cenário místico de grande apelo turístico, proporcionado pelos montes acidentados de areia, estão resguardados resquícios arqueológicos ainda não escavados do antigo núcleo soterrado, bem como restos de matéria das construções tradicionais e até ossos e fósseis humanos e animais – materiais frágeis que podem ser danificados ou completamente

²³ O nome da entrevistada é omitido a fim de preservação de sua identidade. Entrevista concedida por vídeo conferência em 17 de dezembro de 2020.

perdidos. Essa situação vem sendo advertida desde 2004, no “Plano de Manejo do Parque Estadual de Itaúnas”, escrito pelo CEPEMAR (Serviços de Consultoria em Meio Ambiente) e disponibilizado atualmente pelo IEMA (Instituto Estadual do Meio Ambiente).

Medidas de controle do avanço das dunas sobre o núcleo atual são realizadas ao longo dos anos, a exemplo do replantio e da regeneração de área vegetativa. Sem embargo, as atividades turísticas seguem, até o momento, sem regulamentação, planos de gestão, restrição ou políticas públicas com o objetivo de mitigação de seus impactos socioambientais. Longe disso: o trecho de estrada de chão da ES-010 que liga a sede do município de Conceição da Barra à Vila de Itaúnas está, na atualidade, sendo asfaltado, para facilitar a entrada e saída de moradores, de serviços e também de turistas- e, conseqüentemente, para potencializar ainda mais o turismo.

As discussões acerca do asfaltamento do trecho da ES-010 em direção à Vila de Itaúnas são de longa data, em contexto de elaboração do PDM de Conceição da Barra e, posteriormente, durante um plebiscito realizado em 2009, o qual conta com a participação de toda a comunidade local. Neste plebiscito em questão, é estabelecido, por voto de maioria, a decisão comunitária em favor ao asfalto. A pavimentação, no entanto, só acontece efetivamente anos mais tarde, em 2018²⁴ (Figura 65). Ao todo, são 20 quilômetros da rodovia, com duas pistas de rolamento e acostamento, até seu entroncamento com ES-421. Em 2020, grande parte da obra já está concluída, com alguns pormenores a serem ainda resolvidos.

Figura 65. Em: a) trecho em estrada de chão da ES-010 em direção à Vila de Itaúnas, em 2012; e b) seu asfaltamento, cuja execução é iniciada em 2018



(a)



(b)

Fonte: a) Google Street View; b) acervo pessoal, 2020

²⁴ Em realidade, o projeto de asfaltamento é iniciado em 2013, porém, a obra é encerrada logo nas primeiras ações por questões burocráticas.

Embora seja um anseio antigo da maior parte dos membros comunitários, a opinião pública quanto ao asfaltamento é ainda bastante divergente, em razão, principalmente, das consequências já perceptíveis antes mesmo de sua finalização. Se, por um lado, há maior facilidade na circulação de pessoas às municipalidades vizinhas em busca de bens e de serviços não ofertados na Vila de Itaúnas, como educação superior, assistência à saúde e ofertas de trabalho, por outro, os moradores relatam aumento de criminalidade e de violência, além da constante chegada de turistas baderneiros, cujo comportamento tem sido desrespeitoso tanto para com os moradores, quanto para com o local. Dessa forma, a comunidade subdivide-se entre três grupos distintos: a) os que querem o asfalto a qualquer custo, associados aos mais jovens durante a etapa de entrevista -que necessitam do percurso com maior frequência principalmente para acompanhamento de aulas em instituições de ensino externas; b) os que não o querem, sobretudo dentre os nativos; c) os que entendem serem necessários a revisão do projeto da obra e o atendimento de condicionantes socioambientais, visando o desenvolvimento sustentável da vila, opinião compartilhada entre os forasteiros entrevistados:

Entrevistada 8: Eu sou a favor do asfalto [...]. Quando eu fui pra faculdade, eu comecei em São Mateus, todos os dias eu estudava de tarde. Tiveram situações, por exemplo, que a gente ficou no meio da estrada, porque o ônibus não conseguiu passar... a gente estava voltando, era quase meia noite [...]. São situações que não vão acontecer com o asfalto. Vai trazer alguns malefícios, sim. Mas, os benefícios, pra quem precisa usar a estrada todos os dias, são maiores. Tem a questão de saúde, existem pessoas com problemas de saúde, então vão poder ter socorro mais rápido, porque lá em Itaúnas não tem suporte. E pensando nas pessoas que trabalham em Conceição da Barra também... é um sacrifício diário muito grande (mulher, criada na vila nova, jovem adulta, advogada, em entrevista realizada em 17 de dezembro de 2020).

[...]

Entrevistada 3: Eu vivi até hoje sem asfalto, o asfalto nunca me fez falta. Agora, ele vai me dar problema. Eu sei que eu vou ter que mudar o meu jeito de viver dentro de Itaúnas. E isso é muito triste pra mim. Até quando a gente vai dormir, eu esqueço minha bicicleta ali, eu acordo e ela continua ali. Eu não tenho portão, minhas portas são todas abertas. Essa sensação de insegurança que a gente não precisa ter, a gente vai ter que mudar. A qualidade do turismo caiu demais, a gente tem um lance aqui que sempre vinha um povo naturalista, que gosta da natureza. Mas, hoje em dia, vem muito doidão, com som alto, em busca de drogas, um desrespeito. As pessoas já não têm aquela coisinha boa, simples, pé no chão. Vem mudando de uma forma absurda o turismo (mulher, nativa, 48 anos, comerciante, em entrevista realizada em 15 de out. de 2020).

[...]

Entrevistado 5: Não se discute o asfalto, isso é um consenso, um desejo antigo da comunidade. Agora, o que a gente não concorda é o asfalto a qualquer custo, e da forma como tem sido feito (homem, forasteiro, comerciante, formado em comunicação visual, em entrevista realizada em 17 de out. de 2020).

Nem mesmo as chances de contágio, de transmissão e os demais riscos existentes em contexto de pandemia de COVID-19, iniciada na década de 2020, são suficientes para frear o fluxo de turistas na vila. Pelo contrário: acredita-se que, com a implementação de toques de recolher e de restrição de atividades em grande parte dos destinos turísticos nacionais e

internacionais, com a finalidade de conter o avanço da doença, o turismo doméstico intermunicipal é inflamado, sendo a Vila de Itaúnas uma das principais alternativas de viagem - somada à facilidade de acesso proporcionada pelo asfalto. É bem verdade que os moradores se organizam a fim de bloquear a entrada de visitantes no início da pandemia, mas, tão logo as barreiras são flexibilizadas, a vila se vê fervilhada de aglomerações, inclusive em períodos e em feriados não convencionais (Figura 66):

Entrevistado 5: Nós vamos ter um impacto muito grande [com o asfalto]. Já estamos tendo. Ainda somou com a situação da pandemia. As pessoas não tão indo pro exterior, o turismo interno aumentou muito, assim que o pessoal começou a flexibilizar mais. Tanto é que nunca vimos um 12 de outubro tão cheio. Aliás, até nos finais de semana. Então, vamos ter problemas, não temos dúvidas. Tem lado positivo? Tem. Diminui a sazonalidade. Mas, não adianta se não tiverem medidas de organização desse turismo. Nós estamos trocando qualidade por quantidade (homem, forasteiro, comerciante, formado em comunicação visual, em entrevista realizada em 17 de out. de 2020).

Figura 66. Aglomerações na Vila de Itaúnas no feriado de 12 de outubro, em pleno contexto de pandemia, onde: a) uma fila a perder de vista de carros estacionados na estrada que leva à entrada das dunas; b) praia com quantidade significativa de frequentadores, mesmo em clima não favorável; c) restaurantes e bares funcionando normalmente; d) turistas aglomerados, atraídos pelo forró



(a)



(b)



(c)



(d)

Fonte: acervo pessoal, 2020

Paralelamente, a conduta da obra frente à pavimentação do trecho da ES-010 em direção à Vila de Itaúnas é controversa. Muitos moradores alegam a falta de transparência e de comunicação social em relação ao projeto executivo e relatam o descumprimento de uma série de condicionantes anteriormente acordadas entre a organização de moradores, ONGs, órgãos do poder público e a empresa vencedora da licitação para prestação do serviço. Dentre as condicionantes não efetivadas, estão a formação de uma Comissão de Acompanhamento da obra, a atualização do Plano de Ordenamento Urbano da Vila de Itaúnas, desintegrado no Plano Diretor Municipal de Conceição da Barra, e a elaboração do Plano de Ordenamento Turístico. Outrossim, por se tratar de via de acesso atravessador de uma Unidade de Conservação, questiona-se a construção quanto ao acatamento às regras instituídas na Portaria Interministerial No 282 de 16/09/2008, elaborada pelos Ministérios do Meio Ambiente e do Turismo, a qual estabelece requisitos para a implantação de uma “estrada-parque”:

Estrada-parque se constitui numa unidade de conservação de grande beleza cênica, cujo formato e dimensões são definidos pela percepção das paisagens naturais e culturais a serem protegidas, a partir de uma rota principal, a estrada, e que se destina a recreação e lazer ao longo desta, e também como forma de promover a integração homem-natureza e o desenvolvimento sustentável da região de sua influência (SORIANO, 2006, p.166).

De maneira oposta, observa-se, por exemplo, conflitos quanto a implantação do asfalto e os cursos d'água existentes. Recentemente, há o desmoronamento do trecho sobre o Córrego da Velha Antônia, elemento de grande valor paisagístico e afetivo, inserido na área do Parque Estadual de Itaúnas (Figura 67). Este fato coloca em dúvida a regularidade e a adequação técnica da obra, quanto à conservação dos recursos naturais e hídricos - premissa de obras de acesso às Unidades de Conservação. Neste sentido, também são questionáveis o papel dos órgãos responsáveis pelo licenciamento ambiental, pela fiscalização e pela exigência de cumprimentos legais, sobretudo a gestão do Parque Estadual de Itaúnas e o IEMA.

Figura 67. Córrego da Velha Antônia, em: a) 1979; e b) atualmente (2020). Fotografia: a) Júlia Nave



(a)



(b)

Fonte: a) SAP- Sociedade Amigos por Itaúnas. Disponível em: <https://www.facebook.com/sapitaunas/photos/a.887916455018277/888103808332875>. Acesso em: 26 set. 2020; b) acervo pessoal, 2020

Por estes e outros fatores, recentemente a Vila de Itaúnas, incluindo o bairro Maria Tercília, vivencia o aquecimento dos setores construtivo e imobiliário: por toda a vila, testemunham-se construções de casas e reformas residenciais e comerciais. Ruas e calçadas se tornam canteiros de obras, ocupadas por materiais a serem utilizados nas obras (Figura 68), como o concreto, alumínio, plástico, aço, - materiais que estão longe de referenciar as qualidades específicas do lugar. A expansão da construção civil também é justificada pelos últimos acontecimentos referentes ao rompimento da barragem de rejeitos de mineração, controlada pela Samarco Mineração S.A, ocorrida em Mariana, Minas Gerais, no ano de 2015. Os pescadores e demais trabalhadores do mar da Vila de Itaúnas e de Conceição da Barra, que já experienciavam prejuízos em seus labores e perda de espaços devido à pesca predatória, são agora atingidos, comprovadamente, pela lama tóxica que contamina todo o rio Doce e outros diferentes pontos do litoral brasileiro. Assim, uma parcela recebe indenizações, através da Fundação Renova²⁵, na tentativa de minimização dos impactos socioambientais subsequentes do desastre industrial. Em posse do dinheiro que lhes é de direito, fica cada vez mais clara a necessidade de revisão e de atualização das legislações urbanísticas e dos planos de ordenamento com vistas à orientação pública e à qualidade urbana.

²⁵ A Fundação Renova é constituída em 2016, por meio de um Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta (TTAC), assinado pela Samarco e suas controladoras, Vale e BHP Billiton, juntamente com os governos federal e dos estados de Minas Gerais e do Espírito Santo, além do Ibama, do Instituto Chico Mendes, da Agência Nacional de Águas, do Instituto Estadual de Florestas, da Funai, das Secretarias de Meio Ambiente, do Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM), da Fundação Estadual de Meio Ambiente (FEAM), do Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (IEMA), do Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Espírito Santo (IDAF) e da Agência Estadual de Recursos Hídricos (AGERH). A fundação tem o dever de conduzir a reparação dos danos causados pelo desastre industrial, através do cadastramento e da indenização dos atingidos, da realização de pesquisa e do manejo do rejeito, além da recuperação das nascentes e de reservas florestais.

Figura 68. Espaços públicos sendo utilizados como canteiro de obras na Vila de Itaúnas, que vivencia o aquecimento dos setores imobiliário e construtivo



(a)



(b)



(c)



(d)

Fonte: acervo pessoal, 2020

Por outro lado, esforços contra a corrente dos eventos caracterizadores da condição de desterritorialização alargada da Vila de Itaúnas se destacam enquanto redes e tecidos amplos de resistência comunitária: a exemplo das permanências de bens históricos de natureza material e das atuações e mobilizações sociais que compartilham sentimentos de injustiça e defendem causas coletivas. Neste contexto, as Associações (de moradores, dos pescadores, dos comerciantes, dentre outros) e organizações sociais e não-governamentais, como a Fundação Pró-TAMAR e Sociedade dos Amigos Por Itaúnas (SAPI), têm papel importante.

A última é fundada em 1997 e, desde então, participa efusivamente em favor do patrimônio histórico cultural e natural da região de Itaúnas e da bacia do rio homônimo, por meio da elaboração de projetos de recuperação da história-memória e de educação ambiental, de lançamento de campanhas e de ações de mobilização e conscientização sobre os recursos hídricos e o meio ambiente. Não obstante, membros da SAPI relatam momentos de ataque e perseguição por parte de agentes dos setores privados, públicos e até de alguns moradores.

Além disso, é informado, por vias orais, que as reuniões das associações não têm ocorrido com frequência, devido a desentendimentos entre seus membros e às consequências da pandemia da Covid-19.

Em adição, a permanência de tradições culturais constitui-se como ato simbólico de afirmação identitária e de resistência social. Entre essas tradições estão manifestações como o teatro, o Jongo, o Rei de Bois, o Alardo de São Sebastião e o Ticumbi “que se apropriam do espaço da igreja, da praça, do rio, das ruas e outros para sua realização” (COSTA, 2017, p.66). Práticas que retomam o elo étnico e cultural advinda da religiosidade afro-brasileira, trazida dos africanos escravos pelo Porto de São Mateus no século XIX e misturada ao catolicismo, e devem ser entendidas muito além de um simples folclore, mas sim como instituições sociais e como associações políticas e hierárquicas (COSTA, 2017, p.66).

São Brás, santo negro, São Benedito, também negro, e São Sebastião, santo branco, são os três santos venerados em Itaúnas. As imagens de São Benedito e São Sebastião encontram-se na Capela e na Igreja, respectivamente. A festa de São Sebastião e São Benedito, onde também ocorrem as apresentações do Ticumbi, acontece anualmente em meados de janeiro, mas sua preparação é realizada por toda a população durante todo o ano, com confecções, ensaios, rifas e atividades religiosas.

A procissão do Grupo de Ticumbi tem seu início e chegada na capela ou na igreja, e percorrem a Vila levando a imagem dos santos homenageados. Em seguida, prosseguem até a ponte para receber as canoas do grupo que desce o Rio Itaúnas desde o Sítio do Rives, onde acontecem os ensaios. As canoas são enfeitadas com flores de papel crepom e fitas coloridas (Figura 69). No fim da tarde do primeiro dia, na praça em frente à igreja, acontece também a fincada do mastro, em meio a cantigas, em homenagem à São Sebastião (Figura 70) Todos os anos, o mastro é retirado para sua manutenção na capela de São Benedito, bem como a bandeira de pano com a figura de São Sebastião, localizada em frente à igreja, para sua repintura. “Esse acontecimento começa com um Grupo de Reis de Boi cantando e tocando pandeiros na capela de São Benedito” (COSTA, 2017, p.69).

Figura 69. Em: a) canoa do Ticumbi descendo o rio Itaúnas, 2017; e b) participantes aguardando a chegada da canoa na ponte sobre o rio Itaúnas. Fotografia: Douglas Bonela



(a)

(b)

Fonte: SAPI – Sociedade Amigos por Itaúnas. Disponível em: <https://www.facebook.com/sapitaunas/photos/a.887916455018277/887916635018259>. Acesso em 26 set. 2020

Figura 70. Alardo de São Sebastião, sd



(a)

(b)

Fonte: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo

Por sorte, acredita-se que tais manifestações culturais ainda não estão inseridas no circuito turístico exploratório. Apesar da festa de São Sebastião e São Benedito ocorrer durante o verão, os moradores alegam não ser um período de alta temporada turística, mas sim de chegada de apreciadores da festa, interessados em presenciá-la. Além disso, há também a

participação de grupos folclóricos de outras comunidades, o que conota a formação de uma rede social e cultural articulada. Vale lembrar, no entanto: deve-se atentar ao nível de fragilidade dessas forças de matriz sociocultural, para que estratégias sejam endereçadas ao seu fortalecimento e, conseqüentemente, à permanência dessas tradições, assim como relata o morador:

Entrevistado 5: É um período que é no meio de janeiro, e a vila não está lotada, quem vem é porque gosta da festa, o turista que está aqui, sem saber, acaba curtindo, porque é lindo. Vem grupos folclóricos de várias outras comunidades. Mas, isso por um período estava perdendo, essa festa estava em declínio. Um grupo de pessoas daqui, tanto de nativos quanto de pessoas que vieram de fora morar, se uniu e fortaleceu, começaram a se mobilizar e reergueram muito bem. E tá cheio de jovens hoje inclusive, porque os grupos de Ticumbi, Jongu, estavam ficando sem jovens, e automaticamente ia diminuindo o engajamento, e isso foi resgatado (homem, forasteiro, comerciante, formado em comunicação visual, em entrevista realizada em 17 de out. de 2020).

Em adição, a partir do esforço coletivo, a população local busca alternativas para resgatar a unicidade entre o rural e o urbano e afirma a resistência a partir do plantio, da colheita, da troca, do amor à terra socialmente compartilhado e da manutenção e da construção de conhecimentos comunitários. Famílias tradicionais e quilombolas locais reclamam pela posse de terras localizadas no entorno da estrada de acesso à Vila de Itaúnas, atualmente pertencentes a Suzano Papel e Celulose e destinadas à monocultura de eucalipto. Os lotes em questão têm histórico de conflito: há o entendimento da expulsão de povos tradicionais fragilizados no contexto de expansão industrial nas décadas de 1970 a 1980. A partir de projeto de reflorestamento e de agroecologia denominado *Agroflorestando no Sapê do Norte* (Figura 71), membros de famílias tradicionais, em conjunto com a Associação Quilombola e o Coletivo Terra do Bem da Vila de Itaúnas, conseguem retomar parte dessas terras, destinando-as, inicialmente, ao replantio e ao cultivo familiar para produção sustentável de seu próprio alimento e de suas plantas medicinais. Entretanto, muitos tem optado por se fixar, estabelecendo suas unidades residências nas áreas de cultivo.

Figura 71. Imagens do Projeto Agroflorestando no Sapê do Norte, ao longo do caminho que liga Conceição da Barra à Vila de Itaúnas, nas suas proximidades



(a)



(b)



(c)



(d)

Fonte: acervo pessoal, 2020

Lastimavelmente, os membros comunitários têm se queixado de ocorrência de invasões e de loteamentos clandestinos realizados por grupos externos. De acordo com reportagem escrita pelo jornalista Vitor Taveira para o jornal *Século Diário* (2021), o território já é reconhecido como quilombola e seus membros aguardavam a sua titulação oficial quando as invasões ocorrem. Vale lembrar que a oficialização do usufruto da terra pelas famílias tradicionais não os permite realizar a sua venda e, por isso, a Polícia Civil tem investigado a origem desses grupos exógenos, as atividades de compra e de venda e a possível existência de práticas associadas, como crimes ambientais e furtos de madeira (TAVEIRA, 2021).

Não obstante, a ocupação tem tomado proporções preocupantes por todo o caminho até a Vila de Itaúnas, invadindo regiões interioranas, e pode confirmar um novo ciclo de territorialização, que ameaça o futuro e o desenvolvimento sustentável da vila. Sem o devido planejamento e sem limite de crescimento, as pressões exercidas pelos agentes especulativos e pelo adensamento populacional podem acentuar indiscriminadamente a

expansão urbana em direção às suas franjas. A insurgência de novas demandas de variados gêneros (habitação, transporte, coleta de lixo, água, luz, alimentação, etc.) exige a atuação do Estado na realocação de infraestruturas, no redimensionamento e na reorganização territorial, contribuindo para uma urbanização desenfreada – fato que corrobora para alterações dos recursos naturais, para valorização do preço da terra e para a consequente reprodução da marginalização de camadas sociais fragilizadas. Neste processo, distanciam-se cada vez as fronteiras territoriais dos contextos originários e as relações identitárias e sinérgicas entre a sociedade e o meio ambiente.

Quantos aos sedimentos materiais no ambiente urbano, nos sucessivos ciclos de territorialização, é permanente a Igreja de São Sebastião, em suas variadas versões, como símbolo religioso - elemento estruturador da morfologia urbana e marco da paisagem histórico-cultural da Vila de Itaúnas. No início dos anos 2000, recebe alteração em sua fachada: as linhas regulares de seu frontão, presentes nas construções autóctones e próximas ao estilo arquitetônico colonial, são substituídas por outro formato, arrematado por volutas arredondas, uma clara referência à antiga igreja no núcleo originário, soterrado pelas dunas (Figura 72).

Figura 72. Igreja de São Sebastião, localizada na praça central em: a) 1998; e b) 2020



(a)

(b)

Fonte: a) acervo Liziane Jorge; b) acervo pessoal

Persistem, em relação às transformações durante os processos de territorialização, arquiteturas singelas, cuja expressão formal recorre a pontes com a tradição piscatória. São, portanto, verdadeiros bens etnoantrópicos, ainda que tenham sofrido descaracterizações ao longo do tempo. Por outro lado, a inserção de novas arquiteturas ligadas a classes sociais dominantes, dentro do sistema capitalista, contribui para rupturas na paisagem e subjugação seus valores históricos, considerados precários e dissolutos face aos valores burgueses (Figura 73).

Figura 73. Arquiteturas singelas persistentes na Vila de Itaúnas, ligadas às tradições culturais remanescentes



(a)



(b)



(c)



(d)



(e)



(f)



(g)



(h)



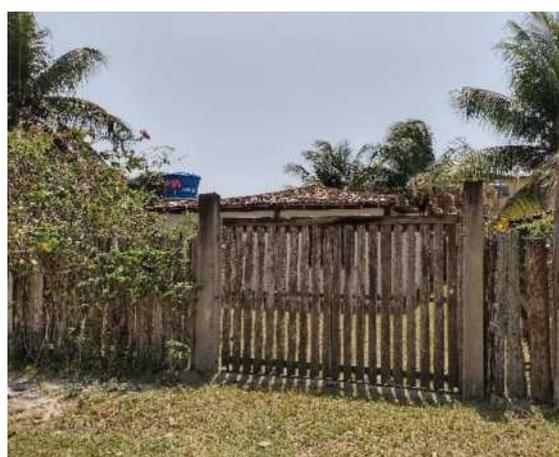
(i)



(j)



(l)



(m)

Fonte: acervo pessoal, 2020

3.2.7 Diagramas analíticos dos ciclos de territorialização

O estudo do processo histórico apresentado contribui na investigação quanto aos sucessivos ciclos de territorialização, estes estruturados por meio de atos territorializantes, pela relação

dos assentamentos humanos e meio ambiente e, conseqüentemente, por sedimentos materiais e cognitivos depositados ao longo do tempo, os quais conformam identidade particular ao território. Vale frisar, portanto, que cada ciclo parte de uma natureza já modificada por atos territorializantes passados, porém reinterpretando-os à sua maneira. Por vezes, acarretam em mudanças radicais e/ou desconstrução parcial da geografia precedente, ações das quais dá-se o nome de desterritorialização. Não obstante, em condições naturais de desenvolvimento, o processo de transformação territorial é acompanhado pela reterritorialização, sugerindo novas guias de modelos culturais, mas com grande aporte de permanências de elementos estruturantes longevos. Lastimavelmente, a condição de pós-modernidade, coincidente com a segunda metade do século XX, com os sistemas de produção em massa, com o mercado mundial e com os processos conhecidos da globalização, interrompe tal linearidade evolutiva, provocando a construção de ciclos dissociados da ordem territorial anterior, induzidos pelas regras da modernização – em um movimento progressivo que pode atingir a impossibilidade de reversão e total destruição do território.

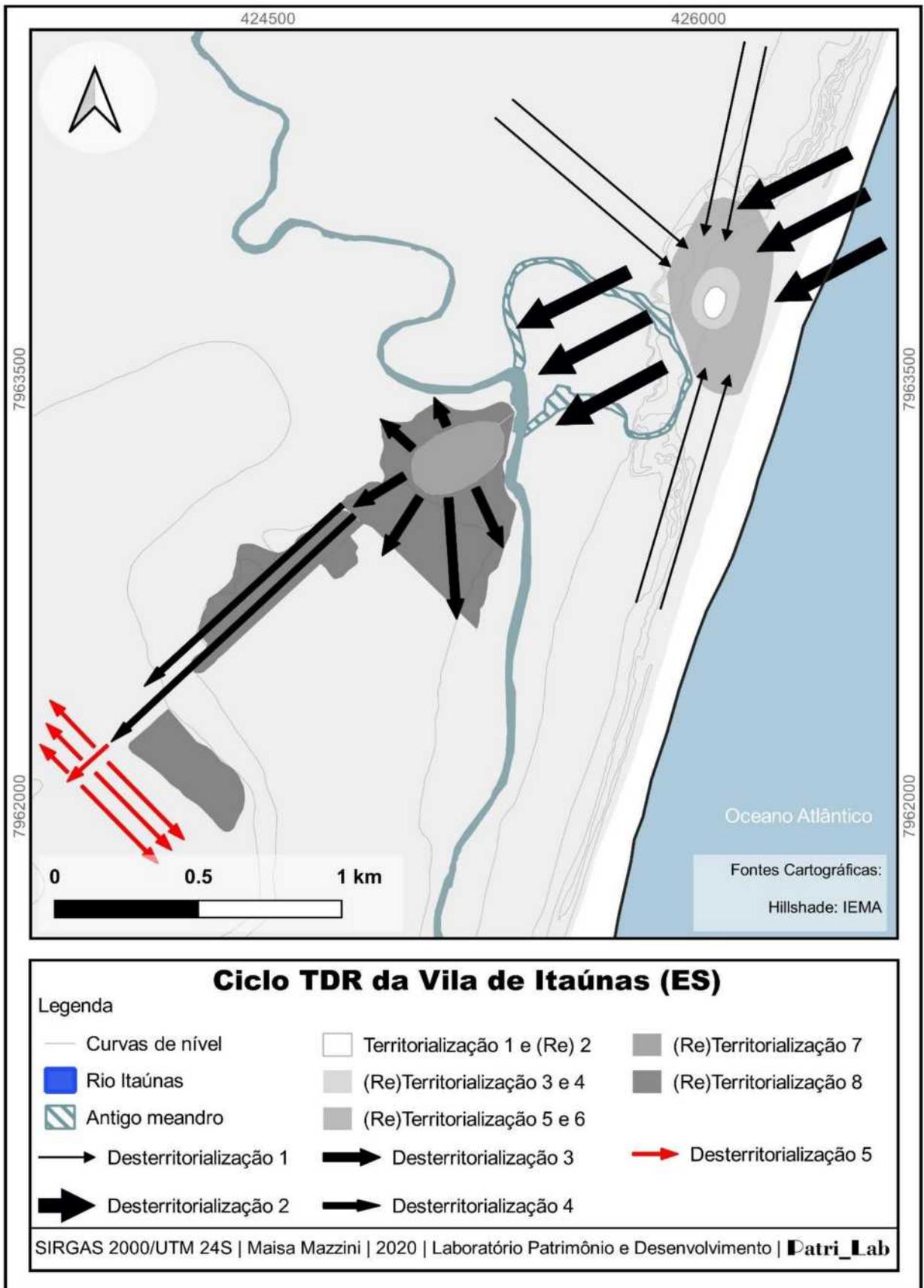
Neste sentido, no caso da Vila de Itaúnas até o presente, são identificados oito ciclos de territorialização consolidados e um novo em curso, sistematizados em mapa conceitual e diagrama. O mapa conceitual da página 167 (Figura 74) é denominado de “Ciclo TDR da Vila de Itaúnas”, e permite análises quanto à periodização da apropriação e do arranjo espacial, motivados pela mobilidade dos indivíduos, além de prognósticos em relação a vetores de expansão e de ocupação territorial futuras e surgimento de novas territorialidades na Vila de Itaúnas, reconhecidos por meio do ciclo territorialização-desterritorialização-reterritorialização (TDR). Os ciclos de territorialização, e de reterritorialização associados, são representados, no mapa, como polígonos pigmentados em escalas de cinza, de acordo com a sequência cronológica: da cor mais clara (mais antigo) à mais escura (mais recente). Em contraposição, os processos de desterritorialização são representados por meio de setas, conotando os diferentes acontecimentos e suas linhas de forças nas discontinuidades e rupturas.

Em Territorialização 1 e 2, identifica-se o processo de apropriação do território pelos primeiros grupos do período pré-cerâmico: inicialmente por caçadores, pescadores e coletores e, posteriormente, por caçadores e pescadores. A partir do deslocamento de povos ceramistas filiados à tradição Aratu e à Tupiguarani e a chegada dos jesuítas, anos mais tarde, reconhecidas no terceiro e quarto ciclo de territorialização respectivamente, há o desaparecimento dos sambaqueiros (Desterritorialização 1), e expansão territorial, denominada (Re)Territorialização 3 e 4, com base nos sítios arqueológicos prospectados por Wüst (2000).

Em (Re)Territorialização 5 e 6, a antiga Vila de Itaúnas é formada por neobrasileiros e situa-se em uma fazenda visitada por Maximiliano de Wied-Neuwied no ano de 1817. Eventos como a abolição da escravatura e a migração de europeus, sobretudo italianos, a partir do sexto ciclo de territorialização, contribuem para o alargamento da superfície territorial – condição intensificada pela prosperidade econômica possibilitada pela ascensão das atividades madeireiras na década de 1930. O surto de desmatamento ocasionado pela exploração madeireira e territorialização do capital industrial no norte do Estado, associado à degradação da mata nativa linear costeira que continha o avanço das dunas, dão início ao processo de soterramento do antigo núcleo da Vila de Itaúnas pelas areias trazidas pelo vento nordeste, proveniente da região, já na década de 1950. Pouco a pouco, o fenômeno de formação das dunas de Itaúnas atinge a altura da antiga igreja matriz de mais de vinte metros, impactando inclusive o Rio Itaúnas no desvio do curso natural de seu antigo meandro que possuía forma de ferradura, e provocando processo de desterritorialização (Desterritorialização 2).

Muitos fogem para cidades circunvizinhas, outros fixam-se em área aquém ao rio Itaúnas, fundando o núcleo da atual vila - (Re)Territorialização 7. Os misticismos em torno da formação das dunas, a rusticidade da vila, a natureza exuberante e as manifestações culturais peculiares da região, como o forró pé-de-serra e a festa de São Sebastião e São Benedito, provocam a chegada dos primeiros visitantes, ambientalistas e pesquisadores na região, já na década de 1970. As melhorias da estrutura viária entre a vila e o município de Conceição da Barra, a implantação de energia elétrica, e a melhor distribuição de água, ocorridas até meados da década de 1980, ampliam ainda mais o fluxo de turistas que passam a investir na compra de lotes para a construção de pousadas, dando o início à descaracterização da tipologia arquitetônica local, com casas de alvenaria e cobertura de amianto. Na década de 1990, há ampliação vertiginosa do perímetro urbano e, conseqüentemente, observa-se o processo de gentrificação da população nativa (Desterritorialização 3), que é empurrada para as franjas do núcleo formado e, posteriormente, para área contígua às margens da Rodovia ES-010 (Desterritorialização 4). Por outro lado, muitos donos de pousada, já prevendo o aumento do fluxo do turismo e conseqüente valorização econômica, estabelecem seus serviços hospitalares em área mais distantes, consolidando a (Re)Territorialização 8. Por fim, os recentes acontecimentos e as invasões denunciadas pelos moradores indicam o alastramento do processo de territorialização em direção a ES-010 e regiões interioranas – ameaçando o desenvolvimento sustentável da Vila de Itaúnas (Desterritorialização 5).

Figura 74. Mapa conceitual do Ciclo TDR (territorialização-desterritorialização-reterritorialização) da Vila de Itaúnas/ES



Fonte: desenvolvido pela autora em 2020 e elaborado sobre mapeamento do INCAPER de 2012-2015

Na Figura 75, apresentada na página 171, tem-se o diagrama dos ciclos de territorialização identificados na Vila de Itaúnas, baseado no modelo desenvolvido por Magnaghi (2001b, p.15). A leitura é proposta da seguinte maneira:

1) **De baixo para cima:** identificação dos sedimentos materiais e cognitivos estratificados, simbolizados por setas sólidas, os quais, na transição de um ciclo para outro, podem ser rompidos (linhas interrompidas), produzidos (linhas iniciadas), preservados ou transformados (linhas contínuas até as fases DR);

2) **Da esquerda para direita:** periodização segundo as peculiaridades históricas e ambientais de cada contexto, sendo dividida entre pré-história, pré-cerâmico, cerâmico, colonial e imperial, modernidade e pós-modernidade;

3) **Da direita para a esquerda:** seções representativas dos atos territorializantes marcantes de cada período histórico, os quais culminam na ruptura, na produção, na preservação ou ressignificação de estruturas territoriais, (DR), iniciando um ciclo de territorialização. São numeradas em ordem decrescente (de baixo para cima) em relação ao tempo cronológico (quanto menor o número, mais antiga a seção), onde:

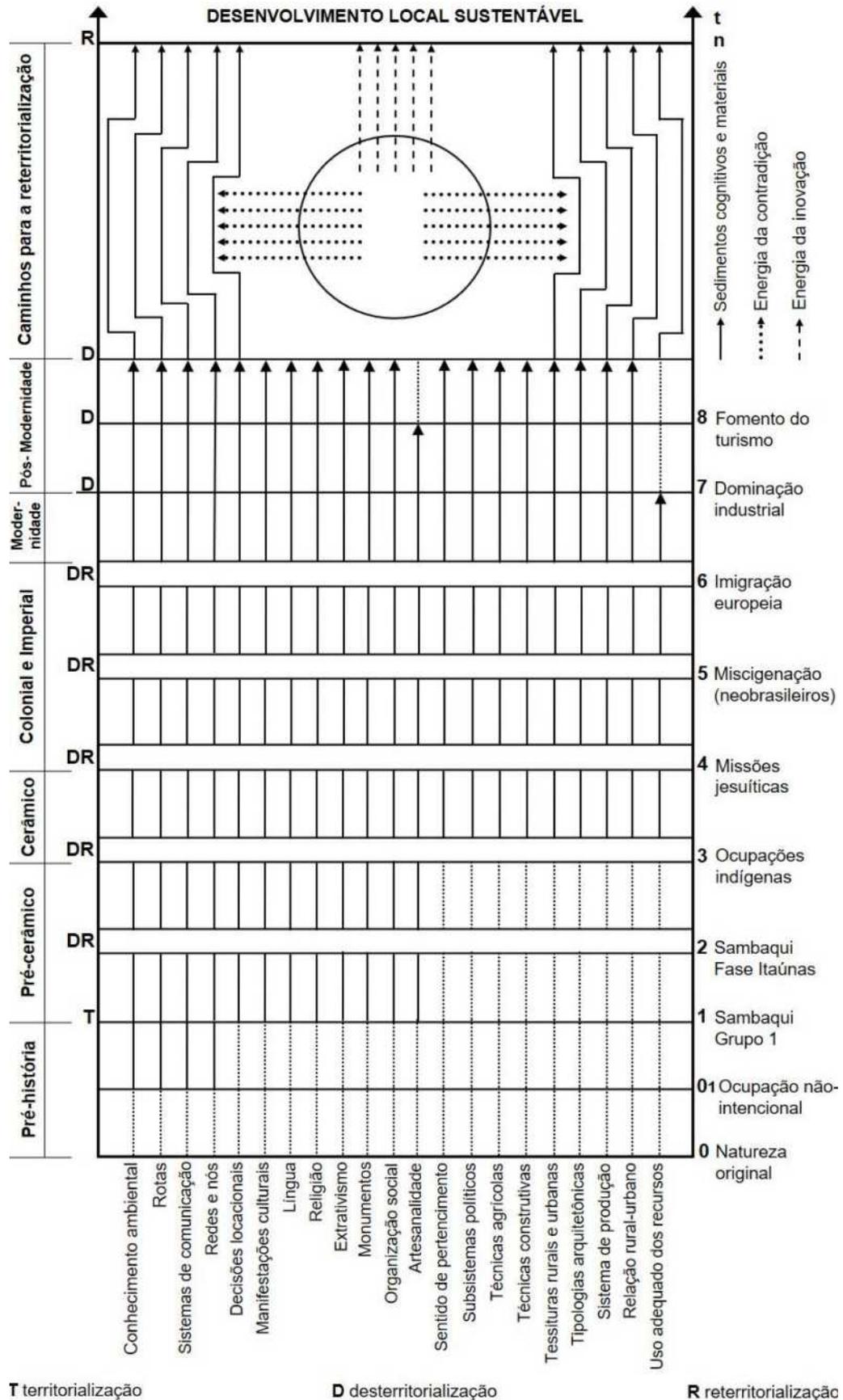
0. representa o sistema ambiental em seu estado original (geomorfologia, hidrografia, morfodinâmica, fauna, flora, clima, solo, dentre outros) e sua evolução geológica;
01. destaca os caminhos da primeira colonização nômade, baseados em sapiência ambiental;
1. indica a primeira territorialização reconhecida, no caso, o primeiro grupo de sambaquieiros, de caçadores, coletores e pescadores, sedimentados pelos conhecimentos herdados das civilizações nômades;
2. indica o segundo grupo de sambaquieiros, filiados à fase Itaúnas, de pescadores e caçadores;
3. aponta o processo de apropriação dos povos indígenas, sobretudo filiados à tradição Aratu, o início das práticas cerâmicas e agrícolas, e consequente desaparecimento dos povos sambaquieiros;
4. marca o aparecimento dos jesuítas no processo de colonização, o qual contribui para simbiose de populações indígenas da tradição Aratu e da Tupiguarani;
5. assinala o surgimento de povo neobrasileiro, resultante da miscigenação entre índios, brancos e afrodescendentes;
6. identifica a chegada de novos migrantes europeus;
7. aponta para o início da condição de desterritorialização alargada, através da dominação do capital industrial ligado à extração madeireira, à produção de carvão mineral e de celulose, e posteriormente à agropecuária, no entorno da Vila de

Itaúnas, contribuindo para mudanças nas estruturas social, econômica e ambiental e, conseqüentemente, no processo de soterramento da antiga Vila de Itaúnas pelo avanço dos campos dunares;

- 8.** reconhece a dominação do turismo na reestruturação territorial e ambiental e nas relações sociais históricas;

Entre a seção 8 e a seção n: indica o projeto de um novo ciclo de territorialização, condição necessária para implementação de modelos de desenvolvimento sustentável e, conseqüentemente, para reterritorialização, a ser melhor discutido no capítulo seguinte.

Figura 75 Diagrama dos ciclos de territorialização da Vila de Itaúnas e de projeto de um novo ciclo, visando seu desenvolvimento sustentável



Fonte: elaborada pela autora, 2021, com base em Magnaghi (2001, p. 16)

4. PREMISSAS PARA A RETERRITORIALIZAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO LOCAL DA VILA DE ITAÚNAS: DISCUSSÕES

Os aparatos analíticos- representativos apresentados no capítulo anterior permitem não somente reconhecer as profundidades históricas da morfologia e da estrutura do território, em seu amplo senso e enquanto patrimônio, mas também as regras de reprodução e de transformação ao longo do tempo. No caso da Vila de Itaúnas, em um dado momento, em contexto da dominação industrial e, posteriormente, do fomento do turismo, pode-se dizer que há a interrupção do processo histórico da construção natural territorial, despertando a condição de desterritorialização alargada – coincidente com o período de pós-modernidade. A partir de então, seu território vem sendo tratado como tábula rasa, cujas lógicas de desenvolvimento têm se tornado cada vez mais abstratas, sem relação com a natureza, com a qualidade urbano-paisagística e com a identidade local.

A condição de desterritorialização alargada da Vila de Itaúnas é reconhecível em diferentes escalas e âmbitos (ambiental, territorial-paisagístico, socioeconômico e cultural). A começar pelo cenário de liberação extrema da produção industrial agropecuária a nível regional, a qual concentra e controla grande parcela do território destinada às suas atividades (sobretudo pasto e silvicultura). Dessa forma, a organização territorial está subordinada às funções econômicas (de produção, de circulação e de consumo), e seus efeitos sobre o meio ambiente são desde a degradação de recursos não renováveis, os desequilíbrios hidrogeológicos, a desertificação, a destruição da complexidade de culturas e paisagens rurais por toda a Bacia Hidrográfica do rio Itaúnas, o empobrecimento ecossistêmico, a interrupção de redes ecológicas, até as alterações climáticas e microclimáticas. Evidentemente, as Unidades de Conservação, em especial o Parque Estadual de Itaúnas, que representam uma ínfima porção do território, sozinhas, não conseguem reverter os níveis de depredação ambiental, que só avançam com o passar dos anos.

A nível urbano, há considerável redução dos espaços de socialização e de interação na Vila de Itaúnas e bairro adjacente. Ruas, praças, quadras e quaisquer espaço livre não ocupado por edificação, tornam-se estacionamento de carros, lugares de passagem ou de fluxo massivo de turistas. “A perda física dos espaços públicos está interrelacionada com a perda gradual do poder da comunidade nos assuntos públicos” (MAGNAGHI, 2005b, p.13, tradução nossa). Ademais, atualmente sendo a própria habitação um bem de mercado, subordinada às suas leis, fica condicionada à industrialização, à standardização e à universalização das formas de construção e da paisagem urbana. O uso de materiais industrializados, como o concreto, alumínio, plástico, aço, tem direcionado para a dissociação da arquitetura e da cidade com as qualidades específicas do lugar e para perda dos conhecimentos ambientais e construtivos tradicionais. Assim, a inserção de objetos alienados e de funções voltadas à

especialização da vila ao turismo, só contribuem para distanciar as relações de trocas e de identificação dos moradores com seu território.

A Vila de Itaúnas vem se expandindo de forma irrestrita, processo cuja força motriz é, em primeiro lugar, a pressão dos agentes especulativos de terras e suas políticas de preços, provocando crescimento descontínuo e extensivo no núcleo principal e em suas franjas. Dessa maneira, forçam a atuação do Estado no redimensionamento e reorganização do espaço, na relocação de infraestrutura e nas transformações do conteúdo socioeconômico em determinadas áreas do território, seguindo as regras do capital independentemente do contexto individual. A definição das fronteiras territoriais torna-se tarefa cada vez mais complexa e, por sua vez, estão cada dia mais desconectadas de seus referenciais históricos – condição que enfraquece os laços identitários, suas representações simbólicas e, conseqüentemente, a noção do lugar como um espaço percebido-vivido.

Pode-se concluir que, no caso da condição de desterritorialização alargada, ou do sistema capitalista para Harvey (2005), a construção e a manutenção dos ambientes urbanos e rurais da Vila de Itaúnas está sendo delegada aos proprietários dos meios de produção, aos proprietários fundiários e aos promotores imobiliários, que dominam e influenciam o espaço segundo seus interesses exógenos, sob tutela do Estado capitalista. Definem aberturas de canais e de foz artificiais no rio Itaúnas, retiram tradições culturais, como o forró-pé-de-serra, de seu contexto histórico-tradicional, para inseri-las na lógica de exploração capitalística, intensificam processos de gentrificação; detém o controle e concentram grande parte das terras produtivas, dentre tantas outras manifestações de abuso de poder. Verifica-se, portanto, que na ordem das demandas globais, as vozes locais e os saberes comunitários são discriminados e, por fim, relegados.

Quando indagados sobre o futuro da vila nos moldes do desenvolvimento vigente, no processo de entrevista (ver mais em Apêndice A), os entrevistados, em massa, demonstram pesar e considerável preocupação. Encaram os desdobramentos com pessimismo, conjecturando, principalmente, pela elitização conseqüente do turismo e pela expulsão das camadas sociais fragilizadas, como é o caso do Entrevistado 4: “[a] tendência é sofisticar mais, elitizar mais, ninguém mais aguenta tanta pousada” (homem, forasteiro, artista plástico e dono de pousada, em entrevista realizada presencialmente em 15 de out. de 2020). Assim como Entrevistada 7, que compartilha do mesmo posicionamento: “[e]u enxergo essa área nobre, a vila principal, toda ocupada por empreendimentos e gente de fora morando aí, com alguns resistentes moradores. Essa comunidade transferida pro Maria Tercília será transferida pra outro [lugar], e pra outro, pra outro” (mulher, forasteira, bióloga, colaboradora de ONG, em entrevista realizada presencialmente em 14 de outubro de 2020). Neste sentido, percebe-se

que o modelo de turismo corrente é visto de forma negativa, e é claramente indesejável entre os moradores da Vila de Itaúnas.

Há, sobretudo entre os nativos, a sensação de roubo de seus espaços de vida e perda de sua liberdade. Para o Entrevistado 1, por exemplo, na Vila de Itaúnas “[...]não tem mais como trabalhar, porque os *tubarões* tomaram nosso direito todo, né? [...] “[D]aqui a 20 anos se não tomar uma atitude *sério*, Itaúnas vai desmoronar” (homem, nativo, 80 anos, instrumentista, em entrevista realizada presencialmente em 17 de out. de 2020). Ou como a Entrevistada 3: “[e]u vejo essa paz que nós temos diminuindo a cada dia” (mulher, nativa, 48 anos, comerciante, em entrevista realizada presencialmente em 15 de out. de 2020). Outros, especialmente dentre os forasteiros, já cogitam processos migratórios para outras localidades, assim como o Entrevistado 5: “se a gente continuar da forma que as coisas vêm acontecendo nos últimos anos, eu não sei se vou saber dizer como vai estar daqui a 10 anos porque, provavelmente, eu não vou estar aqui” (homem, forasteiro, comerciante, formado em comunicação visual, em entrevista realizada presencialmente em 17 de out. de 2020).

O pessimismo, evidentemente, não é gratuito. Os entrevistados relatam participações em ações e iniciativas de salvaguarda de seu patrimônio-território, porém são frequentemente desmotivados, desestabilizados, descredibilizados pelos agentes dominantes nas estruturas de poder e até por parte da comunidade contrária a esses ideais, embebida pelo discurso de crescimento puramente econômico. Sem embargo, alguns ainda se esforçam em manter os ânimos, acreditando na reversão do quadro, como demonstrado na fala da Entrevistada 7: “Eu vejo um caminho feio, estragado, sem possibilidades. Mas, eu acredito no outro caminho, e trabalho pelo outro” (mulher, forasteira, bióloga, colaboradora de ONG, em entrevista realizada presencialmente em 14 de outubro de 2020).

De outro ponto de vista, em menor número dentre os entrevistados, existem aqueles que vislumbram possibilidades futuras com certo otimismo, mesmo reconhecendo situações alarmantes, e mantêm-se, de alguma maneira, positivos em relação ao processo de transformação territorial, considerando o status quo. Neste caso, tem-se a fala do Entrevistado 2: “[e]u vejo que ela [a Vila de Itaúnas] não vai morrer. Eu tinha medo de morrer há 20 anos atrás, devido ao forró [...]. Mas, não morreu, porque ela sobrevive. Aqui os ruins é arrancado da terra. Igual o asfalto, vai se ajustar” (homem, nativo, comerciante, 58 anos, em entrevista realizada presencialmente em 17 de out. de 2020). A Entrevistada 8, por sua vez, traz uma relevante reflexão: “Por outro lado, vai ter um número maior de pessoas da vila que estarão formadas. Talvez, se essas pessoas trouxerem seu conhecimento técnico pra vila, pode ser que daqui a 10, 20 anos, estejamos numa situação melhor, [...] mas vai depender do nível de consciência social de cada um” (mulher, criada na vila nova, jovem adulta, advogada, em entrevista realizada por videoconferência em 17 de dezembro de 2020).

Em relação às idealizações pessoais para o futuro, na construção de uma Vila de Itaúnas mais sustentável e melhor para se viver, os entrevistados são questionados sobre quais aspectos (ambientais, urbanos, socioculturais, econômicos, territoriais-paisagísticos) poderiam ser incluídos, potencializados/transformados e/ou preservados, no seu entendimento. As temáticas da preservação das características identitárias da vila, ao menos aquelas perceptíveis e qualificadas pelas experiências individuais, e da educação patrimonial são as mais comumente abordadas, o que demonstra reconhecimento e preocupação com a reprodução de sua memória-história.

Quanto à proposição de transformações, certos entrevistados não sugerem mudanças significativas, por desejarem a manutenção da vila tal qual se apresenta, conforme a fala da Entrevistada 3: “[p]ra mim, tá tudo bom. Essa paz que nós temos, essa natureza linda que nós temos, essa condição da terra que nós temos - que agora estamos conseguindo plantar e colher nosso próprio alimento. Tá tudo ótimo” (mulher, nativa, 48 anos, comerciante, em entrevista realizada em 15 de out. de 2020). Outros não acreditam ser uma tarefa possível, para eles o território encarrega-se de sua adaptação orgânica e espontânea, assim como o Entrevistado 2: “[e]u não vejo muito não. Eu sou meio incógnita nisso. Na dúvida, não ultrapasse? Eu sou de manter, não sou de ultrapassar” (homem, nativo, comerciante, 58 anos, em entrevista realizada em 17 de out. de 2020). Entretanto, a maior parte dos entrevistados avistam possibilidades. Destes, nota-se que permeiam entre as respostas a necessidade de maior representatividade político-administrativa, de melhores oportunidades de ensino e de trabalho e, principalmente, de mudanças de paradigmas sociais. A ativação e o fortalecimento da consciência de classe e de lugar perduram como medidas pragmáticas de recuperação e de transformação sob viés das demandas locais, em detrimento das globais.

Valendo-se da motivação obtida pelas respostas dos entrevistados, do conhecimento advindo do Ciclo TDR desenvolvido neste trabalho, e com o propósito de contribuir para a reversão do quadro de desterritorialização alargada exposto anteriormente, acredita-se ser possível identificar algumas **premissas** que parecem fundamentais para a reterritorialização da Vila de Itaúnas, ou seja, para o desenvolvimento local com base na retomada dos valores e dos sistemas territoriais-patrimoniais (ambientais, territoriais-paisagísticos e antrópicos). É importante salientar, contudo: a intenção deste capítulo não é aprofundar os estudos acerca das metodologias de planejamento espacial e das disposições legais vigentes, nem esgotar as discussões quanto à sustentabilidade da vila através de proposição de *masterplan*, mas sim, oferecer reflexão crítica para novas possibilidades de projetos.

A premissa inicial é a **defesa dos sedimentos cognitivos e materiais da Vila de Itaúnas**, não como memória perdida ou peça de museu, mas sim como sabedoria historicamente coletada, viva e operante nos modos de vida contemporâneos e futuros; e a sua **inserção** nas

leis, nas políticas públicas, no planejamento territorial, ou quaisquer outras ações, frente à sua valoração, pois revelam respostas concretas para usos adequados dos recursos e para propostas de proteção e de transformações sustentáveis do território da Vila de Itaúnas, como alternativa ao modelo de desenvolvimento capitalista:

-Sedimentos materiais: porto natural pelo rio Itaúnas; técnica construtiva de estuque e utilização de materiais naturais; arquiteturas singelas em referência à tradição piscatória; Igreja de São Sebastião e Capela de São Benedito; tessituras rurais e morfologia urbana; estrada de chão, sítio arqueológico sob as dunas de Itaúnas, redes e nós (rurais-rurais, urbano-rurais, urbanas-urbanas), etc.;

-Sedimentos cognitivos: unicidade entre meio rural e urbano; métodos tradicionais de plantio e colheita de alimentos saudáveis, de cura com a medicina natural, de pesca coletiva nas margens do rio Itaúnas ou no mar; relações de subsistência com a natureza, extraíndo somente o necessário e refletindo nos modos de vida e nos aspectos morfológicos e tipológicos rurais e urbanos da vila; a celebração do trabalho coletivo e comunitário; o compartilhamento do sentido de pertencimento e do direito à terra; a produção artesanal, manifestações e festividades tradicionais, etc.

As demais premissas são abordadas separadamente, em relação aos elementos enquadrados em um dos três sistemas conformadores do território, amparados pelas definições estabelecidas pela Escola Territorialista Italiana: o sistema antrópico, o sistema ambiental e o sistema territorial-paisagístico. Essa é uma decisão com fins unicamente de organização, pois as soluções aqui apresentadas não são exclusivas a uma ou outra problemática levantada, mas sim são sistêmicas, fundamentadas no aprofundamento conceitual e metodológico proposto nesta pesquisa.

Sistemas antrópicos

Qualquer proposta deve garantir **a democratização, ou seja, a participação dos atores** em sua produção, tornando-a um processo social. Sem os atores participantes, a reinterpretação e a valoração do meio local, visando a produção sustentável do território, são impraticáveis. É necessário, portanto, reconhecê-los, e, assim, traçar a composição da sociedade local (figuras institucionais, atores econômicos e sociedade civil). Obviamente, essa composição é complexa, polarizada e, muitas vezes, contraditória, marcada por disputas e por conflitos de interesse. Não obstante, dentre o conjunto social, há aqueles que se opõem ao crescimento econômico desordenado e que podem contribuir para frear essa realidade. Por vezes, são formados por minorias representativas, vozes silenciadas e negligenciadas por um planejamento urbano universalizante. Essas são portadoras de energias virtuosas, denominadas por Magnaghi (2001a, 2005b) de “energias da contradição”, e indicam

necessidades e demandas sociais, culturais e econômicas, que devem ser ouvidas e assumidas no planejamento. Com base nas categorias, estabelecidas por Magnaghi (2005b, p.171-172), de atores representantes das energias da contradição, tem-se a seguinte composição na Vila de Itaúnas:

a) Atores sociais e econômicos: nativos, forasteiros, pescadores, marisqueiras e trabalhadores do mar, pequenos empresários e produtores locais, fabricantes autônomos, comerciantes, artesãos, instrumentistas; grupos artísticos e folclóricos, etc.

b) Grupos minoritários: crianças, mulheres, idosos, grupos multiétnicos; etc.;

c) Atores institucionais: associações comunitárias locais (pescadores, moradores, comerciantes, donos de pousada); organizações sem fins lucrativos, como a Pró-Tamar e a SAPI; projetos de desenvolvimento local, tal qual o Projeto Agroflorestando, etc.

A inserção das energias da contradição no plano está diretamente relacionada, em primeira instância, **à revelação e à valoração socialmente compartilhada dos sedimentos cognitivos e materiais** - bens patrimoniais, pressupondo o fortalecimento da identidade territorial e da consciência de classe e de lugar. É bem verdade que o turismo na Vila de Itaúnas, a partir do reconhecimento de potencialidades locais por olhares exógenos, tem contribuído, de uma maneira geral, na assimilação e na melhor apreciação dos habitantes com o próprio patrimônio. Porém, estas ainda estão sob uma visão produtivista finalizada, exclusivamente, ao desenvolvimento econômico. Nessa lógica, o objeto patrimonial se reveste de uma dimensão economicista, cuja valorização é atrativa aos promotores, sobretudo imobiliários, em conexão com as demandas globais.

A alternativa é a **atribuição (e sobreposição) do valor de existência das heranças patrimoniais em sua utilidade**, resultando na ativação do componente recurso territorial, sem desconsiderar as trajetórias culturais, simbólicas e econômicas integradas no contexto da Vila de Itaúnas. Essa proposição é alcançável pelo estabelecimento de **pactos sociais** e pela **adoção de regras, orientações, restrições e prescrições de uso e de gestão do território**, compartilhadas e apoiadas pelo senso comum – condutas para além das normativas convencionais extrinsecamente elaboradas. Neste processo, ficam determinados os elementos territoriais passíveis de utilização e/ou de possíveis transformações, e os que devem ser preservados em quaisquer circunstâncias – “como condição necessária não apenas para a sobrevivência e o reconhecimento dos lugares, mas também para a viabilidade e sustentabilidade de projetos de transformação” (MAGNAGHI, 2005b, p.94, tradução nossa).

Face às problemáticas envolvendo o objeto deste estudo e visando o uso sustentável dos bens herdados da Vila de Itaúnas, listam-se alguns exemplos de regras a servirem de inspiração para criação de valor territorial, que não se esgota no viés de valorização

econômica, mas que fundamenta novas oportunidades para a sociedade local (MAGNAGHI, 2005b; POLI, 2015):

-Regras de uso e de salvaguarda dos recursos ambientais, monitorando e restringindo canalização de água, sobretudo do rio Itaúnas, homogeneização de cultivos agropecuários, corte e derrubada de madeira, uso de agrotóxicos e fertilizantes artificiais no solo, etc.;

-Regras de expansão e de instalação de novos assentamentos, inclusive com definições de limites físicos, quantitativos, morfológicos e tipológicos, em relação à capacidade de resiliência e de abastecimento dos recursos ambientais e do território;

-Métodos de controle da qualidade das intervenções e obras arquitetônicas por meio de orientação e monitoramento, incentivando o uso de materiais naturais de construção, em substituição aos industriais, de técnicas construtivas e de taxas urbanísticas de acordo com as características e valores territoriais-paisagísticos;

-Estudo, controle e ordenamento do uso e ocupação da terra urbana, das atividades turísticas e do movimento de carga e de pessoas;

-Métodos de avaliação de inserção de novas atividades produtivas, além de incentivo aos pequenos empresários e produtores locais;

Assim, o reconhecimento, as ações e as reivindicações frente a reprodução das identidades locais partem de seus próprios usuários, através de **práticas cooperativas de gestão, de transformação e de recuperação territorial**. Dessa forma, o patrimônio territorial não se limita a um objeto unicamente tutelado, mas “se alimenta de memória e produz memória” (POLI, 2015, np). Conduz-se, portanto, à **autogestão do território**, com base na autonomia decisória, na justiça social, na recuperação dos espaços públicos, no auto planejamento comunitário, nas relações de cooperação, de solidariedade e de ajuda mútua, nas trocas não mercantilizadas, nos intercâmbios e comércios locais, nas práticas anômalas de vida e nas correntes de autorreconhecimento.

Essas são iniciativas de baixo para cima, mas que podem valer de auxílio técnico/ externo de agentes impulsionadores da consciência de lugar, por meio do ensino, da pesquisa e da práxis (SAQUET, 2018). O papel coadjuvante de ONGs, como o Projeto Pró-Tamar e a SAPI, e a atuação de um Estado em prol da coletividade também devem ser considerados, pois a articulação efetiva entre os segmentos sociais, as instâncias de controle e as instituições torna mais tangível a busca por equidade social e pelo desenvolvimento territorial egocêntrico, ecológico e cultural.

Sistemas ambientais

No âmbito ecológico, a **regeneração estrutural e funcional dos sistemas ambientais** deve ser o principal componente morfológico e genético no planejamento com vistas à reterritorialização. Em um cenário de consumo desenfreado de terras na Bacia do Rio Itaúnas, ocupados majoritariamente por atividades agropecuárias, de depredação dos recursos e de pressão ambiental acima dos limites de resiliência, nota-se a necessidade de **um plano de ordenamento integrado do território**, não somente florestal, mas, também urbano e, sobretudo agrícola, a partir da descentralização e de múltipla articulação entre diferentes unidades e entes federativos. Requer, igualmente, um **planejamento ecológico de longa duração**, presumindo medidas de recuperação das áreas degradadas, como reflorestamento, biorremediação, restauração de matas ciliares e de cursos d'água; etc.

Com essa postura, viabiliza-se a criação de **redes interligadas de reservas naturais** por toda Bacia Hidrográfica do Rio Itaúnas, como estratégia para aliviar a sobrecarga das Unidades de Conservação, em especial do Parque Estadual de Itaúnas, atualmente responsáveis pela sobrevivência de toda a biodiversidade animal e vegetal em uma superfície territorial cada vez mais cerceada e isolada – administrativamente e geograficamente. Com a ampliação do estoque de bens naturais, determinadas áreas, salvo os santuários naturais e as áreas de proteção permanente, poderiam ser designadas à retomada de práticas de subsistência e de modos de vida tradicionais e à geração de recursos financeiros e humanos. Evidentemente, a abertura para usos estipulados deve ser gerida por estudos de capacidade de carga e por planos de manejo. Em adição, a partir da ativação da consciência ambiental e de reconstrução do sentido de pertencimento à natureza, a própria comunidade local, que possui o usufruto dos recursos, torna-se responsável pela fiscalização, pelo controle e pelo monitoramento ambiental, integrando-se aos instrumentos de salvaguarda como componentes ativos frente à proteção de seu próprio patrimônio.

Ademais, **regras de boa conduta** para fazendeiros, indústrias e produtores rurais, reconhecidos como produtores práticos da paisagem agrária, também são caminhos para um planejamento ecológico. Dessa forma, a agricultura focada nos métodos de cultivo tradicionais, na diversidade e complexidade biológica e na qualidade ambiental pode ser uma ferramenta primordial na proteção do território como um todo.

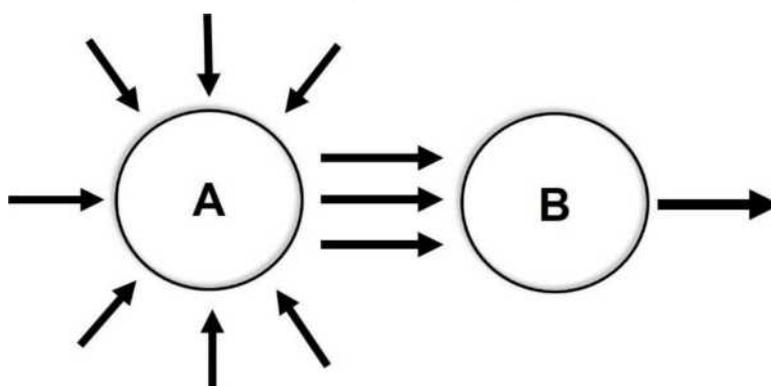
Sistemas territoriais-paisagísticos

Uma premissa da reterritorialização é a definição de **mecanismos de controle da dissipação urbana**, com o objetivo de conter consumos futuros e ocupações desenfreadas de terra. Isso corresponde ao respeito à resiliência do território, sua capacidade de abastecimento e de sustentação de transformações, definindo limites geográficos, quantitativos, tipológicos e

morfológicos, sem reduzir as possibilidades de reprodução e de construção da sua própria identidade e de seu valor (MAGNAGHI, 2005).

Atualmente, a expansão da Vila de Itaúnas caracteriza-se por dinâmicas de ocupação centrífugas, clarificada em diagrama analítico apresentado na Figura 76: o núcleo da vila (A) atrai especuladores e, portanto, é pólo de concentração dos serviços e das atividades urbanas e econômicas, transformando-se e ressignificando-se, sobretudo, em função da supervalorização do preço do solo urbano. A população local é gradativamente substituída por um perfil comercial e/ ou por grupos sociais mais abastados, sendo forçada a se estabelecer em área afastada, consolidando o bairro Maria Tercília (B). Evidentemente, este processo mostra-se ininterrupto e cíclico, onde novas pressões mercadológicas, bem como aumento do contingente populacional, geram deslocamentos migratórios cada vez mais longínquos.

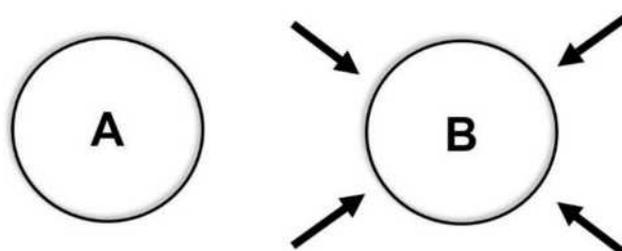
Figura 76. Diagrama referente à atual lógica de expansão centrífuga da Vila de Itaúnas (a) e bairro adjacente (b)



Fonte: desenvolvido pela autora, 2021

Mostra-se necessário promover a redução do crescimento centrífugo. Outrossim, propõe-se, como alternativa (Figura 77), **a distribuição de funções** em direção ao bairro Maria Tercília (B), mediante o deslocamento de espaços de usos coletivos, o incentivo ao desenvolvimento do comércio local e a ampliação de serviços públicos, incluindo novas instituições de formação e de ensino, de assistência médica, de distribuição de energia, de mercadoria, dentre outros. Endereçado à acomodação do crescimento populacional, vê-se a possibilidade de **maior adensamento** em determinadas áreas centrais do bairro, através da construção de unidades habitacionais multifamiliares de até dois pavimentos, beneficiadas por tecnologias de sistemas residenciais de reciclagem (água, lixo) e de geração de energia, além de técnicas construtivas que respeitem as características morfológicas e tipológicas locais. Assim, pretende-se desafogar o congestionamento no núcleo da Vila de Itaúnas (A) e desacentuar hierarquias territoriais.

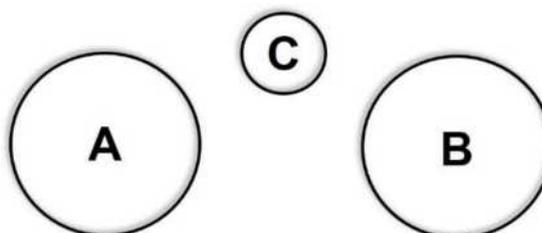
Figura 77. Diagrama de nova proposta de crescimento da Vila de Itaúnas (a) e bairro adjacente (b)



Fonte: desenvolvido pela autora, 2021

Os **espaços públicos**, por sua vez, são peças fundamentais na integração social e, conseqüentemente, na vitalidade dos núcleos urbanos. A assunção do pedestre e do caminhar estabelece-se como componente capaz de recuperar, reativar e de requalificar esses espaços, em detrimento do modelo centrado nos automóveis tal qual é atualmente. Portanto, sugere-se **limitar a circulação de veículos automotivos particulares** nos recintos urbanos, com exceção dos voltados aos serviços essenciais, e incentivar os modos não motorizados de deslocamento. Localizado na entrada do núcleo da Vila de Itaúnas, um centro intermodal de transporte (C), vide Figura 78, pode ser estabelecido, onde é possível estacionar os veículos de turistas, e estes podem ter acesso a uma variedade de meios de locomoção alternativos, adaptados às especificidades do lugar: micro-ônibus (com pontos de paradas estratégicas, incluindo a praia), bicicletas, tuk-tuk, transportes elétricos de curta distância, dentre outros, além da travessia a pé.

Figura 78. Diagrama de proposta de centro intermodal de transporte (c) na Vila de Itaúnas (a) e bairro adjacente (b)



Fonte: desenvolvido pela autora, 2021

Em adição, o limite territorial pode ser delineado pela **criação de áreas verdes produtivas** no entorno dos núcleos urbanos da Vila de Itaúnas, onde a relação entre o urbano e o rural não podem ser desfeitas. Portanto, esse recurso exerce dupla função: como barreira física, estabelecendo, inclusive, amortecimento para zonas ambientalmente sensíveis, de um lado; de outro, como área destinada às atividades agrícolas com fim ao abastecimento autossuficiente, tanto em forma de hortas urbanas comunitárias, quanto na atuação de pequenos produtores locais. A essência desta proposta é oferecer à população tradicional

oportunidade de perpetuar seus saberes de cultivo herdados e de construir novos conhecimentos, assim envolvendo toda a comunidade na produção do seu alimento e alterando sua condição de mera consumidora. Soma-se ainda, a proximidade com os núcleos urbanos, que possibilita a estruturação de **ancoragem territorial** entre os territórios arredores, conceito que tem como ponto central os vínculos locais e as redes comerciais curtas, não hierárquicas, comunitárias, cooperativas e ecológicas, possibilitando diminuições de custo e de tempo de transporte de bens, a reconstrução das relações de intercâmbio e comercialização entre a cidade e o meio rural; além da valorização de produtos agroecológicos e de saberes locais (SAQUET, 2018).

Tal proposta pode estar associada a iniciativas, instituições e organizações de treinamento, de consultoria e de assistência, a fim de orientar e incentivar às práticas de cultivo, com ênfase na relação solo-manejo-clima endêmicos ao lugar, como a preparação do solo, as técnicas de semeaduras, as ferramentas de controle e de fertilidade, os cuidados com a colheita, dentre outros. Em contrapartida, **potenciais tecnologias** (telemáticas, comunicativas, biológica, energéticas), denominadas de “**energias da inovação**” por Magnaghi, são recursos dos quais o planejamento pode servir-se, visando a desierarquização dos sistemas urbanos e construção de redes de cidades solidárias, o fechamento tendencial de ciclos autossuficientes de água, de lixo, de energia e de alimentação, a reconstrução do equilíbrio auto reprodutivo dos sistemas ambientais, a redução do deslocamento e do transporte de cargas e o desenvolvimento de economias integradas de base territorial (MAGNAGHI, 2005b).

Por outro lado, existem determinados aspectos do território que exigem **usos arqueológicos ou museológicos específicos** e devem ser preservados em sua integridade por apresentarem recursos finitos, não renováveis e frágeis. No caso dos sítios arqueológicos soterrados pela areia de Itaúnas, que reúnem vestígios datados desde a era sambaquieira, a conjuntura de depredação e de desvalorização é ainda mais crítica por se tratar de elemento despercebido e oculto aos olhos. A qualidade cênica proporcionada pelas dunas é inserida na lógica de valorização turística, ofuscando a realidade por trás de sua formação. Não raro é o desconhecimento de turistas em relação ao contexto traumático de desastre socioambiental enfrentado pelos moradores atingidos, bem como em relação ao grande acervo de material resguardado.

Invariavelmente, a acepção e a autenticidade de um lugar são definidas pelas interações dinâmicas entre fatores tangíveis e intangíveis, contrariando a concepção de paisagem como um lugar meramente físico e óptico. Dessa forma, os valores históricos, culturais e sociais dos sítios arqueológicos devem ser identificados, inseridos no presente e protegidos em quaisquer contextos de mudança, assim fornecendo bases para definição de medidas de conservação e de usos otimizados, de âmbito científico, contemplativo e econômico. Neste sentido, faz-se

necessário o **mapeamento do acervo arqueológico para a efetiva demarcação de percurso** a ser realizado pelos visitantes e demais usuários sobre as dunas, a fim de evitar o pisoteamento de materiais sensíveis e sua conseqüente perda. Tal percurso deve ser acompanhado de sinalização, técnicas de comunicação e de divulgação e de condições adequadas de acessibilidade. O congestionamento sobre as dunas também deve ser evitado através de definição de quantitativo máximo de pessoas para, assim, conter o desmoronamento de areia que ameaça a comunidade assentada. Em adição, travessias alternativas de acesso à praia, já existentes no local, podem ser melhor estimuladas.

Quadro síntese

Por fim, elabora-se um quadro síntese (Tabela 16) dos ciclos de territorialização e desterritorialização, identificando alguns elementos territoriais principais, os fatores externos e os impactos gerados, bem como as possibilidades e premissas visando a reterritorialização da Vila de Itaúnas. Vale salientar, este estudo não representa a completude e a complexidade de tal tarefa, mas oferece pontes para reflexões críticas, investigações e avaliações do estado de desterritorialização alargada e de perda dos sedimentos territoriais em que se encontra a Vila de Itaúnas na contemporaneidade. Dessa maneira, enriquecimentos futuros deste material são possíveis mediante a continuidade do trabalho por parte de grupos interessados nas discussões propostas, dado que o conteúdo é passível das mais diversas interpretações, o que pode interferir na inclusão, na revisão ou na exclusão de alguns elementos.

Tabela 16. Síntese do ciclo TDR da Vila de Itaúnas e premissas para o seu desenvolvimento local

CICLO TDR DA VILA DE ITAÚNAS/ES			
SISTEMAS TERRITORIAIS (AMBIENTAIS, TERRITORIAIS-PAISAGÍSTICOS E ANTRÓPICOS)	TERRITORIALIZAÇÃO	DESTERRITORIALIZAÇÃO ALARGADA	RETERRORIZAÇÃO
	PRINCIPAIS ELEMENTOS E CARACTERÍSTICAS	PRINCIPAIS FATORES E IMPACTOS GERADOS	PREMISSAS E POSSIBILIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL
<p>1. Sistemas ambientais (ambiente natural, geomorfologias, hidrologia, solo, clima, cobertura vegetal, fauna, etc.)</p>	<p>-Acumulação Fluvial, Depósitos da Formação Barreiras e Planícies Costeiras;</p> <p>-Rio Itaúnas e Bacia Hidrográfica, Córrego da Velha Antônia e demais cursos d'água;</p> <p>-Solo orgânico e areias litoclásticas;</p> <p>-Restingas, mangues, herbáceo-graminóides, mata atlântica, mata de tabuleiros, alagados;</p> <p>-Anfíbios, aves, peixes, mamíferos, marsupiais, répteis, etc.;</p> <p>-Santuário de desovas de tartarugas marinhas.</p>	<p>-Desmatamento da mata ciliar e da cobertura vegetal original;</p> <p>-Consumo exagerado de terra por atividades industriais, florestais e agropecuárias – sobretudo pasto e monoculturas de eucalipto;</p> <p>-Contaminação dos recursos hídricos, do solo e das praias, devido às demandas flutuantes superestimadas, acima da capacidade infraestrutural e hidrossanitária ofertada na Vila de Itaúnas;</p> <p>-Intensificação da pesca predatória, caça indiscriminada e tráfico de animais silvestres nas áreas do Parque Estadual de Itaúnas;</p> <p>-Depredação de habitats e santuários naturais;</p> <p>-Densificação populacional e alastramento da mancha urbana desordenados;</p> <p>-Abertura de canais e de foz artificiais no rio Itaúnas;</p> <p>-Políticas de preservação isoladas administrativamente, que excluem a</p>	<p>-Reconstrução do sentido de pertencimento à natureza;</p> <p>-Ativação da consciência ambiental e de lugar;</p> <p>-Regeneração estrutural e funcional dos sistemas ambientais;</p> <p>-Planejamento ecológico de longa duração: reflorestamento, biorremediação, recuperação de áreas degradadas; restauração de matas ciliares e de cursos d'água;</p> <p>-Criação de redes interligadas de reservas naturais e de corredores ecológicos;</p> <p>-Ampliação do estoque de bens naturais, alargamento de reservas, cumprimento de taxas mínimas de espaços livres, proteção de áreas existentes e planejamento da ocupação e uso da terra;</p> <p>-Regras de boa conduta para fazendeiros e produtores rurais: salvaguarda dos recursos hidrogeológicos, agricultura baseada</p>

		<p>comunidade local nas tomadas de decisão e no gerenciamento de seu patrimônio;</p> <p>-Perda do controle da comunidade com seu espaço-território, e consequente desagregação das práticas de subsistência e dos modos de vida tradicionais.</p>	<p>na qualidade ambiental; diversidade de cultivo e complexidade biológica,</p> <p>-Plano de ordenamento integrado: território natural, urbano e agrícola;</p> <p>-Retomada de práticas e modos de vidas tradicionais, com base em estudo de carga e plano de manejo;</p> <p>-Autonomia decisória, auto organização e autogestão do território;</p> <p>-Ancoragem territorial, redes curtas e não hierárquicas e fortalecimento de vínculos locais;</p> <p>-Limitação da expansão urbana;</p> <p>-Energias da inovação: tecnologias telemáticas, energéticas, biológicas, dentre outras, visando o fechamento tendencial e autossuficiente dos ciclos de energia, de produção alimentar, de reciclagem de lixo e de água.</p>
<p>2. Sistemas territoriais-paisagísticos (ambiente construído, sedimentos materiais e sítios arqueológicos)</p>	<p>-Redes e nós (rurais-rurais, urbano-rurais, urbanas-urbanas);</p> <p>-Porto natural pelo rio Itaúnas;</p> <p>-Técnica construtiva de estuque e materiais naturais;</p> <p>-Arquiteturas singelas em referência à tradição piscatória;</p> <p>-Igreja de São Sebastião e Capela de São Benedito;</p> <p>-Tessituras rurais e urbanas;</p> <p>-Estrada de chão;</p> <p>-Sítio arqueológico sob as dunas de Itaúnas.</p>	<p>-Especialização da Vila de Itaúnas ao turismo, simplificação e uniformização de atividades econômicas;</p> <p>-Perda e descaracterização de monumentos e de edificações tradicionais;</p> <p>-Estandardização e universalização da paisagem urbana, das formas arquitetônicas e de materiais de construção;</p> <p>-Planejamento urbano hermético, a serviço de interesses exógenos, sobretudo dos agentes e atores dos setores de turismo e hotelaria;</p>	<p>-Transição de modelo de desenvolvimento com base nos valores territoriais-patrimoniais locais;</p> <p>-Orientação e monitoramento para regularização de intervenções arquitetônicas e de obras de construção civil, visando a manutenção dos valores territoriais-paisagísticos;</p> <p>-Implantação de mecanismos de controle da dissipação urbana: enfraquecimento de expansão centrífuga, distribuição de funções, definição de área de adensamento populacional;</p>

		<ul style="list-style-type: none"> -Crescimento urbano desorientado e desordenado; -Isolamento e desertificação de espaços públicos, como ruas e praças, através da construção de muros, da falta de equipamentos urbanos apropriados, da dominação do trânsito de turistas e seus veículos, etc. -Dominação dos modos de produção industriais (principalmente voltados à agropecuária e silvicultura); -Perda de suas terras produtivas e da articulação meio urbano- rural; -Depredação de vestígios arqueológicos por meio de pisoteamento dos turistas; -Desconhecimento e desinformação acerca dos sítios arqueológicos; -Desintegração dos valores históricos, culturais e sociais. 	<ul style="list-style-type: none"> -Retomada de posses de terras e práticas agrícolas pautadas na sabedoria comunitária tradicional; -Ancoragem territorial, redes curtas e não hierárquicas e fortalecimento de vínculos locais; -Plano de ordenamento integrado: território natural, urbano e agrícola. --Mapeamento do acervo arqueológico; -Demarcação de percurso a ser realizado pelos turistas e demais usuários e limitação quantitativa de transeuntes, evitando o pisoteamento dos materiais; -Definição de medidas de conservação e de usos otimizados: acadêmicos, contemplativos, econômicos; -Energias da inovação: tecnologias telemáticas, energéticas, biológicas, dentre outras, visando o fechamento tendencial e autossuficiente dos ciclos de energia, de produção alimentar, de reciclagem de lixo e de água.
<p>3. Sistemas antrópicos (ambiente social, sedimentos cognitivos e energias da contradição)</p>	<ul style="list-style-type: none"> -Nativos; -Forasteiros; -Mulheres, crianças e idosos; -Associações locais (pescadores, moradores, comerciantes, donos de pousada); -Ongs Pró-Tamar e SAPI; 	<ul style="list-style-type: none"> -Marginalização, gentrificação e expulsão de camadas sociais fragilizadas; -Simplificação e uniformização de atividades produtivas e econômicas; -Perda do poder sobre seus próprios territórios; 	<ul style="list-style-type: none"> -Defesa dos sedimentos cognitivos como sabedoria historicamente coletada, viva e operante nos modos de vida contemporâneos e futuros; -Participação ativa das energias da contradição no planejamento territorial e nas tomadas de decisão; -Adoção de regras, orientações, restrições e prescrições de uso e de

	<ul style="list-style-type: none"> -Projeto Agroflorestando. -Grupos multiétnicos; -Pequenos empresários e produtores locais; -Pescadores, marisqueiras e demais trabalhadores do mar; -Artesãos e instrumentistas; -Grupos artísticos e folclóricos; -Sistema de mutirão e ajuda mútua; -Sentimento cooperativo; -Forró-pé-de-serra e práticas musicais: viola, pandeiro, tamborim; -Festejos e encontros religiosos: Festa de São João, São Pedro, Nossa Senhora de Santana; -Manifestações culturais: Alardo de São Sebastião, Ticumbi do Bongado, Rei de Bois, etc. -Cura pela medicina tradicional; -Caça e pesca artesanal; -Produção de artefatos artesanais, com materiais extraídos da natureza; -Técnicas tradicionais de extração madeireira; -Relação de subsistência com o meio ambiente; -Uso adequado dos recursos; -Agricultura familiar e ecológica; -Amor à terra; 	<ul style="list-style-type: none"> -Perda de espaços e de controle sobre assuntos públicos; -Perda de suas terras produtivas; -Imposição de moral, de valores e de costumes em conexão com as demandas globais; -Enaltecimento do individualismo; -Desintegração do forró-pé-de-serra de seu contexto histórico-tradicional e sua inserção na lógica de exploração turística e capitalística; -Ataque às ONGs e aos movimentos sociais e tentativas de descredibilização de lutas e de resistências; -Desintegração e enfraquecimento das associações comunitárias; 	<ul style="list-style-type: none"> gestão do território, compartilhadas e apoiadas pelo senso comum; -Revelação e valoração socialmente compartilhados do patrimônio territorial; -Práticas cooperativas de gestão, de transformação e de recuperação territorial: autogestão do território -Fortalecimento da identidade territorial e da consciência de classe e de lugar, com a presença de atividades simbólicas, cognitivas, dos saberes contextuais; etc.; -Recuperação e ampliação de espaços públicos; -Limitação de circulação de veículos automotivos; -Retomada de práticas e de modos de vida tradicionais; -Organização social pautada na solidariedade, ajuda mútua e sentimento de partilha; -Instrução, ensino e treinamento através de iniciativas de assistência e orientação; -Ancoragem territorial, redes curtas e não hierárquicas e fortalecimento de vínculos locais; -Energias da inovação: tecnologias telemáticas, energéticas, biológicas, dentre outras, visando o fechamento tendencial e autossuficiente dos ciclos
--	---	--	---

	-Unicidade e relação de troca entre o rural e o urbano;		de energia, de produção alimentar, de reciclagem de lixo e de água.
--	---	--	---

Fonte: elaborado pela autora, 2021, inspirada em SAQUET, 2018, p.494

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A perspectiva de um colapso ambiental e social evidencia os efeitos da condição de desterritorialização alargada, reconhecida por Magnaghi (2001a, 2001b, 2005a, 2005b, 2016, 2017) e vivenciada na atualidade. De um lado, assiste-se à ocorrência de desastres e desequilíbrios ecológicos, à desertificação de ecossistemas, à falência de estruturas ambientais, à poluição da água, do ar e do solo e às alterações climáticas e microclimáticas. De outro, são cada vez mais frequentes situações de invisibilidade social, de aumento de pobreza e de desigualdade social, de perda de espaços e de direitos fundamentais. Todavia, dentre todas as perdas ocasionadas pela desterritorialização alargada, uma parece ser mais preocupante: a subtração da capacidade de sensibilização da comunidade com seu próprio lugar –relacionada ao desenraizamento e ao desvinculo identitário, mas também à sensação de impotência e de vulnerabilidade. Normaliza-se a degradação do território em prol do desenvolvimento economicista, aos moldes da produção capitalista do espaço, e da imposição dos modos de vida uniformizados pela globalização.

Sendo o território condição e consequência das relações multiescalares de poder, presentes em seus fixos e fluxos, em cujos atores participantes depositam, ao longo do tempo e sucessivamente, estratos cognitivos e materiais – definindo-se pela simbiose de sistemas naturais, antrópicos e construídos – degradá-lo significa, diretamente, degradar toda a espécie humana. Torna-se urgente superar a ordem capitalista global, que molda a sociedade, por meio de proposição de modelos de desenvolvimento alternativos e sustentáveis, tarefa que pode valer-se de projetos e de planos de transformação territorial enquanto instrumentos operacionais. Não por acaso, há problemáticas envolvidas na esfera do planejamento, indicando necessidades de enriquecimento teórico-metodológico, sobretudo em relação à dualidade patrimônio-desenvolvimento e à racionalidade técnica.

Neste sentido, as contribuições de Alberto Magnaghi e sua Escola Territorialista Italiana são caras ao planejamento, pois a inserção do conceito de “patrimônio territorial” não somente estende a sua compreensão tipológica, mas também altera as abordagens programáticas e as medidas de preservação/intervenção. Em primeiro lugar, renuncia-se à concepção museificada do patrimônio, preso ao passado e relegado a compensar o cenário de destruição desenfreado do restante não protegido, para inseri-lo numa perspectiva futura, de desenvolvimento, de inovação e de constante construção identitária. Em segundo, deixa de ser limitado a um objeto unicamente material ou imaterial e passa a receber uma dimensão geográfica e sistêmica, reconhecível nos sedimentos materiais e cognitivos resultantes do processo ímpar de coevolução entre as relações sociais e ambientais. Por fim, sugere o

desenvolvimento autocentrado, no reconhecimento e na valorização das identidades locais, em substituição ao crescimento conectado às economias globais.

Com o intuito de somar, no estado da arte, às ações estratégicas de planejamento frente às alternativas de desenvolvimento, estabelece-se neste estudo alguns caminhos a serem percorridos. O primeiro, perseguido neste estudo até aqui, é a análise territorial aprofundada, com o auxílio de aparatos visuais-representacionais que subsidiem, no primeiro momento, a interpretação e a leitura do território e do processo de formação de suas estruturas identitárias e de sua transformação ao longo do tempo, afim de verificar a profundidade histórica e outros componentes como: as forças atuantes, os tipos de redes; os níveis de consciência social, os elementos de permanências, de persistência e de rupturas, as desigualdades, os limites, etc. Em segundo momento, é necessário reconhecer e refletir sobre a produção territorial na contemporaneidade sob viés da lógica capitalista. Apenas com conhecimento de causa é possível propor soluções plausíveis. Para isso, experimenta-se o método-analítico denominado de Ciclo TDR, ou ciclo de territorialização, desterritorialização e reterritorialização, tendo como inspiração esquemas elaborados por Raffestin, Magnaghi e Saquet.

Inicialmente, retoma-se à análise epistemológica de território para então avançar no entendimento e elaboração do Ciclo TDR. Este exercício não é somente teórico, mas principalmente ideológico, uma vez que pretende recuperar o papel protagonista do território no debate e na pesquisa para assim lançar um novo olhar sobre a práxis, a partir da identificação das identidades territoriais distintas. Em outras palavras, aplicar empiricamente o conceito aprofundado de território revela estruturas, atores e agentes díspares, para além do Estado e outras preconcepções tradicionalmente aceitas. O capítulo dois deste trabalho tem, portanto, papel fundamental, correlacionando o termo com a ampliação da compreensão de patrimônio, com a ideia de recursos e de capital territorial.

Elaborar o Ciclo TDR requer uma atuação de equipe multidisciplinar e multifacetada, em um grau e em uma profundidade que por vezes escapam as limitações dessa pesquisa. Não obstante, seu enfrentamento se faz necessário, a fim de verificar suas potencialidades e fragilidades. Logo, fundamenta-se nos estudiosos das mais diversas áreas e propõe-se seu ensaio na Vila de Itaúnas, localizada em Conceição da Barra, no extremo norte do Espírito Santo. Razões não faltam para compreender o critério de seleção do objeto empírico: sua paisagem é composta da mais exuberante natureza e seus aspectos físicos e socioculturais exprimem uma identidade singular. Ademais, o soterramento do núcleo originário também desperta a curiosidade em escavar, descobrir e aprender sobre sua trajetória histórica. Em contraposição, progressivamente ganham forças atos não sustentáveis e seus efeitos desterritorializantes, ainda que energias resistentes locais tentem se opor.

O instrumento metodológico-representativo proposto releva-se enquanto um poderoso recurso de leitura e de aproximação ao território, pois permite uma análise territorial estratigráfica, sendo possível alcançar a camada mais profunda de sua sedimentação histórica. Entretanto, o Ciclo TDR se apresenta para além de uma investigação puramente arqueológica: evidencia as continuidades e descontinuidades, os mecanismos e a atuação dos sucessivos atores e agentes que moldam as morfologias e as identidades territoriais ao longo do tempo. Outra grande contribuição é a capacidade de identificar atos territorializantes e, de modo consequente, estruturar e quantificar as fases civilizatórias principais que caracterizam a historiografia do território. Dessa maneira, conclui-se que a história da Vila de Itaúnas é marcada por um total de oito ciclos de territorialização, distribuídos em seis períodos distintos. Na finalização do terceiro capítulo deste trabalho, acumula-se densa compreensão do território da Vila de Itaúnas, não somente quanto aos aspectos relacionados à sua origem, mas também à sua construção na contemporaneidade. Neste sentido, a escolha do objeto concreto enquanto unidade espacial e estudo de caso se faz pertinente, pois os fenômenos atuais identificados na realidade empírica vão ao encontro de contextos mais complexos e abrangentes, auxiliando análises de produções contemporâneas de espaços-territórios como um todo e especulações acerca do desenvolvimento sustentável.

Por outro lado, enquanto as estruturas territoriais, sobretudo as do tempo histórico mais remoto, permanecem tão evidentes na narrativa desenrolada pelo Ciclo TDR – especialmente nas fórmulas dos sucessivos ciclos de territorialização com base naquelas elaboradas por Raffestin - na realidade empírica, há um crescente distanciamento entre a comunidade local e a sua profundidade histórica. No que compete aos pesquisadores, parte das causas se dá pela dificuldade de acesso aos documentos arqueológicos e por sua pouca divulgação. A etapa de pesquisa bibliográfica e documental expôs obstáculos enfrentados em relação à organização e à disponibilidade dos dados, dos materiais e de estudos nos campos da arqueologia e da historiografia previamente elaborados – acarretando no prolongamento do percurso metodológico. Dessa forma, reitera-se a reflexão crítica proposta por Saquet (2018) a respeito da própria pesquisa científica e da práxis acadêmica, acreditando-se ser necessária a inclusão de uma abordagem mais participativa, cooperativa e dialógica - e menos tecnocrática.

Não obstante, o aprofundamento teórico-metodológico proposto pelo Ciclo TDR oferece bases para proposição de premissas de desenvolvimento local da Vila de Itaúnas, objetivo central desta pesquisa, considerando os elementos de territorialização dos sistemas ambientais, territoriais-paisagísticos e sociais e os principais fatores e impactos gerados, identificados na desterritorialização. É notório que as energias resistentes capazes de reverter o quadro de desterritorialização alargada estão presentes no âmbito sociocultural. Carecem,

especialmente, de serem reconhecidas, inseridas no planejamento e fortalecidas como forças motrizes frente a reterritorialização, em um processo de autoidentificação, de ativação da consciência ambiental, de classe e de lugar, de assunção do autogerenciamento de seu território e de criação de valores territoriais. Assim, defende-se, no quarto capítulo, uma reterritorialização centrada no autogoverno, na organização comunitária, na definição de pactos sociais, na limitação da expansão das fronteiras, na solidariedade, no respeito à capacidade de resiliência da natureza, na formação de redes cooperativas e não hierárquicas e no fortalecimento de vínculos locais, na defesa dos sedimentos materiais e cognitivos e de saberes locais.

Cabe destacar a etapa de entrevista com os moradores da Vila de Itaúnas, sejam eles nativos ou forasteiros, realizadas em levantamento de campo, pois revela sentimentos socialmente compartilhados de amor e de preocupação com o futuro do seu território. Apesar das forças globalizantes homogeneizadoras que avassalam as identidades distintivas, as histórias de vida são relatadas com brandura. Embora o número de entrevistados não tenha sido expressivo, nota-se que o conjunto alcançado fornece dados importantes e representa aqueles que mantêm laços e memórias afetivas com o lugar. Das trocas, do acolhimento, do compartilhamento e das recepções proporcionados pelos entrevistados, fica a sensação de aprofundamento e proveito da experiência empírica em sua completude, mesmo diante das dificuldades enfrentadas devido ao contexto de pandemia da Covid-19.

Por fim, não se deve desconsiderar, os papéis coadjuvantes de um Estado representativo e atuante em suas responsabilidades sociais, de pesquisadores, de assistentes técnicos e de demais agentes impulsionadores da ativação das consciências de classe e de lugar. São longos os caminhos a serem percorridos em direção à reterritorialização e ao desenvolvimento local sustentável – com doses de idealização. No entanto, a união de forças torna-os mais tangíveis e alcançáveis. Nesta perspectiva, essa dissertação se apresenta como uma coletânea de materiais e banco de dados acerca dos processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização sob o ponto de vista de uma pesquisadora, arquiteta e urbanista, externa à Vila de Itaúnas, mas com grande apreço às suas peculiaridades. Evidentemente, este não é um trabalho engessado ou esgotado: requer desdobramentos futuros. Preveem-se a inserção de esforços e de pesquisas multidisciplinares, além de possíveis aprofundamentos dos métodos empíricos prejudicados pelos efeitos da Covid-19 e consequente retroalimentações de informações, incluindo mapeamento das arquiteturas reminiscentes e ampliação do conjunto amostral das entrevistas, a partir de perspectivas distintas. Para mais, intenta-se a apresentação e a divulgação das produções técnico-científicas resultantes do trabalho para os interessados dentro da própria comunidade da Vila

de Itaúnas, por meios orais em rodas de conversa ou em assembleias e reuniões comunitárias.

De todo modo, acredita-se na contribuição deste estudo, que consiste em evidenciar urgências a serem enfrentadas e propor debate frente a novas possibilidades teóricas-metodológicas e práticas. Conclui-se que o Ciclo TDR possui potencial para ser incorporado no planejamento e na gestão do território, na perspectiva de uma administração pública, colaborativa e participativa com vistas ao desenvolvimento egocêntrico. Em tempo, almeja-se que este trabalho sirva de inspiração e fomenta iniciativas, organizações e coletivos autogestionários em prol da recuperação, da preservação e da transformação em relação aos valores territoriais-patrimoniais, aos interesses e às demandas locais da Vila de Itaúnas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- A GAZETA. Obra em estrada que liga Conceição da Barra a Itaúnas começa na segunda. **A Gazeta**, Vitória, 30 de jun. de 2018. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/es/norte/obra-em-estrada-que-liga-conceicao-da-barra-a-itaunas-comeca-na-segunda-0618>. Acesso em 12 de abril de 2021.
- A GAZETA. Festival de Forró de Itaúnas começa neste sábado (14); veja programação. **A Gazeta**, Vitória, 10 de jul. de 2018. Disponível em <<https://www.agazeta.com.br/entretenimento/cultura/festival-de-forro-de-itaunas-comeca-neste-sabado-14--veja-programacao-0718>>. Acesso em: 02 de abril de 2021.
- ALBINO, Jacqueline; PAIVA, Denise Sousa; MACHADO, Giseli Modolo. Geomorfologia, tipologia, vulnerabilidade erosiva e ocupação urbana das praias do litoral do Espírito Santo, Brasil. **Geografares**, Vitória, n.2, jun. 2001.
- ALBINO, Jacqueline; COELHO; Andre Luiz Nascentes; GIRARDI, Gisele; NASCIMENTO, Kleverson Alencastre do. Espírito Santo. In: MUEHE, Dieter (Org). **Panorama da erosão costeira no Brasil**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2018, p.434-477.
- ALVARENGA, Luciana. O Ticumbi: imagens e memória da Vila de Itaúnas. **Arte & Ensaios**, Rio de Janeiro, n. 23, p. 71-79, nov. 2011.
- BARCELLOS, Gilsa Helena. Território e Territorialidades Tupiniquim. **Revista em Pauta**, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, v. 6, n.24, p.139-163, dez. 2009.
- BENTIVOGLIO, Julio. (Org.). **História dos povos indígenas no Espírito Santo**. Volume 1: Os puri. Vitória: Editora Milfontes, 2017.
- BELLANDI, Marco; MAGNAGHI, Alberto (Ed.). **La coscienza di luogo nel recente pensiero di Giacomo Becattini**. Firenze University Press, 2017.
- BROCHADO, José Proenza. A tradição cerâmica Tupi-guarani na América do Sul. **Revista de Pesquisa Histórica Clio**, Universidade Federal de Pernambuco, v.3, n.1, p. 47-60, 1980.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. A lógica do planejamento versus a dialética do mundo. In: LIMONAD, Ester; CASTRO, Edna. **Um novo planejamento para um novo Brasil?** Rio de Janeiro: Letra Capital, Anpur, 2014.
- CARSALADE, Flavio de Lemos. **Desenho contextual: uma abordagem fenomenológica - existencial ao problema da intervenção e restauro em lugares especiais feitos pelo homem**. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007. Disponível em: <http://www.repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/8815>. Acesso em: 7 jun. 2019.
- CESAN. Inauguração do esgotamento sanitário de Itaúnas é símbolo para o Espírito Santo. **CESAN**, Vitória, 29 de jul. de 2011. Disponível em: <<https://www.cesan.com.br/noticias/inauguracao-do-esgotamento-sanitario-de-itaunas-e-simbolo-para-o-espirito-santo/>>. Acesso em: 12 de abril de 2021.
- CHOAY, Françoise [1992]. **A alegoria do patrimônio**. Trad. Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade/ Editora UNESP, 2001.
- COELHO, Roicles. Itaúnas: O cenário montado pela natureza. **A Tribuna**, Vitória, 04 de jul, 1976, p.18-19. Disponível em: http://www.ijsn.es.gov.br/ConteudoDigital/20160822_aj09009_municipio_conceicaodabarra_itaunas.pdf>. Acesso em 23 de fev. 2021.
- COHEN, David. Itaúnas: a agonia de uma cidade. **Revista O Cruzeiro**, Rio de Janeiro. 1978, ed. 2450, p.76-82. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=003581&pagfis=200120>>. Acesso em: 16 set. 2020
- CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

CORRÊA, Roberto, Lobato. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: CARLOS, Ana F. A.; SOUZA, Marcelo L. de; SPOSITO, Maria E. B. (Org.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2014, p.41-51.

COSTA, Henrique Antônio Valadares. **Arqueologia do Estado do Espírito Santo**: subsídios para gestão do patrimônio arqueológico no período de investigação acadêmica de 1966 a 1975. Dissertação (Mestrado em Arqueologia e Etnologia). Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013.

DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA DO IMPÉRIO. Recenseamento do Brasil em 1872. Rio de Janeiro: Typ. G. Leuzinger, [1984]. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=225477&view=detalhes>. Acesso em: 16 jul. 2021.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O anti-édipo**. Capitalismo e esquizofrenia. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1976.

DUQUE, Fernanda Celing Siqueira. **Fronteiras entre as dunas**: Compreendendo a cultura lúdica na Vila de Itaúnas (ES). Dissertação (Mestrado em Educação Física). Programa de Pós-Graduação em Educação Física, Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2012.

ESPÍRITO SANTO. **Relatório do Presidente da Província Luiz Pedreira do Coutto Ferraz em abertura da Assembleia Legislativa Provincial**. Rio de Janeiro: Typ. do Diário de N. L. Vianna, 1848.

ESPÍRITO SANTO. **Inventário da Oferta Turística do Município de Conceição da Barra**. Observatório do Turismo do Estado do Espírito Santo, 2005.

ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Estado de Turismo do Espírito Santo. **Relatório da pesquisa de demanda turística**: Fenfit 2014. Conceição da Barra: GMR Inteligência de Mercado Ltda, 2014.

ETCHEVARNE, Carlos. O sítio de tradição Aratu de Água Vermelha, Reserva Indígena Caramuru Paraguaçu, e suas implicações arqueológicas e etno-políticas. **Cadernos de Artes e Antropologia**, v.1, n.1, p.53-57, 2012.

FERREIRA, Simone Raquel Batista. **Da fatura à escassez**: a agroindústria de celulose e o fim dos territórios comunais no Extremo Norte do Espírito Santo. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2002.

FRANCESCHETTO, Cilmar. Imigrantes Espírito Santo: base de dados da imigração estrangeira no Espírito Santo nos séculos XIX e XX. In: LAZZARO, Agostino (Org.). **Coleção Canaã**. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, v. 19, 2014.

FONSECA, Hermógenes Lima. A Vila de Itaúnas (a vila que foi soterrada). In: CONCEIÇÃO DA BARRA. **Folhetos da Memória Popular**. Conceição da Barra: Edições Cricaré, 1980.

FUNDAÇÃO JONES DOS SANTOS NEVES. Plano diretor urbano de Conceição da Barra. Prefeitura de Conceição da Barra, 1977. Disponível em: http://www.ijsn.es.gov.br/ConteudoDigital/20120801_ij00170_pdu_conceicaodabarra.pdf. Acesso em: 08 de março de 2021.

GARBIN, Mário L.; SALTER, Felipe Z.; CARRIJO, Tatiana T.; PEIXOTO Ariane L. Breve histórico e classificação da vegetação capixaba. **Revista Rodriguésia**, v.68, n. 5, Rio de Janeiro, 2017.

GASPAR, Maria Dulce. Análise da bibliografia sobre pescadores, coletores e caçadores que ocuparam o estado do Rio de Janeiro. **Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, v.6, p. 337-367, 1996.

GASPAR, Maria Dulce. **Sambaqui**: arqueologia do litoral Brasileiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

GASPAR, Maria Dulce; KLOKLER, Daniela; BIANCHINI, Gina Faraco. Arqueologia estratégica: abordagens para o estudo da totalidade e construção de sítios monticulares. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, v.8, n.3, p.517-533, set-dez. 2013.

GOLÇAVES, Luciana Caldas. **Os frágeis galhos dos cafezais e a modernização emergente**: a gestão governamental de Jones dos Santos Neves. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2010.

HAESBAERT, Rogério. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, Iná Elias de.; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

HAESBAERT, Rogério. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, set. 2004. Disponível em: <http://www6.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>. Acesso em: 3 abr. 2020.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

HARVEY, David. The social construction of space and time: a relational theory. **Geographical Review of Japan**, v.67, n.2, 1994.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. 17. ed. São Paulo: Loyola, 1992

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. Tradução Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Censo Demográfico. In: IBGE. **Sidra**: Sistema IBGE de Recuperação Automática. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br>. Acesso em: 10 out. 2021.

INSTITUTO DE APOIO À PESQUISA E AO DESENVOLVIMENTO JONES DOS SANTOS NEVES - IPES. **Mapeamento Geomorfológico do Espírito Santo**. Vitória, 2012.

INSTITUTO DE APOIO À PESQUISA E AO DESENVOLVIMENTO JONES DOS SANTOS NEVES - IPES. **Fundamentos para a elaboração do Plano de Ordenamento Urbano da Vila de Itaúnas**: Relatório preliminar. Vitória, 2001.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES - IJSN. **Informações municipais do Estado do Espírito Santo 1994-1998**: Conceição da Barra. Vitória, 2000.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS - INPE. **Banco de Dados de queimadas**. INPE, [entre 2008 e 2021]. Disponível em: <http://www.inpe.br/queimadas/bdqueimadas>. Acesso em: 10 de out. 2021.

LEFEBVRE, Henri [1974]. **The production of space**. Oxford: Blackwell Publishing, 1991.

LEFEBVRE, Henri [1972]. **Espaço e Política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LOPES, Raquel; SCHAEFFER, José Carlos. Quase 43 mil que se sentiram atingidos pela lama não ganham auxílio no ES. **A Gazeta**, Vitória, 05 de nov. de 2019. Disponível em: <https://www.agazeta.com.br/es/norte/quase-44-mil-que-se-sentiram-atingidos-pela-lama-nao-ganham-auxilio-no-es-1119>. Acesso em 26 de abril de 2021.

LOUREIRO, Klítia. A instalação da empresa Aracruz Celulose S/A e a “moderna” ocupação das terras indígenas Tupiniquim e Guarani Mbya. **Revista Ágora**, Vitória, n/3, 2003, p.1-32.

MACHADO, Gilnei; SAQUET, Marcos Aurélio. Espaço, território, paisagem: em busca de uma ligação conceitual. **Revista Varia Scientia**, v.10, n.17, p.119-135.

MACIEL, Cleber. Negros no Espírito Santo; organização por Osvaldo Martins de Oliveira. 2ª ed. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2016. 282 p.: il. (Coleção Canaã, v.22).

MAGNAGHI, Alberto. **Il progetto locale**: verso la coscienza di luogo. Firenze: Bollati Boringhieri, 2001a.

MAGNAGHI, Alberto. Una metodologia analitica per la progettazione identitaria del territorio. In: MAGNAGHI, Alberto (org.). **Rappresentare i luoghi: metodi e tecniche**. Florença: Alinea, 2001b. Disponível em: http://www.lapei.it/public/2011/01/Rappresentare_020_Magnaghi1.pdf. Acesso em: 08 jul. 2020.

MAGNAGHI, Alberto. **La rappresentazione identitaria del territorio**. Firenze: Alinea, 2005a.

MAGNAGHI, Alberto. **The Urban Village: A Charter for Democracy and Sustainable Development in the City**. Londres: Zed. 2005b.

MAGNAGHI, Alberto; FANFANI, David. **Patto città campagna**: un progetto di bioregione urbana per la Toscana centrale. Alinea Editrice, 2010.

MAGNAGHI, Alberto. La regola e il progetto. Un approccio bioregionalista alla pianificazione territorial. **Scienze del Territorio**, vol. 4, 2016.

MAGNAGHI, Alberto. **A Biorregião urbana**: Pequeno tratado sobre o território, bem comum. Matosinhos: Escola Superior de Artes e Design (ESAD), 2017.

MARTINS; Júlia Salvador; MOLINA, Sílvia Maria Guerra. Turismo e emergência de novas territorialidades: o caso de Itaúnas-ES. **Revista Iluminuras**, Universidade do Rio Grande do Sul, v. 9, n. 22, 2008. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/iluminuras/article/view/9306>. Acesso em 15 de fev. 2021.

MASSEY, Doreen. **Pelo Espaço**: uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. Território, espaço de identidade. In: SAQUET, Marcos Aurelio. SPOSITO, Eliseu Savério (Orgs.). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p.217-227.

MENDES, Patrícia Muniz. Aspectos da organização social: o caso Makaxalí. **Revista Virtú**, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2010. Disponível em <[https://www.ufjf.br/virtu/files/2011/09/ASPECTOS-DA-ORGANIZA%
c3%87%c3%83O-SOCIAL-O-CASO-MAXAKALI.pdf](https://www.ufjf.br/virtu/files/2011/09/ASPECTOS-DA-ORGANIZA%c3%87%c3%83O-SOCIAL-O-CASO-MAXAKALI.pdf)>. Acesso em 08 dez 2020.

MÉTRAUX, Alfred; NIMUENDAJU, Curt. The Mashakali, Patashó Linguistic Families. In: STEWARD, Julian (Org.). **Handbook of South American Indians**. Washington: United States Government Printing Office, p. 541-545, 1943. Disponível em: <http://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/hsai%3Avol1p541-545/vol1p541-545_mashacali.pdf>. Acesso em 07 dez 2020.

MONTEIRO, John M. **Tupis, Tapuias e Historiadores**: Estudos de História Indígena e do Indigenismo. Tese (Concurso de Livre Docência). Área de Etnologia, Subárea História Indígena e do Indigenismo. Universidade de Campinas, 2001.

MOTA, Christiane Valpassos Reuter; FERREIRA, Solange Lopes; CORRÊA, Aurikson. **Ventos que trazem destruição e beleza**. São Mateus: Opção, 1998.

MUNARI, Lucia Chamlian. **Memória social e ecologia histórica**: Agricultura de coivara das populações quilombolas do Vale do Ribeira e sua relação com a formação da Mata Atlântica local. Dissertação (Mestrado em Ciências Ecológicas). Instituto de Biociências, Departamento de Ecologia, Universidade de São Paulo, 2009.

NARDOTO, Eliezer Ortolani; OLIVEIRA, Herinéa Lima. **História de São Mateus**. São Mateus: Editora Atlântica Ltda., 1999.

NARDOTO, Eliezer Ortolani. **In Nomine Domini**. São Mateus: Edição do autor, 2012.

NIUMENDAJU, Curt [1943-1944]. **Mapa etno-histórico do Brasil e Regiões Adjacentes**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1987. 1 mapa: 97p.: il., mapa color. Escala: 1:500:000.000. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=214278&view=detalhes>>. Acesso em: 06 dez. 2020.

NIUMENDAJU, Curt. Índios Machacarí. **Revista de Antropologia**, Universidade de São Paulo, v.6, n.1, jun. 1958.

OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do estado do Espírito Santo**. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2008.

PARAISO, Maria Hilda Baqueiro. **Relatório Antropológico sobre os índios Maxakali**. Salvador: Ministério da Justiça, Fundação Nacional do Índio, maio 1992.

PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. Amixokori, Pataxó, Monoxó, Kumanoxó, Kutaxó, Kutatoi, Maxakali, Malali e Makoni: povos indígenas diferenciados ou Subgrupos de uma mesma Nação? Uma proposta de reflexão. **Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, v. 4, p.173-187, 1994.

PEROTA, Carlos. Sítios arqueológicos e acervo pré-histórico no Espírito Santo. **Revista Fundação Jones dos Santos Neves**. Vitória, ano II, n. 4, p.19-20, out./dez. 1979.

PEROTA, Celso; BOTELHO, Walne Cassiano; ASSIS, Valeria Soares; MOREIRA, Iara Gardenia Silva. **O sítio Dunas de Itaúnas**: considerações sobre a evolução holocênica no litoral do Estado do Espírito Santo. In: Congresso da Associação Brasileira de Estudos do Quaternário, 1992, Belo Horizonte. Anais do Congresso da Associação Brasileira de Estudos do Quaternário - Belo Horizonte. Belo Horizonte, 1992.

POLI, Daniela. Il patrimonio territoriale fra capitale e risorsa nei processi di patrimonializzazione proattiva. In B. Meloni (Org.). **Aree interne e progetti d'area**. Torino: Rosenberg & Sellier, 2015. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/2158/1024533>>. Acesso em 07 de jun. de 2018.

PONTES, Wallace Tarcisio. **Conflito agrário e esvaziamento populacional**: a disputa do contestado pelo Espírito Santo e Minas Gerais (1930-1970). Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2007.

RAFESTIN, Claude [1980]. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAFFESTIN, Claude. A produção das estruturas territoriais e sua representação. In: SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério (Org.). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. 1ª ed. São Paulo, Expressão Popular: UNESP Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008, p.17-35.

RICHARD, Fernando; ALFREDO, Luiz. Itaúnas: cidade sem amanhã. **O Cruzeiro**, ed. 027, Rio de Janeiro, 1966. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=003581&pagfis=157079>>. Acesso em: 08 de fev. de 2021.

RODRÍGUEZ, Angélica Castro; MÉNDEZ, Neftalí Reyes (Org.). **Saberes comunitários: alternativas de vida frente al modelo de desarrollo en Oaxaca**. Oaxaca: Servicios para una Educación Alternativa, 2020.

RUSSO, Maria do Carmo de Oliveira. **A escravidão em São Mateus/ES: economia e demografia (1848-1888)**. Tese (Doutorado em História Social). Programa em Pós-Graduação em História Social. Universidade de São Paulo, 2011.

RUY, Aline Tessarolo. **Museificação do território:** experimentação conceitual em roteiro cultural no Espírito Santo. Dissertação (Mestrado em Urbanismo). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2017.

SALETTTO, Nara. **Donatários, colonos, índios e jesuítas:** o início da colonização do Espírito Santo. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2011.

SANTANA, Tânia de. O culto a santos católicos e a escravidão africana na Bahia colonial. **Revista Aulas**, v., n.4, p.01-24, abril/jul. 2007.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço** – Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções sobre território.** São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SAQUET, Marcos Aurélio. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério (Org.). **Territórios e territorialidades:** teorias, processos e conflitos. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular: UNESP Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008, p.73-94.

SAQUET, Marcos Aurélio. O desenvolvimento numa perspectiva territorial, multidimensional e democrática. **Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura**, vol. XIX, n.21, jan.- jul, 2011, p.5-15.

SAQUET, Marcos Aurélio. A descoberta do território e outras premissas do desenvolvimento territorial. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais.** São Paulo, v.20, n.3, p.479-505, set.- dez., 2018.

SÉCULO DIÁRIO. Incêndio em Itaúnas: demora para debelar incêndio põe em risco moradores e turistas. **Revista Século Diário**, Vitória, 2014. Disponível em: <https://www.seculodiario.com.br/meio-ambiente/incendio-em-itaunas-demora-para-debelar-incendio-poe-em-risco-moradores-e-turistas>. Acesso em: 09 de fev. de 2021.

SEDA, Paulo Roberto Gomes; MACHADO, Christiane Lopes; SENE, Gláucia Malerba; SILVA, Laura da Piedade Ribeiro da. Do cerrado ao mar: a Tradição Una no litoral do Espírito Santo. **Revista Maracanan.** Rio de Janeiro, n. 7, p.55-82, jan-dez, 2011.

SERRA, Geraldo Gomes. **Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo:** Guia Prático para o trabalho de pesquisadores de pós-graduação. São Paulo, Edusp: Mandarim, 2006.

SILVA, Arlindo; SASSO, Richard. Cidade condenada à morte. **A Cigarra**, ed. 0228, São Paulo, 1953. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=003085&Pesq=ita%c3%banas&pagfis=52132>>. Acesso em: 08 de fev. de 2021.

SCHIAVETTI, Alexandre.; CAMARGO, Antônio F. M. **Conceitos de Bacias Hidrográficas:** Teorias e Aplicações. Bahia: Editus, 2002.

SILVA A. C. C. da; MARIANI, L.; GONZÁLEZ, R. H. de A. **Unidade 1:** Fundamentos da gestão territorial para recursos hídricos e caracterização de bacias hidrográficas. Foz do Iguaçu: Universidade Estadual Paulista, 2012.

SOARES, Juliana. Discutindo a tradição Aratu: proposta de um modelo de dispersão e implantação nas zonas de tensão ecológica. **Revista Museu de Arqueologia e Etnologia.** São Paulo, n.23, p.61-77, 2013.

SORIANO, Afranio José Soares. **Estrada-Parque: proposta para uma definição.** Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geociências e Ciências Exatas. Universidade Estadual Paulista. Rio Claro, 2006.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995, p.77-116.

SOUZA, Marcelo Lopes de. "Território" da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério (Org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular: UNESP Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008, p.57-72.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

TAVEIRA, Vitor. Agricultores de Itaúnas temem despejo pela Suzano. **Século Diário**,, 02 de março de 2021. Disponível em: <https://www.seculodiario.com.br/meio-ambiente/agricultores-de-itaunas-temem-despejo-pela-suzano>. Acesso em: 26 de abril de 2021.

TRINDADE JR, Saint-Clair Cordeiro da. Agentes, redes e territorialidades urbanas. **Revista Território**, ano 111, n5, jul./dez, 1998, p. 31-50.

VILLAGRAN, Ximena Suarez; PESSENDA, Luiz Carlos Ruiz; COSTA, Henrique Antônio Valadares; ATORRE, Tiago; ERLER, Igor da Silva; STRAUSS, André; BARIONI, Alberto; KLÖKLER, Daniela; TOGNOLI, Anderson; DUARTE, Carlos; BONFIM, Paulo Vinícius; MACARIO, Kita. Os primeiros povoadores do litoral norte do Espírito Santo: uma nova abordagem na arqueologia de sambaquis capixabas. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, v.13, n.3, p.573-596, set-dez. 2018.

WÜST, Irmhild. **Catálogo das Peças Arqueológicas**. In: IEMA. Plano de Manejo do Parque Estadual de Itaúnas, ES. Distrito Federal: Símbios, 2000.

ZAGOTO, Vinícius; BREDOFW, Rosi; SILVA, Maria Luiza. Polícia investiga esquema de venda irregular de áreas invadidas em Itaúnas. **A Gazeta**, Linhares, 27 de jan. de 2021. Disponível em: https://www.agazeta.com.br/es/policia/policia-investiga-esquema-de-venda-irregular-de-areas-invadidas-em-itaunas-0121?utm_medium=share-site&utm_source=whatsapp. Acesso em: 26 de abril de 2021.

ANEXOS

ANEXO I - Planta do Perímetro da Zona Urbana da sede do distrito de Itaúnas, retirada do PDM de Conceição da Barra, 2006, p.59



PREFEITURA DE CONCEIÇÃO DA BARRA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Lei Complementar nº 009/06..... fl. 03

ANEXO II

**PLANTA DO PERÍMETRO DA ZONA URBANA DA SEDE DO DISTRITO DE
ITAÚNAS**



APÊNDICES

APÊNDICE A – TRECHO DAS ENTREVISTAS (PERGUNTAS 7 E 8):

Pergunta 7) Se a vila continuar a se desenvolver da forma como está, como você a vê daqui a 10, 20 anos?

Entrevistado 1: A Vila de Itaúnas tá muito esquecida. A gente não vê um vereador, a gente não vê um deputado. Como que vai ser? Porque eu tenho terceira série primário. Isso aí é uma coisa que tá fazendo muita falta dentro de Itaúnas. Um saber, um estudo, uma fonte de trabalho, como *nós se virar*? Porque hoje nós *tamos* numa situação de cada um no seu lugar. Saindo daqui pra lá é difícil pra caramba. Se você vem pra aqui também é difícil pra caramba pra você. Cada lugar tem que ter um privilégio de ensinamento, pela cultura, pelo ser humano, para a pessoa saber se desenvolver, né? [...] Daqui a 20 anos se não tomar uma atitude *sério*, Itaúnas vai desmoronar (homem, nativo, 80 anos, instrumentista, em entrevista realizada em 17 de out. de 2020).

[...]

Entrevistado 2: Eu vejo que ela não vai morrer. Eu tinha medo de morrer há 20 anos atrás, devido ao forró. Porque popularizou e as *cambada tava* dançando, fazendo até forró no meio da rua. Botavam dois carros de som com forró. Pô, vai acabar. É o mesmo do axé moi. Só trocou o CD. Amanhã vai atrás de outra, quando a moda for outra. Sertanejo Universitário, sei lá...Tira o forró e mete outro. Então, eu tinha medo. Mas não morreu, porque ela sobrevive. Aqui os ruins é *arrancado* da terra. Igual o asfalto, vai se ajustar (homem, nativo, comerciante, 58 anos, em entrevista realizada em 17 de out. de 2020).

[...]

Entrevistada 3: Eu tô morrendo de medo. Não sei o que vai ser com essa população nova que se aproxima da vila, com esse turismo desregulado que tá tendo na vila... eu não sei. Eu vejo essa paz que nós temos diminuindo a cada dia (mulher, nativa, 48 anos, comerciante, em entrevista realizada em 15 de out. de 2020).

[...]

Entrevistado 4: A tendência é sofisticar mais, elitizar mais, ninguém mais aguenta tanta pousada... na verdade, é uma incógnita terrível. Vem uma recessão com certeza, com essa pandemia (homem, forasteiro, artista plástico e dono de pousada, em entrevista realizada em 15 de out. de 2020).

[...]

Entrevistado 5: Se continuar como uma comunidade desagregada, distanciada, com uma Unidade de Conservação distante... se a gente continuar da forma que as coisas vêm acontecendo nos últimos anos, eu não sei se vou saber dizer como vai estar daqui a 10 anos porque, provavelmente, eu não vou estar aqui. [...] Dependendo dos rumos que a Vila vier a tomar, a gente fica ou a gente sai. Se forem esses, onde as pessoas no geral estão preocupadas só no seu patrimônio e seu espaço físico, ocupação desordenada das áreas públicas pelos empresários, [...] e não só isso, essa tendência a verticalização, tendência de ocupação de 100% de lote [...]. Eu vou sair antes. Eu tenho pensado muito a respeito disso (homem, forasteiro, comerciante, formado em comunicação visual, em entrevista realizada em 17 de out. de 2020).

[...]

Entrevistada 7: Eu imagino que, dado esse sistema de ocupação e desrespeito com esse patrimônio for vigente, eu imagino a perda do patrimônio completo – cultural, histórico, natural [...]. Eu enxergo essa área nobre, a vila principal, toda ocupada por empreendimentos e gente de fora morando aí, com alguns resistentes moradores. Essa comunidade transferida pro Maria Tercília será transferida pra outro [lugar], e pra outro, pra outro... porque eu imagino uma expansão imobiliária orquestrada entre condomínios de luxo e populares, pra poder distribuir e marginalizar a população. Eu imagino tristemente um rio sem vida, uma bacia hidrográfica com poucas condições de desenvolvimento positivo, se essas condições se mantiverem. [...] Eu vejo um caminho feio, estragado, sem possibilidades. Mas, eu acredito no outro caminho, e trabalho pelo outro (mulher, forasteira, bióloga, colaboradora de ONG, em entrevista realizada em 14 de outubro de 2020).

[...]

Entrevistada 8: Eu enxergo três problemas pontuais que vão trazer consequências a longo prazo. Já existem, mas vão continuar trazendo consequências: a questão do desastre do rio Doce, que aconteceu há 5 anos atrás, mas as consequências vão começar a aparecer a partir de agora né – tanto problemas relacionados à saúde, quanto em relação às indenizações. Porque, o que essas pessoas vão fazer com esse dinheiro? Muitas pessoas não tem educação financeira. Não é uma questão de julgamento, é uma falta, realmente, de orientação [...] Junto com a lama, também vieram problemas em relação à violência doméstica, já existem alguns estudos que a maioria das pessoas que recebem [a indenização] são homens [...] A Defensoria [pública] já fez um estudo da importância desse dinheiro ser direcionado à mulher [...]. O dinheiro na mão do homem só torna as mulheres mais vulneráveis [...]. Tem também a questão das barracas, hoje os barraqueiros têm o período de 2 anos e 6 meses pra estarem funcionando. E, após isso, provavelmente vai acontecer uma licitação, e temos muito medo

de serem pessoas de fora que consigam vencer a licitação. Pois, pode surgir problemas em relação à identidade local, né, as pessoas vão pra praia, quase que a única opção de lazer, e não vão poder consumir nas barracas. Além disso, tem essa nova ocupação [...]. Esse grupo que está vindo, a gente tem muito receio das consequências que estão por vir [...]. Por outro lado, vai ter um número maior de pessoas da vila que estarão formadas. Talvez, se essas pessoas trouxerem seu conhecimento técnico pra vila, pode ser que daqui a 10, 20 anos, estejamos numa situação melhor, [...] mas vai depender do nível de consciência social de cada um (mulher, criada na vila nova, jovem adulta, advogada, em entrevista realizada em 17 de dezembro de 2020).

Pergunta 8) Como você gostaria que fosse? O que você acha: a) que falta; b) que pode melhorar; c) que pode ser transformado/potencializado; d) que deve ser preservado?

Entrevistado 1: Queria que tivesse numa boa. Eu não vou ver não né, mas Itaúnas falta segurança, falta uma pesquisa muito boa pra dar um incentivo de aula, de colégio formado, sabe? Itaúnas precisa de uma fábrica de artesanato e qualquer outra coisa, *pras* pessoas *aprender* a tocar viola, aprender a fazer um artesanato... porque tudo é um meio de vida pra pessoa, né? A gente não tem mais como trabalhar, porque os *tubarões* tomaram nosso direito todo, né? Então, tem que partir pra outras coisas, e essas coisas aqui em Itaúnas não tem (homem, nativo, 80 anos, instrumentista, em entrevista realizada em 17 de out. de 2020).

[...]

Entrevistado 2: Eu não vejo muito não. Eu sou meio *incógnita* nisso. Na dúvida, não ultrapasse? Eu sou de manter, não sou de ultrapassar. Porque é uma dúvida. Eu falo pros caras: “eu acho que tá bom”. É o que tinha, eu não tinha nem uma moeda no bolso. Tive ajuda de amigos, mas o resto foi na marra. Mas, *tô* aqui. A primeira barraca que eu fiz, atravessei a madeira carregando nas costas. Eu era o burro. Eu e outro (homem, nativo, comerciante, 58 anos, em entrevista realizada em 17 de out. de 2020).

[...]

Entrevistada 3: Eu gostaria que tivesse uma estrada ecológica, que quando chegasse você encontrasse essa vilazinha charmosa e limpinha... plantar mais árvores na praça, reflorestar o que foi desmatado. Pra mim, tá tudo bom. Essa paz que nós temos, essa natureza linda que nós temos, essa condição da terra que nós temos - que agora estamos conseguindo plantar e colher nosso próprio alimento. Tá tudo ótimo (mulher, nativa, 48 anos, comerciante, em entrevista realizada em 15 de out. de 2020).

[...]

Entrevistado 4: Que a vila tivesse unidade, união, associações que funcionassem para o bem comum, vereadores que trabalhassem com honestidade, menos competição, mais amor e harmonia, preservação. Mas, a questão é material. É correr atrás de dinheiro. Queria que as pessoas tivessem mais consciência, que moram num lugar mágico, um paraíso.

Pesquisadora: Como atingir isso?

Entrevistado 4: Isso é um nível de consciência, uma construção pessoal, cada um planta o que quer colher (homem, forasteiro, artista plástico e dono de pousada, em entrevista realizada em 15 de out. de 2020).

[...]

Entrevistado 5: Eu gostaria que mantivesse as características de uma vila. Claro que todo mundo ambiciona melhorias, mas a gente hoje tem uma série de maneiras de minimizar problemas e conseguir conquistar os anseios. [...]Trazer a educação pra cá, ambiental, a comunidade voltar a ser participativa... A minha vontade era que a comunidade voltasse a ter amor e carinho pelo lugar, e não pensar só no retorno financeiro (homem, forasteiro, comerciante, formado em comunicação visual, em entrevista realizada em 17 de out. de 2020).

[...]

Entrevistada 7: Eu acredito que a sociedade é capaz de reverter esse cenário negativo, desde que entenda da gestão territorial e seja bem orientada. Eu acredito nos mecanismos legais, apesar de achar que eles não são vigentes hoje. Eu acredito nas formas de ordenamento e eu acredito na gestão participativa dos espaços comuns e sociais, e não significa só da praça pública – mas também do ordenamento, do regramento e do fazer cumprir [...]. Eu trabalho por outra realidade, aonde as condições de vida trazem bem estar, relação positiva com a natureza, relação de pertencimento com valores naturais, culturais, ecológicos, históricos. A gente trabalha no apoio e resgate na cultura local, afrodescendente muito forte aqui. A gente trabalha pro ordenamento turístico da vila, a gente trabalha e pressiona por uma gestão participativa (mulher, forasteira, bióloga, colaboradora de ONG, em entrevista realizada em 14 de outubro de 2020).

[...]

Entrevistada 8: O que tinha que ser preservado – não só preservado, mas potencializado – é a questão cultural da vila. Com trabalhos na escola, sobre a história do local [...]. O Parque [Estadual de Itaúnas] também, é uma instituição que poderia ajudar nisso. Trazer essa consciência, sabe? Nem que seja em locais específicos... trazer toda a história, e ter um controle maior. Acho que precisa de mais opções de lazer. Mais, por exemplo, escolas de *surf*, em conjunto com a natureza, projetos sociais, handball, atividades lúdicas, esportes,

grupos de leitura, de conversa, agenda cultural... O que eu mais gostaria é que as pessoas tivessem oportunidade de escolha...mudanças na educação (mulher, criada na vila nova, jovem adulta, advogada, em entrevista realizada em 17 de dezembro de 2020).